

configurações

ISSN 1646-5075



9 771646 507048

REVISTA DE SOCIOLOGIA

N.º 4 | 2008

**GÉNERO
E GERAÇÕES**



Título: CONFIGURAÇÕES 4 2008

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Lovaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François de Singly (Univ. René Descartes-Sorbonne), François Dubet (Univ. Bordéus), Hermínio Martins (St. Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa), James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. do Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (ICS, Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica de Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova de Lisboa), Maria Beatriz Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Maria Ioannis Baganha (+) (Univ. Coimbra), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Raymond Massé (Univ. Laval), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amsterdão).

Conselho Científico: Alice Delerue Matos, Ana Maria Brandão, Ana Paula Marques, António Joaquim Costa, Carlos Veloso da Veiga, Emília Rodrigues Araújo, Hélder da Costa Machado, Helena Machado, Ivo Manuel Domingues, Joel Augusto Felizes, Manuel Carlos Silva, Manuel da Silva e Costa, Maria Engrácia Leandro, Maria Paula Mascarenhas, Paulo Nuno Nossa, Rita Gonçalves Ribeiro, Teresa Mora.

Conselho de Redacção: Ana Maria Duarte, Baltazar Ricardo Monteiro, Carlota Fernandes dos Santos, Cristina Silva, Fernanda Maria Nogueira, Francisco de Azevedo Mendes, José Fernando Bessa Ribeiro, José Guilherme Leite, José Manuel Machado, Manuel Carvalho da Silva, Manuela Ivone Cunha, Manuela Ribeiro, Maria de Fátima Ferreira, Maria Eugénia Rodrigues, Maria Norberta Amorim, Miguel de Melo Bandeira, Sheila Pereira Khan, Telmo Caria, Vera Duarte, Victor Terças Rodrigues.

Secretariado: Sofia Oliveira (sofiaoliveira@ics.uminho.pt)

Propriedade, redacção e administração: CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Braga – Portugal. Telef.: 253 604 695. Fax: 253 604 696. Site: www.cics.uminho.pt

Coordenadores deste número: Alice Delerue Matos e Victor Terças Rodrigues

Normas para apresentação e avaliação de artigos:

Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista. Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direcção do CICS.

Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.

Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dra. Sofia Oliveira, Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Edições Húmus, Lda., Vila Nova de Famalicão, Apartado 7097 – 4764-908 Ribeirão. Tel. 252 301 382/ Fax. 252 317 555/ E-mail: humus@humus.com.pt

Assinatura anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros (2 números ou número duplo). Outros países: 25 euros.

Preço deste número: 12 euros.

Capa: Furtacores design; fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde SMG, Lda. – V. N. Famalicão

ISSN: 1646-5075

Depósito Legal n.º: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Sollicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste*.

Índice

<i>Nota prévia</i> Manuel Carlos Silva	5
<i>Introdução</i> Alice Delerue Matos	7
<i>Vieillessement, relations intergénérationnelles et récession.</i> <i>La crise financière aura-t-elle raison de la révolution des âges ?</i> Michel Loriaux	11
<i>Na encruzilhada da família e do género em contexto migratório</i> Maria Engrácia Leandro, Paulo Nuno Nossa e Maria José Boavida	27
<i>Desigualdades de género: esboço por um mapa proteóricico</i> Manuel Carlos Silva	65
<i>Radicalização da infância na segunda modernidade:</i> <i>Para uma Sociologia da Infância crítica</i> Manuel Jacinto Sarmiento e Rita de Cássia Marchi	91
<i>A família (d)escrita pelos jovens:</i> <i>permanência e mudança de modelos de paternidade</i> Maria das Dores Guerreiro, Ana Caetano e Eduardo Alexandre Rodrigues	115
<i>Cuidadores familiares idosos:</i> <i>Uma nova realidade, um novo desafio para as políticas sociais</i> Fátima Barbosa e Alice Delerue Matos	127
Recensão Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), <i>Família e Género em Portugal e na Europa</i>	143
<i>Abstracts / Résumés</i>	157

Nota prévia

Manuel Carlos Silva*

Este número da revista *Configurações* é igualmente um número temático que se centra sobre a família, a população, as gerações e o género, com particular destaque para estes dois últimos tópicos. Enquadrado este número no grupo de trabalho “Família, saúde e solidariedade”, a sua organização esteve a cargo da colega Alice Delerue Matos e do colega Victor Terças Rodrigues, a quem aproveito para agradecer.

Datado de 2008, também este número surge com certo atraso para o que, além de outros factores, concorre o facto de ser um número temático. Estamos determinados e convictos de que em breve poderá ser editado um próximo número intertemático, o qual, a julgar pelos artigos enviados e já avaliados, será um número duplo, que contribuirá para a recuperação do atraso, retomando assim a regularidade temporal da revista.

O Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS), enquanto principal suporte organizativo da edição da revista financiada pelas verbas da FCT, tendo em conta as sugestões do painel de avaliação acerca desta unidade de investigação, levou a cabo uma ligeira reestruturação das linhas de investigação e seus respectivos grupos de trabalho. Após alguns meses de debate e maturação da decisão, foram aprovados pela Comissão Científica do CICS e aceites pela FCT os seguintes grupos: (i) cultura, ciência e identidades; (ii) território, desenvolvimento e organizações; (iii) trabalho, desigualdades sociais e políticas públicas; (iv) população, família e saúde. É agora necessário completar alguns trâmites a nível interno, de modo a que certas propostas sejam apreciadas pelos respectivos órgãos, aliás em conformidade com as alterações em curso na Universidade do Minho a nível institucional, estatutário e regulamentar.

Os temas deste número, designadamente o género e as relações intergeracionais, são de extrema actualidade, bem presentes nos mais diversos congressos e colóquios, mas nem por isso dispensam um aprofundamento e uma abordagem plural e multi-dimensional. Sendo objecto de vários olhares e disciplinas científicas, estes temas são também neste número, como o próprio subtítulo da revista sugere, tratados mormente numa perspectiva sociológica.

* Director do CICS.

A colega Alice Matos, coordenadora deste número, encarregou-se de fazer uma primeira síntese e comentário ao conteúdo de cada um dos artigos, dispensando-me de me debruçar sobre estes. Em todo o caso, permitam-me que destaque o valor dos relevantes contributos dos vários colegas sobre estes temas, o que enriquecerá certamente o património dos estudos sobre as identidades geracionais e de género, suas regularidades e transformações de acordo com os tempos do ciclo de vida.

É devida uma palavra de profundo pesar pelo falecimento de Maria Joannis Baganha, nossa amiga e colega da Universidade de Coimbra – e, anteriormente, entre 1990 e 1991, nossa colega na Universidade do Minho. Tendo colaborado com esfu-sante entusiasmo em várias iniciativas do ICS, do Departamento de Sociologia e, posteriormente, do CICS, nomeadamente com um capítulo sobre migrantes do Leste na publicação resultante do Colóquio sobre Nação e Estado, aceitou integrar o Conselho Consultivo da Revista *Configurações*. A sua figura intelectual e a sua obra, enquanto socióloga e cidadã, deixaram marcas indeléveis que merecem a nossa gratidão e singela homenagem.

Por fim, uma palavra de agradecimento aos autores que se dignaram submeter à apreciação do CICS os artigos para publicação na revista *Configurações*, cujo valor foi certificado pelos próprios revisores e avaliadores internos e externos.

Introdução

Alice Delerue Matos*

Neste número da Revista *Configurações* apresentamos um conjunto de artigos estruturados em torno dos conceitos sociais de geração e de género. Mereceram particular atenção as transformações das relações intra e intergeracionais e as relações de género, por um lado, e o processo de construção das identidades associadas a estas categorias sociais, por outro.

A abrir este número, Michel Loriaux interroga-se sobre uma questão no vértice da actualidade, a do impacto da actual crise económica e financeira nas relações intergeracionais. Numa análise centrada nas sociedades envelhecidas, contrapõe à tese do endurecimento das relações entre gerações, uma outra que perspectiva o reforço das solidariedades intergeracionais, alicerçadas nas políticas sociais dos Estados.

O autor começa por discutir as causas do envelhecimento demográfico, pondo em evidência o facto de a redução da fecundidade, causa primordial do fenómeno, ter sido suplantada pela sua causa secundária, ou seja, pelo recuo da mortalidade que determinou um envelhecimento no topo da pirâmide etária.

O envelhecimento demográfico acompanhou uma profunda transformação das sociedades, designada de segunda transição demográfica por Lesthaeghe e van de Kaa (1986)¹. Michel Loriaux debruça-se sobre um aspecto particular desta transformação social: a redefinição das relações intergeracionais. Opondo-se àqueles que apregoam uma guerra de gerações, o autor afirma que a crise económica e financeira pode conduzir, ao invés, a um reforço das relações e solidariedades intergeracionais.

No trabalho de Engrácia Leandro, Paulo Nossa e Maria José Boavida, a análise recai sobre a dinâmica das famílias portuguesas na Alemanha e em França, numa perspectiva de género e intergeracional. A partir das trajectórias de mulheres e homens migrantes fundamentalmente de duas gerações, os autores desenvolvem uma análise na confluência de diversas disciplinas, sobre os efeitos dos processos migratórios na família

* Socióloga, demógrafa. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho; adeluerue@ics.uminho.pt.

¹ Lesthaeghe R.J. e van de Kaa D.J. (1986), Twee demografische transitiees? [Two demographic transitions?] in Dirk J. van de Kaa e Ron J. Lesthaeghe (eds.), *Bevolking: groei en krimp*, Denter, Van Loghum Slaterus, 9-24.

e, em particular, nas mulheres que assumem o papel de protagonistas na promoção do êxito do projecto familiar de migração. Concluem que os contextos migratórios internacionais favorecem a redefinição dos papéis individuais, familiares e sociais, que se traduz, entre outros aspectos, numa maior autonomia das mulheres, na modernização das relações conjugais e parentais e na mobilidade social ascendente da família.

As relações de género e, mais especificamente, as desigualdades de género voltam a ser objecto de análise por Manuel Carlos Silva. Este autor revisita criticamente algumas teorias explicativas deste tipo de desigualdades, propondo a articulação dos conceitos de género e classe numa perspectiva teórica que cruza um posicionamento feminista com uma perspectiva marxista-weberiana sobre as relações sociais de conflito e as relações de dominação e poder a nível macro e micro. A análise teórica anterior dá lugar à descrição de algumas desigualdades de género em Portugal, cuja explicação remete para a hipótese da sua reprodução e eventual reforço a nível sócio-estrutural, político-organizacional e interaccional, mas sem perder de vista o contraponto que a combate; a diminuição das desigualdades e discriminações de género são também possíveis a nível dos três patamares referidos. Se a subordinação histórica e actual da mulher desde o nível interactivo, doméstico e reprodutivo, reforçando-se a nível da esfera política e das organizações, se cimentou ao nível sócio-estrutural, também a emancipação de género – e de classe – terá que ocorrer a esses três níveis.

Perspectivando o grupo geracional da infância como categoria social e as crianças como actores sociais que afrontam, não raras vezes, a norma ocidental da infância, Manuel Sarmento e Rita Marchi definem as linhas de desenvolvimento para uma Sociologia da Infância crítica. Apesar de reconhecerem que o campo científico desta disciplina está estabelecido, os autores encetam uma profícua reflexão crítica sobre os paradigmas teóricos e epistemológicos da construção do conhecimento da categoria social das crianças. Esta reflexão permite erigir bases teóricas renovadas para a interpretação crítica da infância contemporânea, alicerçadas na análise histórica e social da conceptualização da infância moderna, na caracterização dos processos de individualização e de globalização da sociedade e no trabalho empírico realizado a partir da análise das crianças “excluídas”, “furtivas” e daquelas que se encontram “ausentes” enquanto actores sociais concretos, no discurso da Sociologia da Infância.

A preocupação de dar a palavra ao grupo geracional em análise mantém-se no texto de Maria das Dores Guerreiro, Ana Caetano e Eduardo Rodrigues. Numa abordagem avisada pela Sociologia da Família e por uma perspectiva crítica das relações de género, os autores interpretam os processos de construção e mudança dos modelos culturais de paternidade, narrados por jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos. Este artigo evidencia a complexidade simbólica das representações sociais dos jovens acerca dos comportamentos e atitudes dos pais e acerca dos modelos de paternidade.

Finalmente, os indivíduos com 65 anos e mais que prestam cuidados a idosos dependentes, em contexto domiciliar, constituem a população-alvo, na pesquisa de Fátima Barbosa e Alice Delerue Matos. A partir de uma análise das dinâmicas familia-

res e sociais, as autoras constroem uma tipologia de prestação de cuidados a idosos com diferentes graus de dependência e põem em evidência os não despidendos riscos inerentes a cada situação-tipo, tanto para o cuidador como para o idoso dependente. A análise destes riscos justifica a proposta de medidas de política social de apoio aos cuidadores familiares idosos, enquanto actores sociais ausentes do discurso político.

Vieillissement, relations intergénérationnelles et récession. La crise financière aura-t-elle raison de la révolution des âges ?

Michel Loriaux*

Resumo

O autor começa por abordar o que designa de «invenção» do envelhecimento, uma vez que as transformações demográficas estruturais na origem do fenómeno não foram perceptíveis ou não foram consideradas, tendo a atenção sido focalizada na ameaça da redução da natalidade e decréscimo da população. Com efeito, o envelhecimento demográfico era apenas visível nas estatísticas sobre a importância relativa dos grupos etários, cabendo ao demógrafo francês Alfred Sauvy a autoria desta designação, utilizada pela primeira vez em 1929.

Desde esta data, ocorreram inúmeras transformações, sendo a principal o facto de a causa primordial do envelhecimento, durante muito tempo a única causa do fenómeno, a saber, a redução da fecundidade, ter sido destronada pela causa secundária do envelhecimento que é o recuo da mortalidade avaliado através da esperança de vida que passa a beneficiar sobretudo as pessoas idosas. O envelhecimento é pois simultaneamente individual (idosos cada vez mais numerosos e que vivem cada vez mais tempo) e colectivo (a importância relativa do grupo dos idosos não cessa de aumentar em relação ao grupo dos jovens).

Sendo na origem simplesmente demográfico, o envelhecimento tornou-se social, afectando praticamente todos os sectores da vida colectiva (formação, emprego, saúde, segurança social, finanças públicas, etc.).

Ora, precisamente no momento em que as sociedades em envelhecimento entram na fase crucial da sua evolução surge uma crise secular, financeira e económica, de uma dimensão sem igual. Algumas das suas consequências foram imediatamente visíveis como a perda do poder de compra de uma parte da população cujos rendimentos dependiam sobretudo da poupança, como os reformados. Para muitos idosos o infortúnio foi claro quando descobriram a dimensão das suas perdas devidas simplesmente ao facto de terem confiado em banqueiros fraudulentos, inconscientes ou loucos. Presentemente,

* Institut de Démographie – Université Catholique de Louvain – claude-michel.loriaux@uclouvain.be

nada garante que o sistema bancário e financeiro internacional tenha retirado as lições desta crise, muito pelo contrário. Uma crise que está longe aliás de ter esgotado todos os seus efeitos nefastos como o testemunham as perdas de emprego, o encerramento de empresas, as deslocalizações de actividade, etc.

Os idosos não são as únicas vítimas, todas as idades estão ameaçadas, sendo de prever um endurecimento das relações intergeracionais que poderia derivar numa guerra de gerações, tantas vezes evocada. A História daria assim razão a autores catastróficos como o ensaísta Alain Minc que estigmatizava o envelhecimento já desde 1987 na sua obra sobre a «Máquina igualitária».

O futuro dirá se estes cenários apocalípticos revisitados são os mais plausíveis ou se as políticas implementadas permitirão limitar os estragos ocasionados pela crise e reforçar a coesão intergeracional. Sem ser de um optimismo a toda a prova, o autor não teme evocar uma pista paradoxal, avançando a ideia de que o crescimento negativo (pelo menos um crescimento negativo limitado, reflectido e programado) poderia ser a melhor forma de assegurar que as pontes de solidariedade que foram erigidas durante o século XX criando uma segurança social para lutar contra o individualismo, o egoísmo e a solidão sejam suficientemente reforçadas para resistir à desfraldada crise actual.

Palavras-chave: envelhecimento, crise financeira, relações intergeracionais.

1. L'invention du « vieillissement »

Le terme de révolution est souvent galvaudé ou dénaturé dans la mesure où on tend à l'utiliser pour désigner une simple évolution d'un des grands paramètres sociétaux (religiosité, criminalité, urbanisme, etc.). En réalité, il serait plus correct de réserver l'expression à des mutations profondes de nos sociétés, comme il s'en est produit un certain nombre au cours du vingtième siècle, et plus particulièrement ces dernières décennies. La révolution des âges fait partie de ces mutations et constitue sans aucun doute un des courants lourds les plus significatifs de notre histoire récente, au même titre que la féminisation de l'emploi ou la révolution de la communication.

Les transformations avaient pourtant commencé beaucoup plus tôt, voici un siècle ou un siècle et demi, lorsque la natalité a amorcé son grand déclin historique à la fin de l'ancien régime et au début de la phase d'industrialisation de nos sociétés occidentales. A l'origine, le phénomène a surtout été perçu dans sa dimension exclusivement démographique de dénatalité et de dépopulation, des maux redoutés à une époque où le nombre des hommes constituait un des facteurs essentiels de la richesse des nations. Moins de bras dans l'agriculture, moins d'hommes de troupe à lever contre d'hypothétiques ennemis, moins de prolétaires pour répondre à la demande croissante des manufactures et des industries gourmandes en main-d'œuvre, moins de consommateurs potentiels : les raisons étaient nombreuses de redouter une raréfaction des naissances, même si la tendance était soutenue par le déclin parallèle de la mortalité infantile qui limitait l'ampleur des coupes sombres à la base de la pyramide des âges.

Il fallut plusieurs décennies pour comprendre que ce qui se passait du côté de la base et des âges jeunes avait nécessairement une influence sur le sommet et les âges élevés. Non pas forcément que les vieux augmentaient en nombre, comme s'il s'était agi de générations spontanées, mais parce que toute réduction à la base de la pyramide modifiait le poids relatif des aînés qui prenaient lentement une importance proportionnelle accrue.

C'est apparemment au démographe français Alfred Sauvy, que revint le mérite d'avoir identifié pour la première fois ce phénomène ou, en tout cas, de l'avoir nommé puisqu'on lui attribue la paternité de l'expression « vieillissement démographique » apparue dans la littérature scientifique en 1929. A partir de ce moment, le duo « dénatalité-dépopulation » se transforma en un trio « dénatalité-dépopulation-vieillesse » qui comportait tous les germes « maléfiques » des inquiétudes collectives à venir.

Car A. Sauvy n'avait probablement pas utilisé innocemment le mot « vieillissement » pour décrire ce qui n'était en définitive qu'un simple changement de structure de population. Tout porte à croire que l'analogie avec le vieillissement individuel et biologique était voulue, puisqu'elle permettait de transférer les heurs et malheurs de ce processus de sénescence individuelle au corps social tout entier. Ce qui n'inspirait que souffrances et perspectives de mort à tout être humain devait nécessairement jeter dans l'effroi les sociétés menacées de vieillissement démographique afin de susciter un réflexe salutaire de redressement à travers une relance de la fécondité et le repeuplement des berceaux abandonnés. Bref, il fallait faire peur et le résultat fut atteint au-delà de toute espérance.

2. Dénoncer le mal sénile

On ne compte plus les théories et les arguments qui furent développés par les contempteurs du vieillissement pour démontrer qu'une population vieillissante était menacée dans ses fonctions vitales : perte de dynamisme économique et de compétitivité commerciale, réduction de la consommation des ménages et désintérêt pour les investissements productifs à long terme, dépendance migratoire accrue vis-à-vis de l'étranger et risque de submergement du Nord par le Sud, diminution de la flexibilité et de la mobilité de la main-d'œuvre, élévation du coût du travail et diminution de sa compétitivité face au capital, accentuation du conservatisme politique et du risque de prise de pouvoir gérontocratique, augmentation du chômage des jeunes et développement de la xénophobie, perte de cohésion sociale et réduction des solidarités intergénérationnelles, etc.

Parfois, un argument asséné comme un coup de massue résumait tous les autres : il n'y a pas dans l'histoire des sociétés d'exemples qui infirmeraient l'hypothèse que la croissance économique va toujours de pair avec la croissance démographique. Et surtout ne croyez pas qu'il s'agisse là d'un vieux slogan démodé. On en trouve par exemple la trace assez récemment aussi bien dans un ouvrage d'Alain Minc datant de 1987¹ que

¹ A. Minc, *La Machine égalitaire*, Paris, Grasset, 1987 : « expansion et jeunesse finissent toujours par aller de pair, de même que récession et vieillissement » (p. 60).

dans le Livre Vert de la Commission européenne (2005) sur les relations intergénérationnelles².

L'idée n'est pas ici de contester massivement la vérité de chacun de ces arguments, mais plutôt de faire remarquer que des relations qui ont pu être vraies dans un contexte sociétal donné peuvent cesser de l'être dans un autre. C'est d'ailleurs un des principaux écueils auxquels les sciences sociales sont confrontées depuis toujours, à savoir, n'être jamais assurées d'aucune constance dans le temps et/ou dans l'espace des paramètres sociétaux ni des prétendues « lois » les régissant dans un monde en évolution permanente, fait de perpétuels mouvements de décomposition/recomposition. Là où les sciences exactes peuvent se prévaloir de la condition du « toutes autres choses égales par ailleurs », les sciences sociales doivent reconnaître que la seule constante qui s'impose à elles est plutôt celle du « toutes autres choses inégales par ailleurs », qui transforme les lois universelles en simples relations imparfaites de covariation statistique ou de cooccurrence.

Par exemple, même si on peut concéder aux vilipendeurs du vieillissement démographique qu'à l'origine du phénomène, il y avait probablement des raisons de redouter une pénurie de population active, dans des sociétés encore profondément rurales et qui reposaient largement sur un facteur travail dominant dans le processus de production industrielle, aujourd'hui, il serait absurde de ne pas reconnaître que le monde a profondément changé de nature et que le travail est en perte de vitesse face à la concentration capitaliste : l'emploi stagne ou régresse, comme les salaires, et il se précarise avec les temps partiels, les contrats à durée déterminée, les emplois intérimaires, tandis que le chômage ne cesse de progresser, surtout dans les catégories fragilisées, en particulier les jeunes et les travailleurs âgés, mais aussi les moins qualifiés.

Dans de telles conditions est-il encore raisonnable de prétendre que nos populations s'étiolent et que l'offre de travail est insuffisante, sauf dans quelques secteurs bien déterminés où souvent ce sont d'ailleurs nos dirigeants eux-mêmes qui ont organisé la pénurie par des mesures inappropriées (cfr le *numerus clausus* en médecine) ?

3. La mortalité en première ligne

Mais une illustration plus significative encore peut être donnée à propos du vieillissement lui-même. Car ce n'est pas seulement la société qui s'est transformée, c'est aussi le vieillissement qui a changé d'intensité et surtout de nature. Pour saisir l'importance de ces mutations, il faut à nouveau se reporter à l'origine du phénomène. Dans les premières décennies de manifestation du vieillissement démographique, il fut clairement établi que sa cause unique était la diminution de la fécondité, et en aucune manière la baisse de la mortalité, puisque celle-ci ne profitait qu'aux enfants en bas âges et constituait donc plutôt un facteur de rajeunissement de la population (ou du moins de moindre vieillissement³).

² Commission européenne, *Livre vert : face aux changements démographiques, une nouvelle solidarité entre générations*, Bruxelles, 2005. « On n'a jamais vu dans l'histoire une croissance (économique) sans berceaux » (p. 21).

³ En sauvant de la mort des nouveaux-nés et des jeunes enfants, le rétrécissement de la pyramide à sa base était forcément moins important et moins rapide.

Cette interprétation fut correcte au moins jusqu'à la seconde moitié du XX^{ème} siècle, époque où la lutte contre la mortalité prolongea ses effets favorables jusqu'aux classes âgées et très âgées et où les gains en faveur des enfants commencèrent à ralentir au fur et à mesure où une sorte de niveau plancher très bas était approché.

A partir de ce moment, le discours des démographes dut s'adapter pour reconnaître que le recul de la mortalité était devenu aussi une cause potentielle de vieillissement, même si elle n'intervenait alors qu'en deuxième position derrière le déclin de la fécondité. Encore faut-il rappeler que durant l'immédiat après guerre et pendant pratiquement deux décennies, le fameux baby-boom put créer l'illusion que la bataille du vieillissement avait été gagnée, ou était sur le point de l'être, puisque la fécondité avait amorcé une spectaculaire relance jusqu'au moment où un retournement inattendu se produisit, autour des années 1965, et où la fécondité reprit sa course historique à la baisse qui conduisit aux niveaux enregistrés de nos jours, pratiquement tous inférieurs au seuil de remplacement des générations (2,1 enfants/femme) et parfois proche de l'enfant unique, comme dans les pays méditerranéens.

Aujourd'hui, la cause est entendue : les progrès constants de l'espérance de vie, et principalement de l'espérance de vie aux âges élevés (60 ans et plus, par exemple) ne laissent plus planer aucun doute sur le fait que le recul de la mortalité est devenu une cause essentielle du vieillissement.

Beaucoup d'experts s'accordent même pour dire que les changements dans les régimes de mortalité sont devenus la cause principale du phénomène, supplantant la grande cause historique qu'était le déclin de la fécondité, au point que si celle-ci reprenait durablement vigueur, il n'y aurait aucune chance que le vieillissement régresse pour autant, tout au plus serait-il appelé à progresser moins rapidement. Mais pour l'heure, les deux causes étant simultanément présentes, le vieillissement poursuit sa progression rapide, à la fois par la base de la pyramide (moins d'enfants, aussi bien en valeur absolue que relative) et par le sommet (plus de vieux qui vivent de plus en plus longtemps). Cette situation explique notamment le fait que les deux courbes des moins de 20 ans et des plus de 60 ans se sont déjà croisées en ciseaux dans la plupart des pays aux environs de l'année 2005 et qu'elles ne cessent de s'éloigner l'une de l'autre dans les perspectives à l'horizon 2050.

4. Une révolution aussi profonde que silencieuse

Là est sans doute le véritable sens de la révolution des âges. Jamais dans l'histoire des populations humaines, les jeunes n'avaient été moins nombreux que les vieux. Au contraire, pendant de longs siècles, les vieux, au sens des sexagénaires et au-delà, ne représentaient qu'une petite minorité des populations, par exemple moins de 5 %, et même lorsque le vieillissement a commencé à s'installer, il fallut longtemps avant qu'ils atteignent un dixième de l'effectif total, ce qui est loin de la situation actuelle.

Dans un certain sens, on peut dire que le vieillissement ne devrait plus être la préoccupation principale, dans la mesure où la montée en puissance des aînés, pour

interpellante qu'elle soit, n'est plus en soi la source majeure d'inquiétude. Certes, des questions comme celle de l'hébergement des personnes âgées dépendantes, ou comme la progression des dépenses de santé avec l'avancée en âge, peuvent se poser avec une certaine acuité. Mais la question dominante est devenue celle des relations entre les générations. En somme, les évolutions démographiques depuis 150 ou 200 ans ont d'abord mis en évidence la dénatalité, puis le vieillissement et enfin la multiplicité générationnelle. Car c'est bien cette multiplicité et cette diversité générationnelles qui sont devenues la source de grands enjeux sociétaux. A cause des changements de profils pyramidaux, les relations entre les générations ont été bouleversées. Et ce d'autant plus qu'en même temps les générations ont profondément changé de visages.

Aux mêmes âges, les jeunes adultes et les vieux, pour n'évoquer que de grandes catégories schématiques, n'ont plus aujourd'hui les caractéristiques physiques, sociales ou culturelles qu'ils avaient hier, et probablement encore moins celles qu'ils auront demain. En gros, les citoyens ont acquis, au fil des ans, des propriétés qui les distinguent profondément de leurs parents et grands parents : meilleur régime alimentaire et en général meilleures conditions de vie, meilleure scolarisation et meilleure formation professionnelle, emplois moins pénibles et moins dangereux, carrières linéaires et rémunérations supérieures, accession plus rapide à la propriété et acquisition de patrimoines importants, etc. Mais au-delà de ces attributs matériels changeants, ce sont aussi les valeurs et les modèles culturels qui ont rapidement évolué, ce que les historiens appellent parfois l'accélération de l'histoire, un phénomène qui tend à brouiller toutes les cartes et à créer dans la population un profond sentiment d'anomie et d'insécurité.

Non seulement les diverses générations ont des valeurs, des aspirations, des besoins différents en fonction de leurs âges et des époques auxquelles elles ont été socialisées ou des événements qu'elles ont vécu, mais de surcroît ces valeurs, ces aspirations et ces besoins ont souvent subi des mutations plus ou moins profondes au cours de leur avancée vitale. Le résultat est une société hétérogène dans laquelle les valeurs collectives semblent dissoutes dans le magma des valeurs individuelles, aucune dominante ne paraissant devoir s'imposer, en dehors bien sûr de l'individualisme et de l'ultra-libéralisme dominant.

5. Et la crise survint ...

Or, c'est précisément à ce moment crucial pour l'avenir des sociétés vieillissantes que survient une crise financière et économique d'une ampleur inégalée dont tout le monde perçoit instinctivement qu'elle va avoir des incidences énormes sur ces mêmes sociétés.

La question posée ici est de savoir en quoi l'évolution du vieillissement et des relations intergénérationnelles seront affectées par cette crise (et réciproquement). Sans doute est-il toujours dangereux de s'aventurer dans des perspectives minées par une incertitude majeure, mais en même temps, les sciences sociales ont pour mission d'être des éclaireurs du futur et de tenter d'anticiper des évolutions, fusse parfois seulement

pour les éviter. En ce qui concerne la crise financière de l'automne 2008, des conséquences sont d'ores et déjà connues, d'autres sont plus incertaines et dépendent des réponses étatiques qui lui seront données.

Parmi les premières, on peut naturellement citer la perte du pouvoir d'achat qui va affecter les couches de la population dont les revenus dépendent principalement de l'épargne, présente ou antérieure, et particulièrement les retraités. Au sein de cette catégorie sociale, nombreux sont ceux qui avaient constitué une épargne de prévoyance pour sécuriser leurs vieux jours, selon l'expression consacrée, et pour compléter une retraite légale qu'ils savaient insuffisante pour leur éviter une diminution de niveau de vie. Une partie d'entre eux, qui ont joué la prudence en préférant les taux faiblement rémunérateurs des carnets d'épargne aux attraits des rendements élevés promis par les fonds de placement ou les montages financiers sophistiqués, verront peut-être leurs revenus partiellement préservés, si du moins ils n'ont pas choisi la mauvaise banque insolvable et si les états-nations respectent leurs engagements de couvrir les placements « sains » jusqu'à des montants assez confortables.

Mais pour les autres qui ont misé sur des produits dits aujourd'hui « toxiques », qui leurs avaient pourtant été chaudement recommandés par leurs conseillers bancaires, la déconvenue risque d'être forte, en découvrant brutalement que leurs avoirs ont fondu comme neige au soleil et que les pertes s'élèvent à 50%, 80 % ou 99 % des valeurs nominales de leurs titres. Tous n'étaient pourtant pas des spéculateurs et leur seul tort a souvent été de faire confiance à des banquiers et des assureurs cupides ou séduits eux-mêmes par les sirènes du profit facile. Comme la crise financière est loin d'être terminée, on évalue encore mal son impact réel sur les populations, beaucoup d'épargnants ayant la pudeur ou la honte de dévoiler leurs pertes, mais il est certain que les conséquences seront plus dommageables pour les individus que pour les institutions financières, au secours desquelles les états pompiers sont rapidement intervenus pour éteindre les incendies qui menaçaient partout. Il y aura certes des fusions, des rachats, des nationalisations, mais au bout du compte le système reviendra à un certain équilibre parce que le capitalisme ne peut survivre sans ses organes de transmission et d'amplification des flux financiers. Le seul espoir nourri par certains observateurs, peut-être un peu trop pétris de bons sentiments et de rêves utopiques est qu'une meilleure régulation et un meilleur contrôle international sera organisé pour limiter les risques de nouveau dérapage, comme ce fut le cas dans les années qui suivirent la grande crise de 1929, notamment avec la mise en place des institutions de Bretton Wood.

6. Des dégâts inestimables

Mais même si cet espoir se réalise, les dégâts collatéraux auront été importants et ne seront pas réparables avant longtemps. Des retraités qui croyaient s'être mis à l'abri des aléas de l'existence auront été plongés dans la pauvreté et l'assistanat, incapables de pourvoir à certains de leurs besoins essentiels, comme les soins médicaux et même peut-être l'alimentation de base. Des maux, comme la famine ou certaines formes

de morbidité et de précarité qui avaient été fortement réduits, sinon éradiqués, à la fin du XXème siècle grâce à des politiques de protection sociale assez « généreuses » feront leur réapparition massive et donneront à nouveau l'occasion à la charité privée de s'exercer, comme c'était le cas au XIXème siècle dans les souffrances de l'accouchement des sociétés industrielles et de la modernité. A la limite, les progrès de longévité, qui semblaient devoir perdurer longtemps encore, s'arrêteront et donneront raison à ceux qui annonçaient récemment un renversement de tendance dans les prochaines décennies : la crise ne fera d'attiser des risques (sociaux, écologiques, etc.) qui paraissent pouvoir être maîtrisés.

Même les pensionnés qui avaient fait confiance aux systèmes de retraite par répartition et qui n'avaient pas pensé devoir céder aux sollicitations des vendeurs d'épargne-pension et de troisième pilier, auront le sentiment d'avoir été trompés lorsqu'ils découvriront que le niveau des retraites publiques stagne, malgré le renchérissement du coût de la vie, liée aux pénuries (organisées ou non) et même régresse par rapport aux salaires parce que l'obligation de faire face aux engagements pris par des états à l'égard du système financier alourdira la dette publique et rendra impossible toute réévaluation des retraites.

Mais les retraités ne seront pas les seules victimes de ces désordres financiers, les jeunes et les classes d'âges intermédiaires (les « adultes ») seront également soumis aux contraintes d'une économie qui aura du mal à absorber le contrecoup d'une crise financière qui se sera transformée en crise économique mais aussi en crise de confiance et de solidarité. Le chômage des jeunes augmentera au-delà des situations actuelles déjà fortement dégradées et les plans sociaux fleuriront pour éliminer les travailleurs âgés, avec un regain des régimes de prépensionnement, malgré la tendance affichée depuis quelques années par les pouvoirs publics à allonger les carrières et à relever l'âge de départ à la retraite (réel et /ou légal).

Parallèlement, les salaires resteront bloqués et les emplois précaires se multiplieront de sorte que la répartition du revenu national entre le travail et le capital continuera à se dégrader en faveur du capital. Les actifs qui avaient choisi de créer leur propre entreprise auront beaucoup de difficultés à obtenir des banques les ouvertures de crédit nécessaires et un nombre grandissant de patrons de PME seront acculés à la faillite, à laquelle d'ailleurs même les grands groupes internationaux (dans des secteurs comme l'automobile, la métallurgie, la pétrochimie, etc.) seront confrontés. Dans des cas extrêmes, ce seront parfois les états eux-mêmes qui seront mis dans l'impossibilité d'honorer leurs engagements, aussi bien internes (le paiement des fonctionnaires, le versement des retraites, etc.) qu'internationaux (le remboursement de ses emprunts, le paiement de leurs achats, etc.).

Or, tout cela ne relève pas d'un scénario de science-fiction catastrophiste puisqu'on connaît déjà des exemples de toutes ces situations. La menace est réelle et déjà présente. Elle ne pourra que s'amplifier si une réforme totale de tout notre système de fonctionnement sociétal n'est pas mise en œuvre rapidement. Au-delà des banques à encadrer et des parachutes dorés à limiter et à réguler, de la pauvreté à éradiquer (selon

les objectifs du Millénaire pour le Développement – les OMD des Nations Unies), c'est toute la question de la lutte contre les inégalités et celle du partage équitable du produit collectif mondial entre les pays, les classes sociales et les générations qui devra être débattue en profondeur en renonçant à l'idéologie castratrice de l'ultra-libéralisme qui a été tellement dévastatrice, mais qui semblait être tellement la seule voie possible qu'elle a fini par enlever toute capacité de discernement et de libre conscience aux experts et aux décideurs du monde entier.

Aujourd'hui que la mystification a été dénoncée par les événements, le temps est peut-être venu, non pas seulement de sauver le système financier international, mais avant tout de réfléchir aux moyens de repositionner l'Homme au cœur de la société, et plus spécialement de l'économie qui s'était barricadée dans ses forteresses en apparence inexpugnables. « A quelque chose, malheur est bon » dit le proverbe, et on se prend à espérer que derrière tous les malheurs qui se profilent, se produira un sursaut salutaire pour implanter un modèle de développement plus humain, pas seulement au Sud, mais également au Nord.

7. Un prospectiviste mal inspiré ?

Il y a maintenant plus de 20 ans, un essayiste français, proche des milieux de la finance et conseiller économique de grandes entreprises, avait défendu une thèse provocatrice selon laquelle plus une société manifestait des velléités égalitaires, plus elle risquait de succomber à des effets pervers qui aboutissaient in fine à générer plus d'inégalités. Dans un des chapitres de sa « Machine égalitaire » (1987), Alain Minc, stigmatisait particulièrement le vieillissement démographique auquel il reprochait toutes les dérives collectives en attribuant aux sociétés vieillissantes la caractéristique d'être moins productives et donc de rendre la redistribution impossible dans un contexte où « les besoins augmentent au moment où les ressources diminuent ». Il est vrai qu'à l'époque, les « trente glorieuses » étaient déjà loin en arrière et que les crises pétrolières avaient frappé de plein fouet les sociétés industrielles justifiant une certaine vague de pessimisme qui s'était répandue au sein des médias et des élites.

Le portrait dressé par l'auteur était réellement apocalyptique : en cause d'abord le coût grandissant des soins de santé, et des assurances maladie, car si « l'évolution des mœurs médicalise la société, son vieillissement la surmédicalise ». Il en résultera un accroissement des inégalités entre les catégories de retraités, les plus démunis devront passer sous les fourches caudines du rationnement hospitalier tandis que les plus nantis « grâce à des assurances souscrites durant leur vie active par eux-mêmes ou par leurs entreprises, pourront avoir accès aux traitements les plus onéreux ».

Du côté des retraites, la situation ne sera pas moins critique et Alain Minc affirme que les systèmes courent à la catastrophe et sont menacés d'explosion à cause de la dégradation rapide du rapport actifs/inactifs avec des générations issues du baby boom qui seront à la retraite entre 2010 et 2025 et qui pèseront lourd en face des classes creu-

ses de l'après 1965. Le système de financement des retraites par répartition ne pourra résister à une expansion économique ralentie et à une démographie déliquescence et même si la capitalisation sera appelée à la rescousse pour venir compléter la répartition, elle ne suffira pas à annuler la pression de sorte que de nouvelles inégalités se développeront inévitablement.

Même les assurances familiale et chômage ne tireront pas réellement profit de l'allègement des charges dans ces secteurs, du fait d'une fécondité moindre et d'une pression réduite sur l'emploi, « parce que le ralentissement de l'économie inhérent au vieillissement des populations réduira encore le volume de l'emploi disponible et jouera en sens inverse des tendances démographiques. Les équipements collectifs liés à l'enfance (maternités, crèches, école) seront sous-utilisés et bientôt fermés, de sorte que leur coût augmentera en même temps que le déficit de l'Etat. Mais la demande globale sera elle-aussi atteinte dans la mesure où une population vieillie consomme moins, sacrifie peu à des investissements à long terme, tel le logement, et accorde d'avantage de prix au présent qu'à l'avenir ».

Les conséquences sociales ne seront en rien moins dramatiques. Au contraire, la récession se prolongeant, « la langueur économique de ces dernières années (avant 1986 (ndlr)) se transformera en une anémie profonde à long terme. Tous les mécanismes de fonctionnement de l'économie seront grippés, comme ceux des entreprises, des administrations et des universités qui perdront beaucoup de leur dynamisme et de leur créativité. La société sera gouvernée par des gérontes, encombrées de cadres moyens en plein vieillissement et administrée par des bureaucrates de plus en plus âgés tandis que les jeunes y apparaîtront économiquement exploités – cotisations sociales obligent ! –, politiquement relégués et psychologiquement marginalisés ».

Finalement, les conditions d'un affrontement entre générations seront réunies, à tous les niveaux : entre actifs et inactifs, cotisants et retraités, bien portants et malades, payeurs et bénéficiaires. Le clivage sera à la fois financier, professionnel, culturel, moral, ethnique et politique. « Les jeunes seront de moins en moins nombreux à être à la fois actifs, cotisants, bien portants et payeurs ». Ils se trouveront bloqués dans leur carrière et attendront longtemps un avancement que leurs prédécesseurs obtenaient rapidement. Ils seront soumis aux valeurs dominantes qui seront celles de la vieillesse et qui conditionneront la vie culturelle, la vie politique et même morale. Le conservatisme aura le vent en poupe et la xénophobie s'intensifiera parce que les populations vieilles sont égocentriques et tolèrent mal l'immigration.

Les inégalités entre jeunes et vieux prendront le pas sur toutes les autres, même si les formes de l'affrontement dépendra largement de l'état même de la société : guerre frontale directe pour le partage des ressources, affrontements plus classiques à travers des grèves, des cortèges ou des occupations, ou encore formes anomiques se manifestant autant dans la marginalité écolo que dans le terrorisme.

8. Une vision plus optimiste

Terrible diagnostic s'il en est, qui ne peut laisser indifférent. Au grand tribunal des sociétés, le vieillissement serait à tous les coups reconnu coupable et la peine maximale prononcée. A l'époque de la sortie de l'ouvrage d'Alain Minc, l'auteur de ces lignes avait pourtant lui-même adopté une position radicalement opposée en déclarant que le vieillissement était une chance, non seulement individuelle (vivre plus longtemps et en meilleure santé) mais aussi collective (avoir une structure de population par âge plus en accord avec les transformations de l'emploi et avec la nouvelle révolution industrielle et l'entrée dans la civilisation des loisirs et des biens immatériels)⁴. Ce faisant, il rompait radicalement avec le modèle pessimiste anti-vieillesse qui avait dominé le monde scientifique et politique depuis de nombreuses décennies et proposait en lieu et place un nouveau modèle plus optimiste où les avantages l'emporteraient sur les inconvénients et surtout un nouveau paradigme méthodologique consistant à poser comme principe fondateur qu'il était absurde, inefficace et dangereux de vouloir transformer les structures démographiques pour les rendre compatibles avec l'environnement sociétal et que la seule attitude réaliste était de faire l'inverse, c'est-à-dire veiller à transformer nos structures économiques et politiques, ainsi que nos modes de fonctionnement collectif pour les mettre en harmonie avec les transformations de nos structures de population par âge et sexe, qui restent des éléments essentiels du fondement de nos sociétés et en conditionnent le bon ou le mauvais fonctionnement (en cas d'incompatibilités majeures).

Le pari était audacieux, mais avec le recul du temps, on peut observer que des déplacements de « supporters » se sont opérés et que les thèses alarmistes ont perdu une partie de leurs adhérents, sans avoir été pour autant évacuées de l'arène des débats politiques. Conscient de l'ampleur des changements qu'impliquent cette nouvelle approche, et des difficiles adaptations à mettre en œuvre, l'auteur qualifia cette mutation conceptuelle de révolution grise, en référence à l'intelligence (d'où l'allusion à la matière grise) dont il faudrait faire preuve pour réussir ce renversement des mentalités.

Le combat n'était certes pas gagné d'avance, mais des progrès non négligeables semblaient avoir été obtenus, précisément au moment où une crise majeure, non pas imprévisible (beaucoup d'observateurs l'avaient annoncée) mais sciemment camouflée, déferle à travers le monde entier, comme un tsunami financier détruisant tout sur son passage et balayant les espoirs pour des millions, sinon des milliards d'hommes et de femmes, d'une vie meilleure.

Mais du coup, les prédictions d'Alain Minc retrouvent une réelle actualité, puisqu'une partie des risques qu'il dénonçait dans la décennie 80 sont sensiblement les mêmes que ceux que nous évoquons précédemment. Aurait-il eu raison avec vingt ans d'avance, confirmant ses talents de prospectiviste ou de futurologue, alors que nous avions cru pouvoir dénoncer à l'époque une approche archaïque, orientée vers les outils du passé plutôt que les arguments de l'avenir, et incapable de prendre une vision globale des

⁴ M. Loriaux, "Il sera une fois ... la révolution grise. Jeux et enjeux autour d'une profonde mutation sociétale", in M. Loriaux, D. Remy et E. Vilquin, *Populations âgées et révolution grise. Les hommes et les sociétés face à leur vieillissement*, Chaire Quetelet 86, Louvain-la-Neuve, Editions Ciaco, 1990, pp. 3-32.

interactions entre toutes les grandes composantes sociétales, notamment lorsque nous concluons : « A. Minc a cru décrire l'avenir et il y a seulement vu l'image déformée du passé. Sa machine à explorer le futur n'était qu'un engin à remonter le temps ! » ?⁵

Avions-nous tort, en étant aveuglé par les attraits de la polémique ? Indubitablement la question doit être posée sans complaisance, ni mauvaise foi. Cependant, une différence saute aux yeux dans les deux scénarios affichés, même si les conséquences annoncées sont convergentes : leur cause n'est pas identique, puisque dans la thèse défendue par A. Minc, l'origine sans équivoque du déclenchement de la crise, c'est le vieillissement lui-même qui transforme les modes de fonctionnement collectifs, réduit la production et gangrène les relations entre les générations, alors que pour nous l'évidence est que c'est la crise du système financier qui déclenche des catastrophes en chaîne et est susceptible de masquer les effets positifs du vieillissement et de renforcer ses effets négatifs. Mêmes constats à l'arrivée, mais conditions de départ différentes : là est toute la différence et elle est de taille.

Malheureusement, ceux qui ont choisi depuis longtemps leur camp et décidé une fois pour toute que le vieillissement était responsable de nombreuses nuisances collectives ne manqueront pas de tirer parti de l'opportunité actuelle qui leur est offerte de surcharger la victime expiatoire de tous les maux. Peut-être même trouveront-ils les moyens d'établir une relation de cause à effet entre le vieillissement et la crise financière, par exemple en évoquant le penchant des retraités pour des fonds de placement guidés uniquement par la recherche de rendements actuariels maximaux.

Simple querelle académique, sans grande importance, penseront certains ? Pas du tout rétorqueront d'autres, dans la mesure où la condamnation du vieillissement dans les sociétés qui en sont de plus en plus imprégnées risque d'accentuer les effets de la crise et de les éloigner de l'ère de gérance qui fondait l'espoir d'une gestion plus harmonieuse des âges.

9. Et si on choisissait la décroissance ?

Ceci admis, toutes les issues négatives évoquées par Alain Minc seront-elles inévitables ? Pas forcément, mais il est plus que probable que la crise économique entraînée par la crise financière sera à la hauteur de cette dernière, et même probablement au-delà. On en perçoit déjà les prémisses dans le fait que presque tous les pays de la zone euro sont entrés en récession, au sens précis du terme, c'est-à-dire pas seulement un ralentissement de la croissance, mais une vraie croissance négative, une première depuis la mise en place de cet accord européen sur une monnaie unique.

Paradoxalement, alors que l'idée de décroissance⁶ était devenue politiquement incorrecte, et considérée comme une terminologie exclue du vocabulaire politique, la voici qui s'installe spontanément, sans y avoir été invitée et surtout sans être voulue.

⁵ M. Loriaux, op. cit., p. 18.

⁶ Voir par exemple, Serge Latouche, *Le Pari de la décroissance*, Paris, Fayard, 2006 : « la société de croissance n'est pas souhaitable pour au moins trois raisons : elle engendre une montée des inégalités et des injustices, elle crée un bien-être lar-

Pourtant, il aurait été judicieux d'accepter d'y réfléchir plus tôt et de la mettre en débat citoyen, tant il est vrai que les appels sans cesse réitérés à la croissance apparaissent de plus en plus comme des offrandes au veau d'or et qu'il faudra bien un jour admettre que la croissance illimitée est impossible, comme le Club de Rome⁷ en avait fait la brillante démonstration à des époques aujourd'hui lointaines où les crises énergétiques commençaient à saper les fondements de notre modèle économique d'économie libérale de marché.

La contradiction entre nos engagements écologiques et la croissance économique saute pourtant aux yeux, comme d'ailleurs celle avec la croissance démographique. La peur du déclin démographique associée à la peur de l'arrêt de l'enrichissement collectif ne sont pas théoriquement compatibles avec la lutte contre la raréfaction des ressources naturelles non renouvelables, ni avec celle contre la pollution et la destruction de l'écosystème mondial, sauf à croire que la science et la technologie seront toujours susceptibles de venir à bout des pénuries et des pollutions et de rattraper tous les équilibres compromis, un pari redoutable s'il en est.

Pour beaucoup, décroissance signifie perte de niveau de vie et retour en arrière sur l'échelle du progrès, alors qu'on devrait plutôt concevoir la décroissance comme une transformation des modes de vie, dans le sens d'une meilleure organisation, d'un moindre gaspillage et d'une plus grande frugalité. La question n'est pas de prétendre qu'il n'y aura plus de voitures mais qu'elles seront moins voraces en carburant et que leur usage sera moins impératif en raison d'une meilleure organisation de la mobilité. De même, installer de plus en plus de piscines privées dans un monde où une pénurie d'eau menace, trouverait peut-être une alternative collectivement plus intéressante dans une multiplication et une meilleure gestion des piscines publiques. Ou encore, des prix de plus en plus bas des tickets d'avion ne devraient pas être considérés comme une preuve de démocratisation du transport aérien, mais plutôt comme une incitation dangereuse à polluer davantage et à accentuer le trou d'ozone au nom d'un droit des vacanciers au dépaysement.

La principale raison pour laquelle les détracteurs de la décroissance ne pensent pas qu'elle puisse être mise en œuvre principalement serait l'impossibilité d'assurer une redistribution des revenus dans un contexte de raréfaction des ressources. Or, rien n'est moins sûr si des politiques fiscales adéquates sont adoptées qui visent à réduire les inégalités et à mieux répartir le produit collectif, fut-il en déclin modéré, et si parallèlement une communication est organisée qui vise à sensibiliser le public sur les enjeux de la décroissance et les valeurs novatrices qui la sous-tendent.

Quoiqu'il en soit, il est difficile de nier que les risques de repli identitaire sont plus importants en période de crise. Chaque catégorie sociale tend à se focaliser sur ses acquis et à refuser les partages. Mais c'est aussi particulièrement vrai pour les générations qui pourraient s'arc-bouter sur des positions d'isolement et de méfiance les unes

gement illusoire, elle ne suscite pas pour les « nantis » eux-mêmes une société conviviale mais une « antisociété » malade de sa richesse » (pp. 53-57)

⁷ D. Meadows et D. Meadows, *Halte à la croissance ? Rapport sur les limites de la croissance*, Ed Fayard, 1973.

par rapport aux autres. Au moment où la coopération des générations apparaît la plus indispensable, un tel repli apporterait un coup d'arrêt décisif aux tentatives actuelles de développer des solidarités intergénérationnelles. Le pire serait le démantèlement total ou partiel des systèmes de protection sociale, une hypothèse actuellement peu plausible en raison de la défiance à l'égard du système financier, mais qui pourrait se concrétiser si les engagements des pouvoirs publics réduisaient davantage leurs marges budgétaires. Par contre, une stagnation des prestations et des transferts sociaux aggraverait la situation des catégories les plus défavorisées, y compris les âges pauvres ne bénéficiant que d'allocations de survie.

Car il ne fait plus guère de doute que la lutte des classes qui a accompagné tout le XX^{ème} siècle se transformera en conflits de générations durant le XXI^{ème} siècle, et même peut-être en guerre ouverte si les conditions d'affrontement direct sont remplies, ce qui semble devoir être le cas avec le déclenchement de la crise.

L'avenir dira si les digues de solidarité qui ont été établies durant le siècle précédent seront suffisamment fortes pour résister à la déferlante de la crise actuelle. Sinon, tous les efforts du milieu associatif et des pouvoirs publics pour améliorer les relations intergénérationnelles resteront vains, dans la mesure où le développement des micro-solidarités à travers des projets de proximité dépend intrinsèquement de l'existence de macro-solidarités collectives, comme le sont les systèmes de protection sociale, qui sont là pour assurer la cohérence et l'intégration de tous les niveaux inférieurs de coopération intergénérationnelle.

Mais l'espoir ultime réside dans la présence d'une volonté collective de renouer (ou non) un contrat social intergénérationnel qui refonde les solidarités entre les générations et qui redéfinisse la place des âges dans nos sociétés, sans exclusion ni marginalisation.

Références bibliographiques

- BÖRSCH-SUPAN, A. *et al.*, (eds.) (2005), *Health Ageing and Retirement in Europe. First results from the survey of Health Ageing and Retirement in Europe (SHARE)*, Mannheim, Mannheim Research Institute for the Economics of Ageing (MEA).
- BÖRSCH-SUPAN, A. *et al.*, (2008), *Health, Ageing and Retirement in Europe (2004-2007). Starting the Longitudinal Dimension*. Mannheim, Mannheim Research Institute for the Economics of Ageing (MEA).
- CAISSE NATIONALE D'ASSURANCE VIEILLESSE (CNAV) (2008), Le niveau de vie des retraités, *Retraite et Société*, Vol. 4, n.º 56 Paris, La Documentation française.
- CAISSE NATIONALE D'ASSURANCE VIEILLESSE (CNAV) (2007), Les retraites en Europe, *Retraite et Société*, Vol. 1, n.º 50 Paris, La Documentation française.
- CAISSE NATIONALE D'ASSURANCE VIEILLESSE (CNAV) (2005), Le soutien aux personnes âgées en Europe, *Retraite et Société*, Vol. 3, n.º 46 Paris, La Documentation française.
- CAISSE NATIONALE D'ASSURANCE VIEILLESSE (CNAV) (2003), L'Europe du grand âge : entre familles et institutions, *Retraite et Société*, Vol. 1, n.º 38, Paris, La Documentation française.
- CHASTELAND, Jean-Claude, LORIAUX, Michel, ROUSSEL, Louis (2004), *Démographie 2000. Une enquête internationale par Internet auprès des démographes*, Bruxelles, Académia-Bruylant.
- LATOUCHE, Serge (2006), *Le Pari de la décroissance*, Paris, Fayard.
- LORIAUX, M., REMY, D. (eds.) (2006), *La Retraite au quotidien. Modes de vie, représentations, espoirs et inquiétudes des personnes âgées*, Bruxelles, De Boeck.

- LORIAUX, Michel (1990), “ Il sera une fois ... la révolution grise. Jeux et enjeux autour d’une profonde mutation sociétale ”, in LORIAUX, M., REMY, D. et VILQUIN, E., *Populations âgées et révolution grise. Les hommes et les sociétés face à leur vieillissement*, Chaire Quetelet 86, Louvain-la-Neuve, Editions Ciaco, pp. 3-32.
- MEADOWS, D., MEADOWS, D. (1973), *Halte à la croissance ? Rapport sur les limites de la croissance*, Paris, Ed Fayard.

Na encruzilhada da família e do género em contexto migratório

Maria Engrácia Leandro*

Paulo Nuno Nossa**

Maria José Boavida***

À memória de Maria Ioannis Baganha

Sobre as coisas importantes, não nos fiemos nas aparências.
Heraclito

Resumo

A problemática da família e do género nos contextos migratórios internacionais tem merecido insuficiente atenção por parte dos cientistas sociais, tanto dos que se interessam pela família, como dos que estudam as migrações. Contrariando esta tendência, numa perspectiva teórico-empírica e tendo sobretudo em conta a situação das famílias portuguesas na Alemanha e em França, abordaremos essencialmente neste texto cinco parâmetros: a família enquanto instância nómica e dinâmica; o processo de autonomia pessoal e familiar, a construção da emancipação feminina e as relações de género em contexto internacional; as mudanças em construção no seio destas famílias; os modos como este tipo de migrações favorece a realização das aspirações familiares; os efeitos decorrentes da articulação entre culturas familiares e culturas sociais vivenciadas em contextos sociais distintos, numa perspectiva intergeracional, tendo sobretudo presente as tarefas estruturantes e de transmissão da família.

Palavras-chave: Migrações, género, autonomia, reagrupamento familiar.

* Departamento de Sociologia da Universidade do Minho – engracia@ics.uminho.pt

** Departamento de Geografia da Universidade do Minho – paulonossa@mail.telepac.pt

*** Departamento de Geografia da Universidade do Minho – boavida@geografia.uminho.pt

1. Introdução

Tal como refere J. Costa-Lascoux, as questões da família e de género nos contextos migratórios são fenómenos sociais a que a sociologia das migrações e da família não tem dado grande importância. Os vários movimentos feministas, em si, também não se têm interessado muito mais pela última destas problemáticas. Quando muito fazem-lhe referência, focalizando-se nas temáticas da identidade e da diferença, do universalismo e do particularismo. Na literatura feminista as mulheres migrantes aparecem, na maioria das vezes, indirectamente, ou de maneira recente, através das investigações sobre o desenvolvimento nos países do Sul – mulheres actoras, ou mesmo pilares do desenvolvimento –; ou ainda nos países ocidentais designadas de “mulheres mediadoras” (C. Delcroix *et. al.* 1996). No que à família migrante se refere, esta é frequentemente invocada por professores, políticos, movimentos associativos entre outros, para explicar as dificuldades de aprendizagem escolar dos filhos, sujeitos a dois tipos de socialização diversa: a da família e a da escola, bem como a da sociedade onde vivem, procurando decifrar cenários de conflito ou, inversamente, de apoio intergeracionais. Adicionalmente, este processo dissemelhante de socialização pode também ser chamado a compreender as dificuldades ou até as influências que podem culminar em situações de desvio ou, ao invés, em processos de integração social, e em menor grau no que se refere à sua própria dinâmica interna de mediação social e intercultural. Em suma, olha-se mais para a família migrante em termos instrumentais e menos em termos relacionais e de actor de mudança. Todavia constata-se que, sendo o tema das migrações o parente pobre das ciências sociais, ainda mais o são as questões relativas à família e ao género, apesar da hipervisibilidade da mulher e do impacto e influência das famílias migrantes na vida dos seus membros, bem como na das sociedades a que estão associadas, sendo que umas e outras não ficam imunes perante estas influências.

Quanto às migrações internacionais no feminino, o que se pode dizer é que, não sendo um fenómeno social novo¹ (P. Bourdieu 1962; P. Vila 1991; C. Cunha 1995; L. Trincia 2001), têm vindo a adquirir múltiplas singularidades, sobretudo desde a segunda metade do último século. Anteriormente, na maioria das vezes, as mulheres e os filhos menores partiam essencialmente integrados no reagrupamento familiar, logo mais por iniciativa do homem marido e pai, ou ficavam na terra de origem, à espera dos maridos, quais “viúvas de vivos” – como bem as definia Oliveira Martins nos finais do século XIX. Recentemente, partem muito mais em função das suas próprias aspirações, ainda que estas possam ter que ver também com a família do presente e do futuro. Há, até, cada vez mais mulheres casadas que partem antes dos seus maridos, pensando ser mais fácil encontrar trabalho, particularmente no quadro da nova reconfiguração do mercado internacional, induzida pela delegação dos trabalhos domésticos à popula-

¹ As mulheres sempre *e*/migraram. Basta pensar na quantidade de mulheres portuguesas que já no século XIX se juntavam aos maridos no Brasil (C. SARMENTO 1995), na Argentina entre outros locais; mas apenas partiam em função da família ou com autorização do marido ou do pai, ao passo que na modernidade mais recente partem muito mais sozinhas e por sua própria iniciativa (autodeterminação), visando aceder a uma vida melhor. P. Bourdieu (1962) fala-nos de mulheres birmanesas que *e*/migravam desde o século XIX, deixando o meio rural para encontrarem um emprego nas cidades dos EUA.

ção pobre dos países de emigração e/ou de condição social desvalorizada (P. George 1977). Porém, esta reconfiguração do mercado internacional, induzida pela delegação dos trabalhos domésticos, sobretudo à população pobre dos países do Sul, pelas pessoas ricas dos países do Norte, e em Portugal também extensivo às mulheres brasileiras e dos países de Leste, não contém menos os estigmas de uma hierarquia geográfica das desigualdades sociais; a menos que se permita conjecturar que esta conduz ao desenvolvimento de “espaços mundiais de hospitalidade”, implementados por orientações políticas e humanitárias, permitindo, por esta via, travar o isolamento dos países do Sul no endividamento e na miséria, o que está muito longe de se verificar.

Insistir-se-á, ainda, no facto de o trabalho doméstico ser muito mais exercido no interior de um espaço mais preservado dos olhares indiscretos, logo com maior probabilidade de escapar ao controlo policial, no caso dos “indocumentados”, pesem embora estas profundas desigualdades. Ouve-se frequentemente falar da expulsão de mulheres que não conseguem escapar às malhas da justiça, em virtude das actividades clandestinas ligadas sobretudo à prostituição ou similares, mas muito raramente devido ao exercício de outras actividades profissionais, mormente o serviço doméstico, servindo este, amiúde, de trampolim para a própria legalização e reagrupamento familiar. Nesta perspectiva, estas actividades estão para as mulheres como as da construção civil estão para os homens.

Tenha-se também presente, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a População, que, em 2006, 80% das vítimas de tráfico ilegal à escala internacional são mulheres e crianças. A esperança de poderem alcançar mais rapidamente melhores condições de vida para si e para os seus, numa sociedade com mais abertura, leva as primeiras, consciente ou inconscientemente, a correrem maiores riscos, colocando-as num estado de sujeição atroz, podendo comportar várias formas de exploração e de atentados contra a dignidade do ser humano, dado que, na miragem da conquista de mais autonomia, estão também imbricadas a instrumentalização e a mercantilização das relações humanas de género, através das quais a mulher se vê compelida a utilizar o seu corpo como trunfo. Neste contexto, tendo em vista a realização das suas aspirações e a miragem da acumulação rápida e “fácil” de capital, outra forma de “escravatura” dos tempos hodiernos, algumas até se podem consentir neste tipo de situações, vergadas por fragilidades políticas (dificuldades de legalização, manutenção das desigualdades sociais e de género), económicas, sociais, culturais e de género. Deste modo, procuram nesta teia de “opções” e constrangimentos uma forma de sobrevivência, uma estabilidade, quiçá uma ascensão social pessoal e familiar, circulando em diferentes mercados matrimoniais, sexuais, de trabalho e da e/imigração.

Actualmente, em Portugal, mais concretamente no distrito de Braga, onde estudamos também este fenómeno, abundam cada vez mais situações desta natureza, escapando até às malhas da prostituição organizada, vividas por risco e conta própria, visando “enriquecer” num curto espaço de tempo, com o alvo de investirem no país de origem, inclusive na procura de uma melhor situação escolar e social para os filhos que aí deixaram à guarda de familiares. Trata-se, assim, em alguns casos, de projectos de vida tem-

porários, mas que se afiguram financeiramente muito rentáveis, apesar dos vários riscos que lhes estão associados. Interessa notar, por outro lado, a presença de uma intrincada relação: algumas destas mulheres são mães, ou pensam vir a sê-lo, pelo que procuram, como outras, melhores condições de existência para si e para a sua família. Não raro, estas são-lhes negadas, tanto nas sociedades de origem como nas de destino. Não obstante, persistem em procurá-las, decorrendo deste facto o crescendo de migrações femininas internacionais, ainda que por vezes em condições aviltantes.

Aludindo às estatísticas da ONU (2006), estas indicam que a proporção de mulheres migrantes não pára de aumentar. Actualmente, há mais mulheres migrantes no mundo do que homens: 51% e 49% respectivamente, como também o afirmam Claude Zaidman e Prisca Bacelet, tendo em conta as últimas duas décadas (2003). Pode-se então dizer que a feminização das migrações internacionais é um fenómeno em plena expansão. Globalmente, a imigração feminina emerge como um facto social bastante sensível perante os dados estruturais (densidade populacional, recomposição do mercado de casamento, novas configurações da prostituição; C. De Wenden 1999; M. Ribeiro *et al.* 2007) e a inflexão dos projectos migratórios familiares (M. E. Leandro 1992, 1995b), mas também face aos novos dados conjunturais: mercado de emprego, efeitos económicos, jurídicos e políticos, novas formas de cidadania e de relacionamento social, multiculturalidades, interculturalidades, trajectórias de reprodução *versus* mobilidade social. Em geral, no que às últimas diz respeito, está associado um processo mais lento e mais profundo, pelo que são, frequentemente, mais miragens do que realidades concretas. Com efeito, designadamente no que se refere à interculturalidade, exige-se saber quem somos e o que queremos para sairmos mais ricos, se entrarmos em diálogo uns com os outros, se nos decidirmos a aprender uns com os outros e participarmos na construção de sociedades mais abertas, tolerantes e acolhedoras e não recipientes singelos de mera coexistência cultural, como acontece na maioria das vezes em que, apesar da próxima coexistência de povos e culturas diferentes, não passa disso mesmo. Cruzamo-nos e não nos encontramos, olhamo-nos e não nos vemos, vivemos lado a lado ou sobrepostos e ignoramo-nos, somos indiferentes uns aos outros. É a “multidão solitária” de que fala D. Reisman (1964).

Situações desta natureza são ainda mais densas no que às relações com migrantes diz respeito, independentemente do género. Em situação migratória, não é raro que, em vez de olhar o outro como alguém que nos é próximo, um actor e mediador de novos laços sociais entre estrangeiro e autóctone (G. Simmel 1984), pois todos participamos da mesma natureza humana, o concebamos como concorrente, distante e bastante diferente, quiçá desviante (como está a acontecer entre nós por parte de alguns actores, inclusive políticos, grupos ideológicos entre outros). Situações desta índole, em vez de darem azo a relações de proximidade, fomentam antes o medo e a desconfiança. A um nível mais geral, perante as diferenças culturais mais ou menos comuns a este e àquele grupo, tudo parece passar-se como se se vivesse um sentimento ambíguo de medo e de fascinação. Podemos, então, falar da possibilidade de se criarem fantasmas e da irrupção de forças irracionais que se acreditava serem de outros tempos e nunca conformes às sociedades do

século XXI, que se querem pluriculturais, quiçá interculturais, por maioria de razão em época de intensa globalização e em que tanto se faz apelo aos direitos humanos.

Actualmente, esta onda de estigmatização atinge tanto homens como mulheres: os primeiros mais associados à prática criminal por roubo/furto, e as segundas à prostituição, como se, em muitas circunstâncias, se tomasse a parte pelo todo. É sobretudo em situações de maior discriminação e isolamento social que a família migrante mais se revela como uma enseada, um ancoradouro onde as pessoas podem encontrar protecção e solidariedade para o bem e para o mal e, através delas, realizarem uma aspiração que é constitutiva da pessoa humana: a do reconhecimento. Daí a importância do reagrupamento familiar, seja este despoletado por homens, por mulheres ou por ambos.

De facto, nos países ocidentais verificam-se duas principais vias de migrações femininas. Uma, mais tradicional, relacionada com o reagrupamento familiar, e outra associada com o recrutamento salarial, em concomitância com a transnacionalização das migrações, onde as mulheres se vêem compelidas a aceitar salários mais baixos do que os dos homens, ainda que mais recentemente exibam qualificações escolares e profissionais iguais ou muito próximas. Ademais, se Portugal é um dos países da União Europeia onde esta realidade engloba as maiores discrepâncias, o que não poderá acontecer em relação às migrações internacionais, mais sujeitas a vários tipos de discriminação, quiçá de novas formas de exploração? De toda a maneira, muitas mulheres já não partem só para seguirem os seus maridos, mas antes emigram de “*motu proprio*”, tendo em mira o acesso a uma vida melhor e a conquista da sua própria autonomia económica e social, ainda que não ofuscando a perspectiva de vir a constituir uma família em terras de imigração ou de melhorar as condições que deixaram na terra natal, quer de orientação quer de procriação, como bem o evidenciam quando interrogadas sobre o assunto.

Um trabalho de investigação que estamos a prosseguir no distrito de Braga junto de mulheres e famílias dos países de Leste, a par de outros que já realizamos anteriormente em países como a Alemanha e França, demonstra haver ainda bastantes mulheres que, tendo vindo sozinhas ou juntando-se ao cônjuge, aspiram agora a poder trazer para junto de si os demais familiares, incluindo os progenitores. Enquanto isso não acontece, são elas quem lhes envia dinheiro para poderem “sobreviver” melhor lá longe nos países onde nasceram. Assim, a reunificação da família nos mesmos espaços de proximidade corresponde a uma aspiração profunda e a um sentido gregário que visa reunir progenitores e descendentes, tanto numa linha vertical como horizontal em múltiplas situações. Em Braga, entre as mulheres entrevistadas, esta realidade está ainda mais patente nas que já estavam divorciadas à data da e/imigração, mas também engloba algumas que vieram solteiras e até casadas. Aliás, muitas delas, após um curto período de tempo decidem-se rapidamente pela fixação em Portugal, sobretudo quando conseguem realizar algumas das suas aspirações de partida: legalização, trabalho e habitação. Ademais, uma das particularidades das migrações dos países de Leste em Portugal é a rapidez com que os seus actores se decidem pela aquisição de casa própria, o que não foi de modo algum o caso dos portugueses que partiram para os países acima indicados (Alemanha e França). Entre os nossos entrevistados (por enquanto apenas dezoito: seis homens e

doze mulheres), encontramos somente dois homens que afirmam aspirar a regressar, dado não terem encontrado trabalho compatível com as suas aptidões escolares e profissionais, ao passo que não encontramos nenhuma mulher que se manifestasse de igual modo, apesar de também viverem esta discrepância. Algumas estão mesmo em situação de desemprego, vivendo sós ou com os filhos, recebem o subsídio de desemprego ou o Rendimento de Inserção Social. Mesmo assim, admitem que elas próprias e os filhos têm mais probabilidades de sucesso futuro aqui.

Daí que se constate, cada vez mais, que há percursos migratórios individuais ou familiares cuja iniciativa cabe à mulher, partindo só, cuja situação e aspiração familiar é plural. De qualquer modo, mesmo que venham juntar-se aos seus maridos, sós ou na companhia dos filhos, ou que venham a constituir família com um residente ou autóctone no país de acolhimento, estas mulheres assinam um projecto de vida para si e para a sua família. Ademais, as realidades estudadas mostram que, no quadro das migrações internacionais por causa económica, é a família e não o indivíduo que é primordial quando se coloca a decisão de alguém partir só ou acompanhado por mais familiares. No quadro das migrações por causa económica, normalmente *e/imigram* os indivíduos ou famílias que vivem precárias condições sociais de existência, e não os outros, e até se escolhem os primeiros elementos a partir em função dos interesses, estratégias e projectos do grupo familiar. Era assim com a família-tronco e continua a ser com a família conjugal (F. Brandão 1994). Há, porém, questões que permanecem em aberto: porque não emigram todos no mesmo momento e para os mesmos destinos? Porque é que no interior da mesma família, sobretudo entre irmãos adultos, uns partem e outros ficam? Porque parte primeiro o homem ou a mulher e não sempre os dois conjuntamente? De qualquer modo, para os que partem, a aspiração a uma vida melhor e com probabilidades de se realizar rapidamente é um motor fundamental que incita os indivíduos e as famílias a deslocarem-se, visando encontrar as condições para a realizarem.

Em termos de relações de género, tendo em conta o quadro familiar, os estudos sobre estas questões vêm mostrando que, com o passar do tempo, tendem a transformar-se, tendo sobretudo em conta uma nova organização profissional e familiar, a influência dos valores da nova sociedade onde vivem, e até das transformações operadas neste sentido no país de origem, como tem acontecido com muitas mulheres portuguesas que *e/imigraram* nos anos sessenta e setenta do século passado. Por outro lado, para muitos indivíduos as migrações internacionais são o principal contexto onde entram verdadeiramente as lógicas do trabalho capitalista, designadamente o trabalho da mulher. Em contrapartida, há estudos que revelam serem as mulheres muito mais abertas às novas influências sociais e culturais do que grande parte dos homens (I. Taboada *et al.* 1978; M. E. Leandro 1992, 1995a; V. Manry 2005).

Mesmo assim, em geral, os estudos sobre os migrantes internacionais preocupam-se mais com uma integração instrumental, isto é, de acesso aos bens e aos serviços oferecidos pela sociedade: trabalho, alojamento, transportes, saúde e segurança social, sem passarem pela integração cultural, traduzindo-se pela adopção de novos sistemas de valores, normas e aspirações mais elevadas. Segundo P.-H. Chombart de Lauwe

(1971, 18, 41, 57), pioneiro da sociologia das aspirações “As aspirações são orientadas por imagens, sinais e símbolos... Estão na charneira do individual e do social... Por um lado, a aspiração está estreitamente ligada ao projecto que é uma orientação da acção. Por outro lado, pode ser aproximada do interesse de um movimento interno do indivíduo e da influência do meio social e as condições de vida numa sociedade em transformação”. Tal como os valores, tendem a modificar-se mais por efeitos da urbanização, industrialização, informatização, escolarização e dinâmica social, o que também acontece frequentemente em contextos migratórios.

Neste trabalho, procuramos ter em conta a necessidade de apreender a feminização e a familiarização dos movimentos migratórios com um olhar sociológico, que associa as noções claras de pertença social, género, dinâmica familiar, espaço, projectos migratórios, relações de (inter)dependência, autonomia, necessidades e aspirações.

É este olhar específico que nos permite avançar na análise de cinco questões que nos parecem cruciais para podermos apreender o fenómeno que vamos analisar, a saber: as migrações internacionais poderão ser uma possibilidade de realização das aspirações familiares e femininas? Os contextos migratórios favorecem a construção da autonomia pessoal e familiar e a conquista da emancipação feminina? Como se reflectem estas mudanças no seio das famílias migrantes? Será a família uma “instância nómica”, isto é, um espaço de transmissão, de realização de aspirações, construção de projectos e de normas, dando sentido às trajetórias pessoais e familiares? Como se articulam as culturas das sociedades de origem com as das sociedades onde vivem e que efeitos provocam nestes actores sociais e nos seus descendentes? Procuraremos mostrar, tendo em conta trabalhos de campo realizados e em curso, que as principais características das trajetórias migratórias familiares e femininas estão fortemente correlacionadas com a pertença social, os projectos migratórios e os “vários possíveis” (J.-P., Sartre 1986) proporcionados pelas sociedades onde vivem.

2. Em busca de autonomia e de emancipação

Se as modalidades de repartição das tarefas se diferenciam consoante as sociedades, constata-se que em todo o lado se atribuem aos homens as tarefas prestigiantes e às mulheres os trabalhos subalternos: esta repartição é sempre orientada de maneira a que a supremacia do homem sobre a mulher não venha a ser posta em causa.

Tabet

Muitas das aspirações dos migrantes internacionais convergem em dois objectivos: possibilidade de acesso a uma vida melhor para si e para os seus e mais mobilidade e promoção social, senão para si, pelo menos para os filhos. Às das mulheres em particular, tendo também presente a situação em que podiam viver anteriormente, junta-se a procura de maior autonomia e emancipação, tanto no interior da família como na sociedade. Nas sociedades de acolhimento estas perspectivas não são necessariamente

incompatíveis, mas necessitam de esforços de conciliação, fundamentalmente porque as acções em que se empenham se desenrolam em dois espaços diferentes – o espaço social e o espaço familiar – e sob o efeito de um duplo processo: o da socialização familiar, para muitas mais profunda na sociedade de origem, e o da aculturação de tipo formal e não apenas material (S. Abou 1981)² ocorrido nas novas sociedades, normalmente mais modernas, industrializadas, terciarizadas e urbanizadas. Pode até acontecer que, em alguns casos, sejam oriundas de sociedades desta natureza, como é mais recentemente o caso das portuguesas que partem e das mulheres que vêm dos países de Leste e até do Brasil.

Em termos globais, o trabalho de campo que temos realizado no quadro das migrações portuguesas internacionais na Alemanha, em França, na Suíça e mais recentemente em Portugal (distrito de Braga) em relação aos migrantes dos países de Leste, permite-nos afirmar que as estratégias destas mulheres congregam simultaneamente estratégias de autonomia pessoal e a realização de projectos de vida que comportam três dimensões: pessoais, familiares e sociais.

À partida, a conquista da autonomia, ainda que relativa, é mais significativa para a mulher, e o processo de emancipação passa pelo acesso ao emprego e ao respectivo salário, pois é este que começa por lhes conceder os meios para, paulatinamente, se irem libertando dos “comportamentos de consumo por necessidade” (P.-H. Chombart de Lauwe 1971, 1975), de certas subserviências e da dominação masculina em que teriam vivido antes da migração, designadamente as que e/ou migraram já no terceiro quartel do século passado. Isto acontecia sobretudo no quadro da família patriarcal, do homem chefe de família e “ganha-pão”, o que, para além dos valores tradicionais, das leis³ e das ideologias, constituía um dos pilares da sua autoridade. Com o acesso da mulher à escolarização e ao emprego, o mesmo é dizer à capacidade de dominar o desconhecido e de alcançar poder económico, é toda a ordem tradicional de género e familiar que tende a subverter-se, embora continue a haver uma economia familiar comum.

Na verdade, o dinheiro ganho com o próprio trabalho concede outros poderes significativos. Entre outros aspectos, confere mais liberdade, igualdade, independência, capacidade de autodecisão entre outras. Permite, sobretudo, melhorar o nível de vida de cada um e dos familiares em conjunto, aliás um dos principais critérios de sucesso social. O dinheiro de que dispõe um indivíduo é disto um símbolo importante. “Quanto tens quanto vales, nada tens nada vales”, diz o ditado. Por outro lado, é esse dinheiro

² De maneira geral, em contexto migratório, os primeiros a partir, e mais concretamente no interior da família, os pais tendem a evitar a desaculturação, recorrendo a uma estratégia de aculturação parcial e material. Em contrapartida, os filhos dificilmente recorrem a esta modalidade dada a situação em que se encontram, devido a um processo de socialização simultânea na família, na escola e na sociedade em geral. Logo, são constrangidos a interiorizarem duas maneiras de pensar e agir, com predominância a que decorre dos mecanismos de influência da sociedade de residência, pelo que enveredam, mais correntemente, por um processo de aculturação formal muito mais profundo.

³ Refira-se que a Constituição da República Portuguesa de 1933 e as suas sucessivas revisões, tendo durado até 1976, atribuía ao homem “o pátrio poder”, que englobava não apenas o poder e a supremacia sobre cada um dos membros da família, como a própria gestão do património familiar, ainda que em herança este tenha sido recebido muito mais em função da mulher, como podia acontecer em certas situações. Mesmo assim, uma vez casada, a mulher não tinha qualquer poder sobre a administração do mesmo, embora o Código Civil de 1966 introduzisse algumas poucas prerrogativas para a mulher.

ganho com “suor e lágrimas” que paulatinamente permite deixar de estar associado a um comportamento que conota a decisão de emigrar com necessidades, particularmente socioeconómicas, e não com uma livre escolha, inserindo toda a experiência migratória numa óptica de brevidade e provisório: intenção de regressar a curto e médio prazo. Logo, há que maximizar os ganhos no período da estadia, o que se traduz por trabalhar e poupar o máximo, gastar o mínimo, visando a acumulação.

Neste sentido, não quer dizer que as relações familiares se possam avaliar, exclusivamente em termos comerciais ou do deve-e-haver. Ademais, nesta matéria e sobretudo nos nossos dias, o conteúdo e natureza das relações afectivas são colocados antes que os actores se orientem para outras formas específicas de transacção. Compreende-se também, em retorno, que as transferências de dinheiro efectivamente realizadas sinalizem o estado de uma relação, o investimento na individualização ou no fusional e os dispositivos afectivos ou de reconhecimento de uma dádiva. Dispondo de um espaço próprio perante o direito, o dinheiro familiar, quer em forma de património quer de rendimentos, é um modo de permuta, mas diferente do mercado financeiro, pois não é a medida de todas as coisas. Para além do material, há que contar com a importância da afectividade, a qualidade das relações e as formas de solidariedades familiares.

A partir daqui, podemos dizer que a família, comportando também permutas simbólicas, tem dificuldade em estabelecer o seu preço monetário, pelo menos para algumas situações. E como refere F. De Singly (1996), concede algo que lhe é muito peculiar: o Amor que não se compra em qualquer prateleira do super ou hipermercado, loja do centro comercial ou mercadinho da rua onde se vive. Mais ainda. Que preço atribuir a certas formas de solidariedade familiar? Normalmente, é o que diz o povo: “Dá-se e não se conta”. Mas, na realidade, não é menos verdade que na família há como que uma interconexão de permutas económicas, afectivas e simbólicas. Praticamente, uma dimensão não funciona sem as outras. Como diz o aforismo, “Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”.

O importante é relevar que a relação com o dinheiro e com o ter em geral será tanto mais harmoniosa quanto não sirva para criar relações de superioridade-inferioridade, baseadas apenas em critérios economicistas, consuetudinários ou ideológicos como os de género. Interessa anotar, no entanto, que em certas situações e famílias abrangidas pelas migrações, se o critério de superioridade fosse apenas de carácter económico, seria a mulher a ocupar o primeiro lugar, na medida em que consegue ser aquela que ao fim do mês aufero o salário mais elevado, ainda que seja à custa de horas e esforços suplementares. De resto, muitos homens migrantes e os filhos reconhecem esta faceta ao dizerem: “A minha mulher, a minha mãe trabalha e esforça-se muito, por isso merece que a ajudemos”. Estamos ainda numa fase de fazer concessões, bem expressas na ideia de ajuda e não de direito-obrigação. Por um lado, a mulher vê-se reconhecida como igual e, por outro, cada um tem o grave dever de participar nas tarefas domésticas, pois que delas também beneficia.

Na situação das porteiras há que contar ainda com os “menu services et des avantages nature”: para além da casa, água, luz e gás gratuitos, crescem pequenos serviços

no quotidiano, retribuídos em formas de prendas ou de gorjetas, sobretudo por ocasiões festivas como a do Ano Novo. Estes donativos-compensações podem não ser despiciendos em termos da economia pessoal e familiar, ou mesmo em termos de reconhecimento dos membros da família. Basta pensar que, quando uma família em França cuja mulher exerce esta profissão pensa regressar a Portugal, fá-lo a partir deste evento social.

Não será assim difícil demonstrar que, para muitas mulheres de condição social modesta, a *e*/imigração aparece como o primeiro passo e espaço onde é possível realizar muitas das suas aspirações e, quiçá, muito mais rapidamente do que as suas congéneres de igual condição social que ficaram no país de origem, pesem embora as transformações internas que se vão verificando, tal o caso português. Por alguma razão uma mulher portuguesa que *e*/imigrara para a Alemanha nos finais do século passado nos dizia em 2000 não querer regressar à sua terra, pois usufruía lá de condições que nunca antes tivera, e também não previa poder vir a tê-las na terra que tinha deixado; até quando comparava a sua situação com a das que aí permaneciam, incluindo as irmãs, a diferença ainda era grande. Na sociedade para onde se deslocou a grande maioria pode, ao mesmo tempo, dispor de mais meios económicos que lhe permita ir bem mais longe do que satisfazer as exigências básicas de subsistência pessoal e familiar. Se na aldeia a venda de coelhos, galinhas, legumes e frutas, entre outros elementos, complementada hoje com algumas horas de trabalho doméstico nas cidades vizinhas, permitia(e) à mulher ter as suas próprias economias, o “seu pé-de-meia” que pode gastar por sua própria “conta e risco”, no contexto migratório ela também encontra outros meios para o fazer (sobretudo horas suplementares), o que não invalida um sentido colectivo dos recursos no interior da família. A investigação que em 2006 prosseguimos na região parisiense junto de várias famílias portuguesas com mais ou menos tempo de migração ou mesmo binacionais é clara a este respeito, sobretudo para o caso de empregado(a)s com salário mensal fixo. Continua a haver uma tendência para a prática de um orçamento familiar comum, ainda que sujeito a contas distintas, em virtude de os salários serem pagos directamente pelo banco das respectivas empresas (M. E. Leandro 2006). Comportamentos desta natureza podem ser interpretados como uma partilha incondicional das transferências económicas, qual ideal de um casal indivisível, da família unida e quiçá da “família fusional” (L. Roussel 1989), que mantém à distância toda a forma de cálculo e de transacção condicional, pelo menos enquanto houver um ou vários projectos comuns. Deste modo, o problema da dívida e da equidade não se coloca. Está-se no registo do que M. Sahlins (1976) apelidava de “reciprocidade generalizada”, regime que considerava de modo universal, próprio da economia doméstica. Há também em muitas famílias migrantes que temos estudado a prática de aforro do ordenado de um dos cônjuges, transferindo-o directamente para a conta-poupança, mais comumente o do homem, ficando o ordenado da mulher mais adstrito às despesas do dia-a-dia. O que a realidade nos permite dizer é que as maneiras de utilizar o dinheiro no seio destas famílias é plural, modificando-se de uma família para a outra, tendo em conta os processos de socialização, as características dos projectos que as mobilizam e a abertura das mentalidades a mais ou menos individualização e inversamente.

Além disso, estas mulheres deixam de ser, tão-só, as gestoras do ordenado ou outros recursos ganhos pelo marido, para se tornarem também elas em agentes de recursos económicos para si e para a família, ganhos com o seu trabalho profissional, o que mais contribui para a sua autonomia. Esta mais-valia, começando por introduzir mudanças pessoais significativas, induz também profundas transformações no seio da família, sobretudo ao nível das relações de género, pondo em causa a supremacia dos homens e a hierarquia conjugal. Por outras palavras: tradicionalmente, sendo o género, até meados do século XX mais confundido com o sexo, que ditava a superioridade do homem e a inferioridade da mulher, com o acesso ao emprego, a uma maior abertura das mentalidades e à exigência de outros comportamentos num novo contexto social, perante as leis do país onde vivem e as novas condições sociais e familiares, vai-se passando para uma situação em que o género forma um campo ou o meio através do qual o poder é articulado no interior da família. Ao parecer que cedem ou descem do seu pedestal, também os homens são ganhadores na medida em que contribuem para outra harmonia familiar, para a sua própria transformação comportamental e maior respeito pela dignidade familiar de cada um e de todos em conjunto. Progressivamente, com mais eficácia, é toda a ordem familiar tradicional que se transforma, até nas suas características essenciais através da construção de uma forma mais negociada e mais equilibrada, bem como de uma redefinição dos papéis de género e a emergência de novos dados de permuta e de comunicação intraconjugal e familiar.

Tal como acontece noutros meios sociais e familiares, passa-se mais facilmente da atitude de autoridade à de negociação, instaurando-se cada vez mais a lógica da contratualização nas relações do casal e nas dos pais-filhos. Tendo em conta a transmissão de valores no seio da família e as modificações sociais operadas, também se denota uma maior “autonomia” dos filhos, traduzida numa maior capacidade de intervenção familiar, maior liberdade de saídas, mais tolerância face às diferenças e uma maior permissividade por parte dos pais em relação aos costumes tradicionais. Aparecem agora outros significados na qualidade das relações familiares, mais conformes aos novos ventos da mudança, que se produz com o decorrer do tempo e das próprias dinâmicas sociais e familiares. Por exemplo, um pai interrogado por nós acerca da qualidade das relações que tinha com os seus filhos, comparando-as com as que tinha com os seus pais, diz-nos de imediato não haver comparação entre umas e outras. “Falo muito com os meus filhos sobre qualquer assunto. Não há segredos nem medos entre nós como acontecia com os meus pais, sobretudo com o meu pai que era mais severo do que a minha mãe. Também aqui, na Alemanha, os pais têm que ter muito cuidado. Se forem duros para com os filhos e eles se queixarem vêm logo os professores ou as assistentes sociais a casa. A situação hoje é muito diferente. Temos que educar de outra maneira” (Homem, 44 anos, serralleiro).

O passo seguinte consiste em transmitir que o estatuto profissional das mulheres, conferindo-lhe outra legitimidade familiar, também contribui para o seu reconhecimento fora da família. Sem perder o seu valor, nas sociedades em que temos estudado estes fenómenos, o casamento e a família não constituem para as mulheres migrantes,

casadas ou não, a única fonte de afirmação e reconhecimento. O emprego abre-lhes as portas para outras relações sociais. Daí que os comportamentos manifestos traduzam rupturas com os modelos e concepções familiares anteriores, dado que se afiguram mais orientados para os valores das sociedades modernas onde vivem: maior individualização, igualdade, liberdade e autonomia pessoal e familiar, o que se manifesta muito concretamente numa maior repartição das tarefas domésticas entre homens e mulheres, maior autonomia económica ao nível individual, diminuição do número de filhos, recorrendo sem restrições às práticas anticonceptivas de prescrição médica, outros olhares e cuidados com o corpo, e muitas rupturas familiares quando não predomina o sentimento de felicidade pessoal e grupal.

Nestas transformações, o papel das mulheres afigura-se decisivo. O casamento e a família “tradicionais” serviam-lhes para se instalarem na vida (M. Segalen 2002). Agora não se afigura ser mais o caso, dado que, à semelhança das mulheres autóctones, elas vão adquirindo a sua autonomia no trabalho, na sexualidade, na maternidade, pois para as mais velhas foi aqui que se iniciaram na contraceção médica e nas demais componentes da vida social e cultural numa sociedade urbanizada e hipermoderna, logo muito diferente do contexto aldeão que deixaram para trás. Com o prolongamento da estadia e uma maior abertura ao contexto social envolvente, as mulheres migrantes e a sua família tendem a incorporar novos valores e modos de vida ainda que, por parte dos homens, estas mudanças passem frequentemente por uma fase de concessões, antes de se alicerçarem em transformações mais profundas.

Refira-se que em Portugal é após 1974 que aparece a primeira geração dos direitos humanos, fazendo prevalecer o indivíduo sobre a família e o social. Ora, nos países para onde os emigrantes partiram, tal premissa já se verificava há mais tempo. Assim, será em princípio claro que, do modelo tradicional da família como instituição e fundamento da ordem social, passou-se para um modelo mais individualizado em que a família é agora concebida como um dos espaços de existência dos indivíduos, ademais muito valorizado e enaltecido por todos. Esta individualização manifesta-se na economia das relações intrafamiliares com a ideia de contratualização, nas aspirações no domínio privado, mas também no direito. A “firma familiar” aparece, então, como uma “sociedade de responsabilidade limitada” em que o casamento, como um contrato, tem frequentemente uma “duração limitada” entre dois parceiros cujas relações estão inscritas num paralelismo entre relações familiares e relações amigáveis, ambas fundamentadas numa escolha. Com o passar do tempo, não é raro que situações semelhantes se verifiquem entre os migrantes, pois também entre eles aumentam várias formas de rupturas familiares.

Em termos de adopção destes novos valores é frequente passar-se por uma fase de reinterpretção (S. Abou 1981), isto é, um tipo de aculturação em que se interpretam os novos valores em função dos anteriores, tendo que ver com a profunda mudança das maneiras de pensar e agir. Contudo, o facto de as sociedades de onde se partiu terem também enveredado por profundas transformações a este propósito contribuiu para acelerar e solidificar a mudança em terras longínquas. Quantas vezes portugueses

em França e na Alemanha, quando interrogados sobre as diferenças que sentiam no comportamento dos jovens ou dos filhos, comparando-os com o que se passava em Portugal, nos respondiam com um certo conformismo: “Em Portugal agora ainda é pior do que aqui”. Denota-se, assim, que a reinterpretação das novas vivências, enquanto educadores, legitimava-se ainda na fronteira entre a sociedade de origem e a de residência, sendo que as profundas mudanças existentes na primeira fundamentavam as que já há muito existiam naquela onde viviam há mais ou menos tempo. Caídas por terra as legitimações culturais anteriormente vividas em Portugal, mais não lhe restava que adaptar-se ou mesmo enveredar progressivamente por um processo de “aculturação formal”, ou seja, aquela que, inconscientemente ou não, atingia as maneiras de sentir e de pensar. S. Abou (1981) considera que esta aculturação é essencialmente apanágio dos filhos e não dos pais, uma vez que os primeiros são socializados desde tenra idade em dois códigos culturais: em casa, o da família, e na escola, o da sociedade onde vivem. O que se modifica essencialmente no contacto com a sociedade dominante são as estruturas perceptivas, mnemónicas, lógicas, afectivas e simbólicas. Nesta situação, o processo de reinterpretação inverte-se: a cultura de origem dos pais é reinterpretada em função da nova cultura. Ainda que hoje vivamos em época de globalização e de coexistência transnacional das culturas, não é claro que os pais, logo desde os primeiros tempos da migração, adoptem estes comportamentos, tendo em conta os mecanismos de necessidade que os incitaram a partir em busca de uma vida melhor.

3. Da autonomia pessoal e familiar à autonomia social

Considera cada prazer, não como começa, mas como acaba.
Cícero

Fica claro que a estas autonomias está, também, associada a autonomia social, na medida em que a aquisição de um estatuto profissional exerce aqui uma influência determinante. Graças a ele, as mulheres, e com elas a família, conquistam uma autonomia que alarga o seu círculo relacional e rompe com a fronteira dos muros da casa e da família, permitindo o acesso a outros círculos de socialização e de relação. Ainda que muitas passem do simples espaço doméstico onde exercem um trabalho gratuito em favor da sua família para outro(s) onde vão exercer um trabalho profissionalizado, esta passagem constitui toda a diferença, quer em termos normativos, quer materiais, temporais e sociais. À partida, introduzem-se no espaço privado de famílias burguesas, abrindo-lhe outras formas de relação e até de socialização com novos valores conjugais, familiares, culturais e sociais. Quantas mulheres transportam para o seu espaço doméstico muito do que vão aprendendo no das outras mulheres e famílias onde trabalham (M. E. Leandro 1992; 1995a; C. Leite 1999). Estas influências vão produzir efeitos na linguagem, nas práticas de consumo e contracepção, servindo, não raras vezes, as

patroas de “conselheiras de planeamento familiar”⁴, sobretudo para as que partiram há mais tempo –, na alimentação, na organização do seu próprio espaço doméstico (pois viver em família é atribuir-lhe um espaço de residência), nas relações familiares, tanto ao nível da conjugalidade como da parentalidade e da filiação, e na maneira de se conceberem a si mesmas e a cada um dos outros.

Frequentemente, é a mulher que serve de intermediária entre a família e a sociedade, entre as relações privadas e as relações públicas, dado ser ela que se ocupa mais das tarefas administrativas, dos serviços de saúde e da segurança social, da escola e até da aquisições de bens no quotidiano familiar. Para tanto contribui, em muitos casos, a fragmentação dos horários de trabalho, um melhor domínio da língua, a colaboração dos filhos muito mais escolarizados, uma maior capacidade de informação designadamente junto das patroas onde trabalham e, em geral, o próprio capital de relações que vão construindo, com particular destaque para as porteiras. Casos há em que esta característica, podendo ser vista como um ganho, também pode trazer consigo alguns conflitos familiares, mercê de alguma “jalousie”, inveja ou ciúmes da parte de alguns homens. Estes conflitos podem não ter nada que ver com o afectivo e o conjugal ou mesmo parental, mas antes com o reconhecimento social, considerando-se o homem ultrapassado pela mulher nas várias facetas da vida familiar e social, como acontece em algumas famílias que estudamos. Constatamos de facto que em certas situações podem desencadear-se alguns conflitos conjugais que, a par de outras razões, conduzem ao divórcio. É um homem complexado que, ao sentir-se defraudado de algo que queria prerrogativa sua, se observa inferiorizado perante o à-vontade e a supremacia da mulher para lidar com várias situações e relações sociais.

Sublinhe-se que as relações íntimas, ou seja, as que dependem das interacções que decorrem de uma atenção particular entre duas pessoas e não se estendem a um terceiro interveniente, assentam, em diversos graus, sobre a confiança. O aspecto positivo da confiança é que supõe a influência mútua perante o risco. O seu aspecto menos benéfico é trazer a cada um dos parceiros um conhecimento e uma consideração do outro que, se vier a difundir-se, poderá prejudicar o seu estatuto familiar e social, senão real pelo menos presumido, como acontece frequentemente. Baseada nestes aspectos, a confiança é, muitas vezes, assimétrica. Por exemplo, uma criança ou um jovem têm tanto mais confiança nos pais quanto estes confiarem neles e inversamente. Porém, a verdadeira intimidade implica um grau mínimo de reciprocidade na confiança, o que, “grosso modo”, acontece no seio das famílias que temos estudado, ainda que se confirme o provérbio, segundo o qual “Não há regra sem excepção”. Até porque nestes contextos, a grande maioria dos homens tem perfeita consciência de que este capital relacional da mulher também constitui uma mais-valia para toda a família de que é

⁴ “Os meus filhos já nasceram em Paris: primeiro o rapaz e depois a rapariga. Quando esta nasceu, logo que voltei a trabalhar, a minha patroa falou comigo e disse-me: agora que já tem o casal vai comigo ao meu médico. Fala com ele sobre o que acabámos de conversar e ele vai receitar-lhe a pílula. Assim, se não quiser, não virá a ter mais filhos. Foi o que aconteceu. Quando tinha alguma dúvida ou queria saber mais alguma coisa era com a minha patroa que falava em primeiro lugar. Aprendi muita coisa com ela que antes de vir para aqui desconhecia” (M., 6.º ano de escolaridade, 64 anos, porteira-empregada doméstica).

parte integrante. Frequentemente, destas relações decorrem também para eles outros benefícios, redundando em horas de trabalho de “bricolage” em casa dos patrões da mulher ou dos proprietários do imóvel a quem serve na qualidade de porteira, para além das prerrogativas materiais de que usufrui toda a família: habitação e outras despesas fixas que, sendo outorgadas gratuitamente, constituem um benefício importante para a economia familiar.

Pode-se então apreender o contexto migratório como espaço possível da recomposição das tarefas e papéis individuais e familiares, mas em situações bem diferentes do passado e, sobretudo, no assumir de atitudes e comportamentos, tarefas e funções que antes pareciam mais vedadas às mulheres, mas de que toda a família vem a beneficiar. Simultaneamente, alarga-se o círculo das relações sociais fora da família, dos amigos e da comunidade de pertença originária.

4. A aprendizagem duma nova língua

A linguagem humana é um dos fenómenos mais complexos onde a actividade do cérebro e do social está implicada ao mais alto nível.

G. Lazorthes

Em contextos migratórios, a aprendizagem da língua da sociedade afigura-se essencial para criar novas relações com o meio envolvente. Com efeito, a linguagem é o que exprime a abrangência do desejo e do poder que confere ao reconhecimento a sua última finalidade: a de ser, a todo o momento da existência e mesmo no termo desta, um triunfo da vida sobre a morte, do sentido sobre o não-sentido (L.-V. Thomas 1975). Criadoras de cultura, as dimensões simbólicas são mediatizadas por uma língua e por uma linguagem, o que assume particular importância em contexto migratório internacional (M. E. Leandro 2002c). Antes de mais, os indivíduos em presença para se reconhecerem terão antes que se conhecer e poderem comunicar entre eles. Aqui, o contacto directo com os autóctones exige a partilha de uma língua e de linguagens mais ou menos comuns, o que não é evidente nos primeiros tempos. Em muitas situações, é a profissão que, através dos contactos directos com a(o)s patroa(õe)s, ou até com colegas de trabalho na empresa, advém para homens e mulheres numa verdadeira escola linguística. Todavia, não é por acaso que em todos os países que estudamos, de maneira geral, as mulheres portuguesas falam muito melhor as respectivas línguas do que os homens. Fenómeno idêntico, também o encontramos em Braga, junto dos migrantes dos países de Leste. Os homens trabalham frequentemente com compatriotas, o que, por um lado, lhes concede a faculdade de poderem falar a língua materna entre eles, e por outro, amplia a desvantagem, traduzida em maiores dificuldades no domínio fluído da língua do país onde vivem e constroem o seu “espaço de vida” (D. Corgeau 1988). Para as mulheres a realidade é bem diferente. O contacto directo e mais intenso com os autóctones constitui uma mais-valia para a aprendizagem da língua do país. A probabi-

lidade de tal acontecer tem também que ver com o facto de as patroas e, sobretudo, as crianças terem logo o cuidado de, espontaneamente, fazerem as necessárias correcções.

Compreende-se então que, esforçando-se por aprender a língua do país onde residem e escolhendo recorrer a esta mesma língua nas conversas com os filhos, elaboram estratégias que lhes permitam aceder à circulação no espaço público, de início possivelmente acompanhadas por estes, tanto ao nível das instituições da segurança social e da saúde, administrativas, escolares e religiosas, como no simples decorrer da vida quotidiana. Aliás, é muitas vezes com os filhos que as mães aprendem a escrever na língua do país, ou aprofundam esta dimensão, quando seguem cursos organizados para o efeito, quase sempre ao nível associativo, como acontece frequentemente na actualidade com os migrantes dos países de Leste em Portugal. Assim, as mulheres enveredam mais rápida e consistentemente por um processo de aculturação que vai produzir efeitos sobre toda a sua trajectória migratória e de integração social. Por exemplo, transformam mais rapidamente a sua aparência visual, designadamente as mais novas, tornando-se mais “coquettes”, um pouco à semelhança das autóctones. Também cuidam mais de si cuidando dos outros (T. Joaquim 2006), ou seja, da aparência dos maridos e dos filhos.

O exemplo permite fazer apelo à célebre estratégia de (in)visibilidade dos migrantes internacionais (R. Park *et al.* 1969 [1921]), logo que enveredam por estratégias de integração social. Uma delas consiste em não se revelar como tal no espaço público, porque neste contexto a invisibilidade consiste em poder existir fora de um olhar estigmatizado do outro. Mas procuram esta invisibilidade – e ainda mais as mulheres, em função dos espaços, dado que algumas não querem investir nos locais públicos onde residem, podendo fazê-lo noutros desconhecidos sob forma de anonimato – para escaparem à estigmatização que poderá estar associada à condição de imigrante, ainda mais quando se suspeita poder não pertencer ao grupos dos “bons imigrantes”. Porém, quando falam bem a língua, a questão põe-se com muito menos pertinência, uma vez que, com algumas excepções, designadamente para algumas mulheres africanas e muçulmanas a nível de indumentária e muitas vezes do fenótipo, conseguem passar muito mais despercebidas.

A situação das mais novas é ainda mais notória. “Para que havemos de andar aqui a cantar as janeiras em português na rua? Já não se gosta e se fala tanto contra os imigrantes; era melhor sermos discretos”. Era o que dizia há uns tempos uma jovem de 17 anos, estudante, nas ruas de Paris XVI. Assim, é construída uma hierarquia entre língua “materna” e língua da sociedade de residência, espaço público e espaço privado, espaço conhecido e espaço desconhecido, utilização ou não de sinais externos de pertença a outras culturas algo distantes daquelas onde vivem, o que pode dar azo a muitos “fantasmas no quotidiano” (L.-V. Thomas 1984).

Como adverte E. Goffman (1982), em matéria de estigmatização, é necessário ter em conta não só o “desacreditado” mas também o “desacreditável”, ou seja, os estigmas imediatamente perceptíveis e os que, inversamente, só se vislumbram em situações singulares, como por exemplo, no facto de ter que revelar uma característica que o identifique com o grupo estigmatizado, como acontece frequentemente com a língua

em contexto migratório. Daí que tantos jovens filhos de portugueses recusem falar a língua portuguesa em público, reservando o seu uso apenas para os espaços intramuros da família e da comunidade portuguesa, ainda que se queira fazer crer o contrário, alegando que a língua portuguesa é uma língua de cultura. Sem negar esta premissa, tenha-se também em conta que nos contextos de forte imigração portuguesa é antes uma língua de imigração para os seus falantes e para os seus ouvintes.

Além do mais, falar na língua da sociedade de residência permite melhorar sobremaneira a sua posição no espaço profissional, reforçar uma certa autonomia e até ter mais probabilidades de acompanhar o processo de escolarização dos filhos, abrindo-lhe outros horizontes sociais e profissionais. Aliás, nesta óptica, em todos os casos que investigámos na Alemanha e em França, relativos à participação nos Conselhos de Pais na escola, eram sempre as mulheres que eram seleccionadas para assumirem esta tarefa. Por outro lado, importa relevar que, geralmente, na fase inicial, podem também ser as mulheres mães que mais contribuem para veicular a língua da sociedade de origem, o que nem sempre conta com a adesão total dos filhos. Daí acontecer frequentemente o fenómeno inverso: porque os filhos falam continuamente na língua de socialização escolar e social, induzem os pais, e designadamente a mãe com quem conversam mais, a falar quase sempre na mesma língua que eles, o que se vai incorporando cada vez mais. Múltiplos estudos feitos sobre esta matéria, desde há muito tempo em vários países e continentes (G. Noiriel 1988, Silva 1998), vêm revelando que a designada “cultura de origem”, enfraquecida e desestruturada através do “desenraizamento” progressivo e consecutivo à emigração, vai-se tornando incapaz de se opor à interiorização, muitas vezes inconsciente, das normas dominantes por parte dos filhos de migrantes. A facilidade com que assimilam a língua do país onde residem, ainda que os pais não a falem bem, ao contrário da de origem, advém do seu valor emblemático, provando toda a vanidade da argumentação em termos de “distância cultural”, opondo uma “soi-disante” cultura europeia a qualquer outra. Nesta perspectiva, e o caso dos portugueses não é o menos singular, todas as crianças que são socializadas no país de residência, por definição, incorporam a cultura desta sociedade e são incorporadas por ela, segundo as modalidades que reproduzem a diversidade e as desigualdades próprias da sociedade em questão (meio social, profissão, região onde vivem...).

No mesmo sentido actua a própria aprendizagem por via de observação e experiência directa ao nível da língua e de novos valores que se afiguram cruciais para um processo de aculturação progressiva. É uma forma de estes jovens se tornarem agentes da mudança no seio da própria família. Por outro lado, a claustrofilia linguística (uso da língua materna, comunidades culturais, RTP Internacional), embora tenha vantagem para os recém-chegados e para manter as relações com a cultura portuguesa, tem também o seu preço, pelo menos em termos de adaptação ou inserção profissionais para os mais novos, para não falar de integração social.

5. Influência do casamento binacional

A harmonia invisível vale mais do que a visível.
Heraclito

À partida o casamento binacional, habitualmente designado de “casamento misto”, pode ser concebido como um espaço de intersecção e de interacção social do direito entre estrangeiros e as normas sexuadas que presidem à construção conjugal. Frequentemente, para lá das razões emocionais, este é considerado como uma aspiração à promoção e integração social. Aliás, na Alemanha, entre os portugueses da Baviera, quantos pais, sobretudo mães, nos diziam com orgulho, ao contrário dos primeiros tempos da imigração: “O meu filho(a) está casado(a) ou vive com um(a) alemã(o)”. Refira-se que, segundo dados do “Statistik Datenverarbeitung”, entre 1993 e 2003, 70% dos casamentos de jovens portugueses na Alemanha eram binacionais: portugueses-alemães. Para as mulheres, estes são muitas vezes desejados como sinal de maior promoção, abertura, libertação e integração social, tendo presente que consideram os homens dos países onde residem mais abertos em matéria de género e de igualdade no seio da família, alcançando por esta via maior proximidade de outros membros da sociedade. Ainda na Alemanha, uma mulher portuguesa divorciada dizia, em 2000, que se não tivesse imigrado seria muito mais difícil conseguir o divórcio por parte da família e do meio social na região do Porto. “Depois não voltei a casar. E se o fizer só o farei com um homem alemão que tem outra concepção da vida, da família e dos direitos de cada um, homem e mulher. Os alemães são mais modernos, ajudam mais em casa do que os portugueses, mesmo se também eles têm mudado, mas ainda são diferentes”.

Para além de razões de ordem afectiva e familiar, denota-se em mulheres como esta uma aspiração profunda à plena integração social e um desejo de ruptura com um passado mais constrangedor, afigurando-se o casamento binacional como um dos factores mais favoráveis para o efeito.

O modelo de vida esperado traduz-se, frequentemente, por aspirações conformes aos valores da cultura individualista dominante: um emprego, uma casa, uma família para escapar à segregação social e espacial a que se submetem frequentemente os grupos de condição social modesta ou em qualquer situação de dominação. Não admira, pois, como afirma P.-H. Chombart de Lauwe (1971, 73), que “As aspirações a novas formas de vida estejam ligadas às aspirações relativas a outras formas de poder”. Este poder não é procurado por si mesmo, mas antes pelo que permite realizar e ser, como é a capacidade de ter mais meios económicos: comprar o automóvel, construir a casa ou comprar o apartamento, gozar férias, proporcionar aos filhos um futuro melhor, aceder a outras relações sociais e conhecimentos, alimentar-se e vestir-se melhor, cuidar mais do corpo – mesmo se alguns consideram que têm “um corpo para trabalhar” –, da saúde, da estética pessoal e dos familiares, poder ir ao cinema (pelo menos os filhos), comer no restaurante, ir a Lourdes, à Áustria, a Roma, à Terra Santa, poder auto-afirmar-se, convidar amigos para casa e presenteá-los com uma boa refeição, dar presentes aos

familiares, ser socialmente mais reconhecido entre outros. Tantas aspirações pessoais e familiares já realizadas e outras à espera de oportunidade de realização.

Tenha-se presente que, sobretudo para os migrantes portugueses que partiram na segunda metade do século passado, era um viver sem presente, na medida em que poder usufruir destas prerrogativas era protelado para um pós-regresso à terra natal. Entre outras consequências, produziram-se efeitos na escolarização dos filhos mais velhos, rapidamente orientados para o profissional, situação que só mudou passados dez, quinze, vinte anos, quando os projectos iniciais sofreram verdadeiras inflexões. Da ideia de regresso passa-se muito à de fixação; do investimento predominante no material passa-se muito mais ao cultural, em favor de percursos escolares bem mais prolongados para os filhos. Normalmente, em situações desta natureza isso pode consistir essencialmente na capacidade de se poderem libertar de tudo o que se traduz por qualquer forma de pobreza e necessidades, opressão, dominação ou desvalorização social real ou simbólica, dando azo a qualquer forma de discriminação ou estigmatização social. No caso das mulheres das migrações, pode traduzir uma aspiração a quererem libertar-se de tudo o que no passado as oprimia ou as impedia de se poderem considerar mais livres e autónomas e assim verem mais respeitada a sua dignidade.

Podemos então apreender o contexto migratório como espaço possível de transformação dos sistemas de valores familiares, sociais e culturais e ainda da recomposição das tarefas e papéis familiares, mas em situações bem diferentes do passado e sobretudo no exercício de tarefas que antes lhes pareciam vedadas. Simultaneamente, modificam-se os projectos migratórios, podendo os filhos beneficiar da migração dos pais e do novo contexto social que lhe proporcionaram.

6. A família como suporte em terras de migração

A vitalidade das relações familiares constatada através de uma observação mais atenta resiste, apesar das medidas que procuram articulá-las no seu papel de suporte social.

Agnès Pitrou

O apego à família, em terras de imigração, tem que ver com o que é por si mesma, qual entidade e “útero social” (J. Duvignaud 1986), onde cada um nasce para a vida, e com certos valores que lhe estão associados, incorporados durante o período de socialização mais intensa. Trata-se, particularmente, de certos hábitos, de entajuda e solidariedade familiar, convivialidade, cumplicidades em termos de projectos pessoais e grupais, ou ainda de um conjunto de saberes e crenças que constituem frequentemente um legado familiar. Isto sem dizer que as rupturas familiares no contexto migratório não são múltiplas e plurais. Têm particularmente que ver com a passagem da tradição à modernidade ou com a articulação entre elas, como no caso das relações pais-filhos e conjugais, pois também nestes meios os divórcios e separações aumentam, mais por iniciativa das mulheres, agora mais autónomas e mais emancipadas, bem como as dissen-

sões entre pais e filhos. Contudo, a família constitui aqui um núcleo central, a célula de base para onde converge a vida em comum, de algum modo “um reduto de segurança” num mundo desconhecido, em alguns aspectos talvez adverso. Um mundo para o qual ninguém estava preparado, pois que por ninguém foi devidamente explicado, ainda que os que partiram primeiro possam passar directa ou indirectamente informações aos que aspiram a partir.

A acomodação constante dos comportamentos às exigências tácitas da sociedade de residência em muitos casos tornar-se-ia muito difícil se os imigrantes não encontrassem no meio familiar e até na comunidade de origem, a possibilidade de se exprimirem espontaneamente, tal como são, com a certeza de serem compreendidos e efectivamente aceites. É frequente, quando estes meios vêm a faltar, os imigrantes caírem em doenças de toda a ordem, sobretudo do foro mental. Por vezes, os que vivem sozinhos apenas conseguem escapar à solidão através da amizade calorosa que podem viver com os amigos e compatriotas que lhe servem de apoio afectivo. É nestes grupos restritos que se desenvolvem as relações primárias. Mas também não é raro que, nos primeiros tempos de imigração, tal membro da família, psicologicamente mais frágil, venha a sofrer de depressão. É frequente situações desta natureza acontecerem a mães de família que não trabalham e que durante o dia ficam privadas de amizade e companhia em terra estrangeira. Ao invés, uma vez restabelecidas, logo que começam a trabalhar, ainda que seja a meio tempo, a pouco e pouco conseguem criar redes de relações de cordialidade e amizade que as ajudam a sair dessa situação.

De qualquer modo, as estratégias elaboradas pelos migrantes e designadamente pelas mulheres consistem em procurar um princípio regulador e unificador entre os três quadros que os envolvem, procurando estabelecer uma coesão entre aspirações pessoais, familiares e sociais. Nem sempre é fácil conseguir esta conciliação que exige equilíbrio e coerência para que umas não se sobreponham ou incomodem as outras. O risco é tanto maior quanto os indivíduos estão ligados por relações de género, conjugais, filiais e parentais implicando uma adesão ao grupo familiar, mas também a valores da sociedade envolvente que nem sempre poderão estar em perfeita harmonia. Tal articulação supõe esforços permanentes para manter um equilíbrio dinâmico entre as diferentes forças em presença, a saber a necessidade de autonomia e individuação – ambas encorajadas pelas sociedades ocidentais – por um lado, e os da afiliação e identificação, por outro, tendo também presente a família como primeira instância de formação da identidade e de “socialização iniciática” (J. Madureira Pinto 2007).

Mesmo para os filhos, quando a família lhes parece constrangedora e sufocante, porque talvez mais associada a certos valores tradicionais, como, por exemplo, o investimento no trabalho e na poupança, ela não permanece menos uma fonte de equilíbrio e de bem-estar. “É quando vamos com a escola para fora que mais começamos a sentir falta da família e o valor que tem para nós. Quando estamos sempre todos juntos parece-nos que os nossos pais nos impõem muitas regras e até nos aborrecemos com os irmãos. Mas quando estamos longe deles começam logo a aumentar as saudades do nosso cantinho familiar. Os pais, os irmãos, a nossa casa, a nossa comida...” (Mulher,

17 anos, 11.º ano de escolaridade). Em termos afectivos e materiais a família ocupa um lugar central na concepção dos projectos migratórios (M. E. Leandro 1995b, 2004), ainda que as relações nem sempre sejam harmoniosas, tendo em conta, por um lado, as transformações que nas sociedades ocidentais atingem a família e, por outro, as mudanças mais intensas desencadeadas pelos processos migratórios mais confrontados com a passagem da tradição à “modernidade inacabada” (J. Pavageau *et al.* 1997). Esta concepção da família, enquanto pilar fundamental da organização e existência dos indivíduos é simultaneamente reveladora da intensidade dos laços familiares nestes contextos e da sua singularidade, características que implicam uma forte solidariedade entre os seus membros. De resto, estas facetas são reconhecidas por todos individualmente e pelo grupo familiar no seu conjunto.

Outrossim, o contexto migratório, separando frequentemente os parentes do grupo familiar que ficou na sociedade de origem, tende a intensificar os laços que os unem à volta do casal e dos filhos em terras de imigração. Daqui decorrem, frequentemente, formas específicas de vida familiar, como uma maior consolidação dos laços familiares de entreajuda que, por vezes, não chega a ser reconhecida pelos habitantes do mesmo meio social. Porém, nem sempre assim sucede. Na Alemanha e em França, é frequente ouvirmos dizer que os portugueses têm um espírito de família diferente dos nacionais, precisamente em termos de solidariedade, convivialidade e cumplicidade, esquecendo que, para lá de valores familiares distintos, há um contexto social urdido por rupturas, distâncias, isolamentos, (re)composições, inovações, proximidades e aberturas diferentes das dos que sempre viveram no torrão natal. Mais do que um valor transmitido de geração em geração, a solidariedade familiar representa neste contexto quase um dever que se impõe a todos. O suporte familiar não representa só uma obrigação. É um princípio de vida e um elemento fundamental das relações familiares.

Interessa notar que a fusão familiar consiste frequentemente numa estratégia de enraizamento. Esta estratégia dos pais determina a dos filhos. Naturalmente, e num mesmo movimento, a família reforça as defesas culturais para resistir à alteridade ameaçadora, que pode representar a sociedade de residência, e reforça os laços afectivos para ultrapassar a tensão provocada através dos contactos repetidos com o meio envolvente. Importa referir que esta estratégia tem por objectivo proteger os filhos contra a ameaça “reduzora” da sociedade onde vivem, tendendo a impor o seu modelo cultural, permitindo-lhes integrarem-se de maneira “criadora” nesta sociedade, isto é, poderem afirmar a sua identidade cultural de origem, susceptível de reconciliar a família com a sociedade.

Com efeito, dividindo o mundo em dois sectores, o imigrante fantasia um “interior”, onde deixa de exercer o seu papel de pai, e um “exterior”, onde o exerce em aparência. Dito de outro modo, não distingue o seu papel de pai na família – que passa a ser reconhecido apenas após o reagrupamento familiar, e não apenas de trabalhador como acontecia anteriormente – do seu papel parental de novo cidadão ou, mais precisamente, submete o primeiro ao segundo. Deste modo, para se enraizarem na sociedade onde vivem, muitos pais refugiam-se na profissão. Para se fazerem reconhecer traba-

lham desalmadamente a ponto de os filhos os acusarem de virem para tal ou tal país numa estratégia sobrevalorizadora dos bens materiais e/ou aforro.

A esta carência familiar do pai opõe-se, com maior prevalência, a solicitude da mãe, mais próxima e mais disponível para os membros da família, inclusive para o pai, a quem confere mais apoio afectivo sempre que dele tenha necessidade. Ela assume uma série de tarefas e iniciativas que noutra contexto, e quiçá noutra tempo, lhe seriam atribuídas, libertando-o duma parte das suas preocupações e dando-lhe a segurança afectiva necessária para afrontar, sem ser perturbado, uma outra sociedade e o seu código cultural. Em suma, a mãe fusiona o seu papel com o do pai consentidor, retirando-lhe, simbolicamente, o que antes lhe era conferido como uma segunda natureza. Esta simbiose cria de algum modo na família um ambiente de “superprotecção” que reequilibra as relações entre pai e mãe e pais e filhos. Porém, em relação aos filhos, a família tanto pode exercer uma pressão dificilmente suportável, sobretudo quando quer manter a todo o custo os valores que transportou consigo ao passar as fronteiras, como afigurar-se como enseada de apoio.

O apego à família denota-se também pela manutenção de certos hábitos e gostos culinários, de que as mulheres migrantes têm sido as principais depositárias e transmissoras, bem como na transmissão de valores religiosos – preservação de festas e ritos, ou outras associadas à terra de origem. Chegam a levar-se das despensas, das lojas e dos mercados da terra natal para as malas de viagem, e destas para o congelador, os ingredientes para, exactamente nas mesmas datas e em honra dos mesmos acontecimentos ou figuras sagradas, se poder saborear o mesmo menu culinário: cá e lá, numa estratégia recordatória e de aglutinação. Desta maneira, mitigam-se as distâncias e as fronteiras culturais, ao mesmo tempo que se restaura a comunhão entre os que ficaram e os que partiram. Muito concretamente, pode dizer-se que as mulheres das migrações, querendo aceder aos bens da modernidade, continuam a preservar certos traços identitários, mas agora em fase de recomposição (M. E. Leandro e A. S. Leandro 2002). Como acentua A. Nunes de Almeida e M. Vieira (2006, 94) “... a mudança transporta, não raro, traços de continuidade do passado, aspecto que faz do presente uma realidade multidimensional, onde se cruzam temporalidades contrastadas. Mesmo assim, a reconfiguração da paisagem familiar é relevante”.

Enfim, a família pode ainda ser vista como suporte em termos de saúde. É bem conhecido o facto de não faltarem doenças psíquicas e psicossomáticas manifestas em vários tipos de depressões entre os portugueses da imigração. Muitas vezes, são atribuídas ao isolamento e à frustração, estando solteiros e/ou isolados, homens ou mulheres, em maior situação de risco. Decerto que a família é aqui, como aliás noutras situações, um factor de preservação (E. Durkheim 1985 [1897]), embora em situações de disfuncionalidade também possa, ela própria, reproduzir mais doenças do mesmo tipo ou outras similares, como se verifica em várias situações que analisámos em 2006, algumas das quais atribuídas a conflitos de normas ainda existentes entre pais mais zelosos de certos valores tradicionais, antagonizando com outros valores defendidos pelos filhos. De qualquer modo, tenha-se presente apenas alguns aspectos essenciais que se têm vindo a

revelar benéficos para a saúde dos portugueses a par de outros mais maléficos: acesso a outros níveis e modos de vida, permitindo-lhes modificar as práticas alimentares e de higiene, aumentar os conhecimentos, frequentar mais assiduamente os serviços de saúde e investir mais na prevenção (quicá na promoção da saúde, apesar de exercerem profissões desgastantes e, em certas situações, habitarem em espaços exíguos). Mas nem por isso consideram menos profícuo, a este respeito, o facto de viverem em países com muito bons serviços de saúde, o que se traduz por um valor importante alcançado durante as suas trajectórias de vida.

7. A família como veículo de transmissão

O homem é mortal pelos seus temores e imortal pelos seus desejos.
Pitágoras

Mesmo correndo o risco de generalizações, podemos afirmar que, em situações migratórias, a família torna-se frequentemente um “nicho de identidade”, sobretudo na sua função educativa e de suporte social. Numa sociedade estranha, muitas vezes confusamente diferente, os pais sentem mais do que nunca que têm que dar aos filhos uma identidade, um sentido de pertença. Daí interessarem-se por tudo o que está associado à cultura de origem: a transmissão da língua, as especialidades culinárias, a religião, os símbolos nacionais e desportivos, o encontro entre compatriotas, o folclore, uma certa forma de ser família, de se relacionar, de criar sociabilidades entre outras. A transmissão, entre gerações, de valores, bens, representações e muito mais, induzindo a noções de trajecto, de travessia, de passagem, aplica-se a vários campos do saber e de disciplinas científicas diferentes, tanto das designadas ciências exactas como das demais. Daí que a transmissão abranja dados biológicos, culturais e sociais complexos e inaparentes induzidos pela sua utilização.

Quanto aos primeiros, segundo G. Lazorthes (1998), são os genes transmitidos entre as gerações que asseguram a continuidade de uma cadeia de vida que tende a imortalizar-se, dado que o gene desafia os séculos. A única vitória que se alcança sobre o tempo é obtida através da procriação. Daí que ao indivíduo efémero se oponha a espécie imortal. Por sua vez, Shakespeare afirmava que, com a excepção da linhagem, nada pode defender contra o desgaste do tempo. Em contrapartida, através das migrações, as gerações procriadoras, para lá da transmissão biológica, procuram não a reprodução da sua condição, mas antes a mobilidade social para os filhos e netos; e, se a realidade nem sempre revela a realização destas aspirações, também abundam as situações em que as mesmas se concretizam. Pense-se, por exemplo, nos filhos de portugueses imigrantes, hoje cidadãos americanos, que acederam a lugares importantes nos quadros políticos dos Estados Unidos, mas também a posições de destaque no mundo empresarial, ou lugares de estatuto social similar neste e muitos outros países, sem que nestes domínios se verifique um legado familiar de transmissão económica e social.

No entanto, transmitiram decerto outro património de valores que associado, às possibilidades suscitadas nas sociedades para onde partiram, às dinâmicas familiares e sociais, abriram novas oportunidades para o futuro dos filhos. Como afirma J. Madureira Pinto (2007, 24) “... os saberes operários (tradicionais) caracterizam-se fundamentalmente por serem imanentes à acção e por terem nesta o seu veículo de expressão primordial, só raramente substituído pelo modo de expressão figurativo ou por uma retórica eminentemente descritiva e muito estruturada. São saberes que, por isso, se transmitem sobretudo através da própria prática”; e acrescentaremos nós: através de uma determinada concepção da vida e do alcance das oportunidades oferecidas ou procuradas.

Neste sentido, todo o ser humano chamado à vida entra num mundo humano e social que necessariamente o precede, englobando-o como uma totalidade antropológica matricial. Esta é a realidade de uma civilização onde cada um se inscreve em relação a uma comunidade de sujeitos-actores. De facto, a civilização constitui no interior de um determinado “espaço-tempo” uma figuração da vida humana nas suas dimensões criadoras: os conhecimentos, as técnicas, as expressões simbólicas, as tradições, as práticas, as instituições, oferecida sob variadas formas. Esta figuração da vida, simultaneamente histórica e mundana, representa o pedestal da humanidade através do qual se fundamenta todo o exercício de transmissão, na medida em que esta permanece, antes de todas as coisas, uma actividade humana (C. Lévi-Strauss 1971).

Na humanidade, sabemos existir uma forte imbricação entre “natureza e cultura”. A primeira não se representa, não se fundamenta e não se exprime através de recursos imediatos da cultura, e esta não deixa de retirar da natureza as suas possibilidades de expansão. Assim, toda a prática humana (o que diz respeito a acções voluntárias visando resultados concretos) é tanto cultural como natural (*idem*; M. Mauss 1967; E. Sapir 1967). A transmissão, como prática humana intergeracional, não está isenta desta dupla determinação condicionando, de algum modo, toda a actividade em sociedade.

Sem sombra de dúvida, é possível reparar que a transmissão é expressão de um dinamismo de continuidade da espécie na sua própria vida, ainda que M. Mead (1971) fale do “fosso de gerações” em termos socioculturais. O que se transmite é, antes de tudo e de todas as coisas, a vida na sua identidade humana e social. Neste sentido, a transmissão não se dirige contra a morte que procura ultrapassar sem deixar de a reconhecer (L.-V. Thomas 1991).

Transmitir a vida, em tudo o que a engloba, conduz a lutar contra a obra mortífera de uma temporalidade irreversível que parece tudo arrastar numa indiferenciação definitiva e ainda mais em contexto migratório sempre atravessado pela dinâmica da ruptura, do dilaceramento, do novo, do (des)fazer/(re)fazer ou, como diziam W. Thomas e F. Znanieck (1996 [1918]) da (des)organização/(re)organização. Na verdade, a vida transmitida nas suas múltiplas facetas contém em si a sua própria figuração no seio de uma civilização onde revela a sua fecundidade. Desta maneira, a transmissão drena, em si mesma, com maior ou menor amplitude e intensidade, a riqueza, a cultura e a civili-

zação onde tem lugar. Inclui no seu movimento uma imensa herança de humanidade, cujos actores nem sempre têm consciência disso. A força da transmissão implica o colocar-se em trajecto, o que sem dúvida acontece nas migrações e nas famílias, quiçá em conflito, mas também em conhecimentos, procedimentos, valores, narrativas fictícias ou históricas, inclusive das próprias trajectórias migratórias dos pais, modos de vida, maneiras de sentir, pensar e agir e... enfim, de múltiplos dados culturais e civilizacionais. Fundamentalmente, transmitir equivale a dispor em condições de travessia um património familiar e cultural que ultrapassa os indivíduos e as gerações, sabendo que este os ultrapassa duplamente, através da amplitude das riquezas adquiridas, e que serve de receptáculo ao poder educativo que possui. A transmissão é, neste contexto, a chave de um universo de expressões humanas e sociais que se coloca em perspectiva numa prática transitiva dependente do espaço familiar e cultural onde se opera.

Tenha-se presente que a transmissão seja de que ordem for – iniciação, aprendizagem, exemplaridade, testemunho no que se refere mais directamente à educação dos mais novos – é plural e constitui um processo dinâmico. Na perspectiva intergeracional, vive-se cada vez mais numa situação em que não são apenas as gerações progenitoras que exercem essa função junto das gerações descendentes (filhos, netos e até bisnetos), mas também estas têm cada vez mais probabilidades de, em termos culturais e sociais, serem transmissoras de elementos novos às anteriores. Basta pensar como é que uma e outras interiorizam e utilizam as novas tecnologias e os saberes que lhes estão associados. Assim, no seio da transmissão a questão da interacção intergeracional familiar não é de somenos importância. No contexto migratório a interacção directa e espontânea através da comunicação linguística, isto é, da linguagem traduzida numa língua falada e apreendida nos significados que contém, cria relações pessoais, familiares e sociais singulares atrás mencionadas. Entre outros aspectos contém o impacto da coesão e da continuidade/ruptura que se quer assegurar e construir numa dinâmica intergeracional.

Importa aludir ainda à questão da transmissão linguística. Frequentemente, e sobretudo nos primeiros tempos da imigração, tendem a coexistir duas línguas e duas ou mais linguagens, ou mais umas do que outras, consoante as gerações: a dos pais – mais orientada para a língua e linguagem de origem – e as dos filhos – mais direccionadas para a língua e linguagem do país de residência. No quadro do trabalho de campo realizado na região parisiense, ao interrogarmos um jovem acerca das suas preferências linguísticas em termos da religião portuguesa ou francesa, responde-nos de imediato que preferia a francesa, tendo presente a maneira como transmitia a religião e a associava às várias vivências, e acrescentava: “Por exemplo, na missa, antes do ‘Sanctus’, em francês em resposta à exortação ‘Elevé votre coeur vers le Seigneur’ responde-se – ‘Cela est juste et bon’, ao passo que em português para a mesma exortação utiliza-se a expressão ‘Corações ao alto’ ao que se responde ‘É nosso dever, é nossa salvação’. Em francês há um convite ao louvor, à livre expressão de um sentimento, ao passo que em português a resposta aparece com um sentido de imposição-obrigação, ou mesmo de interesse. Rezamos assim porque temos o dever e para que daí retiremos algum interesse” (Homem, estudante universitário, 21 anos). O que mais se revela aqui é que a

transmissão veiculada por esta ou aquela língua tem consigo o peso duma cultura, duma simbologia mas também o que se modifica a nível dos conteúdos e da carga semântica (o que se transmite), das modalidades (como se transmite) ou das finalidades (porque se transmite). Sendo a língua um dos meios de comunicação privilegiada, para que esta seja possível, e muito concretamente num contexto migratório internacional em que se utiliza mais uma língua do que outra, por escolha ou por contingência das próprias condições linguísticas, importa que as palavras utilizadas expressem a realidade referencial, ou seja, a que reenvia à realidade social e cultural vivida. Na situação em análise, está em questão a língua transmitida pela família, a língua transmitida pela sociedade e a língua escolhida pelos falantes. Deste modo, organiza-se um triângulo de comunicação: o significante da palavra escolhida e um significado que reenvia a um referente.

Com efeito, o contexto de humanidade onde se inscrevem todos os procedimentos de transmissão comporta figurações sociais diferentes: o meio familiar e a sua história, a cultura, a religião, o contexto social, a estrutura educativa, a tradição comum ou que em conjunto se vai forjando. Daí que o acto de transmissão integre, na forma e no conteúdo, o espaço humano e social onde se efectua, implicando objectivos bem definidos, mas subordinados aos valores e condições sociais de existência e aos projectos de futuro, como acontece particularmente em situação familiar migratória.

Há que ter também em conta o facto de os migrantes passarem, ou terem passado, de uma sociedade tradicional relativamente uniforme a uma outra qualificada de ultramoderna, bastante complexa, levando a alguma dessincronia familiar quando se vive mais isolado, como se verifica em culturas mais fechadas, sejam quais forem as razões dessa situação. Registe-se, contudo, que entre as migrações que temos estudado, especificamente as portuguesas para a Europa, constata-se uma preocupação em transmitir valores, boas maneiras, honestidade, amor ao trabalho, ética do esforço e do mérito, uma religião, bens materiais, enfim, um património familiar, mas muito menos um estatuto social. Este quer-se agora construído e conquistado. Nesta perspectiva, recusa-se uma sucessão, preconizando antes o sentido de procura de uma mobilidade social ascendente. Não se procura transmitir uma condição sociocultural, mas antes construir uma outra com o compromisso das duas gerações em presença. É uma forma de sublinhar a maneira como se concebem e estruturam as transmissões familiares nestas situações determinando, enfim, a transmissão de uma cultura familiar que engloba também ela aspirações e projectos orientados para a mobilidade social intergeracional.

A fidelidade a uma herança familiar passa também pela transmissão de uma história incluindo a história migratória dos pais e quiçá dos avós. Também aqui há um legado constitutivo de património familiar de género e da sua própria identidade. Basta repararmos como os filhos de migrantes internacionais são, quase exclusivamente, aqueles que têm uma identidade diferenciada. São sempre considerados a segunda ou terceira geração, ou jovens oriundos da imigração (ao menos são os únicos a sair de algum fenómeno social), imigrantes, quando afinal a grande maioria deles nem sequer imigrou. Mesmo entre nós, os filhos de portugueses que nascem nos países de imigração são “lusu-descendentes”, ao passo que se for um filho de diplomata é única e simples-

mente português como qualquer um de nós. Ora, somos todos segunda geração em relação à anterior, bem como todos somos luso-descendentes porque nos consideramos descendentes de lusitanos (M. E. Leandro 2000b; J. Portugal Branco 2004).

Há neste fenómeno como que um projecto de continuidade, apesar das rupturas decorrentes do próprio processo migratório e dos sucessivos ou paralelos actores sociais. E quanto mais estes tomam consciência do seu processo de aculturação a valores transmitidos por outras instâncias de socialização ou de contacto mais ou menos aturado, mais necessidade parece haver de conservar algo da herança familiar, o que de resto está muito em voga nos nossos dias, designadamente no que se refere aos objectos, mas também ao interesse pelas genealogias familiares. Só que esta herança articula-se com outras normas e valores transmitidos ao longo da escolarização, das actividades sociais e profissionais, a partir dos quais se elaboram os novos sistemas de valores. Como toda a herança familiar, também esta resulta de uma triagem efectuada através dos valores transmitidos pelos pais, dos quais os filhos pensam guardar os que mais lhe interessam, ou julgam mais conformes ao seu sistema de referências e de representações acerca da mulher, do homem, do filho, da filha, dos jovens e da vida em geral. Estes valores são, ademais, reinterpretados em função do contexto cultural em que vivem e das suas próprias expectativas. Dir-se-á que este facto tem mais que ver com os filhos. Todavia, pelo menos em parte, também se relaciona com os pais na medida em que os dois últimos aspectos exercem grande influência sobre eles.

8. Investir em si investindo na família

As aspirações estão na charneira do pessoal e do social. É impossível estudá-las sem situar as pessoas que as exprimem no conjunto das estruturas sociais, na sua cultura particular e no movimento histórico onde estão implicadas.

P.-H. Chombart de Lauwe

Em contexto migratório, a família, talvez mais do que em qualquer outro contexto, ocupa um lugar fundamental na vida dos migrantes. Entre outros aspectos, serve de amparo, protecção e ninho que aconchega (G. Bachelard 1984 [1954]), particularmente em situações que podem provocar isolamento, ansiedade e até alguma angústia em virtude de uma certa marginalização e estigmatização. Particularmente para os pais, a realidade indica que os sucessos relacionados com os membros da família fazem também parte do seu sucesso pessoal e conjugal. Em termos de género, frequentemente a mulher, pela amplitude da sua capacidade de intervenção em dois tabuleiros – o familiar e o social, e neste último pela rede de relações que consegue mobilizar –, pode ser considerada como um dos actores fundamentais da dinâmica familiar, até no exercício da sua capacidade de mediação entre os filhos e o pai, a família e a escola, a família e o administrativo, a família e o trabalho, a família e a sociedade.

Por sua vez, os filhos, em virtude dos processos de socialização através da escola e da sociedade em geral, podem também ser considerados “sujeitos-actores de dinâmica

familiar” (M. E. Leandro 1992, 1995), designadamente em matéria de novos valores e até mesmo na maneira como conseguem, ainda que sem o seu prévio consentimento, mobilizar os projectos familiares a seu favor, designadamente em função dos processos de escolarização e de profissionalização, em suma, de preparação do seu futuro que, tanto os pais como os filhos, aspiram a que sejam de mobilidade social ascendente. Transferir para os filhos a razão de ser da sua existência plasmada em projectos migratórios está bem manifesto em expressões como estas: “Imigrei porque não queria que os meus filhos tivessem um futuro igual ao meu. Queria que vivessem em melhores condições”. Logo recusa-se a reprodução social. Realizados os projectos migratórios iniciais, mais de carácter material, alegam não regressarem ainda para “não prejudicar a escolarização dos filhos”. Denota-se, então, uma inflexão nos projectos migratórios a favor dos filhos. Mais tarde dizem: “Continuo aqui porque não quero lesar a integração dos meus filhos”. Logo que os filhos se empregam e formam a sua família de procriação na sociedade onde nasceram ou somente cresceram, dizem: “Não volto para Portugal porque é aqui que tenho os meus filhos e netos e os serviços de saúde são melhores”.

Convém referir que os filhos reconhecem que os pais se esforçam muito para que possam ter um futuro diferente do deles. Por isso, merecem respeito, carinho, não desilusão, antes ajuda e admiração. Em tais condições, a família apresenta uma dimensão gregária, apesar de uma maior individualização de cada um. Neste contexto, todos tendem a congregar esforços para que os projectos de uns sejam os dos outros, contribuindo cada um a seu modo para que se realizem: os pais trabalhando intensamente para que material e culturalmente nada falte aos filhos e estes, por seu lado, são incitados por aqueles para enveredarem por uma “ética do esforço” (M. E. Leandro 1992; 1995), para poderem alcançar o tão almejado sucesso escolar, profissional e social. De algum modo, em termos materiais e simbólicos, as aspirações de uns não se afastam tanto das dos outros, e é em conjunto que as visam realizar. Não obstante, tenha-se presente que, em termos de valores, a simbiose pode não abranger tanto esta sintonia, dado que, em geral, os filhos são muito mais abertos aos ventos da hipermodernidade (G. Balandier 1988). Além do mais, dominam melhor outros saberes do que os pais, que têm a função de os educar. Todavia, não se pode ignorar o facto de os contextos e heranças familiares influenciarem largamente o “destino” dos indivíduos, mesmo que o não queiram ou pelo menos desejem. Porém, somos dos que acreditamos que, à partida, não há determinismos absolutos.

No caso das famílias migrantes dos países de Leste em Portugal a questão reveste outras peculiaridades, como nos revelam alguns extractos de entrevistas. “Vim porque a vida estava muito má no meu país. Ganhava-se muito pouco e às vezes não se conseguia emprego ou perdia-se o que se tinha. Logo, não havia dinheiro. Passado pouco tempo vieram os meus filhos. Pensamos ficar cá. Os meus filhos estão na escola portuguesa e são bons alunos, apesar das dificuldades da língua. Mas falam muito melhor que eu. Aprendo muito com eles. Espero que façam um curso superior como eu também fiz no meu país. O pior é não encontrar um trabalho compatível. Com eles espero não ser assim, porque estudam e querem ficar cá” (Empregada doméstica, curso superior, 41 anos).

As aspirações aqui são diferentes. Uma vez que muitos vieram com enorme capital cultural, sem deixarem de incluir a escolarização e o futuro dos filhos, investem simultaneamente na sua própria promoção profissional e social e desejam para os filhos um estatuto social, pelo menos equivalente ao que tinham antes de emigrarem. À partida, está aqui mais presente e expresso um projecto de individuação e de reprodução social, congregando também a família, do que no caso dos portugueses em estudo.

Importa realçar que a família também prolonga e completa o papel das instituições sociais, sobretudo ao nível da escolarização dos seus filhos, encorajando-os e fazendo todos os esforços para que possam adquirir um estatuto social e profissional valorizado. E sobre estes aspectos muito concretos a influência e intervenção da mãe tem-se vindo a revelar fulcral, nos países onde temos vindo a estudar estes fenómenos. No caso das portuguesas, poucas são aquelas que possuem formação escolar que permita contribuir ou reforçar o capital escolar dos filhos – de resto, mais escolarizados que as suas mães –, contrariamente à grande maioria das mulheres mães que vêm dos países de Leste. Aquelas, porém, dão apoio aos filhos essencialmente através do apoio moral persistente e continuado junto dos filhos, encorajando-os a ir mais longe nos estudos, principal garante de mobilidade social quando se nasce pobre e vive num contexto migratório. Dispõem-se ainda a trabalhar mais horas, ganhando mais dinheiro para pagarem apoio educativo aos filhos ou para que nada lhes falte, inclusive sob o ponto de vista de indumentária, de modo a que não sejam identificados com a imigração dos pais. É que, em parte, o (in)sucesso escolar dos filhos, nas sociedades contemporâneas, investindo sobretudo na qualidade do diploma escolar como passaporte para o futuro, é também, e mais ainda nos contextos migratórios, identificado com o (in)sucesso dos projectos migratórios, pelo menos como foram concebidos pelos pais.

Tenha-se, também, presente que, em muitas situações, o sucesso dos projectos migratórios é muito mais o resultado duma conduta de vida “ascética” (M. Weber 1964; M. E. Leandro 2000a) do que a simples “fortuna” que possam angariar durante a trajectória migratória, sem que se possa dizer que, tendo trabalho ou estando reformados, vivam miseravelmente. Por exemplo, em França, segundo dados do INSEE (1994), tendo em conta a pertença social, os portugueses eram os que tinham melhor nível de vida, entre todos os emigrantes que viviam no país. Convém contudo ter presente que para o conseguirem também souberam tirar partido das condições, aberturas e influências da nova sociedade onde se instalaram, não se recusando, por exemplo, a aceitar trabalhos mais duros, mal pagos e desvalorizados e investindo ainda na poupança, embora com outros objectivos e sem o tal comportamento de “necessidade de consumo por preocupação” (P.-H. Chombart de Lauwe 1975). No que às mulheres diz respeito, podemos dizer que continuam tão corajosas como as mulheres que ficaram na aldeia, mas com aspirações tão modernas como as mulheres da sociedade onde residem, tirando partido dos novos possíveis pessoais, familiares e sociais. Na Alemanha, a situação é ainda diferente para os que vieram no quadro da subcontratação, composta essencialmente por homens sós, a viverem frequentemente em alojamentos colectivos.

9. Comportamentos de necessidade em contextos familiares migratórios

Decidi em primeiro lugar fazer a lista das evidências irrefutáveis.

Umberto Eco

Como se compreenderá, o comportamento humano intersecta sempre uma vertente individual e social, em virtude dos processos de socialização e de sociabilidade a que os humanos são sujeitos. Daí que definamos o comportamento social como um conjunto de práticas e de atitudes predominantes nos indivíduos do mesmo grupo social, motivado por necessidades e aspirações semelhantes. Trata-se de precisar para os comportamentos sociais estudados e de certa maneira para os comportamentos sociais em geral, por um lado, quais são as relações entre eles e os diferentes elementos do meio social e, por outro, quais são as razões destes comportamentos. O interesse teórico do problema é tanto maior para nós quanto a noção de comportamento tem uma influência crucial em ciências sociais e humanas. A importância prática daí decorrente não é menos negligenciável, porque a ignorância dos verdadeiros motivos dos comportamentos torna, na maioria das vezes, inoperante todo o esforço de organização e de previsão.

Muito concretamente, em contextos migratórios, há sobretudo uma lógica de acumulação individual e familiar, tendo em vista o acesso a uma vida melhor, senão no imediato, pelo menos a médio e longo prazo. Isto reflecte-se, normalmente, em todos os aspectos da vida pessoal e familiar, inclusive na aprendizagem de várias línguas para os filhos. O que se afigurava, então, mais importante era assegurar a subsistência básica e amealhar. Para além destas lógicas, os gastos económicos eram envolvidos de parcimónia.

Todos os estudos e leis sobre estas matérias, conhecidos desde Engels (1973) sobre a proporção dos gastos nas diferentes rubricas das despesas familiares relativas à alimentação, à habitação, ao vestuário e às diversas despesas, afirmam que estas variam no conjunto do orçamento e em função dos recursos. Os trabalhos de M. Halbwachs (1913), com excepção do vestuário, vieram confirmar a teoria de Engels (1973), o que também se verifica no caso das famílias migrantes. De facto, ainda que a rubrica da alimentação possa assumir a maior proporção das despesas nas famílias de condição social modesta, uma vez que visa a sobrevivência quotidiana, nas famílias migrantes, a investigação que temos realizado indica-nos que, enquanto não atingirem um patamar de realização dos projectos iniciais, também a do vestuário é visada, dado poder ser considerada “despesa supérflua”, embora em outras ocasiões símbolo de melhoria de nível de vida.

Procura-se economizar igualmente nas despesas com o alojamento. Opta-se por um espaço exíguo, ainda que daqui decorram muitos e variados problemas, sendo o da estruturação do espaço para a formação das crianças um dos mais relevantes, a par da falta de condições mínimas de bem-estar. O que se pretende é gastar o mínimo, economizando para investir num grande espaço habitacional dotado de todo o conforto moderno, mas na terra natal. É o tempo em que muitos filhos criticam os pais, acu-

sando-os de apenas investirem num conforto adiado e que até pode vir a não se verificar. Esta visão dos filhos é premonitória, dado que a grande maioria dos pais, mais tarde, optam pela fixação nos países para onde partiram, reservando a casa construída em Portugal apenas para férias, testemunho local do seu esforço, símbolo da concretização do seu projecto de vida.

Seja como for, entre homens solteiros ou que partem e vivem sem a família, impera muitas vezes a lógica do “mercado do sono” e o síndrome da “cama sempre quente”, isto é, uma cama sempre ocupada pelo que se levanta e o outro que se deita logo a seguir, quando trabalham por turnos ou ainda, um quarto dividido por várias pessoas, procurando economizar o máximo. Estes casos foram frequentes no bairro de lata de Champigny nos anos sessenta do século passado e tanto quanto sabemos ainda existe hoje, até em Braga, em situações similares. Estes mecanismos são ainda extensivos às actividades de lazer fora da comunidade de pertença e a muitos bens culturais. Verifica-se, então, que se opta por um comportamento de “necessidade por preocupação” em vez de “interesse livre” (*idem*).

No âmbito da sociologia, coube a P.-H. Chombart de Lauwe ser o primeiro a analisar esta problemática, tendo em conta as noções que acabam de ser indicadas, junto da classe operária na região parisiense. Num estudo sobre as preocupações económicas, publicado em 1956, o autor mostrou que num mesmo grupo social se verificavam as mesmas circunstâncias e o interesse livre pelos mesmos objectos. A partir destas premissas pode dizer-se que o comportamento social de um grupo mais ou menos homogéneo, em virtude da pertença social, está ao mesmo tempo associado às condições de vida e aos modelos culturais que orientam as suas preocupações e o seu interesse.

Ora, o mecanismo posto em oscilação pela decisão de emigrar, partindo do estado de necessidade e das aspirações a mudar de vida, age sobre os seguintes eixos:

a) coloca em jogo um processo de catalisação das aspirações e reivindicações, que é tanto mais rápido quanto maior é a distância sociocultural entre o patamar donde emanam as aspirações e o limiar para que tendem;

b) neste processo, as intervenções políticas ou de assistência e os elementos exteriores da sociedade onde os migrantes se encontram inseridos (alojamento, salário, meios de comunicação e lazeres) funcionam como “factores de aceleração” e não de travão das aspirações e, por conseguinte, do processo reivindicativo, alargando o leque entre sistemas e reivindicações;

c) um autêntico “reduccionismo e mudança” opera-se nas aspirações do imigrante e da sua família em função da aquisição, no mais curto espaço de tempo, dos elementos indispensáveis para sair do comportamento de preocupação, tendo presente a segurança em relação ao trabalho, alojamento, segurança económica e realização dos projectos migratórios;

d) tudo isto com um efeito algo frustrante e proporcionado à redução, que se traduz, por um lado, numa atitude de protesto em relação ao sistema político e de assistência (tanto em relação ao país de origem como ao de chegada), ao qual

se atribui o preço a pagar para se libertar do patamar de preocupação; e, por outro, através das aspirações latentes incitando a mais participação, quer no país de origem, quer naquele onde se estabelece. Tal atitude verifica-se, por exemplo, na procura da possibilidade de votar politicamente e na reivindicação do ensino da língua materna dos pais, comprometendo igualmente os dois países.

Praticamente, o empurrão para sair o mais cedo possível do estado de necessidade, ele mesmo consequência da óptica do provisório e de situações socioeconómicas específicas, é por sua vez a razão da duração deste estado de necessidade, precisamente porque coexiste com o facto de no seio da migração haver como que uma atitude de protesto implícita ou explícita, ao lado de um comportamento de concessão. Frequentemente, em terras de imigração, os migrantes são assolados pela ideia de que não vivem no seu país e que, de algum modo, até têm uma dívida de gratidão para os que os receberam, pois só assim conseguiram sair mais rapidamente de uma situação de grandes necessidades. Desta maneira, consideram frequentemente a sociedade receptora de “mãe”, que os soube acolher no seu seio e lhe proporcionou os meios para realizarem os seus projectos e a de origem de “madrasta”, que os “expulsou” de muitas prerrogativas pessoais, familiares e sociais.

10. Investimento familiar na poupança

Para cumprir a função de medir, trocar, representar valores, o dinheiro deverá ele mesmo ser um valor, ou poderá contentar-se em ser simplesmente um sinal, um símbolo, desprovido do seu próprio valor: tal uma senha que representa valores sem ser da mesma essência que eles.

G. Simmel

Os projectos migratórios, entre outros aspectos, caracterizam-se por uma preocupação de poupança, deslocando para o futuro a realização de muitas aspirações (M. E. Leandro 2004, Silva 1998). De algum modo, pode dizer-se que os migrantes vivem frequentemente num presente adiado, dado ser no futuro que inscrevem múltiplas realizações: viver numa casa grande e dotada de conforto moderno, alcançar o sucesso escolar e profissional dos filhos, aceder a lazer de melhor qualidade, viver uma vida menos pautada por horários rígidos, de maior à-vontade económico, de que toda a família possa beneficiar.

De início, as possibilidades são mais orientadas para o material, procurando encontrar meios e mobilizar as energias que lhes permitam sair dos comportamentos de preocupação para dar resposta à satisfação das necessidades essenciais, mas também construir a casa na sociedade que deixaram lá longe e que continua presente, comprar o automóvel, amealhar um pecúlio que lhes permita acumular recursos para necessidades futuras, próprias ou da família uma vez que umas se imbricam nas outras, e quiçá regressar rapidamente a Portugal. Optam, então, por adiar a vivência quotidiana, postergando

melhores condições de vida no futuro, de regresso ao torrão natal. Estas prerrogativas encontrámo-las tanto entre os portugueses nos países indicados como nos migrantes dos países de Leste no distrito de Braga. Entre estes últimos, alguns efeitos destas condutas reflectiam-se na saúde, tendo em conta as restrições alimentares que faziam para poderem investir na poupança (M. E. Leandro *et al.* 2002b). Comportamentos desta natureza reflectem necessariamente as condições contraditórias da existência familiar nestes contextos, em busca de melhores condições e modos de vida, frequentemente mais adiados para o futuro, e a lógica de um presente de mais privações, sobretudo de bens culturais e relações sociais mais abertas.

A este propósito, importa também ter presente o facto da consciência latente do risco que os poderá ameaçar, tendo em conta uma certa precariedade e insegurança que acompanha a vida do migrante. Pense-se tão-só na ameaça de desemprego, nos fenómenos de xenofobia, quiçá de racismo, nas aspirações frustradas que puseram no bom futuro para os filhos (investindo num “bom diploma escolar” ou num bom emprego) e depois o aumento do desemprego para os jovens, até mesmo com diploma universitário, podendo fazê-los cair pelo menos numa certa “miséria moral” (E. Durkheim (1985 [1897]) e na revolta. Fenómenos desta natureza não têm faltado em França, praticamente desde os anos noventa do último século, tornados visíveis nos célebres distúrbios da “Banlieue”. Outro tanto se diga sobretudo das mulheres que, tendo trabalhado toda a vida e tendo feito poucos descontos para a segurança social, ou porque os patrões lho negaram ou elas idealizavam, assim, poderem amealhar mais dinheiro no imediato e realizarem rapidamente as suas aspirações, se encontram agora na idade de deixarem o trabalho profissionalizado quase na “penúria”, em termos de direitos sociais relativos à reforma. Quando muito, apenas conseguem aceder à reforma mínima. A situação pode ser ainda mais complexa para as que não formaram uma família de procriação. Daí que continuem a trabalhar até que as forças lho permitam.

Com efeito, a ausência de condições materiais e sociais seguras e de soluções alternativas que tendem cada vez mais a assolar os migrantes serve para fazer evitar o risco de ter de pagar por si mesmo e inteiramente o preço de um investimento mal sucedido no tempo e no espaço. Esta lógica da capacidade de poupança pode também ter por consequência o desenvolvimento e a preservação no migrante de uma atitude de “conservadorismo de necessidades condicionadas”, o que põe frequentemente em causa uma maior abertura social e participação em grupos dinâmicos que se empenham na mudança da situação, fechando-se mais na família e nos grupos de amigos e conhecidos.

A relação com a sociedade traduz-se sobretudo no plano da “integração instrumental e funcional”, manifesta através da vontade de aceder aos bens e aos serviços oferecidos pela sociedade: trabalho, alojamento, transportes, saúde, segurança social, aprendizagem da língua, escola para os filhos. Torna-se, então, mais difícil a passagem à “integração cultural e de participação”, isto é, a interiorização de novos sistemas de valores, normas e aspirações ou ainda de mais interesse, quiçá empenhamento associativo, também fora da “comunidade de origem”, político, sindical, em movimentos sociais e... Enfim, uma “integração de aspiração” em que o adulto decide ligar o seu

futuro e o dos filhos aos projectos de futuro do grupo como membro de parte inteira da sociedade. É o que J. Costa-Lascoux (1989) designa de “ser um com os outros”.

Neste sentido, sobretudo a partir da segunda forma acabada de referir, há possibilidade de ultrapassar o limiar de uma vida precária. A integração já não se limita à resolução das necessidades mais elementares nem à estrutura económica e profissional. Conduz, antes, a uma maior participação na vida da sociedade onde vivem, ainda que seja através da participação em actividades comunitárias capazes de fazerem a ponte com o contexto social envolvente, como acontece frequentemente com os mais velhos. As famílias funcionam também como sujeitos-actores de socialização, dado que não só transmitem elementos de socialização aos mais novos como vão elas também integrando nos seus próprios valores muitos dos modelos sionormativos e culturais da sociedade onde vivem. Mas aqui também há actores mais intervenientes do que outros. As mulheres e os filhos aparecem numa situação privilegiada devido a manterem relações mais abertas e mais profundas com o meio envolvente. As primeiras através da profissão, mais directamente em contacto com os autóctones, do consumo para sustento da vida quotidiana e das novas tarefas sociais e administrativas que desempenham na família. Por sua vez, os filhos, através da escola e num processo de socialização societal mais amplo, introduzem na família novos valores e maneiras de agir.

Uma tal integração leva a uma mudança qualitativa do “comportamento de preocupação” que não se traduz mais pelo “medo” de não poder satisfazer as necessidades-obrigações essenciais (um medo que prende o migrante, através do emprego, à evolução conjuntural do mercado de trabalho), mas que se formula em termos de “competição” na prestação de serviços qualificados e diferenciados em resposta à “procura” da comunidade-cliente. É sobejamente conhecido, e com maioria de razão em Portugal, dadas as altas qualificações escolares e profissionais dos migrantes dos países de Leste, que a concorrência com os autóctones não tem sido favorável aos primeiros que, na generalidade, continuam a trabalhar nos sectores tradicionais de trabalho para imigrantes: construção civil e obras públicas para os homens e serviços a particulares para as mulheres, pois não lhe têm sido reconhecidas as suas habilitações, aliás, uma das suas profundas aspirações como nos relatam os nossos interlocutores. Daí um certo “desencanto” em relação às aspirações elaboradas antes da emigração, aos valores, aos problemas que não podem ser imediatamente traduzidos em resultados práticos.

11. Conclusão

Neste trabalho, entre outros aspectos, importa realçar três vertentes muito importantes relacionadas com as famílias e as mulheres das migrações internacionais. A primeira prende-se com a capacidade de iniciativa, procurando romper com uma vida de privações pessoais e familiares, encontrar trabalho que permita construir a autonomia pessoal e familiar, formar uma família ou proceder ao reagrupamento familiar e adquirir uma casa para habitar, melhorando simultaneamente as condições familiares.

Nestas trajectórias procuram-se simultaneamente autonomias pessoais, designadamente femininas, familiares e económicas. A segunda vertente prende-se com a elaboração de estratégias conducentes à libertação de múltiplos tipos de amarras ou constrangimentos (económicos, sociais, ideológicos, culturais), ou seja, procuram encontrar-se meios que permitam aceder a uma vida melhor, tanto ao nível pessoal como familiar. Neste sentido, aspirações pessoais e familiares articulam-se. No que às mulheres diz respeito, paradoxalmente, nos primeiros tempos, consegue-se aliar uma “certa nostalgia” da terra natal, sobretudo no que de melhor lá se viveu, e o “prazer singular” de uma certa individuação que releva de uma “autonomia económica e de género adquirida” com vontade, esforço e estratégias singulares, que não questionam menos “a emancipação conquistada”.

Sem sombra de dúvida que tal situação vai produzir efeitos no interior da família. Daí que a condição de esposa e mãe não seja incompatível com a de sujeito-actor do seu próprio destino e dos seus familiares, podendo contribuir para uma nova reorientação da sua própria vida e da sua família. Os homens, sem ficarem imunes à mudança, tendem a oferecer mais resistência, até porque, em certos aspectos, aparecem como perdedores. Um dos aspectos que procurámos mostrar é que a procura de autonomia das mulheres das migrações internacionais passa simultaneamente pela sua condição de agentes sociais e membros de uma família. De qualquer modo, a acção da família, ainda que não seja sistematicamente oposta à da sociedade e vice-versa, nem sempre dá azo a uma harmonia preestabelecida entre as concepções e as práticas familiares e os valores transmitidos por outras instâncias de socialização, mormente a escola, os *mass media* e o contacto quotidiano com o meio envolvente.

Haverá ainda lugar para dizer que, à semelhança da família da “modernidade inacabada”, nos contextos migratórios, designadamente as famílias mais ocidentalizadas, envereda-se cada vez mais por uma família de tipo associativo, ou seja, um grupo mais desinstitucionalizado, composto por indivíduos iguais em direitos e deveres, designadamente os cônjuges, que também partem à “descoberta de si” através do grupo familiar (F. De Singly 2000). Daí o investimento na valorização do futuro dos filhos, ao mesmo tempo que pensam assegurar o seu. Agora ou no futuro, espera-se que seja o estatuto adquirido pelos filhos, mesmo com a intervenção dos pais, e não o transmitido, que irá beneficiar tanto a família de orientação como de procriação.

Refira-se, pois, que as famílias das migrações elaboram “estratégias maternas e familiares” que legitimam, indubitavelmente, as suas decisões e práticas migratórias, doravante designadas de “voluntárias”, ainda que não perfilhem qualquer ideologia de tipo voluntarista. Nem tudo é possível no mesmo momento e contexto social para todos. Basta, por exemplo, que o capital de experiência e de relações sociais do passado e do presente sejam diferentes para fazer mudar muitas situações que podem parecer similares. Perante estas lógicas, longe de dizer que uma aspiração individual de emancipação constitui o principal projecto que anima as mulheres, defende-se que outros do fórum familiar aí estão deveras intrincados: nomeadamente, o de melhorar o capital escolar e sociocultural dos filhos, no que se refere aos portugueses nos países estudados. Em contrapartida, os migrantes dos países de Leste em Portugal desejam também esta

promoção, mas ao mesmo tempo para eles e para os filhos, tendo em conta o elevado capital cultural que muitos já possuem. Assim, o que os pais mais parecem aspirar no presente é a sua própria promoção profissional, o que se inscreve mais numa linha de transmissão do que gostariam para os filhos. No caso dos portugueses, sobre este aspecto bem concreto, procura-se mais a mobilidade social, transmitindo embora muitos outros elementos culturais, familiares e sociais.

Perante a complexidade destas situações, neste trabalho tivemos em conta aspectos como o processo de aquisição da autonomia pessoal, familiar e social, os efeitos que daí decorrem e quem são os seus principais actores, as vantagens retiradas da profissão e do acesso a mais capital económico e social, as modificações dos papéis de género e atribuição de tarefas familiares, a importância da aprendizagem da língua do país de residência, a qualidade das relações com o contexto social envolvente e quem estabelece as respectivas mediações, a importância e gestão do dinheiro na família, a passagem de comportamentos de “necessidade por preocupação” ao de “necessidade de consumo livre”, os casamentos binacionais favorecendo o processo de integração social, a importância das transmissões familiares e sociais, a promoção social, a saúde, a mobilização da família em favor do futuro dos filhos, entre outros. Em todas estas situações, pesem embora as importantes modificações introduzidas (não fora a passagem, em alguns casos, de uma sociedade pelo menos de comunidades locais monoculturais a sociedades pluriculturais e ultramodernas), nem por isso deixa de haver ainda traços culturais anteriores que continuam a persistir.

Pode então apreender-se, para as mulheres e para as famílias em geral, o contexto migratório como espaço possível de realização de aspirações relativas à autonomia pessoal e familiar e de recomposição de tarefas e papéis familiares, mas em situações bem diferentes do passado e sobretudo a assunção de tarefas que antes se afiguravam vedadas às mulheres e até aos filhos em idades ainda precoces. Pode ainda dizer-se que na comunicação intrafamiliar e inter-societal estabelecem-se pontes para dinâmicas singulares nos contextos que aqui analisámos. Sob o ponto de vista teórico, trouxemos para aqui um olhar interdisciplinar que, fazendo sobretudo apelo à sociologia, à antropologia, à psicossociologia e à economia, nos permite ligar as problemáticas do indivíduo, da família e da sociedade em contextos migratórios, abrindo perspectivas de reflexão mais generalizada acerca dos mecanismos de pensamento, de aprendizagem, de abertura, de mudança e de articulação entre o tradicional e o moderno, o passado, o presente e o futuro, o(s) estrangeiro(s) e os autóctones, o género e a família, tendo presente a dinâmica de poder ser sujeito-actor da sua própria história e da sua família em contextos migratórios diversificados. O sentido plural da permuta afigurou-se como uma questão transversal deste trabalho. Daí a importância que atribuímos à “escuta do outro” imigrante ou não, que caracteriza o homem civilizado, duma sociedade cidadã, que se pretende harmoniosa. Se assim fosse, decerto que muitas das hierarquias de género, de condição e pertença social, geográfica, política e cultural entre os povos deixariam de ter o relevo que têm.

Referências bibliográficas

- ABOU, Selim (1981), *L'Identité culturelle. Relations interethniques et problèmes d'acculturation*, Paris, Anthropos.
- ALMEIDA, A. Nunes de e VIEIRA, Maria M. (2006), *A Escola em Portugal*, Lisboa, ICS (Col. "Breve Sociologia").
- BALANDIER, George (1988), *Le Dédal. Pour en finir avec le XXème siècle*, Paris, Fayard.
- BACHELARD, Gaston (1984 [1954]), *La Poétique de l'espace*, Paris, PUF (Coll. « Quadrige »).
- BOURDIEU, Pierre (1962), "Célibat et condition paysanne", *Études rurales*, n.º 5-6, pp. 32-135.
- BRANDÃO, Maria de Fátima (1994), *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal*, Porto, Ed. Afrontamento (Col. "Biblioteca das Ciências do Homem").
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1977 [1956]), *La Vie quotidienne des familles ouvrières*, Paris, CNRS.
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1971), *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël Gonthier.
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1975), *La Culture et le pouvoir*, Paris, Stock/Monde ouvert.
- COSTA-LASCOUX, Jacqueline (1989), *De l'immigré au citoyen*, Paris, La Documentation Française.
- COURGEAU, Daniel (1988), *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migrations internes, mobilité temporaire, navettes*, Paris, INED.
- CUNHA, Carmen (1995), *As Cartas de Chamada e o Reagrupamento Familiar*, Dissertação de Mestrado de História das Populações, Universidade do Minho.
- DE SINGLY, François (1996), *Le Soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- DE SINGLY, François (2000), *Libres ensemble. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.
- DELCROIX, Catherine (1996), *Médiatrices dans les quartiers fragilisés : le lien*, Paris, La Documentation Française.
- DE WENDEN, Catherine (1999), *Faut-il ouvrir des frontières ?*, Paris, Presse de Sciences Po.
- DURKHEIM, Emile (1975), *Textes. 3. Fonctions sociales et institutions*, Paris, Ed. De Minuit.
- DURKHEIM, Emile (1985 [1897]), *Le Suicide*, Paris, PUF.
- DUVIGNAUD, Jean (1986), *La Solidarité. Liens de sang, liens de raison*, Paris, Fayard.
- ENGELS, Friedrich (1973), *La Situation de classe laborieuse en Angleterre*, Paris, Editions Sociales.
- GEORGE, Pierre (1979), *As Migrações Internacionais*, Lisboa, D. Quixote.
- GOFFMAN, Erving (1982), *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar.
- HALBWACHS, Maurice (1913), *La Classe ouvrière et les niveaux de vie*, Paris, Félix Alcan.
- JOAQUIM, Teresa (2006), *Cuidar dos Outros, Cuidando de Si*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LAZORTHES, Guy (1993), *Sciences humaines et sociales. L'homme, la société et la médecine*, Paris, Masson.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1992), *Au-delà des apparences. Étude comparative de l'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*, Tese de doutoramento, Université René Descartes, Sorbonne Paris V.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995a), *Au-delà des apparences. L'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*, Paris, l'Harmattan (Coll. « Migrations et sociétés »).
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995b), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris, l'Harmattan (Coll. « Migrations et sociétés »).
- LEANDRO, Maria Engrácia e LEITE, Carolina (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", in *Dinâmicas Multiculturais. Novas faces, outros olhares*, pp. 175-189, Vol. II, Edições do Instinto de Ciências Sociais (Col. "Estudos e Investigações").
- LEANDRO, Maria Engrácia (2000a), « La réinstallation de familles portugaises dans le Minho », in DE VARINE, Béatrice, *Lieux de vie et circulations des portugais de France*, pp. 36-66, Monterrat, Interaction France-Portugal.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2000b), "A construção social da diferença através da acção denominativa. O caso dos jovens portugueses perante as migrações internacionais", *Cadernos do Noroeste*, 1, pp. 5-30.
- LEANDRO, Maria Engrácia et al. (2002a), "Os males do corpo em terra estrangeira" in M. E. LEANDRO, M. LOBO, M. S. COSTA (orgs.), *Saúde. As teias da discriminação social*, pp. 181-210, Braga, ICS.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2002b), "Recomposição identitária e cidadania activa. Novos olhares sobre a situação dos portugueses na região de Nurnberg", *Humanística e Teologia*, 23, pp. 287-346.

- LEANDRO, Maria Engrácia (2002c), “Língua, identidade e pluriculturalidade. A situação dos portugueses na Alemanha e em França”, *Anais Universitários. Ciências Sociais e Humanas*, n.ºs 11 e 12, pp. 187-219.
- LEANDRO, Maria Engrácia e LEANDRO, Ana Sofia (2002) “Sociedades em mutação e processos identitários”, *Cadernos do Noroeste*, 5, pp. 11-38.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2004), “Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios. Uma perspectiva analítica”, *Análise Social*, 17, Vol. XXXIX, pp. 95-118.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1967 [1947]), *Les Structures élémentaires de la parenté*, Paris, Mouton.
- MANRY, Véronique (2005), « Les mobilités féminines maghrébines dans l'espace euro-méditerranéen : quand Fatima, Assia, Meryem et les autres prennent la route », *Migrations Sociétés*, Vol. 17, n.º 99-100, pp. 201-213.
- MAUSS, Marcel (1968 [1950]), *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF.
- MEAD, Margareth (1971), *Le Fossé des générations*, Paris, Denoël Gonthier.
- NOIRIEL, Gérard (1988), *Le Creuset français*, Paris, Seuil.
- PARK, Robert *et al.* (1969 [1921]), *Old World Traits Transplanted. Americanization Studies*, New York, Parason-Smith.
- PAVAGEAU, Jean *et al.* (sous la direction de) (1997), *Le Lien social et l'inachèvement de la modernité*, Paris, L'Harmattan/ARCI.
- PINTO, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Afrontamento (Col. “Biblioteca das Ciências Sociais”).
- PONTY-MERLEAU, Michel (1971), *Existence et dialectique*, Paris, PUF (Coll. « SUP »).
- PORTUGAL BRANCO, Jorge (2003), « Une ou des lusodescendants ? Les rencontres européennes de lusodescendants », *Recherche en Anthropologie au Portugal*, n.º 9, pp. 37-45.
- RIBEIRO, Manuela, SILVA, M. C., SCHOUTEN, M. J., RIBEIRO, F. B., SACRAMENTO, O. (2007), *Vidas na Raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto, Afrontamento.
- RIESMAN, David (1964), *La Foule solitaire*, Paris, Arthaud.
- ROUSSEL, Louis (1989), *La Famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- SAHLINS, Marshall (1976), *Age de pierre, âge d'abondance : l'économie des sociétés primitives*, Paris, Gallimard (Coll. « Bibliothèque des sciences humaines »).
- SAPIR, Edgar (1967), *Anthropologie*, Paris, Seuil (Coll. « Points »).
- SEGALEN, Martine (2002), *Jeux de famille*, Paris, CNRS.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento
- SIMMEL, George (1990), « Digressions sur l'étranger », in CRAFTMEYER, Yves *et al.* (sous la direction de), *École de Chicago*, Paris, Aubier, pp. 53-59.
- TABOADA LEONETTI, Isabel *et al.* (1978), *Femmes et immigrés*, Paris, La Documentation Française.
- THOMAS, Louis-Vincent (1975), *Anthropologie de la mort*, Paris, Fayard.
- THOMAS, Louis-Vincent (1984), *Les Fantômes au quotidien*, Paris, Méridiens Klincksieck.
- THOMAS, Louis-Vincent (1988), *Anthropologie des obsessions*, Paris, L'Harmattan.
- THOMAS, Louis-Vincent (1991), *La Mort en question. Traces de mort, mort des traces*, Paris, L'Harmattan.
- THOMAS, William and ZNANIECK, Florian (1996 [1918]), *The Polish Peasant in Europe and America*, Chicago, University of Illinois Press.
- TRINCIA, Luciano (2001), « L'immigration italienne en Alsace-Lorraine jusqu'à la première guerre mondiale », *Migrations Sociétés*, Vol. 13, n.º 75-76, pp. 9-21.
- WEBER, Max (1964), *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon.
- ZAIDMAN, Claude e BACHELET, Prisca (2003), “Genre, travail et migrations en Europe” in M. HERSENT e C. ZAIDMAN (sous la direction de), *Cahiers du CEDREF*, n.º 10, pp. 9-22.

Desigualdades de género: esboço por um mapa pró-teórico*

Manuel Carlos Silva**

Resumo

Não obstante o relativo avanço, em termos legais e políticos, na defesa dos princípios de equidade de relações de género, recentes estudos a nível nacional e internacional confirmam as persistentes desigualdades de género em diversos contextos (ambientes laborais, interações quotidianas, valores e regulações simbólicas, enquadramentos institucionais).

Neste artigo, após uma revisão, em forma sintética e crítica, de alguns paradigmas teóricos que procuram explicar as desigualdades de género (concepções socio-biológicas, psicológicas, em especial psicanalíticas, estruturo-funcionalistas, marxista e weberianas), o autor propõe uma articulação entre os conceitos de género e classe. Tal implica a convergência do modelo marxista com o feminista e, indirectamente, um cruzamento frutífero entre o posicionamento (neo)marxista e weberiano, sendo este último articulável com a perspectiva interaccionista simbólica. Segue-se uma breve retrospectiva histórica e a correlativa desconstrução das formas essencialistas, reificadoras e legitimadores do *statu quo*.

Por fim, com uma breve ilustração sobre algumas desigualdades de género em Portugal, esboça-se a hipótese de que, para além dos interesses inerentes aos mecanismos macro-económicos e institucionais de dominação, o controlo da força de trabalho feminina e os subsequentes fenómenos de segregação sócio-espacial e discriminação laboral reproduzem-se a diversos níveis: sócio-estrutural, organizacional e interaccional. A nível micro e meso, o poder da mulher varia em função de vários factores: recursos e recompensas, participação no processo produtivo, presença de uma hierarquia de papéis sexuais na divisão do trabalho, lugar ocupado na organização/instituição, lugar na reprodução da esfera familiar e nas interações e negociações de papéis.

Palavras-chave: desigualdade e discriminação, género e classe, feminismo e marxismo, controlo da mulher, poder feminino e emancipação.

* Este texto reproduz um capítulo do relatório da disciplina de Solidariedade e Exclusão Social (policopiado) no quadro do Curso de Licenciatura em Sociologia para efeito de provas públicas de agregação, prestadas pelo autor na área de Sociologia, relatório este produzido e entregue em 2003.

** Departamento de Sociologia – Universidade do Minho – mcsilva@ics.uminho.pt

1. Introdução: problema e perspectivas teóricas

Ainda que sob diversas formas e graus, as desigualdades de género têm constituído um fenómeno histórico recorrente em diversos tipos de sociedade. Na moderna sociedade capitalista, elas têm-se imbricado nos processos de (re)produção desta e nalguns dos seus mecanismos políticos e ideológicos, ocultando-se, aliás não raro, sob razões “naturais”, “biológicas” ou “(pseudo)psicológicas” (cf. Hartman 1982; Weeks 1986; Liljestrom 1986; Amâncio 1994; Bourdieu 1998; Crompton 2003). Embora o grau de constrangimento¹ para explicar as desigualdades de género se mantenha uma questão polémica, as desigualdades de género manifestam disparidade no acesso e no controlo de recursos, designadamente oportunidades e remunerações e demais condições sociais (cf. González *et al.* 1992: 199 ss), tanto na vida pública, como na vida familiar/privada (cf. Abbot e Wallace 1991).

Tal como outras sociedades democráticas, Portugal conheceu uma redução das desigualdades de género, sobretudo graças à acção dos movimentos sociais feministas e dalgumas forças políticas. Não obstante as consideráveis alterações nas últimas décadas no sentido do tratamento político-jurídico-legal igualitário de homens e mulheres e de se verificar uma notável diminuição de desigualdades de género, estas, quer vistas numa perspectiva diacrónica, quer consideradas numa abordagem sincrónica, são ainda uma realidade actual e operante a vários níveis. Recentes estudos evidenciam que as fronteiras e desigualdades de género ainda persistem em várias vertentes e sectores da vida social: nos preconceitos e nas avaliações negativas das mulheres nos contextos institucionais e nas interacções quotidianas; nos sistemas de herança e casamento (O’Neill 1984; Iturra 1983; Geraldés 1986; Silva 1998; Sobral 1999), assim como nos processos de separação ou divórcio e subsequente tutela e guarda dos filhos² (Torres 2001), nas concepções sobre o masculino e o feminino (Amâncio 1993, 1994), bem como nos códigos em torno da honra-vergonha (Cutileiro 1977, 1988; Silva 2002); na desigual distribuição do poder doméstico (Silva 1991) e na violência doméstica (Dias 1998); nos modos de residência e na divisão sexual do trabalho e na sobrecarga das tarefas domésticas (Wall 1998); na segmentação sexual dos mercados de trabalho e nas oportunidades de emprego e nas remunerações (Ferreira 1993; Marques 2002); na desvalorização dos percursos profissionais das mulheres e sua baixa participação nas lideranças e na vida política (Viegas e Faria 1999).

Em termos mais globais e históricos, a questão que se coloca poder-se-ia enunciar do seguinte modo: como compreender e explicar o recorrente fenómeno histórico da

¹ Assim, enquanto para uns autores a família, bem como a sua composição e eventual distribuição dos seus membros pelas diversas profissões, tarefas e demais actividades seriam moldadas por determinadas instituições e inelutáveis constrangimentos exógenos e endógenos (idade, género, classe, etnia), para outros assistiria às famílias e seus respectivos membros uma relativa capacidade e liberdade de tomar decisões, definir, seleccionar e implementar estratégias conducentes à obtenção de determinados objectivos. Para mais desenvolvimento a este respeito, cf. Silva (1991: 79 ss) e Leandro (2001: 51 ss).

² A este respeito, urge uma investigação mais apurada, dado que, embora nos processos de separação, divórcio e tutela ou guarda dos filhos se reproduzam situações assimétricas em detrimento da mulher, há situações indiciadoras em que, face às dificuldades emergentes da “nova” relação mãe-filhos ou pai-filhos e respectivas redes de relações pós-divórcio, podem verificar-se casos manifestos ou latentes de subalternização não só feminina mas também masculina.

dominação masculina em sociedades e Estados basicamente patriarcais, quer escravagistas e despóticos, quer feudais-aristocráticos e capitalistas, quer ainda em sociedades ditas socialistas ou que tentaram caminhar na construção do socialismo? No âmbito mais circunscrito deste texto, quais os factores estruturantes da reemergência e reprodução das desigualdades de género nos dias de hoje?

Diversas têm sido as abordagens sociopolíticas perante este problema social tornado também um problema sociológico, sobre o qual, como veremos de seguida, têm incidido diversos olhares teórico-metodológicos.

2. Algumas perspectivas teóricas

Uma das concepções correntes da discriminação sexual assentaria numa visão sociobiológica, a qual tende a veicular a ideia preconcebida de que, enquanto o homem seria um ser mais activo e agressivo, mais predisposto ao combate público e ao sucesso, a mulher deteria uma construção biológica mais passiva e orientada para a procriação e o cuidado da casa. Uma tal posição ideológica patriarcal e social-darwinista pretende, em última instância, justificar o tradicional domínio do mais forte social e politicamente: o homem. Se é inegável que certos traços físicos e fenotípicos específicos acompanham de modo indelével respectivamente homens e mulheres, eles têm dado todavia lugar a representações e categorizações que não têm fundamento, a não ser como modos de legitimação e dominação masculinas. Ou seja, a partir do diferente fenótipo sexual – que não pode ser negado ou subavaliado –, acentuam-se de modo subtil determinados arquétipos binários (exterior/interior, seco/húmido, cultural/natural) e determinadas dicotomias tais como o domínio da esfera pública ou formal detido pelo homem face ao reduto privado, informal ou doméstico da mulher, a emotividade espontânea e natural feminina face à vertente racionalizante e cultivada masculina, reproduzindo a categorização binária mulher-natural-afectivo *versus* homem-cultural-racional. Estas dicotomias são hoje cada vez mais reequacionadas e desconstruídas na medida em que elas visam legitimar os poderes patriarcais na sociedade, compartimentando o formal e o informal, sobrevalorizando a esfera pública em detrimento da doméstica tida por periférica e banal, enfim, revalorizando o masculino como o quadro universal e primordial de referência e desvalorizando o feminino como elemento particular, secundário, derivado.³

Paralelamente às justificações legitimadoras através do (pseudo)argumento biológico, importa referir, nomeadamente em países de forte implantação católica, a função política e ideológica exercida pela Igreja Católica, a qual tem secularmente convivido com a defesa da ética e da moral patricêntrica ou mesmo patriarcal, a começar pela máxima de S. Paulo: “Mulheres, obedecei aos vossos maridos”.

³ Cf. Dubisch (1986: 7, 24), Héritier (1989: 17ss), Amâncio (1993, 1994), Silva (1999). Como ilustrativo deste tipo de pensamento veja-se, por exemplo, a metáfora bíblica da formação da mulher a partir de uma costela do homem. Para maior desenvolvimento destas categorizações e representações binárias não só diferenciadas como assimetricamente construídas em base hierárquica e desigual, cf. nomeadamente Costa (1992: 119), Amâncio (1993: 130 ss), Silva, Machado e S. Silva (2002).

Uma outra explicação (pseudo)teórica, amiúde aduzida, assenta numa linha de interpretação freudiana, segundo a qual as diferenças do género centrar-se-iam, ao fim e ao cabo, na posse ou na ausência do pénis. Na perspectiva libertária de Freud (1975), o núcleo verdadeiro e autêntico da personalidade humana residiria no inconsciente (*id*), ou seja, no instinto libidinal que, enquanto pulsão de vida e princípio do prazer, estaria em confronto com o *superego*, o qual, com as suas normas e os valores culturais restritivos, constituiria o princípio da realidade, limitativo da realização do prazer, sublimando-se, quando muito, na criação artística ou cultural. O predomínio do princípio da realidade com todo o acervo de normas repressivas comportaria a negação do *eros*, do instinto libidinoso, enquanto princípio do prazer. Se os rapazes seriam induzidos a recalcar os seus impulsos libidinosos para com a mãe, as meninas seriam constrangidas a refrear a sua tendência erótica para com o pai e a identificar-se com a mãe.

À concepção freudiana reagiram, e com razão, diversas feministas para quem a identificação e a construção do género não implica apenas uma realidade biológica – que, de resto, não se reduz aos órgãos genitais nem se concentra apenas na fase de Édipo –, mas envolve uma construção social na qual intervêm várias componentes não biológicas. E, em relação à própria masculinidade, esta, adquirida à custa da separação da mãe, implicaria não um valor acrescentado mas uma perda emocional marcante.

Uma outra variante psicológica consiste em explicar a génese e o desenvolvimento da identidade e dos comportamentos masculinos e femininos pelos contextos de socialização familiar e escolar com os seus respectivos códigos normativos masculinos e femininos.

Por seu turno, também a sociologia se tem ocupado desta questão, embora com interpretações diferentes. Na óptica estrutural-funcionalista, numa versão mais elaborada e de cariz predominantemente axio-normativo, as diferenças biológicas e anatómicas dos órgãos sexuais masculinos e femininos são convertidas e erigidas em elemento constituinte das diferenças de género, pretendendo assim justificar ideologicamente a dominação masculina. Pertence à concepção estruturo-funcional (cf. Parsons 1956) em torno da família a velha e recorrente distinção entre a função instrumental levada a cabo pelo homem, tradicionalmente considerado o ganha-pão da família, e a função expressiva exercida pela mulher no âmbito doméstico, vista como o pólo afectivo-emocional dedicado ao cuidado do lar.

Avaliando, ainda que brevemente, esta visão, dela se pode inferir uma dimensão fortemente ideológica na medida em que ela tem reforçado e realimentado concepções conservadoras e até retrógradas sobre a família: a mulher, vista como “dona de casa” e “servidora do lar”, “protegida” pela autoridade masculina, mantendo a função de cuidar material e afectivamente do marido e dos filhos e ficando, na prática, arredada dos processos de trabalho extradomésticos e de participação social e política na esfera pública.

Às visões estruturo-funcionais, que tendem a atribuir ao sistema o diferenciado conjunto de papéis masculinos e femininos, contrapõem-se as perspectivas interaccionistas e simbólico-valorativas (cf. Goffman 1974) que procuram trazer para primeiro plano não os invisíveis constrangimentos estruturais mas a presença dos actores sociais, ora masculinos ora femininos, as suas recíprocas interacções, a negociação dos papéis,

a partilha das experiências e vivências, as quais são decisivas para definir e construir a própria identidade, ora masculina ora feminina.

Outros(as) ainda realçam a importância do modelo organizacional e de poder em que os homens, detendo as alavancas do poder em vários níveis e instituições desde as centrais às locais e familiares, tendem a perpetuar-se nas instâncias de decisão em prejuízo das mulheres que detêm, em regra, um papel subordinado: em casa, na escola, no trabalho, na vida política, posição esta partilhada por uma considerável parte das feministas (cf. Roberts 1984). Esta linha explicativa remete-nos basicamente para a concepção weberiana centrada na análise das relações de autoridade e poder no seio dos grupos domésticos e sua articulação com a organização societal e a configuração dos diversos grupos sociais (cf. Weber 1978: 359, 365 ss). Weber (1978) realça, a respeito da formação da instituição familiar, como um local de regulação política e económica em torno do património sob a orientação do patriarca, que implica um controlo sobre o património e a sexualidade femininas. Esta posição é também subscrita por Segalen (1980: 60 ss), Flandrin (1984: 8 ss) e sobretudo Bourdieu (1972: 1120, 1980: 238, 320 ss), segundo o qual as relações de autoridade e poder no interior das famílias pressupõem a existência de concorrência geradora de tensões e conflitos que ameaçam a unidade e a coesão domésticas.⁴ Porém, no quadro do modelo de poder, o autor que representou um especial suporte para as próprias teorias feministas foi de longe Foucault (1994) que mostra como operam, a nível infra-estatal, comunitário e doméstico, os mecanismos de poder quase invisíveis mas eficazes.

A posição marxista tem tradicionalmente assumido que as assimetrias sexuais se devem basicamente às desigualdades de classe e, no mundo de hoje, ao sistema capitalista. À desigualdade sexual subjaz a divisão sexual do trabalho como uma das formas da divisão social do trabalho, a qual, embora variável consoante o modo de produção dominante, constitui a base de explicação das desigualdades sociais, designadamente das desigualdades de género.⁵ Há, porém, a destacar entre os fundadores do marxismo o avanço dalguns elementos teóricos relevantes em torno da divisão sexual do trabalho

⁴ Esta questão prende-se com a discussão em torno do carácter patricêntrico/patriarcal ou matricêntrico/matriarcal das sociedades tradicionais sobretudo agrárias. Em relação ao espaço luso-galaico, para além de legitimações de carácter biologista e retroprojeções ideológicas sem fundamento histórico, não há unanimidade entre os cientistas sociais. Alguns autores como Geraldes (1987: 469 ss) e Iturra (1983: 91 ss; 1988: 103 ss), aduzindo respectivamente a tónica androcêntrica nas prescrições legais e sobretudo nas práticas sociais designadamente o comportamento submisso, respeitoso e, por vezes, deferente da mulher face ao marido (tratando-o, por exemplo, por você ou senhor), têm salientado como traço dominante a autoridade masculina ou mesmo patriarcal em casas camponesas no Minho e na Galiza. Num pólo oposto, autores como Descamps (1935: 84, 191 ss, 273, 459 ss) e Willems (1963: 70 ss), com base em observações etnográficas de tipo monográfico e, por outro, mais recentemente, Santo (1980: 18, 78 ss), apelando a argumentos de tipo psicanalítico na variante do “inconsciente colectivo” de Jung, reconhecem o poder patriarcal mas salientam ou sublimam a telúrica matricentralidade das relações sociais, em especial no Minho. Por fim, Cabral (1989: 109 ss), baseando-se em argumentos de tipo simbólico-valorativo e linguístico-cognitivo-interaccional (por exemplo, designação de “patroa” pelo marido), mantém sobre o poder conjugal uma problemática ambiguidade, posição partilhada também por Brettel (1991: 26), que, no quadro da análise da dinâmica dos movimentos demográficos e migratórios numa aldeia minhota, salienta ora a patricentralidade ora a matricentralidade dos grupos domésticos minhotos.

⁵ Também Lévi-Strauss (1977: 30 ss) destaca que a divisão sexual do trabalho, embora variável conforme os tempos e espaços societais, constitui um traço universal que contribui para explicar o casamento e suas diversas modalidades, o qual implica necessariamente, em maior ou menor extensão, como pré-requisito de qualquer organização social, a proibição de incesto entre parentes próximos e, conseqüentemente, a troca exogâmica de mulheres.

e, em particular, a dimensão histórica em relação à origem e à evolução da exploração e dominação da mulher que, segundo Engels (1980), prender-se-ia, por sua vez, com a origem da propriedade privada e do Estado.

A nível programático e político, para as organizações de inspiração marxista, sem excluir propostas realistas de reformas e inclusive sem deixar de apresentar iniciativas progressistas com propostas relevantes para a melhoria da situação da mulher, a solução estratégica deste problema passará contudo pela mudança radical da própria estrutura social e pela emancipação das classes trabalhadoras.

Num campo de intersecção da sociologia marxista e da psicanálise freudiana, importa também relevar a contribuição da teoria crítica da Escola de Francoforte desde Adorno *et al.* (1950) a Reich (1972) e Marcuse (1963), os quais, estabelecendo uma ponte entre a dialéctica hegeliana, o marxismo e o freudismo, identificaram o *superego* freudiano com as normas e os valores alienantes do sistema capitalista e explicaram os processos de dominação pelo recalçamento do *eros*, criando assim, nos termos de Marcuse (1968), o “homem unidimensional”.

Quanto às abordagens feministas, importa diferenciar várias tendências desde o feminismo liberal que se situa numa óptica jurídico-política até ao feminismo radical que, rejeitando a perspectiva marxista em torno do conceito prioritário da exploração e dominação de classe, sustenta como primeiro conceito explicativo da diferenciação sexual o conceito central do género e das correspondentes contradições sócio-históricas centradas na dominação e, eventualmente, na exploração da mulher por parte do homem com toda a série de representações e estereótipos socialmente construídos.

Incidindo uma particular atenção no debate entre marxistas e feministas e, no seio destas entre marxistas-feministas e feministas-não marxistas, importa começar por referir que a tradicional visão marxista, tendo-se focalizado demasiado na produção, quer de objectos, quer de seres da espécie humana, suscitou diversas críticas, particularmente da parte da teoria feminista que deslocou o acento tónico para a família como a instituição nuclear da reprodução social, a qual, a par ou em articulação com outras instâncias, criaria os mecanismos de suporte propiciadores das condições específicas necessárias à produção dentro e fora da casa.

Se é certo que o processo de industrialização e urbanização veio separar o local de residência e o local da profissão extradoméstica, pelo menos para a maioria dos membros activos da família o trabalho doméstico não pago, predominantemente exercido pela mulher, tem constituído na divisão social e sexual do trabalho, ainda que com variadas funções conforme o tempo e o contexto espacial, uma condição indispensável do próprio trabalho exercido pelo homem e, em particular, no quadro do modo de produção capitalista, uma base imprescindível para a acumulação e a expansão do capital, tal como o acentuaram e desenvolveram diversas autoras, sobretudo feministas de inspiração marxista.⁶ No entanto, a tradicional posição marxista não assumia o trabalho doméstico como

⁶ Cf., entre outros, Zaretsky 1973, Meillassoux 1977, Ferreira 1981: 48 ss, Wallerstein 1984, J. Brenner e B. Laslett 1986: 116 ss, Liljestrom 1986: 144. Esta ideia-força tem sido amplamente desenvolvida por diversos autores marxistas ao analisar a articulação entre diversos modos de produção no processo de acumulação e expansão do capitalismo.

tema central da análise de dominação de género nem sequer o articulava adequadamente com a problemática da exploração de classe a nível global, considerando como improdutivo o trabalho doméstico, ou integrando, quando muito, a intermitência do trabalho doméstico e/ou do trabalho assalariado feminino no quadro da teoria marxista sobre o exército industrial de reserva. Outros, porém, como Braverman (1974), avançaram a hipótese de que a tendência de desqualificação do trabalho atingia, de modo particular, a força de trabalho feminina. Outras como Brown (1970) e Ortner (1988), com uma forte orientação feminista, assumiam que a explicação básica da dominação masculina residiria no facto de a mulher ter sido confinada aos papéis domésticos nomeadamente em torno das funções de maternidade.

Dada a insuficiência da interpretação marxista dominante, o feminismo radical, desenvolvido sobretudo a partir dos anos setenta, veio sustentar que a contradição básica das desigualdades sociais residia analiticamente, não na contradição de classes mas antes na contradição de género, destacando assim a dominação patriarcal da mulher ao longo da história até hoje. Para as feministas radicais não-marxistas a relação de dominação e/ou exploração patriarcal atravessa os vários modos de produção e, mesmo em relação ao capitalismo, apresenta uma lógica e uma dinâmica autónomas assentes ora nas diferenças sexuais biológicas e reprodutoras (Firestone 1976: 20 ss), ora na específica dominação patriarcal nas relações públicas e privadas (Walby 1997). Esta contradição homem-mulher seria por si só suficiente para dar conta das múltiplas e complexas formas de dominação em vários tipos de sociedades, explicando inclusive a oposição dos homens nas organizações sindicais tradicionais, a limitar a concorrência das mulheres nos mercados de trabalho.

Cada vez mais, porém, a linha mais fecunda de forma a superar as contradições de classe e de género, será mais uma vez a perspectiva marxista e weberiana. É nesta linha que Roberts (1984) e Hartman (1982), cruzando várias influências desde a weberiana à marxista, sustentam que o poder da mulher varia em função do grau de disposição sobre recursos e recompensas, do modo e da medida de participação no processo produtivo, do grau de mobilidade e presença/ausência de hierarquização de papéis sexuais na divisão do trabalho, sendo esta última variável um factor que, ao ser integrado na teoria das desigualdades sociais, exige, segundo Garnsey (1982: 427), uma reconceptualização das teorias da estratificação e das classes sociais.

3. Poderes e representações sobre a sexualidade: breve retrospectiva histórica

Se, até aos anos setenta, particularmente nos meios rurais, a sexualidade era um tema tabu, na antropologia e na sociologia era um assunto marginal e negligenciável ou, quando muito, o seu tratamento surgia subsumido como um assunto “desviante” no âmbito do parentesco, da família e do casamento. Um passo mais para a compreensão das diferentes interpretações acima delineadas exige que façamos um esforço conceptual no sentido de definir a sexualidade, sobre a qual não há contudo unanimidade.

O fenótipo sexual, constituindo uma base de diferenciação biológica entre homens e mulheres, serviu simultaneamente durante séculos como justificação ideológica de desigualdades sexuais. Porém, as legitimações ou argumentações têm diferido consideravelmente. Assim, enquanto nos círculos conservadores tópicos como sexualidade, prostituição, homossexualidade ou eram tabus ou eram desqualificados e verberados pela religião dominante em cada contexto espaço-temporal – em Portugal pela religião católica –, nas esferas ora liberais ora emancipatórias o continente da sexualidade era objecto de interpretações biogenéticas e psicológicas, em particular pela psicanálise de inspiração freudiana ou junguiana.

Se, numa óptica organicista, funcionalista e conservadora, a sexualidade era vista como um forte impulso carnal que, derivando de energias biológicas instintivas e inatas, deveria ser controlada, de modo a evitar os seus efeitos destrutivos e ameaçadores da moral e da ordem social vigente, já numa perspectiva libertária, a sexualidade, enquanto força libidinal irresistível, deveria irromper contra o repressivo sistema normativo dominante, não só presente nas sociedades tradicionais, como também na moderna civilização vitoriana, puritana (cf. Millet 1974). Em ambos os casos, a sexualidade era conceptualizada de modo essencialista como uma força biogenética imparável, próxima da natureza animal e, senão anticultural, pelo menos, meta-social e transcultural. Por um lado, na versão tradicional da maior parte das religiões nomeadamente da católica, a sexualidade, inerente ao corpo e embebida na “degradada” condição terrena do ser humano, só podia ser vencida pela força do espírito ou tolerada como mal menor pelo sacramento do matrimónio, destinado a santificar a relação conjugal e a própria família. A necessidade de controlo e domesticação da sexualidade, em particular da feminina, conheceu várias formas e expressões desde a mortificação do corpo na defesa das superiores virtudes da castidade e da virgindade, passando pelas práticas monogâmicas, até à posse e vigilância da honra feminina através do controlo da propriedade fundiária na herança e no modelo patriarcal de casamento.

Sem menosprezar os contributos valiosos de diversos autores, sobretudo da parte de Freud (1975) e seus seguidores, há que reconhecer que a essencialização naturalizada da sexualidade e outros fenómenos com ela relacionados viriam a ser desconstruídos por sociólogos, antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais que começaram a encarar a sexualidade não apenas como um atributo ou propriedade de ordem biogenética ou psíquica mas como um produto social ou, como diria Foucault (1994), um construto histórico compreensível no seu contexto sociopolítico. A sexualidade é, segundo o autor, justamente um dos campos onde os diversos poderes, nomeadamente, os institucionais, se exercem, seja de forma coerciva e impositiva, seja de modo subtil, sub-reptício, quase invisível, mas extremamente eficaz. Sendo o sexismo resultante das relações de poder na perspectiva foucaultiana, é compreensível que o movimento feminista tenha assumido, como referi, o pensamento deste autor como um dos alicerces do seu posicionamento face à sociedade patriarcal, concebendo assim a esfera das relações privadas ou (inter)pessoais de género como uma das expressões das relações de poder.

A diferença biológica e anatômica dos órgãos sexuais masculinos e femininos converteu-se de elemento constituinte da sexualidade em justificação ideológica da dominação masculina, como referem, entre outros, Amâncio (1994) e Bourdieu (1998). Sem negar os “imperativos”, as potencialidades biogenéticas e psíquicas, os desejos e as emoções, aliás possibilitadoras e, em regra, sempre presentes na actividade sexual, importa sublinhar, como o fazem Weeks (1986: 15 ss) e Nencel (1994), que a sexualidade não pode ser abordada como uma espécie de energia biopsíquica apenas derivada de genes, hormonas, instintos ou do inconsciente e, como tal, “naturalizada” e desligada do contexto social e histórico. Ela engloba um conjunto de possibilidades biológicas e mentais (identidade de género, diferenças corporais, capacidades reprodutivas, necessidades, desejos, fantasias, emoções, valores), que não necessitam de estar todas ligadas e, em certas culturas, não o estão. Por isso, contrariamente a uma abordagem fixista, determinista e reducionista de cariz ora biogenético ora psíquico, a sexualidade comporta várias dimensões que fazem de qualquer relação sexual uma relação social que, como qualquer outra, é socialmente condicionada, estruturada e construída, para usar a teorização de Luhman (1982), em diversos patamares: sócio-estrutural, organizacional e interaccional.

Para entender a sexualidade e o entendimento diverso dado ao comportamento sexual dos homens e das mulheres nomeadamente no meio rural, há que partir da vertente sócio-estrutural, ou, seja, da condição objectiva de vida dos respectivos grupos de pertença das mulheres – o que engloba a classe social, o género, a idade e demais recursos – e, em seguida, articulá-la com outros níveis, a saber, o político-organizacional no seio da comunidade e da casa e, por fim, o interaccional, o qual toca as próprias vivências, experiências e socialidades no seio de cada género e entre os membros dos géneros masculino e feminino. Contrariamente a autores que, de uma ou outra forma, essencializam e projectam, quer sobre os homens, quer sobre as mulheres, determinadas características ou atributos de cariz biogenético, psicológico ou sociomoral e cultural, importa, tendo em conta estas vertentes, relevar o processo relacional que, em determinado contexto histórico em termos socioeconómicos, políticos, culturais, permite compreender e explicar os comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo oposto.

A nível organizacional e político-administrativo, o maior ou menor grau de interferência institucional – eclesiástica e civil –, a maior ou menor dose de repressão patriarcal e administrativa com as mais variadas proibições e tabus, em particular sobre as mulheres, é dependente do tipo de sociedade e seu contexto espaço-temporal, das mentalidades, doutrinas e ideologias da época, sobretudo ao nível institucional e estatal, em relação aos comportamentos sexuais humanos. Vários autores, entre os quais Flandrin (1983) e Goody (1983), demonstraram que as origens da moral sexual ocidental remontam à cultura judaico-cristã, fundada no mito em torno de Adão e Eva (superioridade do homem, seduzido e forçado a trabalhar e sustentar a prole; inferioridade da mulher, sedutora mas destinada à função reprodutiva) e refundada nos primórdios do moralismo cristão, sobretudo entre os séculos VI e XI, cujos mentores eclesiásticos determinavam certos interditos ou períodos de continências sexuais nomeadamente sobre os dias, as

circunstâncias e as formas de cópula conjugal⁷. Para os moralistas cristãos desta época – cujas reminiscências eram visíveis ainda nas aldeias do Noroeste português sobretudo até aos anos setenta (cf. Silva e Van Toor 1988; Silva 1998) –, impunha-se que o espírito vencesse a carne lasciva. Por isso, além de exaltada a abstinência pela castidade celibatária, os prazeres sexuais eram condenados como comportamentos luxuriosos, selvagens, irracionais mesmo no quadro do casamento. A paixão era perigosa para o homem e para a sociedade, pois, se fornicar fora do casamento era um pecado muito grave, grave era também fazê-lo com paixão ardente com a própria mulher. Mais, não só a mulher era portadora de “imundas” impurezas (*v.g.*, o sangue menstrual), como o próprio coito era fonte de impureza e, por isso, se questionava inclusive se a mulher grávida, devido não tanto à fecundidade mas ao acto sexual que a provocou, podia ser baptizada (*in* Flandrin 1983: 87 ss, 99-100, 116-124)! A sexualidade só era, portanto, admitida, desde que útil à sociedade, para a procriação e, como tal, deveria ser regulada, controlada, domesticada. Se, como refere Goody (1983), desde o século V até à emergência da modernidade – e em sociedades agrárias como a portuguesa provavelmente até aos anos setenta do século XX –, a Igreja constituiu a principal instituição modeladora das regras e normas relativas ao casamento, ela virá progressivamente a ser substituída nessa função mas de forma laica pelo emergente Estado-Nação que, desde os séculos XVIII e sobretudo XIX, veio ganhando um crescente poder de regulação.

É tendo em conta o fundo da doutrina judaico-cristã que é possível compreender como determinadas condutas são consideradas normais, aceitáveis, e outras desclassificadas como anormais, desviantes ou até patológicas, um pressuposto que nos remete para as concepções funcionalistas nomeadamente durkheimianas acerca dos factos sociais normais e patológicos. Aliás, a este respeito, o próprio Durkheim (1974) deixava de ser o sociólogo que pretendia explicar o social pelo social para cair na armadilha filosófica essencialista, ao assumir que o homem, bem como a mulher, sendo “por natureza” devasso ou possuindo apetites desenfreados nomeadamente os sexuais, carecia de alguma forma de controlo e regulação. Por isso, segundo Durkheim (1977), se a religião e as diferentes comunidades eclesíásticas, nomeadamente a católica, constituíam, nas sociedades agrárias tradicionais, e em articulação com Estados de cariz conservador⁸,

⁷ Entre outros interditos, refira-se o não ter relações sexuais durante certos períodos (quaresma, festas tais como Natal e Páscoa), nem durante a gravidez, pois esta transgressão, contrariamente ao exemplar comportamento dos animais, representaria, segundo Santo Ambrósio e S. João Crisóstomo, a profanação do trabalho da criação divina nas entranhas da mulher (*in* Flandrin 1983: 84-85). E, quanto ao modo de relacionar-se sexualmente, era vedado fazê-lo pela retaguarda da mulher e impunha-se que as relações sexuais fossem feitas “com juízo” e sem paixão, tal como advertia S. Jerónimo: “O homem sábio deve amar a sua mulher com juízo, não com paixão. Que ele controle o ímpeto da voluptuosidade e não se deixe levar precipitadamente à cópula. Não há nada mais infame que amar uma esposa como uma amante... Adúltero é também o amoroso demasiado apaixonado pela sua mulher... Em relação à esposa doutrem, com efeito, todo o amor é vergonhoso; em relação à própria, o amor excessivo” (*in* Flandrin 1983: 116). Cf. também M. Almeida (2000: 75-81).

Segundo Flandrin (1983: 69 ss), estes interditos, para além da glorificação do celibato e da esterilidade por diversos pais-santos da Igreja Católica (Santo Agostinho, S. Gregório de Nisa, Santo Ambrósio, S. Jerónimo, S. Basílio, S. João Crisóstomo) poderiam, se rigorosamente observados, pôr em perigo o equilíbrio demográfico da Alta Idade Média, mesmo que os seus responsáveis não tivessem disso consciência.

⁸ Sem pretender de modo algum identificar Durkheim (1983) como inspirador de regimes corporativos totalizantes – é bem conhecido o seu empenho no sistema democrático vigente e a insistência nas fórmulas educativas pela persuasão e não pela

as principais instituições reguladoras de fenómenos “desviantes” ou “patológicos”, nas sociedades modernas teriam de ser, a par da família, da escola e dos corpos profissionais intermédios dos próprios cidadãos, as instituições públicas estatais que, directamente ou através de corpos profissionais tais como o policial, o judicial e o médico, deveriam regular e controlar o amplo campo bio-social e político da sexualidade.⁹

Os padrões de comportamento sexual inculcados nos processos de socialização são, em regra, diferentes por sexo: enquanto as mulheres são educadas no sentido de associar a actividade sexual à intimidade emocional, os homens são induzidos a dissociar o dito impulso sexual e a emoção, suscitando neles diferentes representações e significados da feminilidade: desde a mulher como objecto de prazer, associado à fêmea animal com uma sexualidade potencialmente transgressiva e disruptiva, passando, por vezes, por arquétipos (*v.g.*, “mulher-serpente”) e estereótipos (a “mulher-puta”), até à figura virtuosa e protectora de “esposa” e “mãe”, paradoxalmente assexuada e sublimada como fonte de vida (*v.g.*, a procriação, o leite materno). Tal como já o fizera Segalen (1983) para o contexto rural francês, tais códigos morais e culturais terão certamente de ser articulados com a própria estrutura social e económica das sociedades agrárias nomeadamente mediterrânicas e, em particular, com a correlativa necessidade de preservação do património fundiário, como salienta J. Schneider (1971) e, por fim mas não menos importante, com o dominante carácter patricêntrico nas casas destas comunidades.¹⁰

Os resultados de vários estudos, constatando uma competição interna entre marido e mulher pelo controlo do poder doméstico, terão de ser compreendidos e explicados, quer a partir do volume de recursos¹¹ que cada partido traz consigo para o casamento e/ou adquire na pendência do mesmo, quer sobretudo devido aos mecanismos tradicionais de subordinação política e ideológica feminina. Entre estes cabe especial referência ao designado binómio cultural da honra e da vergonha que, na base de certos atributos de ordem sexual, pressupõe como interdependentes e complementares papéis e funções social, económica e politicamente desiguais entre homens e mulheres.

repressão –, cabe, no entanto, referir que o corporativismo durkheimiano apresenta curiosas semelhanças com a doutrina social da Igreja, também esta perfilhada, em linha de princípio, por Salazar. No entanto, o corporativismo centralista inerente ao regime ditatorial salazarista afastou-o, em termos teórico-práticos, do corporativismo de associação idealisticamente propugnado por alguns dissidentes internos do Estado Novo como, por exemplo, Castro Fernandes (*in* Wiarda 1977).

⁹ Com a emergência de doenças sexualmente transmissíveis (ontem doenças venéreas como a sífilis, hoje outras mortíferas como a sida), a premência de regulação e o controlo tornam-se ora razão ora pretexto cada vez mais imperativos em relação ao controlo das sexualidades alternativas ditas desviantes, “artificiais”, “anormais” (*v.g.*, uniões de facto, homossexualidades) e, em particular, com a sexualidade mercantilizada como seja a prostituição. Embora em moldes e latitudes diferentes e com meios mais sofisticados que no passado, a política sexual encontra-se também hoje e com maior acutilância no cerne das políticas de saúde pública, nomeadamente em torno do fenómeno da prostituição (cf. Silva 1998a; Machado 1999; Ribeiro e Sacramento 2002).

¹⁰ Alguns resultados obtidos da própria investigação em Aguiar, no concelho de Barcelos, mostram que, a par de 30,8% de casos de dominação masculina e 37,5% de relativo equilíbrio mais ou menos instável mas negociado, só em 8,6% de casos era, de facto, a mulher quem comandava os destinos da casa (cf. Silva 1991: 87).

¹¹ Para definir o poder doméstico importa ter presente, além do local de residência, a composição dos grupos domésticos e as interações conjugais, o conceito de recursos materiais e simbólicos em termos amplos: bens patrimoniais, atributos estéticos e eróticos, experiência e força física, habilidades, saberes e qualificações, honra, prestígio e poder local, utilização do espaço e do tempo, entre outros.

Ao longo do tempo têm-se reproduzido e legitimado estas e outras normas e valores estereotipados acerca do comportamento masculino e feminino: o homem como elemento activo e assertivo, do ponto de vista social, profissional e sexual; a mulher como o elemento passivo, com um papel restrito à esfera doméstica, a quem o binómio honra-vergonha¹² é avaliado e aplicado de modo negativo e defensivo (tabus, proibições, defesa da virgindade). Nos padrões tradicionais de socialização entre rapazes e raparigas as imagens construídas sobre a mulher como criatura subordinada, sexualmente insaciável e perigosa e, portanto, carenciada de protecção para manter-se casta e virgem antes do casamento, bem como a assunção do seu papel de recatada esposa e mãe de filhos, voltada para o interior da casa, serviam efectivamente a ordem social vigente e, em particular, o poder masculino. Assim, enquanto os “desvios” ou “aventuras” masculinas em matéria de comportamento sexual, além de justificadas pela “impulsividade natural” masculina, não afectavam a honradez do homem-“prevaricador”, podendo mesmo ser objecto de encómio, a mulher, transgredindo, ficava indelevelmente marcada, emocional e economicamente sobrecarregada na comunidade, nomeadamente sempre que surgiam filhos ilegítimos de relações sexuais não convencionais ou oficialmente aprovadas. Do mesmo modo, enquanto ao rapaz era-lhe tolerada e até estimulada e mesmo premiada qualquer aventura sexual extravagante e atrevida, à mulher era-lhe recomendada ou até imposta a contenção sexual, sendo-lhe refreados e reprimidos os seus apetites sexuais não só por parte dos padres – os “empresários da moral” na terminologia de Becker (1968) –, mas inclusive por parte da família e, em particular, dos pais.

Contrariamente à interpretação culturalista defendida por autores como Pitt-Rivers (1988), Peristiany (1988) e, até certo ponto, Cabral (1991), o código de honra-vergonha nomeadamente no campo sexual não possui apenas uma dimensão cultural mas é interdependente e condicionado por outros factores que se prendem, como refere Cole (1991), com a posição económica e social da mulher-trabalhadora e com a ideologia católica da dominação e sujeição da mulher pelo homem. Apesar da pertinência da desconstrução teórica e ideológica do binómio cultural honra-vergonha, como o faz Cole (1991), é importante reter que tal construção não era contudo apenas ideológica, mas fazia parte de uma realidade económica e social vivenciada no quotidiano das sociedades rurais, sobretudo mediterrânicas, até recente data. Por isso, tais códigos culturais não podem ser evacuados simplesmente como espúrio factor ideológico na medida em que tais códigos, mesmo quando não totalmente concordantes com a realidade, estavam

¹² Honra e vergonha são conceitos correlativos, ora numa perspectiva colectiva, ora numa abordagem individual. A honra e a honradez, não obstante serem vistas como atributos colectivos de certas sociedades nomeadamente mediterrânicas, necessitam de ser reactivadas e dependem da vontade dos membros da família e, em particular, do homem. O próprio conceito de honra pressupõe a posse não só de bens a defender como de atributos, valores e virtudes apreciadas num “verdadeiro homem”, no “homem viril”, adulto, geralmente casado, que se respeita e faz respeitar, se necessário pelo confronto físico, pela sua lealdade e equidade, pela sua generosidade e colaboração na comunidade, que se responsabiliza pelo sustento e pela protecção da família e se orgulha da sua reputação social e sucesso profissional. Já, porém, a mulher, para que seja considerada honrada, deve trabalhar e gerir bem a casa, tê-la limpa, cuidar do marido e dos filhos – os quais deverão andar bem asseados –, ser recatada e modesta, cumprir com as suas obrigações designadamente religiosas, comportar-se decentemente, de modo a não perder a honra, numa associação de conceitos sociomorais que obriga a estabelecer uma especial relação com a esfera sexual (“a pureza sexual”) (cf. Pitt-Rivers 1988, 1997; Peristiany 1988).

nela incorporados. A manutenção do código da honra-vergonha na sociedade rural portuguesa, entre outras, tem representado uma forma de dominação dos grupos sociais mais providos e, em especial, dos homens desses grupos sobre as respectivas mulheres. Se as mulheres sem recursos fundiários, quando transgressivas, eram dadas como “mulheres sem vergonha”, as demais, podendo herdar ou tendo herdado bens patrimoniais, eram obrigadas a observar comportamentos sexuais condizentes com o seu estatuto, ora de potenciais candidatas a bons casamentos, ora de esposas herdeiras e conformadas às normas dos grupos sociais dominantes. A este respeito será interessante salientar que o princípio da articulação entre honra e posição social é mais aplicável às famílias abastadas, uma vez que, no caso das famílias pobres e assalariadas, ele é, tal como o referiu Cutileiro (1977), derogado: as criadas e as mulheres dos trabalhadores assalariados, por motivos de dependência clientelar, podiam ter relações sexuais com os patrões dos seus maridos, mesmo, amiúde, com o conhecimento destes últimos.

A política sexual reemerge hoje como objecto de disputa e mobilização políticas, inclusivamente partidária, por um lado, entre conservadores restritivos e hostis à educação sexual e às sexualidades alternativas e, por outro, além dos liberais permissivos e praticantes destas práticas alternativas, protagonistas de correntes contestatárias de cariz ora moderado (socialistas), ora mais radical (marxistas e feministas). Graças às lutas e aos movimentos sociais conduzidos por estas últimas forças contra as políticas e ideologias conservadoras têm-se registado alguns avanços nas políticas sexuais, os quais para uns representam uma forma de incorporação desses movimentos e para outros conquistas e plataformas para novas reivindicações.

4. Desigualdades de género em Portugal: um breve olhar

Fazendo uma breve retrospectiva, designadamente para a sociedade portuguesa até aos anos oitenta e sobretudo até 1974 e tendo em conta alguns resultados de estudos realizados por sociólogos, historiadores e antropólogos e outros cientistas sociais em relação à sociedade portuguesa, podemos constatar processos de dominação patrimonial e masculina sobre mulheres, nomeadamente em meio rural: as mais providas para preservar e reforçar o património da casa, as menos providas e sobretudo as desprovidas como objecto de dominação dos homens sobretudo dos originários dos grupos sociais mais providos. Estes processos de dominação não excluem contudo a emergência, ainda que de modo latente, informal ou “infrapolítico”, de “registos ocultos” (cf. Scott 1990), denotativos de práticas e estratégias alternativas e visões contra-hegemónicas, neste caso por parte das próprias mulheres (“intuições” dissidentes, “subversões” informais). Assim, inquirindo sobre o fenómeno da ilegitimidade e questionando sobre qual a condição, quer dos pais biológicos, quer das mães solteiras, constatamos a desigualdade sexual e o tratamento social diferenciado e discriminatório para com as mulheres, conclusão esta retirada de vários estudos. Por exemplo, em Fontelas, nome fictício de uma aldeia de Trás-os-Montes, O'Neill (1984) constatou como, ao longo de gerações, num sistema de herança indiviso ou avantajado, os pais dos filhos ilegítimos – até meados do

século XX com percentagens de cerca de 30% – eram, por norma, filhos de proprietários-lavradores não-herdeiros, enquanto as mulheres eram, em regra, jornaleiras.

Também no Minho, diversos autores (Geraldês 1987; Cabral 1989; Brettel 1991; Silva 1998) verificaram desde meados do século XIX, quer em sistemas de herança avantajados, quer em sistemas de herança divisa, como mulheres destituídas (criadas, jornaleiras ou camponesas muito pobres) eram mães solteiras de filhos ilegítimos – em índices, ainda que menores, próximos dos de Trás-os-Montes, sobretudo no Alto Minho –, cujos pais biológicos eram, quando não lavradores-proprietários, guardas fiscais e florestais, comerciantes e até artesãos e operários com rendimentos fixos.

Em notável contraponto com os comportamentos tradicionais entre géneros, poder-se-á dizer que a consideração das dimensões espacial e sobretudo temporal permite-nos hoje relativizar ou até abandonar a rigidez conceptual dos valores centrados na honra e na vergonha. Para tal contribuíram decisivamente o êxodo rural e, em particular, a mobilidade geo-social da mulher em direcção aos centros urbanos nacionais ou estrangeiros, a diluição das fronteiras rural-urbano, o aumento dos níveis de escolaridade, o impacto dos meios de comunicação social e as mudanças de mentalidade, factores estes que induziram a alterações nos comportamentos e modos de relacionamento entre homens e mulheres (cf. Wall e Almeida 2001). Já não é assim tão premente a carga coerciva do binómio cultural honra-vergonha sobre a mulher, quer sobre a mulher casada, quer sobretudo a jovem solteira. Quanto à mulher casada – salvo o caso de eventual adultério que continua sendo assunto tabu e severamente reprovado, embora nem sempre necessariamente objecto de ostracismo comunitário –, já não está sujeita a pressões tão asfixiantes como outrora. A mulher frequenta mais o café e outros locais públicos nomeadamente nas vilas e cidades envolventes, mesmo sem a companhia do marido; imiscui-se mais na esfera pública em assuntos não só religiosos como políticos, sobretudo locais. É, porém, no comportamento da rapariga solteira onde é possível destilar uma visível descompressão do complexo honra-vergonha e a subsequente libertação das tradicionais normas que inibiam ou aprisionavam a sua congénere de há trinta anos. Auferindo amiúde, dentro e sobretudo fora da aldeia, rendimento próprio, ela permite-se iniciativas sem o controlo paterno ou fraterno em certas saídas, por vezes nocturnas, nos fins-de-semana, para as aldeias circunvizinhas e cidades (festas, discotecas, *boîtes*), assim como, na própria aldeia, frequenta cafés e namora mais livremente sem dar tantas satisfações à família. De resto, em bastantes eventos e ocasiões, já não há a rígida separação de divisão de tarefas e de espaços como outrora. Não só cada um dos sexos assume tarefas que eram tradicionalmente atribuídas ao sexo oposto, como se foi esbatendo a antiga separação de espaços, por sexos, na igreja (homens à frente, mulheres atrás), nas procissões e nas lojas e cafés. Este processo é todavia lento, constatando-se, tal como o faz notar Santos (1994: 87), uma considerável discrepância entre a igualdade formal reconhecida em texto legal e as práticas de assimetria sexual, a começar pela desigual distribuição de tarefas domésticas, entendidas no imaginário tradicional e nas práticas quotidianas como funções predominantemente atribuíveis às mulheres. Apesar de os homens, sobretudo nas gerações mais novas, participarem em

maior medida nas tarefas domésticas, são as mulheres de longe as mais sobrecarregadas com tais tipos de trabalho. Na esfera da participação pública, seja na política, seja nos meios de comunicação, as mulheres, não obstante estarem académica e profissionalmente habilitadas, protagonizam, em bastante menor grau, processos de liderança e mobilização cívica e política (Dinâmia 1997; Viegas e Faria 1999: 66).

As mudanças, quer ao nível social e económico, quer, embora mais lentas, ao nível das mentalidades, vão contudo operando na sociedade. As mulheres, além de conseguirem o reconhecimento de igualdade em termos legais, vêm engrossando as fileiras dos diversos mercados de trabalho extradomésticos como assalariadas, passando, em Portugal, de cerca de 18% em 1960 para 44% em 1992 (Mendes 1997: 130). A elevada taxa de feminização do emprego em Portugal – aliás a terceira maior da Europa nas faixas etárias dos 25 aos 49 anos – deve-se a vários factores: necessidade de complementar baixos salários dos homens nos agregados domésticos; factores de ordem histórica como a importância da pequena agricultura camponesa, sobretudo a partir da eclosão da guerra colonial e das vagas emigratórias a partir dos anos sessenta; e, por fim mas não menos importante, o processo, ainda que lento, de consciencialização das mulheres a reivindicar um lugar de realização e/ou revalorização profissional extradoméstica sobretudo a partir do 25 de Abril e, em particular, por parte de mulheres escolarmente qualificadas (cf. respectivamente Ferreira 1999; Cabral 1997: 89).

Além disso, do estudo de Mendes (1997: 144 ss) constata-se que, quando analisada a mobilidade social das mulheres não tanto a partir da situação de classe dos maridos e/ou famílias de origem mas mais a partir da sua própria profissão, há menores obstáculos para a mobilidade intergeracional nomeadamente a partir das permeabilidades possibilitadas pelas qualificações, o que tem sido visível pelo aumento exponencial da feminização no sistema de ensino. Embora nos graus de ensino básico e secundário as mulheres acima dos 35 anos conheçam taxas percentuais de sucesso menores que os homens, elas têm vindo a superar os homens na obtenção de diplomas de cursos superiores e em várias categorias sociais (cf. Mendes 1997: 149).

Transversalmente a várias classes e grupos sociais, embora afectando mais os assalariados, dever-se-á apontar, ainda que de modo sucinto, as desigualdades sexuais na estrutura de emprego, em que a maioria das mulheres portuguesas, além de conhecer uma distribuição desigual no mercado de trabalho (41,4% contra 58,6% de homens),¹³ se localiza nas áreas e nas profissões menos rentáveis e pior remuneradas. Ainda que em menor medida que noutros países europeus, que conheciam valores de segregação sexual da mão-de-obra acima dos 40%, Ferreira (1993: 239) constata em diversos sectores de emprego em Portugal uma taxa de 35%, a qual se deve a uma menor taxa de assalariamento e a uma taxa mais elevada de trabalhadoras autónomas nomeadamente na agricultura (27% do total) do que na Europa.

¹³ Há contudo a referir uma considerável mudança desde os anos sessenta. Se bem que o contexto estrutural de há cerca de trinta anos era bem diferente, poder-se-á referir o crescente peso da população activa feminina, que em 1995 é de 41,4% do total e em 2010 será de 45,5% (MEPAT 1998: V-4).

Algumas ocupações profissionais tais como a magistratura, a carreira militar, diplomática ou empresarial foram no passado vedadas ou obstaculizadas às mulheres e, mesmo após o 25 de Abril de 1974, têm sido na prática dificultadas. A participação política nos governos, mais como secretárias de Estado que como ministras, não ultrapassou os 10%, ficando-se entre os 3% e os 5% até 1981 e, à excepção do XII governo constitucional com 10% de mulheres, entre os 5% e os 8% entre 1981 e 1995 (Viegas e Faria 1999: 49-50). A nível parlamentar, ocorrem situações semelhantes: as percentagens de candidaturas femininas situam-se na ordem dos 10% a 15%, mas as percentagens das eleitas fixam-se numa taxa inferior – entre 4% e 11% ao longo de cerca de vinte anos (Viegas e Faria 1999: 54-55).

Não obstante alguns consideráveis avanços e melhorias nas posições relativas das mulheres, importa reter que, para além do facto de a integração no mercado de trabalho conhecer para as mulheres um elevado grau de precarização, segmentação e até segregação sexual¹⁴, em certos sectores (*v.g.*, têxtil, ensino, segurança social, agricultura) existem ainda consideráveis barreiras para a inserção e realização profissionais das mulheres: o menor grau de escolaridade básica e secundária, a que acresce a insuficiência de infra-estruturas sociais estatais e, em particular, a baixa cobertura da rede pública de ensino pré-escolar e sobretudo ATL. Por outro lado, verifica-se uma sub-representação de mulheres e baixo grau de participação nos lugares de chefia em determinados sectores da vida económica e sobretudo em órgãos do poder político (cf. Freire 1998; Viegas e Faria 1999),¹⁵ situações de discriminação salarial e – por fim, mas não menos importante – a desigual repartição das tarefas domésticas, bem como a sujeição a práticas discriminatórias e não raro de violência, denotativas, por sua vez, da frequente distribuição desigual do poder em favor do homem e em prejuízo da mulher. Mesmo quando as mulheres têm conquistado, ora através de movimentações sociais, ora a pulso em termos individuais, determinados lugares socioprofissionais, tal ocorre, nomeadamente em Portugal, graças a um elevado preço em sobretrabalho doméstico, para além de eventuais processos de hetero-estigmatização e autoculpabilização de menor dedicação à família e, em particular, aos filhos.

5. Género e classe: por uma articulação conceptual pluridimensional

A tradicional visão marxista, tendo-se focalizado demasiado na produção, quer de objectos, quer de seres da espécie humana, suscitou diversas críticas, particularmente por parte da teoria feminista que deslocou o acento tónico para a família como a instituição nuclear da reprodução social, a qual, a par ou em articulação com outras instân-

¹⁴ Cf., a este respeito, Ferreira (1993: 239 ss), que distingue entre segregação sexual horizontal ou sectorial e segregação sexual vertical, a qual se prende com o nível de qualificações e com o baixo índice de emprego em lugares de enquadramento e chefia.

¹⁵ Em termos partidários, a sub-representação é diferenciada: maior no PSD ou PP e menor no PCP ou BE (Freire 1998: 116 ss). Acresce que, mesmo quando a mulher participa em órgãos do poder político, nomeadamente autárquico, são-lhe não raro atribuídos pelouros ou funções associadas à “acção social”, “educação e juventude”, “cultura”, contrariamente aos homens aos quais são conferidos os relativos a “obras e urbanismo”, “desporto” (cf. Dinâmia 1997: 52), reproduzindo e prolongando ainda os tradicionais estereótipos em contexto doméstico.

cias, criaria os mecanismos de suporte propiciadores das condições específicas necessárias à produção dentro e fora da casa.

Avaliando as várias concepções sobre as desigualdades de género atrás referidas, considero extremamente aliciante o debate recorrente entre os marxistas e as feministas, propondo a este respeito um “casamento” político que, após os primeiros encontros informais e outros, na luta prática diária, conduza a equacionar e articular de modo fecundo o velho-novo problema em torno da relação entre classe e género.

Em primeiro lugar, está em causa a perspectiva tradicional marxista que, ao centrar-se no modo de produção, secundarizou ou subestimou o processo de reprodução que, em relação às questões do género é nuclear, sendo possível fundamentar esta posição a partir duma nova leitura dos próprios escritos de Marx e Engels desde a *Ideologia Alemã* (1972), passando por *O Capital* (Marx 1974) até à *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels (1980), sendo talvez nesta última obra que surge com maior clareza a centralidade determinante não só da produção como da reprodução social: “De acordo com a concepção materialista da história, o factor decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do próprio homem, a produção da espécie” (Engels 1980: 8).

Tal como na relação entre o modo de produção capitalista e os demais modos de produção não capitalistas (camponês, artesanal, tributário), em que estes são subsumidos e incorporados por aquele sob formas de coexistência subalternizada em função da necessidade de reprodução e expansão do capitalismo, assim também o trabalho doméstico, histórica e usualmente feminino, desempenha um papel crucial na criação de valor, servindo assim os objectivos de produção e de reprodução do sistema. Trata-se assim da articulação entre o trabalho assalariado fora de casa e das formas de trabalho doméstico não capitalistas utilizadas pelo próprio modo de produção capitalista, perspectiva esta que obriga a abandonar a homologia dual segundo a qual, enquanto ao homem pertenceria a esfera da produção, à mulher caberia a esfera da reprodução.

O próprio conceito de reprodução social aplicado à economia e à sociedade comporta inexoravelmente, nas esferas da produção, distribuição e consumo, relações e trocas, quer dos seres humanos entre si, quer destes com a natureza e os ecossistemas envolventes, processos e relações que se repercutem nas próprias relações interfamiliares e intradomésticas. Nesta óptica, o processo de reprodução implica processo de produção e vice-versa: “Nenhuma sociedade pode deixar de consumir, nem pode, portanto, deixar de produzir. Por conseguinte, todo o processo social de produção considerado nos seus constantes vínculos e no fluxo ininterrupto de sua renovação é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução” (Marx 1974: 515).

Para Harris e Young (1981: 113) dever-se-ão distinguir três sentidos de reprodução social consoante a amplitude e o nível de abstracção envolvidos: (i) enquanto reprodução duma determinada sociedade ou formação social; (ii) enquanto reprodução

da força de trabalho; *(iii)* enquanto forma de produção de seres humanos, ou seja, de reprodução biológica da espécie. Se esta última constitui uma condição necessária da reprodução da formação social, as condições e respectivas taxas de reprodução humana não derivam simplesmente da reprodução da sociedade como um todo. Do mesmo modo, a reprodução do trabalho adequadamente socializado é igualmente condição necessária mas não suficiente da reprodução social, pelo que implica os portadores de relações sociais específicas, incluindo também os não produtores. Enquanto o conceito de reprodução social na primeira acepção, em termos sistémicos e ao nível mais abstracto – aliás tratado por Marx (1974) ao analisar o circuito recorrente da reprodução do capital (produção-circulação-consumo-produção) –, pressupondo ou não as relações do género, não exige necessariamente a diferenciação homem-mulher, nos dois subsequentes sentidos a inclusão da discussão sobre o género torna-se imprescindível, uma vez que é sob condições concretas de dominação e subordinação capitalista não só de homens por homens mas também de género (ou seja, de mulheres por homens e de homens por homens quanto ao controlo da circulação/distribuição das mulheres) que a reprodução alargada do capital ocorre e, eventualmente, se intensifica. Consequentemente, para dar conta das desigualdades de género, o clássico conceito de classe é insuficiente¹⁶ e, por isso, terá de ser requestionado, reequacionado e complementado com outras categorias específicas e, neste caso, por categorias associadas ao género. Os processos de acesso e controlo do trabalho em sociedades não capitalistas são co-determinados não tanto nem sobretudo por critérios do mercado de trabalho, mas mais por factores tais como as relações de parentesco, filiação, idade, controlo sobre o processo de circulação, prestígio e outros (cf. Meillassoux 1977). Donde, o controlo quer sobre o trabalho, quer sobre a sexualidade feminina e a capacidade reprodutiva das mulheres, quer ainda sobre a força de trabalho destas e da dos seus próprios filhos nomeadamente através do casamento, difere de sociedade para sociedade, sendo estes aspectos todavia centrais para aferir a importância das relações do género para a reprodução social.

É nesta óptica que Harris e Young (1981: 124 ss), procurando suprir uma lacuna na tradição marxista e na própria antropologia em geral mais ocupada com os mecanismos de transmissão da propriedade, assinalam a importância fulcral da reprodução do trabalho, a qual, sendo condição *sine qua non* da reprodução social, abrange três aspectos: *(i)* a alocação e a subsequente reprodução dos indivíduos através de práticas matrimoniais predominantemente endogâmicas no seio de determinada classe; *(ii)* a reprodução ideológica do trabalho adequadamente socializado em determinadas práticas, normas e valores culturais, o que é cultivado a partir das primeiras fases do processo de socialização doméstica e escolar, aspecto este destacado por Bourdieu e Passeron (1977); e *(iii)* a manutenção quotidiana das condições de vida materiais (alimentação, vestuário, “recreação”); enquadrado nestes aspectos, o tradicional trabalho doméstico feminino e

¹⁶ Um processo análogo ocorreu, por parte da tradicional teoria marxista, a respeito da definição das classes não pertencentes ao modo de produção capitalista, como por exemplo o campesinato. Aplicando a análise conceptual do esquema burguesia-proletariado ao campesinato, este é definido negativamente pelo que não é, em vez do que é positivamente pelas características específicas (cf. Silva 1987, 1998).

as demais condições da estrutura da família têm sido cruciais para os processos não só de reprodução como de produção. Embora, em qualquer destes três aspectos, a mulher ocupe uma posição central, o trabalho doméstico, entendido numa visão androcêntrica como trabalho apenas reprodutivo, subsumido no chamado sector informal ou enquadrável no trabalho dito comunitário, amiúde considerado de baixo estatuto social e até, por vezes, não-trabalho, constitui parte integrante, a par doutros serviços das políticas sociais, do processo global de reprodução do trabalho em benefício do capital.

Como referem Rapp (1983: 34 ss) e Heller (1986), os processos de reprodução em determinados sectores (*u.g.*, camponês, artesanal) têm lugar simultaneamente não só na esfera produtiva extradoméstica, mas também nas tarefas propriamente domésticas no quotidiano, cuja responsabilidade, programação e execução acabam, conforme a tradicional ideologia em torno do género, por ficar predominantemente a cargo da mulher. Nesta óptica, a já referida retrógrada e proto-burguesa visão (neo)parsoniana, no sentido de fixar a figura feminina como simples e única componente expressiva da família em subalterna complementaridade com a componente instrumental masculina, enquanto angariador dos meios de subsistência, foi com pertinência refutada por diversos autores, entre os quais Hareveen (1982: 2 ss, 1976: 190 ss) e Poster (1979: 102). Uma tal concepção pode ser reveladora do modelo teleológico das famílias das classes intermédias e até mesmo assalariadas, mas é flagrantemente denegada e contrariada pela divisão sexual do trabalho na época do capitalismo tardio e mais ainda nas economias e sociedades agrárias ou em contexto de transição para o capitalismo. Aqui a mulher, além de herdar e co-orientar a casa em termos aproximados aos do marido, é activa nas diversas tarefas produtivas extradomésticas (*cf.* Silva 1998: 127). Além disso, as próprias tarefas estritamente domésticas, fazendo, directa ou indirectamente, parte integrante dos processos produtivos não só dentro como fora de casa, criam condições necessárias à continuidade dos processos produtivos extradomésticos no quadro das próprias formações sociais capitalistas.

A dominação patriarcal e correlativa subordinação da mulher não é apenas ideológica nem sequer apenas política mas assenta nas esferas de produção e de reprodução e, por outro lado, abarca também outras esferas da vida social, em suma, nas condições de vida objectivas – um conceito mais amplo do que o de classe, como veremos de seguida. Tal como refere Bourdieu (1998), as diferenças de género são construídas na base da “justificação natural da diferença socialmente construída entre géneros e, em particular, da divisão sexual do trabalho”, tornando-se assim “uma construção social que encontra o seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica” (Bourdieu 1998: 16, 21).¹⁷ Tem sido esta visão patri-androcêntrica a alimentar a velha dicotomia entre o lado formal e público ocupado pelo homem e o lado informal e privado feminino, valorizando o primeiro em detrimento do segundo e, mesmo quando seja detectável um

¹⁷ É esta razão androcêntrica que, por um lado, apresenta a sexualidade feminina como um perigoso elemento incontrolável, “diabólico”, susceptível de “vitimizar” e “vulnerabilizar” o próprio homem e, por outro, apelando às metáforas da masculinidade em torno do sêmen e dos órgãos genitais (*u.g.*, “homem de colhões”, “homem de tomates”), confere, com base nestes e noutros atributos fálicos, a superioridade ao homem (sobre seus directos concorrentes e) sobre a mulher.

certo poder informal e “oculto” da mulher, como o referem Riegelhaupt (1967), Reiter (1975) e Segalen (1980), ele visa ainda reproduzir a dominação masculina na casa e sobretudo na esfera pública.¹⁸

A análise das relações de exploração e dominação da mulher deverá articular os conceitos de classe e de género e, tendo em conta a constante tensão entre constrangimentos estruturais e escolhas racionais, terá de ser balizada, estruturada e articulada a três níveis:

(i) ao nível sócio-estrutural, ou seja, na base da condição objectiva de vida dos respectivos grupos de pertença das mulheres – o que engloba não só o género mas também a classe social, a idade e demais recursos. Deste modo, as relações de exploração e dominação das mulheres terão de ser analisadas com base nas contradições inerentes aos conflitos de classe e de género na respectiva sociedade clasista e patriarcal, quer em termos diacrónicos, quer em termos sincrónicos, o que, para além de apresentar pontos de convergência com a exploração e dominação de homens, pode apresentar formas específicas de dupla exploração e dominação da mulher na segmentação do mercado de trabalho, bem como na divisão do trabalho nos diversos sectores produtivos, incluindo o doméstico;

(ii) o nível político-organizacional, que pressupõe relações de subjugação e dominação das mulheres no âmbito das mais diversas organizações desde o local de trabalho extradoméstico (comunidade, empresa/instituição) aos partidos políticos e outras organizações, passando pelo contexto organizacional doméstico, em que as mulheres, na sua grande maioria, primam pela (quase) ausência de poder, deliberada ou não, ou detêm uma posição hierarquicamente subordinada, reforçando assim o lado sócio-estrutural;

(iii) o nível interaccional, o qual toca as próprias vivências e experiências, interacções e sociabilidades não só entre diversos grupos de pertença no seio de cada género mas também entre membros do género masculino e feminino, relações e interacções em que as mulheres são amiúde desvalorizadas, desclassificadas ou mesmo discriminadas, o que ocorre nos locais de trabalho, nas relações em público e sobretudo nas relações domésticas, em privado, ou seja, na micro-política doméstica.

Embora cada um destes níveis de análise possua uma relativa autonomia, dever-se-á dar prioridade analítica ao nível mais abstracto (o sócio-estrutural), passando pelo organizacional, até ao interactivo (o menos abstracto), articulando os dois conceitos – classe e género – e enfatizando um ou outro conforme a configuração social em causa e em função das situações concretas. Nesta óptica, a dominação patriarcal assume formas diversas consoante não só as relações de género mas também os modos de produção presentes e, em particular, o modo de produção dominante em cada sociedade, tempo e espaço.

¹⁸ Tal como o replicam, para a situação das camponesas em aldeias da Grécia, Handman (1992), Dimen (1986) e Dubisch (1986) e, para as camponesas em Lugo, na Galiza, Méndez (1988).

As correntes organizacionais, de poder, e sobretudo as perspectivas interaccionistas têm-se ocupado respectivamente do segundo e do terceiro níveis e, por estar mais próximo da vida quotidiana, esquecem amiúde os parâmetros estruturais da exploração sexual e sobretudo de classe, atribuindo não raro ao homem “culpas” e “responsabilidades” quando ele é também amiúde vítima dos constrangimentos estruturais do sistema. Em contrapartida, a visão marxista-leninista tradicional, ao focalizar a análise da exploração e da dominação femininas, em termos sócio-estruturais, com acento (quase) exclusivo nas contradições de classe, obnubila, subestima ou relega para segundo plano as vertentes organizacionais e sobretudo a dimensão interactiva, desresponsabilizando o homem nas formas de dominação quotidiana, onde, para além das eventuais relações de exploração, ocorrem com frequência associações selectivas e práticas de discriminação sexual, em regra em detrimento da mulher. A este nível, podem contudo ocorrer excepcionalmente relações de dominação inversa por parte de mulheres para com homens nomeadamente em contexto doméstico, sendo de evitar, portanto, generalizações abusivas. Se, num considerável número de casas, nomeadamente em Portugal, se verificam, a par de situações de relativa reciprocidade e simetria sexuais, situações de dominação, opressão e até violência por parte de homens face às “suas” mulheres, também a dominação, ainda que em termos minoritários, do homem pela mulher, é também real, tal como pude constatar designadamente em meio rural minhoto (Silva 1991). A redistribuição da conflitualidade intradoméstica e, em particular, conjugal, designadamente na modalidade heterossexual, centra-se em torno do poder doméstico, o qual é construído a partir da divisão social do trabalho fora e dentro de casa, do tipo e grau de recursos materiais e simbólicos, como referi atrás.

A eliminação das desigualdades de género, como realidade não estritamente biológica mas social e politicamente construída, se, por um lado, pressupõe não só a mudança de mentalidades no homem e na mulher mas também a construção de poder feminino através das suas organizações específicas (de que, por exemplo, a imposição legal duma quota mínima de lugares pode ser um passo), por outro, tal objectivo estratégico convoca necessariamente o concurso das lutas sociais com base no critério de classe, ou melhor dito, dos interesses das classes e dos grupos sociais explorados e oprimidos.

Perante a imperiosa necessidade da luta pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres e de acesso prático a direitos e oportunidades não só na esfera extradoméstica e pública como na doméstica e privada, urge, em termos teórico-práticos e tendo em vista a emancipação das mulheres enquanto cidadãs e trabalhadoras, um fecundo cruzamento matrimonial entre feminismo e marxismo, o qual constitui(rá) certamente o prelúdio e o contributo teórico prático para uma das maiores mudanças societais e políticas no próximo futuro.

Referências bibliográficas

- ABOTT, Pamela and WALLACE, Claire (1991), *Gender, Power and Sexuality*, Basingstoke: Macmillan.
- ADORNO *et al.* (1950), *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque: Harper and Brothers.
- ALMEIDA, Miguel Vale de [2000 (1995)], *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa: Fim de Século.
- AMÂNCIO, Lígia (1993), “Género – Representações e identidades” in *Sociologia – Problemas e práticas*, 14: 127-140.
- AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto: Afrontamento.
- BECKER, Howard S. {1968(1963)}, *Outsiders – Studies in the Sociology of Deviance*. Nova Iorque e Londres: The Free Press of Glencoe.
- BOURDIEU, Pierre (1972), “Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction”, in *Annales*, ano XXVII, 4-5: 1105-1127.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le Sens pratique*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La Domination masculine*, Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre et PASSERON, Jean Claude (1977), *Reproduction in Education, Society and Culture*, Londres: Sage.
- BRAVERMAN, Harry (1974), *Labour and Monopoly Capital. The Degradation of Work in the Twentieth Century*, Nova Iorque: Londres.
- BRENNER, Johanna e LASLETT, Barbara (1986), “Social Reproduction and the Family” in U. Himmelstrand (org.), *Sociology: From Crisis to Science?*, vol. II, *The Social Reproduction of Organisation and Culture*: 116-131, Londres: Sage Publications.
- BRETTEL, Caroline (1991), *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BROWN, Judith (1970), “A Note on the Division of Labor by Sex”, in *American Anthropologist*, vol. 72, 5: 1073-1078.
- CABRAL, João Pina (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa: Dom Quixote.
- CABRAL, João Pina (1991), *Os Contextos de Antropologia*, Lisboa: Difel.
- COLE, Sally (1991), *Women of the Praia*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- COSTA, Adélia (1992), *Representações de Homens e Mulheres, Portugal 1991*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- CROMPTON, Rosemary (2003), “Class and Gender beyond the ‘CulturalTurn’” in *Sociologia. Problemas e práticas*, 42: 9-24.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa: Sá da Costa.
- CUTILEIRO, José (1988), “Honra, vergonha e amigos” in J. G. Peristiany (org.) *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*: ix-xxvii, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DESCAMPS, Paul (1935), *Le Portugal: la vie sociale actuelle*, Paris: Firmin-Didot et C^{ie}.
- DIAS, Isabel (1998), “Exclusão Social e violência doméstica: que relação?”, in *Sociologia*: 189-205, Porto.
- DIMEN, Muriel (1986), “Servants and Sentries: Women, Power and Social Reproduction in Kriovrisi”, in J. Dubisch (org.), *Gender & Power in Rural Greece*: 53-67, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- DINÂMIA (1997), *Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais – 1993*, Lisboa: STAPE: Ministério da Administração Interna.
- DUBISCH, Jill (1986), “Introduction” in J. Dubisch (org.) *Gender & Power in Rural Greece*: 4-41, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- DU BOULAY, Juliet (1974), *Portrait of a Greek Mountain Village*, Oxford: Clarendon Press.
- DURKHEIM, Émile {1974 (1895)}, *Las reglas del método sociológico*, Madrid: Morata.
- DURKHEIM, Émile {1977 (1893)}, *A Divisão Social do Trabalho*, Lisboa: Presença.
- DURKHEIM, Émile (1983), *Lições de Sociologia – A Moral, o Direito e o Estado*, S. Paulo: T. A. Queiroz.
- ENGELS, Friedrich {1980 (1884)}, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa: Editorial Presença.
- FERREIRA, Virgínia (1993), “Padrões de segregação das mulheres no emprego – Uma análise do caso português no quadro europeu”, in B. S. Santos (org.) *Portugal: Um retrato singular*: 231-257, Porto: Afrontamento.
- FERREIRA, Virgínia (1981), “Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6: 47-86.

- FERREIRA, Virgínia (1999), “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53: 199-227.
- FIRESTONE O. S. (1976), *A Dialéctica do Sexo*, Rio de Janeiro: Labor do Brasil.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1984), *Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris: Éditions du Seuil.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1983), *Un temps pour embrasser. Aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XI siècles)*, Paris: Seuil.
- FOUCAULT, Michel (1994), *História da sexualidade. I. A vontade de saber*, Lisboa: Relógio d'Água.
- FREUD, Sigmund [1975 (1946)], *Abrégé de psychanalyse*, Paris: Presses Universitaires de France.
- GARNSEY, Elizabeth (1982), “Women's Work and Theories of Class and Stratification”, in A. Giddens e D. Held (orgs.), *Classes, Power and Conflict*, Londres: Macmillan Education.
- GERALDES, Alice (1987), *Gentes de minifúndio. Produção e reprodução social numa freguesia em mudança*, Braga: Universidade do Minho (policopiado).
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les Rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GONZALEZ, Juan Romero e ESPARCIA, Javier Perez (1992), *Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo*, Madrid: Editorial Síntesis.
- GOODY, Jack (1983), *The Development of the Family and Marriage in Europe*.
- HANDMAN, Marie Elisabeth (1992), « La structure de la famille, dévolution des biens et statut paradoxal des femmes en Grèce » in A. Almeida et al. (orgs.), *Familles et contextes sociaux*, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- HAREVEN, Tamara K. (1982), *Family Time & Industrial Time*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate (1981), “Engendered Structures: Some Problems in the Analysis of Reproduction”, in J. S. Khan e J. R. Llobera (orgs.), *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies*: 109-147, Londres: MacMillan.
- HARTMAN, Heidi (1982), “Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex”, in A. Giddens e D. Held (orgs.), *Classes, Power and Conflict*: 446-469, Londres: MacMillan Education Ltd.
- HELLER, Agnes (1986), “The Sociology of everyday life”, in U. Himmelstrand (org.), *The Social Reproduction and Culture*: 150-163, Londres: Sage Publications.
- HÉRITIER, Françoise (1989), “Masculino/feminino”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 20, *Parentesco*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ITURRA, Raul [1983 (1976)] “Estratégias na organização doméstica da produção na Galiza rural”, in *Ler História*, 1: 81-109.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa: Universidade Aberta.
- LEVI-STRAUSS, Claude [1982 (1949)], *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Lisboa: Vozes.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1977), *A Família como Instituição*, Porto: Rés.
- LILJESTRÖM, Rita (1986), “Gender Systems and the Family”, in U. Himmelstrand (org.) *Sociology: From Crisis to Science?*, vol. II, *The Social Reproduction of Organisation and Culture*: 132-149, Londres: Sage Publications.
- LUHMANN, Niklas [1982 (1970)], *The Differentiation of Society*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- MACHADO, Helena (1999), “Vaca que anda no monte não tem boi certo”: uma análise da prática judicial de normalização do comportamento sexual e procriativo da mulher”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55: 167-184.
- MARCUSE, Herbert [1963 (1955)], *Eros et Civilisation*, Paris: Éditions du Minuit.
- MARCUSE, Herbert [1968(1964)], *L'Homme unidimensionne: essai sur l'idéologie de la société industrielle avancée*, Paris: Minuit.
- MARQUES, Ana Paula (2002), *Jovens Engenheiros: Entre o diploma e o emprego*, Braga: Universidade do Minho.
- MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1976(1846)], *A Ideologia Alemã*, Lisboa: Presença.
- MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.
- MEDICK, Hans and SABEAN, David W. (1984) (orgs.), *Interest and Emotion: Essays on the Study of Family and Kinship*, Cambridge/ Paris: Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

- MEILLASSOUX, Claude (1977), *Mulheres, Celeiros e Capitais*, Porto: Afrontamento.
- MENDES, José M. Oliveira (1997), “Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49: 127-156.
- MEPAT (Ministério de Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território) (1998), *Portugal – Uma visão estratégica para vencer o século XXI*, Lisboa: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.
- MÉNDEZ, Lourdes (1988), “*Cousas de mulleres*”. *Campesinas, poder y vida cotidiana* (Lugo 1940-1980), Barcelona: Anthropos.
- MILLET, Kate (1974), *Política Sexual*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- NENDEL, Lorraine (1994), “The Secrets behind Sexual Desire: The Construction of Male Sexuality in Lima, Peru”, in *Etnofo*, VII, 2: 59-75.
- O’NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa: Dom Quixote.
- ORTNER (1988 (1972)), *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*, Cambridge: Cambridge University Press.
- PARSONS, Talcott (1956), “Family Structure and the Socialization of the Child”, in T. Parsons e R. Bales (orgs.), *Family, Socialization and Interaction Process*: 35-131, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- PERISTIANY, J. G. (1988 (1965)), “Introdução” e “Honra e vergonha numa aldeia cipriota”, in J. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrâneas*: 3-10, 139-155, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PITT-RIVERS, Julian (1988), “Honra e posição social”, in J. G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrâneas*: 11-61, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PITT-RIVERS, Julian (1997 (1977)), *Anthropologie de l’honneur*, Paris: Hachette.
- RAPP, Rayna (1983), “Peasants into Proletarians from the Household Out: An Analysis from the Inter-section of Anthropology and Social History”, in J. P. Menscher (org.), *Social Anthropology of Peasantry*: 32-47, Bombaim e Nova Iorque: Somaya Publications.
- REICH, William (1972 (1942)), *La Psychologie de masses du fascisme*, Paris: Payot.
- REITER, Rayna (1975), “Men and Women in the South France: Public and Private Domains”, in R. Reiter (org.), *Toward an Anthropology of Women*: 252-282, Nova Iorque: Monthly Review Press.
- RIBEIRO, Manuela e SACRAMENTO, Octávio (2002), “Prostituição feminina no espaço transfronteiriço ibérico – Um caso particular de circulação de pessoas”, in *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol. 18 (1-2), 205-227.
- RIEGELHAUPT, Joyce (1967), “Salio Women: an Analysis of Informal and Formal Political and Economic Roles of Portuguese Peasant Women”, in *Anthropological Quarterly*, vol. 40, 3: 109-126.
- ROBERTS, Richard (1984), “Women’s Work and Women’s Property: Household Social Relationship in the Maraka Textile Industry of the Nineteenth Century”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 26, 2: 229-250.
- SANTO, Moisés Espírito (1980), *Freguesia Rural ao Norte do Tejo*, Lisboa: IED.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- SCHNEIDER, Jane (1971), “Of Vigilance and Virgins: Honor, Shame and Access to Resources in Mediterranean Societies”, in *Ethnology*, vol. X, 1: 1-24.
- SCOTT, James (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden transcripts*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- SEGALEN, Martine (1980), *Mari et femme dans la société paysanne*, Flammarion.
- SEGALEN, Martine (1983 (1980)), *Love and Power in the Peasant Family. Rural France in the Nineteenth Century*, Chicago: The University of Chicago Press.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), “Camponeses nortenhos: ‘conservadorismo’ ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência”, in *Análise Social*, 97: 407-445.
- SILVA, Manuel Carlos (1991) “Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 4 (6-7): 79-99.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (1998a), “Prostituição feminina: uma primeira abordagem para uma pesquisa”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, 1: 227-244.

- SILVA, Manuel Carlos (1999), “A luta pela igualdade social: por uma articulação conceptual entre classe e género”, in *Fórum A Situação das Mulheres no Limiar do Século XXI*, Lisboa: Editorial Avante.
- SILVA, Manuel Carlos (2002), “Conflitos interfamiliares e ‘mal de inveja’”, in *Análise Social*, vol. XXXVII, 162: 209-241.
- SILVA, Manuel Carlos e VAN TOOR, Marga (1988), “Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, 7: 51-80.
- SILVA, Manuel, MACHADO, Helena e SILVA, Susana (2002), “Direito, ciência e corpo feminino: a prostituição como ‘objecto de fronteira’”, in *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol. 18, 4: 183-203.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: Passado e presente na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- TORRES, Anália C. (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- VIEGAS; José Manuel Leite, FARIA, Sérgio (1999), *As Mulheres na Política*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VIEGAS; José Manuel Leite, FARIA, Sérgio (1999), “Participação política feminina. Percursos, constrangimentos e incentivos”, in *Sociologia – Problemas e práticas*, 30: 55-87.
- WALL, Karin (1998), *Famílias no Campo: Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa: Dom Quixote.
- WALL, Karin e ALMEIDA, Ana Nunes (2001), “Família e quotidiano: Movimentos e sinais de mudança”, in J. M. Brandão de Brito (org.), *O País e a Revolução: 277-307*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- WALBY, S. (1997), *Gender Transformations*, Londres: Routledge.
- WEBER, Max (1978(1920)), *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WEEKS, J. (1986), *Sexuality*, Londres e Nova Iorque: Tavistock Publications.
- WIARDA, Howard (1977), *Corporatism and Development. The Portuguese Experience*. Massachusetts: The University of Massachusetts Press.
- WILLEMS, Emilio (1963), “On Portuguese Family Structure”, in K. Ishwaran (org.), *International Studies in Sociological and Social Anthropology*, vol. I, 65-79, Leiden: E. J. Brill.
- ZARETSKY, E. (1973), *Capitalism, The Family and Personal Life*, Nova Iorque.

Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica*

Manuel Jacinto Sarmento**

Rita de Cássia Marchi***

Resumo

O desenvolvimento da Sociologia da Infância confronta o trabalho teórico com as suas implicações sociais. Considerar as crianças em situação de marginalização e invisibilidade, face às políticas públicas e ao trabalho científico, pode permitir o desenvolvimento de uma perspectiva sociológica que assenta na problematização da normatividade constituída sobre a infância, a partir da modernidade ocidental e da ideologia da classe média. Neste artigo delineiam-se os fundamentos deste esforço, simultaneamente desconstrucionista e crítico, enunciando-se eixos de desenvolvimento de uma Sociologia da Infância crítica. Esta só pode constituir-se pela análise sócio-histórica da definição da infância moderna, pela caracterização da individualização e da globalização em que se exprime a modernidade e pelo trabalho empírico em torno das crianças que desafiam a norma ocidental da infância sem deixarem de afirmar, contra o discurso que as encobre, a radicalidade da sua condição de crianças.

Palavras-chave: infância; Sociologia da Infância; modernidade; criança de rua; segunda modernidade.

1. Dilemas, debates e impasses contemporâneos na Sociologia da Infância (SI)

A infância tem já o seu campo de estudos sociológicos formalmente constituído. Alguns anos depois da constituição da Sociologia da Juventude – e praticamente ao

* Agradecemos os comentários críticos das nossas colegas Ana Cristina Delgado, Catarina Tomás, Cristina Gouveia e Manuela Ferreira.

** Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho – sarmento@iec.uminho.pt

*** Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau (FURB) – rt.mc@bol.com.br

mesmo tempo da formação das primeiras redes institucionalizadas no interior das grandes organizações internacionais de Sociologia¹ sobre estudos das pessoas idosas –, a SI tem vindo a erigir-se como uma das áreas que privilegia como objecto de estudo um grupo geracional – o infantil – enquanto categoria social.

Os indicadores da constituição do campo estão todos basicamente estabelecidos: *i*) a delimitação conceptual da infância como categoria social e as crianças como actores sociais concretos; *ii*) a produção de teorias, quadros conceptuais e *frames* interpretativos distintos – *e.g.*, a renovação do conceito clássico de geração (Qvortrup 2000; Alanen 2001; Mayall 2002; Sarmiento 2005) –, a tese da “reprodução interpretativa” (Corsaro 1997), os conceitos de “ofício de aluno” e de “ofício de criança” na SI francófona (Chamboredon e Prevot 1982; Sirota 1993) e o “construtivismo social” da infância (James, Jenks e Prout 1998); *iii*) a definição de procedimentos analíticos e de metodologias investigativas privilegiadas e, senão específicas, ao menos tematicamente reorientadas pela natureza do objecto-sujeito de conhecimento: as crianças e a infância (Cristhensen e James 2005); *iv*) a constituição de dispositivos de encontro e intercâmbio entre pesquisadores (especialmente os Comitês de Pesquisa no interior das organizações sociológicas acima referenciadas); *v*) a realização de múltiplas reuniões científicas de divulgação do conhecimento produzido e a publicação de revistas e colecções temáticas de livros especializados; *vi*) a criação de programas de estudos, sobretudo de estudos avançados ao nível da pós-graduação, reportados expressamente à disciplina.

Não obstante, e como ocorre no quadro mais geral da Sociologia, o campo de estudos da SI é atravessado por disputas paradigmáticas decorrentes do debate das vertentes teóricas e pela discussão epistemológica sobre a construção do conhecimento de grupos sociais desprovidos de “voz própria” nas Ciências Sociais, como é o caso das crianças.

De uma forma muito esquemática, podemos dizer que a SI tem estado polarizada em três grandes correntes teóricas da Sociologia: a estrutural; a interpretativa e os estudos ancorados na perspectiva crítica.

A primeira procura pôr em relevo as “condições estruturais” em que a infância se situa e em que ocorrem as possibilidades de acção das crianças. Esta corrente coloca a ênfase na infância como categoria geracional e busca, numa perspectiva macro-estrutural – considerando indicadores predominantemente demográficos, económicos e sociais –, compreender como é que a infância se relaciona, diacrónica e sincronicamente, com as outras categorias geracionais e de que modo essas relações afectam as estruturas sociais, globalmente consideradas. Para esta corrente, portanto, a categoria social infância mantém-se independente dos membros concretos que a constituem em cada momento histórico (as crianças, como indivíduos), ainda que varie em consequência das mudanças na estrutura da sociedade e nos seus modos de articulação simbólica. Um aspecto central desta abordagem afecta a percepção do modo como as mudanças demográficas e, em particular, a diminuição do número de crianças no Ocidente, têm efeito na construção das políticas do Estado-Providência, em consequência da não renovação das gerações

¹ Nomeadamente a International Sociological Association (ISA), a European Sociological Association (ESA), a Association International de Sociologues en Langue Française (AISLF), entre outras.

(cf. Qvortrup 1991). Os estudos extensivos, com recurso a métodos estatísticos, e os estudos documentais ocupam nesta corrente uma importância central. São temas privilegiados o estudo (desconstrucionista) das imagens históricas da infância, as políticas públicas, a demografia e a economia, os direitos e a cidadania (e.g., Qvortrup 1991, 1994, 1995, 2000; Sgritta 1997; Archard 1993, 2003).

A corrente interpretativa, que caracteriza a maior parte dos estudos sociológicos da infância em várias tradições linguísticas, defende igualmente que as crianças integram uma categoria geracional permanente, mas que estas constroem processos de subjectivação no quadro da construção simbólica dos seus mundos de vida. Nesta abordagem é central o conceito de “reprodução interpretativa” (Corsaro 1997) que é, para além da simples reprodução, a capacidade que as crianças têm, nas interacções de pares, de interpretação e transformação da herança cultural transmitida pelos adultos. Os trabalhos empíricos são constituídos predominantemente por estudos etnográficos, por estudos de caso e por outros estudos qualitativos. São temas privilegiados a desconstrução do imaginário social sobre a infância, a acção social (*agency*) das crianças, as interacções intra e intergeracionais, as “culturas da infância”, as crianças no interior das instituições, no espaço urbano, junto aos *media* e às TIC (tecnologias de informação e comunicação), o jogo, o lazer e a cultura lúdica “infantil” (e.g., James e Prout 1990; Corsaro 1997; James, Jenks e Prout 1998).

De forma algo marginal ao conjunto, a corrente cuja inscrição no paradigma crítico é dominante sustenta a concepção de que a infância é, simultaneamente, uma construção histórica, um grupo social oprimido e uma “condição social” – grupo que vive condições especiais de exclusão. Do ponto de vista desta corrente, a SI só poderá consumir as suas finalidades se contribuir para a “emancipação social” da infância. A vinculação do trabalho investigativo e analítico a formas de intervenção é feito quer através de estudos aplicados, quer, de modo indirecto, em programas políticos. Decorre daí a opção por estudos de “investigação-acção” ou de “investigação participativa”. A articulação com estudos feministas e com estudos dos movimentos sociais encontra aqui certa expressão. Assim, o programa de “emancipação” enunciado pode estar centrado exclusivamente na infância ou envolver outras “condições sociais” como as de género, etnia, classe social, etc. Os temas privilegiados são a dominação cultural da infância, além da patriarcal e de género, os maus-tratos, as políticas públicas, os movimentos sociais (e.g., Sphens 1995; Liebel 2000; Alanen e Mayal 2001).

A distinção entre estas três correntes corresponde, *grosso modo*, à diferenciação teórica entre os paradigmas clássicos da Sociologia e à ênfase em três conceitos-chave estruturantes do pensamento sociológico: a estrutura, a acção e a *praxis*. No entanto, a SI, tal como a própria Sociologia, enfrenta o desafio de ser capaz de articular estes conceitos-chave (normalmente utilizados de forma dicotómica ou não integrada) tanto no plano teórico quanto no conceptual. Como afirma A. Prout (2005), a tarefa de compreensão da complexidade e ambiguidade da infância enquanto fenómeno contemporâneo e instável está ainda no seu início, tendo sido os maiores esforços da SI, até ao momento, o de “arranjar um espaço” para a infância na Sociologia moderna. O

problema é que isto foi realizado com base num conjunto de dicotomias que se mostram inadequadas para o alcance conceptual pretendido: a complexa (des)ordem da infância na segunda modernidade. Tendo assentado as suas bases conceptuais em teorias clássicas da Sociologia como o estruturalismo (em suas várias correntes) e, especialmente, a sociologia interpretativa e o construtivismo social, a SI é chamada a refazer o seu programa de trabalho em função de questões teóricas que dilaceram o campo sociológico, devido ao seu desajuste e desgaste diante da “complexa desordem da realidade social” contemporânea (Prout 2005).

Consideramos que é exactamente neste momento em que o trabalho sociológico da infância revê suas próprias bases que faz sentido considerar, numa perspectiva crítica, aquilo que são os dilemas da disciplina, o que o seu prisma teórico tem permitido iluminar e esclarecer e o que tem sido excluído e/ou afastado do seu olhar. O esforço analítico que aqui propomos deverá propiciar, sobre bases teóricas renovadas, o reforço das capacidades heurísticas e hermenêuticas da SI na interpretação crítica da infância contemporânea.

Nesse sentido, a SI não poderá deixar de se articular com o debate interno da Sociologia contemporânea e nem deixar de integrar, no seu escopo teórico e no trabalho analítico da realidade empírica dos mundos sociais das crianças, aspectos e dimensões usualmente separados ou parcialmente subalternizados, que carecem de ser articulados na sua problemática complexidade de refração de uns sobre os outros. Referimo-nos, nomeadamente, e de modo esquemático, à consideração, no mesmo plano analítico, de dimensões teóricas atinentes à análise de:

- o modo como a acção social das crianças opera efeitos estruturantes na constituição da categoria geracional infância, enquanto estrutura caracterizável nas dimensões: *políticas* (prescrições e interdições, relações de poder e dominação, definição e promoção *de jure* e *de facto* de direitos e obrigações sociais, dispositivos de regulação, espaços participativos, etc.); *simbólicas* (imagens, representações sociais e “sentimentos” da infância); e *morais* (regras de conduta, atitudes projectadas, valores, sanções morais, etc.);
- a definição, nos planos sincrónico e diacrónico, da alteridade infantil face às identidades sociais constituídas e os efeitos de mútua constituição identitária das relações intergeracionais, seja nos seus aspectos “figurativos” (Mead 1970), seja nos comportamentos e estilos de vida (*e.g.*, adultização precoce, *versus* “síndrome de Peter Pan”²);
- a relação entre os processos de constituição da individualização das crianças infantis, no quadro do desenvolvimento do “individualismo institucionalizado” (Beck e Beck-Gersheim 2003), e os traços e características estruturais inerentes à pertença de cada sujeito individual a uma geração, um género, uma classe social, um grupo étnico, etc.;

² A “síndrome de Peter Pan”, conceito psicanalista surgido nos anos 80, caracteriza as crianças angustiadas face à ideia de crescer e adultos que permanecem com comportamento “infantil”.

- os efeitos mutuamente implicados do desenvolvimento biopsicológico das crianças e a sua inscrição em quadros societários de desenvolvimento cultural;
- as articulações entre a produção simbólica das crianças (jogos, brincadeiras, rituais, protocolos de comunicação, narrativas, jogos simbólicos, etc.) e as culturas sociais, nas suas escalas local, nacional e global, considerando entre elas, nomeadamente, as formas e conteúdos culturais destinados às crianças, a cultura escolar, a cultura erudita para crianças (literatura infantil, música para crianças), a indústria cultural de produtos infantis de massa (jogos, vídeos, mangas, etc.);
- as relações de isomorfismo entre culturas de pares das crianças e as variações inerentes à pertença das crianças a culturas societárias e comunitárias distintas; isto é, o estudo das culturas infantis numa perspectiva transcultural.

Estes aspectos, brevemente sumariados, tematizam relações que a SI tem tratado de modo usualmente não integrado, seja pela consideração dicotómica dos seus termos de referência (designadamente: estrutura-acção, alteridade-identidade cultural, indivíduo-grupo social, natureza-sociedade, culturas infantis-culturas societárias), seja pelo centramento em apenas um destes termos. Por vezes, o trabalho teórico sobre alguns destes aspectos é deixado ao cuidado do monopólio de outras disciplinas, nomeadamente a “natureza” do corpo infantil (sendo o desenvolvimento infantil especialmente considerado no âmbito das Ciências da Saúde e da Psicologia, com correlativo abandono da perspectiva da construção social do corpo da criança³) e a multiculturalidade transversal às culturas infantis (aspecto de que se tem ocupado predominantemente a Antropologia da Infância). A construção de um pensamento sociológico da infância construído numa base não dicotómica, interdisciplinar e sociologicamente atenta à reconstrução teórica e paradigmática da Sociologia está, portanto, na ordem do dia.

O que propomos neste artigo é a possibilidade de essa reconstrução teórica ser feita a partir da análise das crianças que estão usualmente ausentes dos estudos da SI: as crianças excluídas, as crianças furtivas aos discursos periciais das ciências sociais, as crianças ausentes enquanto actores sociais concretos, ainda que presentes no discurso científico como “problema social” – os meninos-soldado, as crianças traficantes, as crianças prostituídas, os meninos trabalhadores, as crianças migrantes clandestinas, as crianças que abandonaram a escola ou estão fora de qualquer programa de educação institucional, as crianças com necessidades especiais, as crianças “de rua”.

Os desafios teóricos e epistemológicos levantados pelas crianças excluídas/furtivas/ausentes não têm sido adequadamente considerados, a nosso ver, no interior da disciplina: que relação têm essas crianças com a infância moderna? Ou seja, como tematizá-las face à sua norma moderna e ocidental? Será que se pode falar, a seu propósito, ainda de “infância”? Qual a capacidade e alcance heurístico das categorias e constructos sociológicos (geração, reprodução interpretativa, culturas infantis) face a estas crianças? Que razões explicam o relativo silenciamento dessas crianças na SI?

³ Importa, no entanto, considerar as relevantes excepções, isto é: o trabalho teórico especificamente sociológico sobre o desenvolvimento físico e psicológico das crianças (e. g., Prout 2000; Neyrand 2000).

As respostas a estas perguntas são cruciais para o desenvolvimento da SI, sobretudo porque não apenas decorrem de uma constatação teórica, mas surgem da pressão da agenda contemporânea da situação social da infância.

2. Infância contemporânea e agenda de pesquisa

Um relatório recente da UNICEF (2005) sobre a situação da infância no mundo tem por título “Uma geração sob ameaça”. O título justifica-se pela acumulação de indicadores relativos à precariedade das condições de vida das crianças em todo o mundo. Apesar de a situação global da infância ter melhorado nos últimos anos, nomeadamente no que respeita a alguns indicadores essenciais – nutrição, saúde, escolaridade, mortalidade infantil –, isso não é válido para todas as regiões do mundo. Com efeito, a melhoria dos indicadores globais repousa largamente no peso estatístico que tem a melhoria da situação da infância na China, na Índia e em alguns países da América Latina. Em contrapartida, a situação agravou-se em muitos desses indicadores tanto nos países mais pobres do mundo quanto nas camadas sociais mais empobrecidas e excluídas no interior dos países ricos (e, muito em particular, nas populações migrantes).

Isto significa que é no aumento das desigualdades sociais que se encontram os factores mais poderosos de “risco” para as crianças, com implicações para o conjunto do grupo geracional, não podendo, por consequência, ser descartada nenhuma criança das tensões sociais que potenciam esses factores.

Com efeito, a infância não é imune ao desenvolvimento da “sociedade de risco”, que, nas palavras de U. Beck (1992), caracteriza a segunda modernidade. A sociedade de risco decorre da emergência contemporânea de novos perigos – sobretudo ambientais, de destruição maciça pelo aumento do belicismo e dos conflitos regionais e inter-regionais. São riscos directamente ligados ao processo de modernização que, de acordo com este autor, deve ser compreendido em seu sentido amplo, incluindo as características sociais e as biografias estandardizadas, os estilos de vida e as maneiras de amar, as estruturas de influência e de poder, as formas de dominação e de participação política, as concepções da realidade e normas do conhecimento. Uma característica central desta sociedade é a crise de confiança social nos pilares constitutivos da primeira modernidade (a soberania do Estado-Nação, a crença no progresso, na razão e na ciência, o trabalho generalizado como condição de acesso à cidadania, os direitos políticos democráticos) e a sua substituição por uma realidade social marcada pela incerteza e pela precariedade. O risco da sociedade contemporânea vai a par do facto de nunca, como hoje, a produção de riqueza e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia serem, paradoxalmente, tão elevados. Deste modo, não é a produção de riqueza mas a desigualdade na sua distribuição, nem o obscurantismo ou a superstição, mas o sentido ético e político da ciência e da aplicação tecnológica do conhecimento científico, que se configuram – ao contrário do que se poderia pensar no dealbar da modernidade – como as questões problemáticas a serem contemporaneamente resolvidas. Em outras palavras, o risco social, inerente à sociedade da segunda modernidade, resulta do modo como a sociedade capi-

talista não somente evoluiu e se expandiu, mas de como se transformou numa ameaça global de destruição.

Se os novos pilares em que assenta o desenvolvimento da sociedade na segunda modernidade são a globalização e o individualismo institucional (Beck 1999; Beck e Beck-Gernsheim 2003), o que nos parece importante aqui destacar – até para as consequências que isso tem na configuração do plano teórico e empírico da SI – é que globalização e individualismo institucionalizado são as duas faces da mesma moeda. A globalização corresponde ao plano estrutural – isto é, à forma actual de organização dos recursos económicos, políticos e simbólicos e da estruturação da regulação social sobre todas as esferas da vida social – implicado, no plano da acção, pelo individualismo institucionalizado. A regulação social, para finalizar o círculo, é, por seu turno, decorrente do peculiar jogo de agregação e construção de regras pelos indivíduos e pelos laços sociais que estabelecem, considerando as profundas diferenças de poder que entre eles se estabelecem.

No caso da infância, a globalização opera a diferentes níveis e em distintas escalas, mas pode afirmar-se que ela incide sobre dois vectores essenciais: o da difusão universal do que é “o melhor interesse da criança”, assente na norma ocidental moderna da infância e expressa, no plano da regulação, na definição dos “direitos da criança”, expostos na respectiva convenção da ONU, de 1989; as consequências da economia globalizada, nomeadamente pelo aumento das desigualdades sociais, a difusão dos produtos da indústria cultural para crianças (com colonização do imaginário infantil) e, de forma mais geral, a indústria de produtos para crianças (roupas, alimentos, acessórios, material desportivo, escolar, redes de serviços, etc.) e a criação de novos riscos decorrentes dos principais factores da sociedade de risco (desemprego parental, riscos biológicos e de desenvolvimento associados à poluição ambiental e às catástrofes naturais potenciadas pelas alterações climáticas, sinistralidade inerente à motorização dos transportes, situações decorrentes das guerras e do conflito mundial, etc.). A análise dos efeitos da globalização não pode deixar de constituir um dos temas centrais da SI. É por isso também que o estudo das crianças excluídas/furtivas/ausentes é crucial neste campo. Embora suas existências e condições de exclusão não sejam produto da dinâmica social engendrada pela segunda modernidade, elas exprimem de forma dramática, contemporaneamente, as consequências do incremento das desigualdades sociais inerentes à globalização. Além disto, neste contexto é de referir o facto de estas crianças corresponderem também, como veremos, de forma peculiar à expressão máxima do “princípio da individualização”.

A partir de textos seminais de sociólogos como Elias (1989) e Simmel (1989), teóricos contemporâneos têm chamado a atenção para os processos de transformação do constante processo de individualização estabelecido a partir da primeira modernidade. Este processo consiste na definição do indivíduo como célula social de base (em detrimento da família, da classe social, da comunidade, etc.), na consignação de direitos individuais e, sobretudo, na prescrição normativa de cada um para conduzir a própria vida a partir de escolhas e opções puramente individuais. Para estes teóricos, a individualização contemporânea configura-se não como uma escolha, mas como “fatalidade” socialmente prescrita. A individualização consiste em transformar a identidade humana

de um “dado” em uma “tarefa” a cargo e à responsabilidade dos próprios indivíduos, onde responder pelas consequências da escolha (das previstas às indesejadas) faz parte do jogo social. O fracasso na tarefa de autoconstrução biográfica será, assim, “responsabilidade” do indivíduo e não da dinâmica social. Se o individualismo se apresenta como a “ideologia da modernidade” (Dumont 2000), esta tarefa toca a todos (pobres e ricos, negros e brancos, crianças e adultos). Isto não significa que todos tenham as mesmas oportunidades de realizá-la com sucesso. Alguns conseguem tornar-se indivíduos “de facto”, outros apenas o são no plano “jurídico” (Bauman 2001). Entendemos que o mesmo é válido em relação às crianças: algumas crianças são-no apenas na lei, no plano jurídico, pois nas práticas sociais do quotidiano não têm acesso aos seus direitos nem vêem a sua identidade infantil reconhecida (Marchi 2007). Temos aqui o pior do individualismo como projecto de “flexibilização” da própria vida. Este movimento insere-se nos outros movimentos contemporâneos de flexibilização que começa pela “produção” (no mundo da economia e de reprodução do capital), como sempre defendeu Marx⁴. Ou, como também consideram Beck e Beck-Gersheim (2003), tudo começa na divisão social do trabalho: nos efeitos da educação sobre o seu mercado e nas consequências económicas da globalização sobre o acesso ao mesmo.

Há um processo de desancoragem ou desinscrição do indivíduo da rede institucional que, por sua vez, é reconstruída a partir da articulação conflituosa e tensa das biografias, no quadro de exigências, controlos e restrições auto-regulados. A este propósito, Beck e Beck-Gersheim (2003) falam da “socialização para a individualização”. Deste modo, a inculcação de disposições sociais – tema central para parte da Sociologia crítica e, especialmente, para Bourdieu – não é erradicada, antes reajustada e, sobretudo, introjectada como repertório de opções de construção biográfica de cada um. Nesse repertório cabem, nomeadamente, normas de conduta, princípios de referência, critérios de *performance*, modas. Seria excessiva ingenuidade acreditar que todas estas disposições são alheias a processos de construção socialmente hegemonizados (especialmente pelo mercado). Há, por isso, no processo de individualização da segunda modernidade, uma exigência de auto-regulação autónoma (com o seu cortejo de responsabilização dos indivíduos pelo seu próprio (in)sucesso) que é feita em condições de regulação heterónoma mesmo se remota.

O que está aqui em causa, por consequência, é a compreensão de um processo societal, que se articula, primordialmente, com a criação e expansão de direitos indi-

⁴ Contra um certo “air du temps” (Lahire 2004), que pensa o processo de individualização como sendo de geração espontânea na vontade dos indivíduos, parece-nos fundamental aqui enfatizar que este é um facto de origem social. Para Beck e Beck-Gersheim (2003: 39-40): “A individualização (...) não significa (...) uma ‘lógica de acção sem contrapartidas, que se desenvolve num espaço virtualmente vazio’, nem tão-pouco, uma mera ‘subjectividade’, uma atitude que se nega a ver que ‘debaixo da superfície da vida há uma sociedade institucional altamente eficaz e densamente estabelecida’. Pelo contrário, o espaço em que os sujeitos modernos fazem as suas opções é qualquer coisa menos uma esfera não social (...). O traço distintivo destas modernas regulações ou pautas é que, muito mais do que noutros tempos, devem ser administradas pelos próprios indivíduos, importadas nas suas biografias mediante as suas próprias acções (...) A biografia normal se converte, assim, em ‘biografia electiva’, em ‘biografia reflexiva’, em biografia ‘faça-você-mesmo’. (...) A ‘biografia faça-você-mesmo’ é sempre uma biografia de risco...”

viduais, que, por outro lado, são sonegados pelas desigualdades incrementadas pela globalização.

Importa-nos agora conferir as consequências desta conceptualização na análise das crianças a quem se consigna, há muito tempo (e, por isso, suas existências são aqui compreendidas como “anteriores” à tematização teórica do individualismo contemporâneo), o projecto de autoconstrução biográfica, mas que são desprovidas dos recursos de exercício de direitos individuais plenos.

3. A “não-criança”⁵

A categoria “não-criança”, embora semanticamente nova, é uma categoria-diagnóstico que emerge de estudos empíricos de diversos pesquisadores sobre a infância pobre no Brasil (particularmente presente na ideia de crianças “sem infância”)⁶. A sua elucidação permite pôr em relevo os limites da construção do conhecimento sociológico sobre a infância que parte de uma concepção acrítica da norma moderna deste conceito. Isto é válido, sobretudo, se tivermos em linha de consideração as crianças excluídas/furtivas/ausentes, entre as quais tomamos as chamadas crianças “de rua” como um exemplo paradigmático⁷.

Na instituição moderna da condição infantil, juntamente com a elaboração e o reconhecimento progressivo dos direitos das crianças, formulou-se sua normatividade. Assim, “ser criança” supõe o desempenho de papéis sociais institucionalmente prescritos ou o desempenho do que os sociólogos da infância chamam de “duplo ofício”: em primeiro lugar, é preciso ser “filho” (não de qualquer família, pois esta instituição também é regida por normas) e, em seguida, “aluno”. A criança que não exerce o “ofício de aluno” não exerce também o ofício que àquele dá origem: o “ofício de criança”. Parafraseando Simone de Beauvoir, pode-se dizer que, assim como “não se nasce mulher” também *não se nasce criança, aprende-se a sê-lo!* Depois da família (de quem as crianças “de rua” também costumam estar distantes), a escola é a instituição que ensina à criança o seu (duplo) ofício. Se é próprio das crianças ter sua socialização e educação a cargo da famí-

⁵ Esta rubrica apresenta de forma muito condensada a reflexão desenvolvida na tese de doutoramento em Sociologia Política de Rita de C. Marchi (UFSC 2007), sob a orientação da Prof. Dra. Luzinete S. Minella. Este estudo teve um estágio financiado pela Capes (Brasil) na Universidade de Paris V sob a orientação da Prof. Dra. Régine Sirota.

⁶ A expressão, no contexto brasileiro, foi divulgada por Martins (1993). Buchingham (2002) assinala que, já nos anos 80, M. Winn lançou um livro intitulado *Crianças sem Infância* (“Children without Childhood”), mas neste caso a expressão não está relacionada com contextos de pobreza e sim com a chamada “crise social” da infância. A ideia de “criança sem-infância” ou de “não-criança” relacionada com contextos de exclusão social pode ser também encontrada em outros países (cf. Rollet 2003; Stretcht 2000).

⁷ O carácter heterogêneo da criança “de rua” enquanto fenómeno social é aqui reconhecido. Esta categoria não é tomada como tendo sentido unívoco ou determinado; não se trata, portanto, de sua “substancialização”. A sua abstracção neste artigo (diante da abstracção da infância “normatizada”) parte da idealização (também histórica e socialmente construída) que a criança “de rua” sofre ela mesma ao tornar-se um “problema social” passível de “análises científicas”, “políticas públicas” e julgamentos de valor. Diversos autores assinalam a inexistência de uma definição precisa da categoria “criança de rua”, não somente por causa da complexidade e instabilidade de suas formas sociais, mas também pela capacidade de as crianças negociarem sua identidade. Isto não impede, no entanto que, no senso comum, o termo seja invariavelmente associado à “delinquência” ou, no mínimo, à “incivilidade”.

lia e da escola, assim como um comportamento heterónimo e “infantil”, as crianças “de rua” estão na mão oposta destes princípios normativos da infância, pois elas têm por característica escapar às “malhas disciplinadoras” do par família-escola (Marchi 1994). Assim, pode-se dizer que a criança “de rua” é portadora de uma **dupla alteridade** (Marchi 2007): por ser “criança” (portanto, “diferente” do adulto e por ter uma “norma” específica a cumprir) e por ser “de rua” (por não estar, portanto, regularmente submetida às instituições socializadoras e, assim, escapar à norma que rege toda a infância). A complexidade que a envolve exponencia desta forma a alteridade comumente associada à infância. O facto de não ter tido acesso às condições mínimas para realizar a sua infância na forma como está modernamente convencionada conduz a práticas que são socialmente interditas às crianças (por exemplo, a “circulação”).

Trata-se aqui de um duplo constrangimento: a criança “de rua” está excluída dos seus direitos de “criança”, mas é (jurídica e simbolicamente) penalizada por isso.

Afirmar que estas crianças não são socializadas pelas instâncias que a modernidade encarregou desta tarefa não significa afirmar que elas não sejam socializadas de todo, e sim que elas escapam muito precocemente da forma ordinária com que as outras crianças permanecem vinculadas e submetidas às instituições família e escola. As crianças “de rua” costumam, na melhor das hipóteses, “circular” entre estas, alternando-as com a estadia na rua, casa de parentes e afins e instituições de atendimento, como demonstram os estudos⁸. A socialização inter-pares ganha aqui, portanto, uma importância acrescida.

Pode-se dizer que a criança “de rua” é vista como um “problema social” não somente pelos transtornos que ela pode causar (e às vezes efectivamente causa) à “ordem” urbana, mas também, e talvez principalmente, porque, ao escapar à sua categorização social, ela se coloca como problema hermenêutico. Por estarem fora das instituições responsáveis por sua “socialização”, estas crianças não têm seu reconhecimento e enquadramento na modernidade como propriamente “crianças”: não se “comportam” como tais nem estão submetidas às instituições que de sua educação deveriam se encarregar. Mas ninguém se atreveria também a dizer que são “adultos”, o que faz destes indivíduos uma indefinição social a que o senso comum resolveu denominar de “monstros”⁹. Nem criança nem adulto, a criança “de rua” é, para o senso comum, uma aberração. Sendo “ainda” criança, comporta-se já como um “adulto”: usa drogas, faz sexo, trabalha ou pratica actos delinquentes, vive independente do controlo adulto. Assim, a criança “de rua” não se enquadra na definição moderna de “criança”: para o senso comum, ela não é “amável” (susceptível de ser amada), ela não é “educável”, ela não segue as regras sociais que dirigem a infância normatizada.

⁸ Fonseca (1990), Marchi (1994), Gregori (2000), Rizzini (2003), entre outros.

⁹ Esta categorização extremamente negativa das crianças que vivem nas ruas das grandes cidades brasileiras é documentada historicamente por diversos estudiosos desde o século XIX, tanto no discurso “científico” dos higienistas, médicos e advogados, quanto no de filantropos, delegados de polícia e cidadãos comuns que sobre o tema se pronunciavam nos jornais da época. Ele é, no entanto, um fenómeno que se estende por todo o século XX e ainda hoje se faz presente no Brasil. Ponte (2000: 336) acusa este facto na imprensa mundial no caso do julgamento de crianças criminosas: “... eliminação do seu atributo de ‘criança’ substituído por imagens de diabolização ou de estado adulto.”

A categoria “não criança” pretende sintetizar, portanto, a situação duplamente paradoxal vivida pela criança “de rua” e apontar a existência bastante generalizada, embora socialmente velada, na sociedade brasileira de uma visão ou representação social que não reconhece nestas crianças a sua condição infantil. Condição infantil entendida aqui não como “natureza infantil” e sim como prerrogativas ou “direitos” que a modernidade convencionou atribuir aos indivíduos menores de idade. Recusar este reconhecimento é recusar, portanto, o direito a viver a “infância” prometida indistintamente a todas as crianças pela modernidade. Neste sentido, não se reconhece nesta criança, assim se pode dizer, sua “humanidade”¹⁰. Na verdade, a negação ou não acesso às condições materiais que possibilitem a realização da infância, tal como a entendemos modernamente, com acesso à saúde, educação, afecto familiar, é que determina o reconhecimento implícito desta criança pobre “de rua” como uma “não-criança”: a não-realização de sua infância no plano material tem por consequência o seu não-reconhecimento no plano simbólico. Esta negação, que se expressa em princípio na falta de condições materiais de vida das crianças, é alçada ao nível simbólico através da ideia do “perigo” que estas crianças representam para a sociedade na ameaça de disrupção da paz e ordem social e, em última instância, na “ameaça” que representam para si mesmas. Trata-se de revelar, portanto, a “transformação simbólica”, com raízes nas desigualdades sociais do quotidiano de crianças “de rua”, de crianças em “não-crianças”. Ou, como sugere Vianna (1999), trata-se de pôr a descoberto o desentranhamento de determinados indivíduos do domínio de uma representação genérica – “infância” – à qual se atrelam expectativas de um certo comportamento e pertencimento social e institucional. Esta transformação da criança “de rua” em algo de “natureza radicalmente diversa” da idealização de “criança”, permite “que se proponham ou assimilem medidas *difícilmente aceitáveis no caso destas últimas*” (Vianna 1999: 168, grifo nosso).

Eis aqui a ideia-chave em torno da qual se desvela a categoria “não-criança”. Se as crianças “de rua” fossem reconhecidas como “crianças”, determinadas acções punitivas violentas (tanto física quanto simbolicamente) que lhes são muito comumente destinadas (seja pela polícia, seja por cidadãos comuns), no contexto das grandes cidades brasileiras, não teriam a possibilidade de serem exercidas¹¹.

Quando nos referimos à “não-criança” é, obviamente, apenas no plano teórico que o fazemos. Assim, a “não-criança” é um constructo teórico e não um referente empírico. Naturalmente, as crianças existem independentemente de que as consideremos ou não como tais, elas ali estão como actores sociais e indivíduos com característi-

¹⁰ Sendo os “direitos da criança” uma especificação geracional dos “direitos do homem”, negar a qualquer criança sua infância é negar a ela seu pertencimento à humanidade. Esta possibilidade extrema vivenciada pelas crianças “de rua” no Brasil pode ser verificada não somente no fenómeno aludido na nota acima, mas também na comparação destes indivíduos à “sujeira” e ao “lixo” e, por consequência, à acção “saneadora” ou de “faxina” realizada pela polícia na repressão quotidiana aos menores e, mais notadamente, no episódio da Candelária (Rio de Janeiro) que foi apoiada pela população, como noticiaram as sondagens feitas por jornais à época. Sobre a analogia de seres humanos a “detritos”, ver Bauman (2006).

¹¹ Exemplos extremos destas acções policiais no Brasil são os episódios da Candelária (RJ) e o assassinato, diante das câmaras de TV, de um jovem de 22 anos que, tendo sobrevivido quando criança à “chacina da Candelária”, foi sufocado até à morte, já rendido, dentro de uma viatura policial (episódio que ficou internacionalmente conhecido como o caso do ônibus 147).

cas que as distinguem dos adultos. Este constructo teórico designa, pois, as crianças que têm desconsiderada sua condição infantil, por não terem à sua disposição ou alcance os meios mínimos de se constituírem como “crianças”, no sentido moderno do termo. Trata-se aqui de indicadores sociais como saúde, habitação, educação, inserção social e cultural, que encontramos contemporaneamente associadas aos direitos da infância em sua concepção universal. Assim, embora a categoria “não-criança” possa ser estendida a outros tipos de crianças que não tenham reconhecida por parte da sociedade a sua condição infantil, aqui nos referimos somente às crianças que não desfrutam da infância por conta de uma situação socioeconómica miserável e, mais especificamente, por escaparem às instituições que, a partir da modernidade estão encarregadas da sua socialização: a escola, a família (e, na falta destas, o Estado).

Entenda-se que a “negação” expressa na categoria não é uma forma de estigmatização ou de atribuição de menos valor; ela visa chamar a atenção para o não-reconhecimento desta identidade – que a modernidade conferiu aos menores de idade – a certas crianças. Uma identidade atrelada a determinadas condições materiais de vida e educação, assim como de certos comportamentos e deveres tanto por parte dos adultos em relação às crianças, quanto por parte destas em relação a si mesmas (“ser” filho, aluno, dependente, obediente, etc.).

Até agora implícita nos estudos de diversos cientistas sociais brasileiros sobre infância pobre, a ideia de “não-criança” pode deixar a sombra, o não-dito, o interdito (e até mesmo o mal dito) para revelar-se em toda a sua cruza: não somente a infância com suas prerrogativas modernas não está disponível a todas as crianças no Brasil, *como o próprio conceito de “criança” também não está*. E o maior paradoxo encontra-se na perversa inversão das consequências desta falta. Ou seja, no plano social, não são proporcionadas a todas as famílias condições de criarem “crianças” (no sentido normativo do termo) e, no entanto, estas (famílias e crianças) são penalizadas por não estarem adequadas à norma.

Uma visão negativa das crianças pobres sempre orientou os processos de intervenção sobre estas no Brasil¹². Assim, é amplamente reconhecido pelos pesquisadores a histórica distinção feita na sociedade brasileira entre “criança” e “menor” (assim denominado no Brasil até os anos 90) e a dimensão socialmente discriminatória deste último termo (“menor” = “delinquente”). O substantivo “menor” somente era aplicado aos indivíduos de uma camada específica da população e não a *todos* que se encontrassem em determinada faixa etária. Assim, esta distinção implicava não apenas uma distinção interna ao grande contingente de “crianças e jovens”, mas poderia ser “tomado como o seu oposto” (Vianna 1999)¹³. O importante a destacar é que um determinado “reconhecimento” policial é o que gera o “não-reconhecimento” da condição infantil destas crianças¹⁴. Por isto, por tanto tempo na história da sociedade brasileira, elas foram clas-

¹² Cf. Rizzini (1997), Alvim e Valadares (1988), entre outros.

¹³ O que seria o “oposto” de uma criança senão uma não-criança?

¹⁴ Vianna (1999: 55) refere-se a um processo de “reconhecimento” policial, onde, mais que investigar factos, trata-se de “identificar” indivíduos através de uma imagem previamente formulada e socialmente estigmatizada.

sificadas como “menores” e não simplesmente como “crianças”, como acontecia com os filhos das “boas famílias”, mesmo quando, porventura, envolvidos com a justiça.

A desautorização familiar que retira do domínio a que estão ligados os indivíduos legal e simbolicamente representados como “menores” é parte do processo de sua inscrição em um determinado âmbito de poderes e, ao mesmo tempo, de sua desinscrição da definição particular de criança ou do âmbito da infância. Neste sentido, a acção classificatória da polícia pode ser entendida como “parte de um processo de produção e reorganização de diferenças sociais”, pois a “menoridade” atribuída às crianças pobres podia ser tomada não simplesmente como um atributo relativo à idade, mas como um “instrumento hierarquizador de direitos” (Vianna 1999: 168). Assim, se Vianna (1999) se refere a este facto como uma “oposição básica entre *menor* e *não-menor*” ele pode antes ser entendido como uma oposição entre “não-criança” e “criança” (Marchi 2007).

Sendo que a criança pode ser vista tanto como actor como aquela sobre a qual os adultos agem, pode sugerir-se que a criança “de rua” é também o paradigma da criança-actor, pois é a que mais visivelmente escapa à acção dos adultos sobre si (seja no âmbito da família, da escola ou de outras instituições sociais). E talvez por isto mesmo ela seja tão temida ou odiada¹⁵.

Importa sublinhar agora as consequências deste reconhecimento/não-reconhecimento das crianças “de rua” dentro da normatividade da infância. Esta, enquanto construção social da modernidade (Ariès 1973) que visa delimitar e afastar o mundo infantil do mundo adulto, é social e historicamente localizada e, como tal, tem sua universalização inviabilizada, por mais que a modernidade ocidental se constitua como uma época em que o esforço colectivo tenha apontado para esta direcção. A ideia de infância tem sua universalização impedida justamente pela desigual distribuição de oportunidades a que os indivíduos têm acesso. Neste sentido, a infância em sua forma moderna não atinge todas as crianças.

Assim, a distância abissal que separa uma criança em “situação de rua” da possibilidade efectiva de viver sua infância tal qual a entendem, por exemplo, os órgãos internacionais de sua ‘defesa’ (e.g., a UNICEF) sinaliza um dos maiores paradoxos com o qual nos deparamos na actualidade em relação à ideia de realização da infância: a produção da “norma da infância” gera a “não-criança”, o sujeito ‘menor de idade’, a quem o tempo e o espaço social da infância têm sido historicamente negados.

Partindo do entendimento de que a infância como fase longa de protecção e socialização de crianças é construção de uma sociedade desigual na qual o acesso às posições é ao mesmo tempo estruturado e individualizado (Buhler-Niederberger 2006), sugerimos que a desigualdade de condições de vida e oportunidades entre as diversas

15 O “medo social” despertado pelos meninos “de rua” no Brasil e, a partir deste sentimento, as atitudes tomadas para sua “educação”, contenção ou mesmo eliminação, é enfocado em muitos estudos, mas está particularmente bem caracterizado por Dimenstein (1990) e Silva e Milito (1995). Na França, o “medo” da criança que se autonomiza é simbolizado por Gavroche (do romance de Victor Hugo), que representa o mito que se construiu no século XIX da “criança livre e dona de sua vida, até o sacrifício” (Rollet 2003: 239). Nos centros urbanos africanos este temor é personificado pelas “crianças feiticeiras” (“des enfants sorciers”); crianças dotadas de poderes maléficos a partir do seu poder – incomum para uma criança – de “viver sozinha” (sem a presença da família) nas ruas das cidades (D’Haeyer 2004).

crianças, normalmente vistas pelos pesquisadores como “imperfeições” ou “deformações” passíveis de serem “corrigidas” no futuro, são antes características *integrantes* do processo histórico e social do desenvolvimento do conceito moderno de infância¹⁶. Ou seja, as desiguais condições de viver a infância não são condições *alheias* ou *externas* à construção moderna da infância. São antes, do nosso ponto de vista, sua consequência e, ao mesmo tempo, sua condição. Neste sentido, não se trata, obviamente, de uma discussão da ontologia da criança/infância, mas de uma discussão que toma por objecto a sua constituição social e histórica. Trata-se, portanto, da ideia de infância como uma idealização de determinado meio social e, portanto, de sua não-universalização empírica, embora simbolicamente ela alcance um alto grau de aceitação ou consenso.

Ora, o facto de que determinadas crianças sejam “separadas” de sua infância (ou afastadas da sua norma) tanto por forças sociais estruturais quanto por determinadas práticas sociais (jurídicas, policiais, etc.) a elas endereçadas, demonstra que a modernidade capitalista é, ao mesmo tempo, a responsável pela junção e cisão destas categorias. Isto é, ao mesmo tempo que constrói a ideia de infância como ontologicamente ligada à de criança, opera a sua separação no plano empírico. Aqui, portanto, nos confrontamos com as promessas da modernidade que a segunda modernidade se apressa a não cumprir, numa perspectiva global, gerando novas exclusões. Assim, talvez por isso, não tenha bastado universalizar o ensino obrigatório (uma das grandes conquistas da ideia moderna de infância) – pois isto não foi suficiente para garantir “infância” a todas as crianças. E talvez possamos também entender a luta (tanto a de fins do século XIX na Europa, quanto a mais recente, envolvendo os países “em desenvolvimento”) contra o trabalho infantil como uma outra grande etapa no processo de tentativa de universalização do modelo de infância. Neste sentido é que as chamadas crianças “de rua” são a evidência dramática de que a norma moderna da infância não atinge todas as crianças. E também o facto de que pretender fazer esta universalização a todo custo tem um preço elevado e não alcançará, de todo o modo, o sucesso pretendido. Assim, é preciso levar às últimas consequências a ideia de que a infância/criança moderna, com as características que lhe são normativamente atribuídas, é originariamente uma ideia *de classe* que, depois de um longo período de tentativa de universalização, começa a dar sinais de fracasso ou esgotamento.

4. A radicalização da infância contemporânea ou o “esgotamento” de um modelo

Vamos considerar agora os efeitos das transformações da modernidade na construção da normatividade contemporânea da infância. Actualmente, entre os especialistas, tornou-se lugar-comum falar de “crise social da infância”. Uma crise que se dá no nível cultural ou representacional (Buckingham 2002; Prout 2005) e que tem como

16 Este entendimento que tem assumidamente um carácter “trágico” para o que poderíamos vislumbrar como um “futuro melhor” para a infância a nível mundial, de acordo com Buhler-Niederberger (2006), “é provavelmente um facto incorrigível e isto tanto mais quanto a individualização acentuada demanda estratégias de socialização mais e mais elaboradas, mas que, por sua personalização, escondem a injustiça.”

maior indício a polémica tese do seu “desaparecimento” (Postman 1999). Ao contrário do que os anunciadores do “fim da infância” sugerem, no entanto, entendemos que o que está desaparecendo ou sofrendo um grande processo de transformação é um determinado “modelo” de infância/criança. Neste sentido, diagnostica-se contemporaneamente um “fracasso” na histórica imposição de uma ideia ou representação particular de infância/criança.

Sugerimos que o que se está transformando é, portanto, a ideia de infância e criança, tal como modernamente concebida, e que ganha ares de “fracasso” *apenas* junto à *infância realizada* (com meios materiais e simbólicos para a sua efectivação), já que a “infância” junto às classes pobres sempre foi uma ideia-problema. A infância teve sempre sua institucionalização “perturbada” por dois grandes “tipos” de problemas mais comumente associados à infância pobre: os que podemos chamar de “pedagógicos” e que têm no chamado “fracasso” ou “insucesso” escolar a sua mais definida expressão (ainda que ideologicamente camuflada na ideia socialmente aceite de meritocracia); e os problemas relacionados ao comportamento “desajustado” ou “desviante” da criança pobre na família e/ou na comunidade e que tem na chamada “delinquência juvenil” a sua face mais expressiva. Se considerarmos a infância, como é consenso entre os seus historiadores, como uma fase da vida que se caracteriza, entre outras coisas, pelo afastamento do mercado de trabalho e das ruas, veremos que, no que diz respeito à infância pobre, este “afastamento” do “mundo adulto”, em prol de uma suposta protecção das crianças, é mais excepção do que condição de vida das crianças em contextos de pobreza em todo o mundo¹⁷.

Assim, Buckingham (2002) tem razão ao afirmar que, se sempre houve, entre as crianças e jovens das classes mais baixas, problemas relacionados ao consumo de drogas, gravidez precoce, delinquência, indisciplina familiar e escolar, o facto é que hoje estes problemas se estão manifestando entre os filhos das classes médias, o que faz com que pais e professores destas crianças e jovens passem a se preocupar de forma alarmada com estas “mudanças” no seu comportamento¹⁸.

Portanto, se o problema central de Postman está no “mau-comportamento” ou na “deseducação” das crianças e jovens actuais – o que justifica a sua classificação como um “conservador moral”¹⁹ –, o nosso entendimento destas mudanças vai no sentido de que, no quadro das transformações ocorridas na segunda modernidade, a “recusa” em cumprir a norma da infância, antes restrita às crianças que não acediam, por falta de condições materiais e, em decorrência destas, de condições simbólicas, ao modelo preconizado ou hegemónico, começa agora a manifestar-se (ou a ser percebido) em outras

¹⁷ Estudos apontam que crianças são o grupo etário mais afectado por situações específicas de miséria e opressão em todo o mundo. Há consenso que diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças e suas infâncias (Sarmiento e Pinto 1997; Sarmiento 2002, 2005; Qvortrup 1999; Buckingham 2002; Prout 2005).

¹⁸ No rasto desta preocupação, além de toda uma literatura que busca enunciar as supostas “causas” do fenómeno e propor, pragmaticamente, “soluções” a pais e professores, podemos situar a própria emergência de novos campos disciplinares como a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia da infância na tentativa de dar conta do fenómeno social da infância e suas transformações na contemporaneidade.

¹⁹ Cf. Buckingham (2002).

camadas sociais²⁰. A infância burguesa, por tanto tempo confinada e submetida aos processos verticais de autoridade e socialização dentro da família e da escola (sofrendo a “quarentena” a que se refere Ariès, ou a disciplinarização a que se refere Foucault), excluída do mundo adulto (dos seus direitos e deveres), enfim, uma infância que cumpria sua “norma”, passa, contemporaneamente, a ser *desinvestida* e, ao mesmo tempo, a desinvestir-se dela²¹. A partir deste momento, portanto, é que o actual “problema” da infância se coloca, passando a atrair a atenção dos especialistas, no que alguns chamam positivamente de “libertação das crianças” (Renaut 2002), de sua “individualização” (Beck *apud* Prout 2005; Singly 2004), ou mesmo, mais drástica e negativamente, de “fim” da infância (Postman 1999).

Portanto, como sugerido acima, estas teses da “crise social” da infância podem ser entendidas antes como problemas relacionados à imposição de uma norma, um “tipo ideal” de infância/criança. Problemas que, quando ainda somente relacionados à infância pobre, apenas despertavam a atenção porque significavam perturbações da ordem social (no caso da delinquência juvenil e dos “gangs” dos chamados “meninos de rua”), o que os tornava mais “caso de polícia” do que “caso de ciência”.²²

Gostaríamos de sugerir que a criança “de rua” tem autonomia (ainda que relativa) e o seu perfil é o do indivíduo que luta por sua autoconstrução. Assim, ousaríamos dizer que, também paradoxalmente, a criança “de rua” é a que leva primeiro e, talvez aos seus limites, o conceito moderno de infância no que diz respeito ao processo de individualização²³. O paradoxal aqui é que, se a individualização e o decorrente processo de autonomização são, não somente esperados, mas recomendados e mesmo desejados como parte da formação da infância realizada²⁴, estes mesmos processos são mal vistos quando ocorrem junto a crianças pobres e, mais especificamente, como parte das experiências de vida das crianças “de rua”. Nestas, a autonomia e a independência têm sido historicamente vistas como “precoces” ou “anti-sociais”. Desta forma, o que alguns anunciam como a “morte da infância”, outros como a sua “reinstituio-

²⁰ Pode estar ocorrendo uma recusa mais geral por parte das próprias crianças de se deixar formatar por um determinado modelo de ser “criança”. Naturalmente não se trata aqui de uma acção colectiva e deliberada das crianças intencionalmente dirigida a fazer frente a determinado modo de ser criança. Como todos os processos e mudanças sociais, esta “recusa” implica complexidade e envolve uma multiplicidade de actores. Esta complexidade decorre do facto de a infância ser um fenómeno aberto a processos de negociação e a um jogo de forças entre actores e grupos sociais em disputa por sua definição e controlo.

²¹ A “norma” da infância pode ser entendida, de acordo com Sarmiento (2004), como um conjunto prescritivo de saberes sobre a criança que é parte integrante do “processo de institucionalização” da infância na primeira modernidade e a partir do qual se convencionam os padrões de “normalidade/anormalidade”. Neste cenário, destacam-se a pediatria, a psicologia do desenvolvimento e a pedagogia como os saberes periciais, por excelência, da infância e da criança na primeira modernidade.

²² Como o demonstra a história das políticas de assistência à infância pobre no Brasil e América Latina numa vasta literatura que trata da chamada “fabricação do menor” na sociedade brasileira. O termo “menor”, como significando “delinquente”, orientou tanto as práticas policiais quanto as de assistência social no Brasil até meados do século XX. Ver, a este respeito, Schneider (1982), Arruda (1983), Violante (1984), Faleiros (1987), Alvim e Valadares (1988), Altoé (1993), Rizzini (1997), Vianna (1999).

²³ O paradoxo está em que, se o processo de individualização se encontra aqui presente de forma agudizada, não se encontra, no entanto, o de “civilização”, que, de acordo com Elias (1989), é o outro lado deste duplo processo da modernidade.

²⁴ Porque sob um suposto controlo adulto – a família e a escola não estão ausentes do processo, antes se constituem como elementos “facilitadores” ou “parceiros” da emancipação (Cf. Singly 2004).

nalização” (Sarmiento 2004) e outros ainda como um saudável processo em direcção à autonomia e individualização das crianças na segunda modernidade (Singly 2004), sempre esteve presente entre as crianças “de rua”. Junto a estas, no entanto, o processo radicaliza-se pelo facto de que a sua “emancipação/autonomização” se dá à revelia das instituições socializadoras e, portanto, à revelia dos adultos. Importa frisar, no entanto, que, mesmo entre a “boa” infância, este não é um processo fácil de ser assimilado pelos adultos, notadamente pais e professores no que eles sinalizam a perda ou diminuição de sua autoridade diante de filhos e alunos. No limite, entendemos que o que as crianças “de rua” – e, actualmente, toda a infância considerada “em crise” – põem em risco é, não somente o papel educativo da família e da escola, mas o modelo moderno e, até agora, hegemónico de ser “criança”. Este certamente é, para o mundo adulto, um grande transtorno e fonte de preocupação que não pode também deixar de estar na origem dos actuais estudos sobre a infância.

Se sugerimos que se possa pensar todas estas questões como sintomas de um “esgotamento” do modelo ideal de criança/infância imposto pela modernidade, entendemos no entanto que, paradoxalmente, este “esgotamento” aponta não para o “fim” da infância, mas para a sua realização no quadro das transformações ocorridas na segunda modernidade. Ao invés do “fim da infância” estaremos assistindo ao processo de sua radicalização? Ou seja, estamos testemunhando agora as “consequências” da sua “invenção” ou “descoberta”? E, portanto, as “consequências” do processo histórico de individualização das crianças? Se entendermos que o modelo de infância que vem sendo paulatinamente construído pela modernidade impõe ou reclama agora mais realização, poderemos compreender o que falam os especialistas sobre o facto de as instituições afundarem no próprio “sucesso” (Lash, Beck e Giddens 1994). Ou o que afirma Beck sobre não ser “a crise, mas as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social” (1994: 13). Neste sentido, não seria a crise, mas o sucesso da ideia burguesa de infância que estaria produzindo as “novas formas” de ser criança na segunda modernidade.

Esta tese somente faz sentido se considerarmos que, como toda construção social, também a ideia de infância/criança e a sua “norma” se desenvolveram presas ou definidas pelo contexto em que surgiram. Ou seja, o modelo de criança da primeira modernidade nasce ligado a uma sociedade patriarcal, monogâmica, onde o modelo de adulto está preso a papéis sociais e sexuais bem definidos. A criança deste período (que alguns autores costumam chamar de “apogeu” da infância)²⁵ é a criança escolarizada, higienizada e suas principais características são suas faltas: ela é heterónoma, assexuada, sem razão e, portanto, sem capacidade de acção própria. A criança enquanto um “projecto político do Outro” (Marchi 2007) tem na família e na escola as instituições que estão encarregadas de sua “formação” em direcção à idade adulta. Se entendermos, como os teóricos da modernidade, que esta não cessa de se instaurar e de reclamar sempre mais realização, e sendo sua grande característica a de fazer de cada sujeito um “indivíduo” responsável pela sua autoconstrução, podemos entender que as crianças não ficam de

²⁵ Alguns autores costumam situar a “idade de ouro” da infância no período de 1850 a 1950.

fora deste movimento. Este artigo parte do pressuposto de que a ideia moderna de infância é produto do duplo processo de individualização/civilização adulta que se estabelece a partir do renascimento europeu (Elias 1989) e que, contemporaneamente, radicaliza no que Beck (1992) chama de “individualismo institucionalizado” como processo constitutivo da “modernização reflexiva”.

Neste sentido, a infância na contemporaneidade está, ela também, sob a actual égide do “faça-você-mesmo” ou seja, as crianças passam a arcar com a construção de sua própria biografia e de serem responsabilizadas pelo sucesso ou fracasso desta tarefa. Assim, a segunda modernidade, ao fazer de cada criança um “indivíduo de direitos” responsável por sua auto-realização, liberta-a relativamente dos laços que a atavam solidamente às instituições família e escola. Este é, do nosso ponto de vista, um processo dialéctico em que a transformação da infância está directamente relacionada às profundas mudanças que, como enfatizam os especialistas, têm atingido as instituições sociais no seu âmago.

Em síntese

Estamos agora em condições de resumir os nossos principais argumentos.

A segunda modernidade exprime-se pela radicalização do princípio da individualização (ou pelo incremento paroxístico do individualismo institucional) que, atribuindo aos indivíduos a obrigação compulsiva da auto-regulação, se exprime, quanto às crianças, na promoção do princípio da autonomia, com o declínio da autoridade (paterna, institucional, etc.). A “norma” da infância, expressa em termos do indivíduo-criança sujeito de direitos da segunda modernidade, enuncia-se como auto-normativização biográfica.

A auto-normativização das crianças “de rua” – anterior e marginal à radicalização do processo contemporâneo de individualização – constitui-se como um horizonte projectivo, mas invertido, da “nova norma” da infância. A “não criança” é a imagem perversamente simétrica da criança sujeito-de-direitos: a autonomia de que desfruta *não* é consequência da expansão dos direitos, mas da sua privação.

A infância, na contemporaneidade, pode estar caminhando não para o seu “fim” mas para a sua radicalização (Marchi 2007). Há, no entanto, algo de prometedor no facto de as crianças poderem livrar-se de um modelo de infância que lhes tolhe justamente a sua mais importante característica – a possibilidade de criação, de pensar de *novo* o social (Benjamin 1992).

O paradoxo da situação está no facto de o “fracasso” da norma social da infância residir no seu próprio sucesso: a criança como sujeito de direitos expande-se embrionariamente desde o século XVIII (cf. Rousseau) e confronta-se com a sua própria impossibilidade na sociedade de risco da segunda modernidade, exactamente no momento em que esta concepção se exponencia na ideia da criança-cidadã.

É necessário considerar que a ideia moderna de infância corresponde à hegemonização do modo de produção capitalista e à modernidade ocidental, em detrimento da

emergência e desenvolvimento de outras possibilidades de infância não ocidentais, pós-coloniais ou oriundas de outras modernidades. Mas, uma vez mais, isto não assinala o “fim” da infância, antes aponta para a evidência maior de que ela é um processo, uma construção, um facto histórico que está neste momento passando por novas e profundas transformações.

Na sequência destas considerações, pode pensar-se que a luta pelos direitos da criança (nomeadamente em torno da Convenção de 1989) é mais um movimento neste imenso tabuleiro de defesa da “norma da infância”²⁶. Será que tudo está sendo feito para que a ideia moderna de criança/infância não se “desmanche no ar”, como já previa Marx em relação aos “sólidos” da modernidade?

5. Linhas de desenvolvimento para uma Sociologia da Infância crítica

As mudanças que ocorrem na normatividade da infância na segunda modernidade no plano social concretizam-se por efeito da reflexividade institucional que impregna a realidade social. É aqui que se coloca o sentido e o alcance das propostas teóricas das Ciências Sociais em geral e da SI em particular.

A este propósito, importa dizer que o reconhecimento da pluralidade, heterogeneidade ou “diversidade” da(s) infância(s) trazido à tona tanto pela SI quanto pela Antropologia da Infância, se tem como lado positivo a relativização do modelo hegemónico, tem também um lado que se pode dizer “problemático” no que ele pode significar de minimização do peso das desigualdades entre as crianças. Com efeito, a questão não está apenas em reconhecer a diversidade (o que é certo), mas em esclarecer que algumas diversidades exprimem, potenciam ou nascem de verdadeiras desigualdades sociais (o que não é tão evidenciado). Perceber todos os menores de idade como “crianças” e, portanto, como tendo, inelutavelmente, de “qualquer que seja a maneira”, uma “infância” (cf. Prout 2005), é apostar numa igualdade de *status geracional* que é flagrantemente negada no nível empírico das condições concretas de existência dos indivíduos. Assim, esta desigualdade deixa de surgir como uma contradição intrínseca à própria construção moderna da infância para ser entendida como uma lamentável contingência de “contextos sociais e culturais diferenciados”. O entendimento das grandes diferenças sociais que se manifestam nas condições materiais de vida das crianças em todo o mundo não pode ser feito como se elas não fossem mais que “disfunções”, ou “injustiças” a serem eternamente “corrigidas” no futuro, notadamente, na “defesa dos direitos” das crianças. Embora, no plano teórico, a SI proponha e, efectivamente, realize a desconstrução ou relativização da “norma da infância”, parece-nos que não leva este processo até suas últimas consequências. Pensar a infância, para além da norma, nomeadamente a partir da evidência empírica das crianças excluídas/furtivas/ausentes, corresponde a criar um

²⁶ Somente uma “concepção multicultural” (Santos 1997) dos direitos da criança – que leve em conta também a diversidade social dos contextos em que estas estão inseridas – que se constitui como alternativa à concepção da norma ocidental (hegemónica e excludente) pode colocar os movimentos por estes direitos no plano emancipatório.

quadro analítico e constructos teóricos necessariamente distintos daqueles com que a SI tem normalmente operado.

É neste contexto que faz sentido a proposta de uma reformulação crítica do programa teórico da SI. Esse programa, a nosso ver, não poderá deixar de passar por alguns dos seguintes eixos:

Em primeiro lugar, considerar no quadro da análise da SI as crianças excluídas/furtivas/ausentes não significa apenas “dar voz” a essas crianças numa disciplina que, apesar de exceções relevantes, não as tem escutado tanto quanto deveria. Trata-se, muito mais do que isso, de resgatar a análise sobre essas crianças das perspectivas que as patologizam por as considerar como desvio à norma moderna da infância, sem que esta seja questionada. A análise sobre a “não-criança” (acima enunciada) revela, bem pelo contrário, como a normatividade infantil na segunda modernidade ganha uma nova compreensão nos seus fundamentos e nas suas consequências.

Nessa sequência, a SI crítica é chamada a fazer o trabalho de desconstrução da reflexividade institucional sobre a infância. Enquanto saber que se constitui como “reflexividade reflexa” (Bourdieu 1997), isto é, enquanto conhecimento que se auto-analisa, duplamente, nos seus efeitos sociais do conhecimento pericial e no seu próprio trabalho de desconstrução analítica desse conhecimento, a SI crítica é chamada a pensar as subtis articulações entre o saber e poder e a tematizar as suas consequências na produção da exclusão – no plano do conhecimento – das crianças já socialmente excluídas. Neste sentido, convém não esquecer que a invisibilidade da “não-criança” é também o produto de agências de construção e difusão do conhecimento sobre as crianças, de elaboração de políticas públicas (James e James 2004) e da definição de práticas de referência e pautas de conduta para a acção institucional daquelas.

Esse trabalho analítico não poderá deixar de ser feito, prioritariamente, no quadro da reflexão que atravessa o campo sociológico como um todo. A SI é crítica, na exacta medida em que se realiza como crítica da sociedade. Em especial, consideramos bastante promissor, nos planos hermenêutico e heurístico, a interpretação da infância à luz da crítica sociológica dos eixos estruturantes da segunda modernidade, a globalização e o individualismo institucional.

A historicização do trabalho teórico da SI ganha, deste modo, uma importância acrescida, na exacta medida em que possa articular as condições históricas da produção da normatividade infantil com o estudo das realidades empíricas dos mundos de vida das crianças, onde continuamente se actualizam as possibilidades e os constrangimentos da sua existência. A articulação dos planos da estrutura e da acção, que usualmente é referenciado como inerente ao desafio epistemológico da Sociologia contemporânea de superar as dicotomias em que se estabilizou, encontra o seu complemento nesta imbricação desejada da análise histórica da geração infantil com o estudo etnográfico das práticas sociais das crianças.

A percepção da existência de múltiplas modernidades e dos seus efeitos na construção da normatividade da infância convoca ao trabalho da SI o estudo transcultural das infâncias das várias regiões do mundo e dos diferentes grupos étnicos e culturais.

Não se trata, aqui, uma vez mais, de realizar uma comparação de diferentes tradições de socialização infantil, mas de procurar desvelar, pelo trabalho crítico comparativo, o que há de específico, o que há de comum e o que só é possível desocultar nessa comparação sobre a infância como categoria geracional permanente mas diversa entre contextos sociais específicos.

Finalmente, como resulta de todos estes pontos, a SI não pode ser indiferente às consequências éticas e políticas do seu labor teórico. Na verdade, é na contínua vigilância sobre essas consequências que uma sociologia crítica se pode comprometer com um conhecimento orientado para a emancipação social. É aqui que a renovação potenciada no campo de estudos da SI pela plena assunção de um paradigma crítico pode encontrar as condições para fecundar a reflexividade social sobre a infância com um conhecimento que não seja excludente, mas antes enunciador de renovadas possibilidades de vida para verdadeiramente todas as crianças.

Referências bibliográficas

- ALANEN, Leena (2001). “Explorations in Generational Analysis”, in L. Alanen & B. Mayall (org.), *Conceptualizing Child-Adult Relations*. London. Routledge (11-22).
- ALANEN, Leena and MAYALL, Berry (eds.) (2001). *Conceptualizing Child-Adult Relations*. London: Routledge.
- ALTOÉ, Sônia (1993). “Do internato à prisão: Quem são os presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente?”, in I. Rizzini (org.), *A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro, Ed. Universidade Santa Ursula.
- ALVIM, Rosilene e VALADARES, Lúcia (1988). “Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 26: 3-37.
- ARCHARD, David William (1993). *Children, Rights and Childhood*. London. Routledge.
- ARCHARD, David William. (2003). *Children, Family and the State*. Aldershot. Ashgate.
- ARIÈS, Philippe (1973). *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris. Seuil. (1er Ed.: 1960).
- ARRUDA, R. S. V. (1983). *Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo*. São Paulo, Ed. Global.
- BAUMAN, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt (2006). *Vies perdues. La modernité et ses exclus*. Paris. Manuels Payot.
- BECK, Ulrich (1992). *Risk Society: Towards a new modernity*. London. Sage.
- BECK, U., GIDDENS, A. e LASH, S. (1994). *Modernização Reflexiva – Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIM (2003). *La Individualizacion. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona. Paidós (trad. cast.).
- BECK, Ulrich (1994). “A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”, in Beck, U., Giddens, A. e Lash, S. *Modernização Reflexiva – Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BECK, Ulrich (1999). *O que é a Globalização? Equívocos do Globalismo. Respostas à Globalização*. São Paulo. Paz e Terra.
- BENJAMIN, Walter (1992). *Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por volta de 1900*. Lisboa. Relógio d'Água.
- BOURDIEU, Pierre (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris. Editions du Seuil.
- BUCKINGHAM, David (2002). *Creceer en la era de los medios electronicos*. Madrid, Ed Morata.
- BÜHLER-NIEDERBERGER, Doris (2006). « Comment étudier les inégalités sociales comme sociologue de l'enfance », *Colloque International Repenser la justice dans le domaine de l'éducation et de la formation*. Lyon, 15-17 mai 2006 (não publicado).
- CHAMBOREDON, J. C. e PRÉVOT, J. (1982), “O ofício de criança”, in S. Grácio e S. Stoer, *Sociologia da Educação II. Antologia – A Construção Social das Práticas Educativas*, Lisboa, Livros Horizonte (51-77).

- CHRISTENSEN, Pia e JAMES, Allison (org.) (2005). *Investigação com Crianças: Perspectivas e Práticas*, Porto, Edições ESEFF.
- CORSARO, William A. (1997). *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks. Pine Forge Press.
- D'HAeyer, Aurore (2004). *Enfants sorciers – Entre magie et misère*. Paris: Ed. Labor.
- DIMENSTEIN, Gilberto (1990). *A Guerra dos Meninos – Assassinato de menores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- DUMONT, Louis (2000). *O Individualismo – Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- ELIAS, Norbert (1989). *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa. Dom Quixote (trad. port.).
- FALÉIROS, Vicente (1987). “A fabricação do menor.” *Humanidades*, 12, fev./abril/1987, ano IV, Editora Universidade de Brasília.
- FONSECA, Cláudia (1990). “Crianças em circulação”, *Ciência Hoje*, 11 (66): 33-38.
- GREGORI, Maria F. (2000). *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo, Cia das Letras.
- JAMES, Allison & PROUT, Alan (eds.) (1990). *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. (7-34). London. The Falmer Press.
- JAMES, Allison; JENKS, Chris y PROUT, Alan (1998). *Theorizing Childhood*. Cambridge. Polity Press.
- LAHIRE, Bernard (2004). *La Culture des individus: Dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris. La Découverte.
- LIEBEL, Manfred (2000). *La Otra Infancia: Niñez Trabajadora y Accion Social*. Lima: Ifejant.
- MARCHI, Rita de C. (1994). ‘Crianças Espertas’: um retrato do ‘vício da rua’ em crianças pobres no Centro de Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social UFSC.
- MARCHI, Rita de C. (2007). *Os Sentidos (paradoxais) da Infância nas Ciências Sociais: uma abordagem da Sociologia da Infância sobre a “não-criança” no Brasil*. Tese de Doutorado. PPGSP/UFSC.
- MARTINS, José de S. (org.) (1993). *O Massacre dos Inocentes – A criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- MAYALL, Berry (2002). *Towards a Sociology for Childhood. Thinking from children’s lives*. Buckingham. Open University Press.
- MEAD, Margaret (1970). *O Conflito de Gerações*. Lisboa. Publicações D. Quixote (trad.)
- MILITO, Claudia e SILVA, Hélio R. S. (1995). *Vozes do Meio-Fio: etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- NEYRAND, Gérard (2000). *L’Enfant. La mère et la question du père. Un bilan critique de l’évolution des savoirs sur la petite enfance*. Paris. PUF.
- POSTMANN, Neil (1999). *O Desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- PROUT, Alan (2005). *The Future of Childhood*. London. Routledge Falmer.
- PROUT, Alan (Ed.) (2000). *The Body, Childhood and Society*. London. MacMillan Press.
- QVORTRUP, Jens (1991). *Childhood as a Social Phenomenon – An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosocial – Report 36/1991. Vienne European Centre.
- QVORTRUP, Jens (1994). “Childhood Matters: An Introduction”, in Jens Qvortrup, Marjatta Bardy, Giovanni Sgritta and Helmut Wintersberger (eds.), *Childhood Matters: Social Theory Practice and Politics*. Aldershot: Avebury.
- QVORTRUP, Jens (1995). “Childhood in Europe: a New Field of Social Research”, in Lynne Chisholm et al. (eds.), *Growing Up in Europe. Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*. (7-21). Berlin/ New York. Walter de Gruyter.
- QVORTRUP, Jens (2000). “Generations – an important category in sociological research”, in Vários, *Actas do Congresso Internacional dos Mundos Sociais e Culturais da Infância*. II Vol.: 102-113.
- RENAUT, Alain (s/d). *A Libertação das Crianças – Contribuição filosófica para uma história da infância*. Lisboa, Instituto Piaget.
- RIZZINI, Irene (1997). *O Século Perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro, Petrobrás-BR/ Ministério da Cultura/ USU Ed. Universitária/ Amais.
- RIZZINI, Irene (org.) (2003). *Vida nas Ruas – Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro, Ed PUC – Rio, São Paulo/Loyola.
- ROLLET, Catherine (2003). *Les Enfants au XIXème siècle*. Paris, Hachette.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997). “Por uma concepção multicultural dos Direitos do Homem”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48: 11-32.
- SARMENTO, Manuel (2002). “Infância, exclusão social e educação como utopia realizável”, in *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 17: 13-32.

- SARMENTO, Manuel J. e PINTO, Manuel (1997). “As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo”, in M. Pinto e M. J. Sarmiento, *As Crianças: Contextos e Identidades*. Braga, Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- SARMENTO, Manuel Jacinto (2004). “As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade”, in Sarmiento, Manuel J. e Cerisara, Beatriz, *Crianças e Miúdos – Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto, Edições ASA.
- SARMENTO, Manuel Jacinto (2005). “Gerações e alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância”, in *Educação & Sociedade* (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças). CEDES-Brasil, Vol. 26, n.º 91: 361-378.
- SCHNEIDER, Leda (1982). *Marginalidade e Delinquência Juvenil*. São Paulo, Cortez.
- SGRITTA, Giovanni B. (1997). “Inconsistencies: Childhood on Economic and Political Agenda”, in *Childhood*. 4 (4): 375-404.
- SIMMEL, George (1989). *Philosophie de la Modernité: la femme, la ville, l'individualisme*. Paris. Ed. Payot (trad. franc.).
- SINGLY, François de (org.) (2004). *Enfants – Adultes: vers une égalité de status?* Paris, Universalis.
- SIROTA, Regine (1993). « Le métier d'élève », in *Revue Française de Pédagogie*, 104.
- STEPHENS, Sharon (ed.) (1995). *Children and the Politics of Culture*. Princeton. Princeton University Press.
- STRECHT, Pedro (2000). “Nunca crianças, ainda crianças”, in Vários, *Congresso Internacional – Os mundos sociais e culturais da infância*. Actas, Vol. III. Braga, Universidade do Minho.
- UNICEF (2005). *Childhood under Threat*. New York. Unicef Press.
- VIANNA, Adriana de R. B. (1999). *O Mal que se Adivinha: Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- VIOLANTE, Maria Lúcia V. (1984). *O Dilema do Decente Malandro*. São Paulo, Ed. Cortez.

A família (d)escrita pelos jovens: permanência e mudança de modelos de paternidade

Maria das Dores Guerreiro*

Ana Caetano**

Eduardo Alexandre Rodrigues***

Resumo

O presente estudo teve como principal objectivo identificar as imagens que os jovens portugueses têm acerca das suas famílias e sobre os modelos de paternidade que as enformam. Baseia-se numa análise qualitativa e integrada de 792 composições escritas por jovens estudantes de todo o país, de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos. Com esta metodologia adoptou-se uma perspectiva raramente utilizada nos estudos sobre a família: captar a realidade familiar através dos discursos dos jovens. Enquanto agentes activos que contribuem para a construção da vida familiar e social, as suas opiniões e perspectivas sobre os processos de construção e mudança dos papéis parentais são fundamentais para compreender as famílias contemporâneas e as relações de género. Do conjunto de material analisado destacam-se as representações dos jovens relativamente à complexidade cultural dos modelos e “papéis” parentais que os homens põem em prática quotidianamente, encontrando-se na confluência de imagens múltiplas e, por vezes, contrastantes do que significa ser pai.

Palavras-chave: papéis parentais, modelos de paternidade, relações de género, jovens

1. Introdução

O campo da sociologia da família conta já com um importante e relevante corpo de trabalho problematizador dos múltiplos eixos analíticos que descrevem e decompõem as dinâmicas associadas à família. Uma das principais conclusões transversais a muitos destes trabalhos diz respeito ao dinamismo e à mutabilidade das formas de

* CIES-ISCTE – maria.guerreiro@iscte.pt

** CIES-ISCTE – ana.caetano@iscte.pt

*** CIES-ISCTE – eduardo.rodriques@iscte.pt

viver e entender a vida familiar. Desenvolver uma investigação que tenha por conceito central a família implica tomar em consideração a multiplicidade e a diversidade de noções associadas ao conceito, em particular as que resultam das próprias experiências e vivências familiares das pessoas.

Os debates em torno da natureza e da extensão das mudanças que estão a modificar os modelos parentais surgem cada vez mais associados a discussões centradas na paternidade, ou seja, nas relações e identidades dos homens enquanto pais (Messner 1993; Sakka e Deliyanni-Kouimtzi 2006; Segal 1990, 1993; Tinklin *et al.* 2005). Os compromissos, relacionamentos e expectativas que se estabelecem entre pais e filhos num contexto de mudança rápida e diversidade crescente dos estatutos, “papéis” e posições sociais de mulheres e homens são, mais do que nunca, motivos de atenção por parte dos mais variados sectores, constituindo tema de múltiplos discursos: científicos, políticos, mediáticos, artísticos, etc.

Entre outros elementos que poderiam ser referidos, um dos mais importantes a destacar neste contexto é a forma como a proeminência recente dos vários temas centrados nas questões da paternidade acaba por revelar o cariz mais do que nunca aberto e problematizado das práticas e representações dos indivíduos – mães, pais, filhas, filhos e outros – quando perspectivados a partir das dinâmicas familiares de interação, particularmente quando falamos do lugar dos homens nas famílias. A especial visibilidade contemporânea dessas práticas e representações articula-se como a existência de visões distintas e contraditórias (por vezes também altamente politizadas) a vários níveis: desde imagens contrastantes de “pais à antiga” e de “novos pais” à morte anunciada do papel de chefe-de-família que tem a seu cargo o sustento económico de esposa e filhos, ou desde a existência aplaudida de famílias mais “democráticas”, onde o pai e a mãe partilham equitativamente as alegrias e os problemas da parentalidade e as tarefas domésticas, à persistente e largamente difundida ideia de que “a família está em crise”, entre outras imagens mais ou menos pessimistas ou optimistas acerca das famílias contemporâneas (Leandro 2001). Contudo, e não obstante os cuidados que é necessário ter com esse conjunto vasto de perspectivas mais ou menos (des)informadas que esgrimem os seus argumentos muitas vezes baseadas em assunções não verificadas e conclusões algo apressadas, elas não devem ser simplesmente ignoradas, na medida em que reflectem, precisamente, uma atenção crescente relativamente a um conjunto de dinâmicas e fenómenos sociais que têm vindo a acontecer no âmbito articulado das relações familiares e de género.

Neste contexto, acreditamos que uma abordagem informada pela sociologia da família e por uma perspectiva crítica das relações de género pode contribuir para compreender de forma objectiva os processos de mudança que afectam a paternidade, e que têm a sua origem quer no interior, quer no exterior da família (Adams e Coltrane 2005; Connell 2002; Coltrane 2004; Coltrane e Adams 1997; Kimmel 2000).

Alguns dos factores mais importantes relacionados com os processos de construção social dos modelos culturais de paternidade e maternidade dizem respeito à proeminência da separação ideológica das esferas pública e privada operada no decorrer do

século XX, que associou o homem à primeira e a mulher à segunda (Adams e Coltrane 2005): sendo uma construção ideológica e cultural, que retirou parte da sua força e durabilidade da conjugação de circunstâncias históricas específicas, esta concepção abrangente e dominante articula no seu âmago uma explicação e uma justificação da manutenção continuada de um sistema injusto de relações de género. A separação das esferas tem-se revelado particularmente resistente e permanece ainda hoje como uma força ideológica, quando os seus fundamentos são cada vez mais postos em causa em termos teóricos e políticos e em face das notáveis mudanças que se têm feito sentir nos domínios do trabalho e da família. Essas tensões têm origem na existência de esforços contraditórios de naturalização ou de luta contra o ideal cultural da separação das esferas pública e privada, simultaneamente vistas como distintas e complementares.

No âmbito da sociologia, Talcott Parsons (1965; ver também Parsons e Bales 1955) conceptualizou a separação das esferas e a consequente especialização dos papéis masculino e feminino como um factor crucial para o funcionamento “normal” da unidade familiar: o pai a providenciar os recursos económicos necessários para sustentar a família através do trabalho pago e a mãe responsável pelas tarefas domésticas, pelos cuidados dos filhos e pelo suporte emocional da família, eram vistos como desempenhando, de forma complementar, os papéis instrumental e expressivo, respectivamente. Assim, a teoria da dualidade de esferas pode ser encarada como articulando num sistema genderizado de desigualdade – simultaneamente a um nível individual e estrutural – um conjunto de concepções culturais acerca de modelos parentais “adequados” e “complementares” de maternidade e paternidade, mas também de conjugalidade (Torres 2001). Esta teoria, tal como foi elaborada por Parsons, provou ser influente, com muitos sociólogos da família a trabalharem, ainda hoje, dentro da tradição da teoria dos papéis sexuais, obviamente a partir de níveis diferentes de sofisticação conceptual.

As mudanças económicas e culturais que ocorreram nos últimos trinta anos contribuíram para a disrupção parcial da dualidade de esferas, sendo que a mais importante foi, provavelmente, o aumento da taxa de actividade feminina, também em Portugal (Almeida *et al.* 1998; Wall e Guerreiro 2005). Números crescentes de mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho e a viver uma realidade quotidiana que, para algumas delas (pertencentes a famílias operárias, por exemplo), constituía desde há muito a norma: os dois membros do casal a trabalharem fora de casa. Esta mudança foi originada por um conjunto de mutações económicas mas também por alterações nas relações sociais de género, nas normas culturais e nos estilos de vida, e por factores de escolha e agência individual. Associada a outras dinâmicas sociais relevantes (Blöss 2001; Tinklin *et al.* 2005) – tais como o movimento feminista de segunda vaga, taxas de fecundidade em declínio e outras alterações de natureza demográfica, reestruturações económicas de larga escala e emergência de uma economia de serviços –, a entrada das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para originar mutações muito importantes na organização das vidas familiares e nas relações entre os vários protagonistas dessas vidas (Wall e Guerreiro 2005): à medida que começaram a ser diferentemente vividas e reflexivamente percebidas, as identidades e práticas em mudança de mães, pais,

filhas e filhos tornaram-se, mais do que nunca, “problemáticas”, e os seus significados mais fluidos e incertos.

Neste sentido, se a entrada de um número progressivamente maior de mulheres no mercado de trabalho contribuiu para a construção de relações de género mais igualitárias (Tinklin *et al.* 2005), também deu origem ao aparecimento de novas tensões e contradições na(s) vida(s) familiar(es) (Blöss 2001). As mulheres estão hoje em dia menos dependentes do casamento como forma de obter segurança económica e menos dispostas a participarem na “troca” entre trabalho doméstico não pago e o “papel” de “ganha-pão” desempenhado por um marido. Para além disso, e em face de múltiplas mudanças económicas e laborais de larga escala, já referidas, hoje em dia é bastante mais difícil que uma família possa depender de apenas um ordenado ganho pelo marido (Crompton 1999; Lewis 2001). O casamento ganhou assim um cariz mais opcional e contingente, os “papéis” parentais tornaram-se mais abertos e os significados, as representações e as práticas familiares mais negociáveis.

Consequentemente, hoje em dia os modelos culturais da parentalidade em geral e da paternidade em particular são, mais do que nunca, numerosos e híbridos. Os modos como os homens se vêem a si mesmos enquanto pais e se envolvem na vida quotidiana das suas famílias (em termos parentais e conjugais) são plurais, sendo afectados por múltiplos factores como a idade, a pertença étnica, a pertença de classe, a orientação sexual, mas também as circunstâncias variáveis das trajectórias biográficas e a configuração específica assumida por cada um dos contextos sociais que atravessam quotidianamente. Os homens são hoje em dia confrontados com pressões crescentes com origem em vários domínios (familiar, cultural, etc.) no sentido de se envolverem mais na vida familiar, nas tarefas domésticas e nos cuidados prestados aos filhos, de adoptarem atitudes e comportamentos mais adequados em termos emocionais e mais ajustados a uma relação mais próxima com os seus filhos e mais igualitária com as suas companheiras. Alguns homens estão a mudar nesse (e noutros) sentidos, mas muitos outros têm resistido à mudança.

Em termos de proeminência simbólica e centralidade normativa, o modelo cultural do pai emocionalmente distante que suporta economicamente a família parece estar a ser substituído pelo modelo cultural do “novo pai”, mais envolvido com os filhos, mais carinhoso e emocionalmente aberto quer para as crianças quer para a companheira. Neste modelo cultural, os “novos pais” surgem envolvidos na vida da sua família de maneiras muito mais profundas do que aquelas que caracterizaram o envolvimento dos seus próprios pais. Não obstante, a extensão e profundidade das mudanças efectivamente ocorridas nas formas de viver a paternidade são alvo de perspectivas variadas e, por vezes, contraditórias (LaRossa 1988; Marsiglio e Pleck 2005; Messner 1993; Segal 1990, 1993). As imagens culturais do “novo pai” têm sido criticadas como sendo representações idealizadas e desajustadas da realidade concreta da maioria das vivências familiares e também da configuração actual das relações de género. Para além disso, outras representações coexistem com a dos “novos pais”, que emergem das tensões e contradições com que os homens têm que lidar enquanto pais.

Uma perspectiva de análise relativamente recente e muito frutuosa equaciona a construção social da paternidade com a construção social das masculinidades (Adams e Coltrane 2005; Coltrane 2004; Gerson 1997; Kimmel 2000; Lupton e Barclay 1997). Nesta linha de problematização, diferentes modelos de paternidade são articulados de forma não linear, complexa e dinâmica a variados estilos de paternidade, revelando assim a natureza aberta e multideterminada da família como instituição social, quer dizer, trazendo à luz as múltiplas conexões e processos de duplo sentido que se estabelecem entre a vida familiar, as estruturas sociais e económicas produtoras de diferença e desigualdade e as construções simbólicas. Determinados padrões sociais de conjugalidade, sexualidade, casamento, divórcio, trabalho doméstico, parentalidade e violência doméstica, por exemplo, característicos das sociedades contemporâneas, são entendidos como resultantes de uma articulação complexa e quotidianamente produzida entre as relações e interações dos agentes concretos e a realidade estrutural de relações de género inigualitárias mas culturalmente validadas, pelo menos em parte. Pode assim construir-se uma perspectiva mais abrangente, por um lado, dos factores que contribuem para explicar a adopção, por parte dos pais, de determinados modelos simbólicos e comportamentais de conjugalidade e parentalidade e, por outro lado, dos constrangimentos que os homens enfrentam no que diz respeito à sua participação (ou falta dela) na vida familiar.

A família é uma instituição central na produção, reprodução, aprendizagem e representação das masculinidades. As representações e práticas de paternidade – em si mesmas constitutivas de uma dimensão importante de cada configuração individual de masculinidade – são cruciais neste contexto, na medida em que influenciam os processos através dos quais os rapazes se tornam homens. Um elemento fundamental destes últimos prende-se com a forma como eles são culturalmente “puxados” e “empurrados” em simultâneo para “fora” da vida familiar – os mesmos processos que “empurram” e “puxam” as raparigas para “dentro” da família –, o que contribui para a reprodução de relações de desigualdade de género mais vastas. Obviamente, os vários processos de socialização de género e de incorporação de valores e comportamentos considerados como masculinos não são simples ou lineares: são, sim, intrinsecamente contraditórios e originam tensões e conflitos, quer nas relações interpessoais, quer em termos individuais. É precisamente no domínio familiar que muitos homens são confrontados, talvez pela primeira vez e frequentemente de forma dramática, com as tensões e contradições inerentes ao seu estatuto privilegiado de género: sendo importantes na definição de concepções dominantes de masculinidade, os trabalhos (efectivos ou apenas normativamente expectáveis) da paternidade aparecem hoje muitas vezes, e mais do que nunca, em contradição com outras dimensões constitutivas da masculinidade. Como características genericamente associadas à construção bem-sucedida da masculinidade, a independência, a assertividade, a distância e frieza emocionais e os padrões instrumentais de comportamento podem ser difíceis de conciliar com outras características cada vez mais associadas a uma vivência adequada das experiências da paternidade (e da conjugalidade também): o apoio desinteressado, carinhoso, próximo, a abertura emocional e a interdependência,

etc. A “esfera pública” do trabalho, por exemplo – que continua a poder ser caracterizada, em dimensões cruciais, como um “mundo masculino” –, exige dos homens contemporâneos determinados tipos de investimento pessoal que muito dificilmente podem ser conciliados com maiores níveis de envolvimento e dedicação à vida familiar.

Aquilo que é por vezes apelidado de “crise da masculinidade” pode antes ser visto com vantagem, e em parte, como uma “linha de fractura” entre determinados ideais culturais de masculinidade, ainda prevaletentes em termos institucionais e nas ideias e comportamentos quotidianos de muitos homens e mulheres, e uma vida familiar frequentemente vivida como estando desprovida de alguns elementos essenciais (representados como “femininos”): carinho, atenção, altruísmo, dependência, abertura. Estamos em presença de tensões e dissonâncias associadas a uma equação entre os benefícios e os custos da masculinidade que praticamente todos os pais têm que resolver quotidianamente e ao longo das suas vidas (Adams e Coltrane 2005; Kimmel 2000).

Face aos processos de mudança aqui brevemente apresentados, o que é que os jovens portugueses, enquanto membros integrantes e participantes das dinâmicas familiares, têm a dizer acerca dos seus pais? De que forma os percebem? Como avaliam as relações que têm com eles? Que modelos de paternidade podem ser identificados e que representações e comportamentos os constituem? São esses modelos avaliados de forma diferente pelos jovens? O estudo que deu origem a esta comunicação teve precisamente por principal objectivo indagar em que medida as novas gerações apresentam indícios de que nas respectivas famílias estão a verificar-se mudanças nas formas de experienciar e representar a paternidade e a parentalidade em geral. Pretendeu-se, neste âmbito, dar voz aos jovens, captando as dinâmicas das realidades familiares através dos seus discursos. Enquanto agentes activos (Sarmiento 2000) que contribuem para a construção da vida familiar e social, as suas opiniões e perspectivas sobre os processos de construção e mudança dos papéis parentais são fundamentais para compreender as famílias contemporâneas e as relações de género. Desenvolveu-se uma investigação composta por uma análise qualitativa e integrada de 792 composições escritas por jovens portugueses de todo o país, de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos, acerca da família e das dinâmicas de mudança da parentalidade¹.

2. Modelos culturais de paternidade: atitudes e comportamentos

A forma como os jovens se referiram aos significados da família e às relações que se estabelecem entre os seus membros permitiu identificar quatro eixos analíticos que estruturam as suas representações sobre o que significa ser pai nas sociedades con-

¹ O trabalho aqui apresentado insere-se no âmbito do projecto de investigação “The Youngsters’ Reply: Comparison of Different Parental Models”, desenvolvido em quatro países europeus: Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Em Portugal, o projecto foi levado a cabo pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). A investigação envolveu a recolha de 792 composições, elaboradas por 811 jovens, em 23 escolas de todo o país. Para um maior aprofundamento da análise elaborada neste âmbito sobre os modelos de paternidade, e de parentalidade em geral, ver Guerreiro, Caetano e Rodrigues (2006).

temporâneas. Importa referir que as suas considerações articulam, por um lado, aquilo que é do nível das representações que circulam pelos mais diversos domínios sociais sobre a paternidade e, por outro, as imagens que assentam nas suas próprias vivências familiares.

a) A persistência de modelos tradicionais de paternidade

A divisão tradicional do trabalho, doméstico e dos cuidados aos filhos, permanece como um padrão bastante vincado nas representações que estes jovens portugueses veiculam acerca da família: o pai como responsável pela segurança económica da família, através do trabalho pago, usualmente associado a uma mãe muito mais envolvida na vida familiar, que tem a seu cargo as tarefas domésticas e a satisfação das necessidades quotidianas dos filhos, não obstante o eventual desempenho em simultâneo de uma actividade profissional. Apesar de serem frequentes nas composições as referências às mães que trabalham, quer quando os jovens falam das suas próprias mães, quer em termos mais gerais – o que em si mesmo reflecte algo acerca das mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas e que encontram tradução na realidade quotidiana de muitas famílias e no estado actual das relações de género –, a relação com o trabalho remunerado define ainda incomparavelmente mais as tarefas e responsabilidades do pai, que é visto como principal, embora cada vez menos único, provedor económico. Este modelo dicotomizado que prescreve “papéis” diferentes e simultaneamente complementares inclui um conjunto de imagens partilhadas e notavelmente persistentes dos homens como pais mais autoritários e rígidos do que as mães, emocionalmente mais distantes e até fisicamente ausentes, quer da companhia dos seus filhos, quer das suas parceiras.

“O pai é o elemento fundamental da família, como aquele que muitas vezes impõe mais respeito e temos-lhe por vezes até medo.”

[Vera, 6.º ano, Braga]

“O homem é considerado o chefe-de-família. A última palavra é quase sempre do homem.”

[Mariana, 9.º ano, Lisboa]

“O pai está sempre mais virado para o trabalho, pois é ele que sustenta grande parte das vezes a família.”

[João, 8.º ano, Viseu]

“Os pais não nos dão carinho e a atenção especial como as mães.”

[Rita, 6.º ano, Braga]

“Os pais não demonstram muito bem o que sentem.”

[Mariana, 8.º ano, Abrantes]

“Os pais, sendo homens, são mais agressivos e não têm paciência nenhuma.”

[Ricardo, 6.º ano, Braga]

b) A emergência de novos modelos parentais

Ao mesmo tempo que alguns modelos mais tradicionais revelam uma persistência assinalável, deve igualmente ser notada a emergência de “novos” modelos culturais de paternidade. Nas suas composições, alguns jovens traçam retratos de pais carinhosos, presentes e envolvidos nas várias dimensões das suas vidas quotidianas e que, apesar de continuarem fortemente empenhados nas suas profissões no sentido de providenciarem a obtenção de segurança económica para as suas famílias, não deixam de ser caracterizados como os melhores amigos das suas crianças, sempre presentes quando são necessários para partilharem as alegrias e tribulações da vida familiar quotidiana. Nestes casos, as similaridades existentes entre os comportamentos e atitudes do pai e da mãe são sublinhadas pelos jovens, que utilizam frequentemente uma estratégia de realinhamento do desafio que lhes foi colocado pelo tema da composição: ao falarem e descreverem a forma como se relacionam com ambos os pais, transferem a questão dos papéis hipoteticamente diferentes de cada um para um plano de responsabilidades, obrigações e comportamentos semelhantes de parentalidade, necessariamente partilhados num quadro desejável, mais exigente e eventualmente mais democrático de vida familiar. Mais do que referente ao quotidiano da maioria das famílias, contudo, esse quadro a que as composições aludem é hoje principalmente um ideal normativo cada vez mais forte, em tensão permanente com o estado actual das estruturas e instituições que compõem as relações de género e com as interações e processos familiares do dia-a-dia.

“O papel dos pais também é educar os seus filhos, trabalhar, ajudar nas tarefas domésticas como, por exemplo, arrumar a casa, fazer o jantar e também levar os filhos à escola, ao médico, etc.”

[João, Aveiro]

“Um pai a sério é aquele que dá atenção aos filhos e ajuda a sua mulher nos trabalhos domésticos.”

[António, 6.º ano, Portalegre]

“Por isso nos nossos tempos a educação parte dos dois (pai e mãe), ninguém se julga superior a ninguém e assim os filhos levam uma educação mais equilibrada.”

[Sílvia G., 9.º ano, Lisboa]

“Uns bons pais são aqueles que estão sempre presentes, ajudam os seus filhos, dão-lhes carinho, amor e tudo o que uma criança precisa.”

[Sílvia, 9.º ano, Lisboa]

c) Modelos plurais de paternidade

Um dos elementos de análise mais interessantes obtidos a partir das composições prende-se com a presença de modelos híbridos, sincréticos e plurais de paternidade nas representações dos jovens. Esses modelos coexistem com imagens mais dicotómicas e unidimensionais – como as do “pai tradicional” e do “novo pai”, por exemplo – e são

indicadores de que nas interações quotidianas com uma série de agentes (pais, irmãos, outros familiares, amigos, professores, *media*, etc.), os jovens deparam-se com atitudes e comportamentos múltiplos relativamente à paternidade, por vezes contraditórios entre si, outras vezes reforçando-se mutuamente, e não apenas entre os vários agentes mas também nos diversos contextos e tempos de vivência de cada um deles. Quer dizer que, por exemplo, os pais dos jovens tenderão certamente a agir e a relacionar-se com eles e com as suas companheiras de formas variáveis ao longo do tempo e dos contextos de interacção, reflectindo a influência de outras variáveis sociais na construção multideterminada dos modelos de paternidade que cada homem actualiza no decorrer da sua vida; os comportamentos e atitudes de paternidade são por isso dinâmicos e variáveis consoante as circunstâncias culturais e sociais que enquadram a existência de cada indivíduo. Os jovens também apreendem de forma perspicaz as tensões e desfasamentos que existem entre algumas das “novas” normas culturais da paternidade – maior envolvimento na vida familiar, disponibilidade e abertura emocionais, etc. – e as práticas e atitudes efectivas de muitos homens, incluindo as dos seus próprios pais. Indubitavelmente, os comportamentos de paternidade são, hoje em dia, mais complexos e híbridos do que nunca, variando de acordo com diversas linhas de diferenciação social – idade, classe social, pertença étnica, orientação sexual, etc. – mas também de acordo com os mais variados contextos e tipos de interacção entre os pais, as suas companheiras e os seus filhos. Para além disso, as representações e práticas relativas à paternidade também variam ao longo do percurso de vida de cada homem e consoante as mais variadas contingências da vida social, sendo afectadas por mudanças de âmbito alargado nas formas de vivenciar a família, o trabalho, o lazer, etc.

“Um pai normalmente é o que sustenta a casa, vai trabalhar e ao chegar a casa pouco auxilia a mulher nas tarefas domésticas, pois limita-se a sentar-se a ler o jornal ou ver televisão. Apesar de nem ser sempre assim! Muitos pais ajudam na cozinha, a preparar as refeições e até em algumas limpezas! A mãe, hoje em dia, também trabalha e costuma ser sempre a que exerce a maioria das tarefas domésticas. Auxilia os filhos na escola, também como o pai!”

[Catarina, Sintra]

“Hoje em dia, a mulher tem um papel igual ao do pai. Eu acho que a relação do pai deveria ser menos trabalho e mais vida amorosa. Há vezes em que as pessoas devem ser amadas, mas no caso do homem, parece que ele ama o seu trabalho. Eu acho assim, mas as pessoas é que sabem da sua vida. A minha mãe acha o mesmo que eu porque o meu pai também não trabalha muito e ela assim é mais feliz.”

[Rafaela, 7.º ano, Sintra]

“Isto é ser mau pai dando estes exemplos aos filhos, em vez de ajudarem as mães nos trabalhos domésticos não fazem nada, e as crianças mais tarde fazem as mesmas coisas com que foram criadas, e podem ser maus pais no futuro ou nunca se casam com ninguém, ou se casam e não têm filhos.”

[Sebastião, 8.º ano, Lisboa]

d) O “antes” e o “agora”

Como já foi referido, os jovens revelam sentir a existência de algumas das tensões e dinâmicas culturais que continuam a afectar as atitudes e comportamentos relativamente à paternidade, nomeadamente através da referência frequente nas composições a um “antes” (onde um modelo de paternidade mais tradicional e menos “evoluído” seria a norma, e que ainda subsistirá em algumas famílias) e a um “agora” (onde os pais estarão, ou devem estar, mais envolvidos no dia-a-dia das suas famílias, cuidando dos seus filhos e colaborando nas tarefas domésticas), o que serve como indicador da coexistência cultural contemporânea de várias formas de representar e avaliar a paternidade, por vezes de cariz normativo contrastante. Os jovens chegam também a questionar a verdadeira extensão das mudanças hipoteticamente ocorridas nas maneiras de ser pai, criticando, nomeadamente as raparigas, alguns dos comportamentos e atitudes que os seus próprios pais adoptam quando com eles se relacionam, por referência a formas eventualmente mais actuais e por eles desejáveis, sem que isso signifique que essas persistentes formas, eventualmente mais “tradicionais” de interacção, constituam a única dimensão das relações entre pais e filhos, tal como são percebidas por estes últimos. cremos ser esse um indicador saliente de que os modelos sincréticos e plurais de paternidade serão hoje os mais frequentes nas famílias portuguesas contemporâneas com filhos pertencentes à mesma faixa etária dos jovens participantes neste estudo: o “antes” ainda bastante presente nas palavras e acções de muitos homens articulado de forma sincrética com elementos vários do “agora”; palavras e acções que são actualizadas quotidianamente de forma complexa pelos homens consoante as várias interacções em que entram, os vários contextos sociais através dos quais se movem e as circunstâncias sempre em mudança da vida de cada membro da família. É claro que esta constatação é conciliável com o facto de que alguns homens estão efectivamente a pôr em prática, com graus variados de sucesso, formas mais envolvidas e igualitárias de viver a paternidade.

“Hoje em dia as mulheres têm muitas actividades que alguns homens tinham antigamente. A sociedade moderna está muito modificada. Antigamente os homens eram os chefes-de-família, hoje em dia as mulheres já o são, em alguns casos.”

[Ana, 7.º ano, Chamusca]

“Antigamente, o homem assumia completo poder em tudo. A mulher servia como empregada e apenas para ter filhos, tomar conta deles e tratar das tarefas domésticas todo o dia em casa, enquanto o homem ia trabalhar e sempre teve muito mais liberdade na sociedade. Felizmente, hoje em dia já não é tanto assim onde vivemos, pois a mulher já tem um importante papel na sociedade e todas as tarefas já são divididas entre o casal e nós também devemos colaborar.”

[Raquel, 7.º ano, Ourém]

“O desempenho da mulher era importante, pois, como o homem trabalhava, a mulher tinha de ficar em casa a tomar conta dos putos e da casa mas agora não, agora pai

e mãe trabalham juntos, pois existem *babysitters* para tomar conta dos filhos. O desempenho do pai agora é melhorado pois antigamente a mulher ficava em casa e o pai trabalhava. Agora os pais são mais cuidadosos pois prestam atenção aos filhos e mulheres.”

[David, 8.º ano, Viseu]

3. Considerações finais

Como foi possível constatar, as perspectivas oferecidas pelos jovens acerca das famílias em geral, e das suas em particular, revelaram indicadores muito importantes para compreender sociologicamente de maneira mais abrangente as dinâmicas e interações das famílias contemporâneas. Durante muito tempo encarados como sujeitos passivos de socialização, como receptáculos mais ou menos dóceis preparados para a inculcação de disposições, atitudes e comportamentos, as crianças e os jovens devem antes ser vistos como agentes criativos que influem decisivamente na construção quotidiana da vida familiar. A construção e mudança dos “papéis” parentais passa muito pelo estabelecimento, ao longo do tempo, de interações intensas e recorrentes entre pais, mães, filhos e filhas, sendo que todos os elementos da família colocam quotidianamente em confronto atitudes e comportamentos múltiplos que têm a sua origem em dinâmicas criadas no seio desse grupo, mas não só: também no trabalho, na escola, nos grupos de amigos, nos *media*, etc. Sendo a construção social de disposições e identidades multi-determinada e sempre relacional, é necessário ter em conta que os papéis parentais se constroem também em interação com os filhos; por sua vez, estes revelam possuir uma capacidade reflexiva notável para atribuírem sentidos diversos aos comportamentos e atitudes que observam todos os dias nos seus lares. Os jovens funcionam assim como agentes activos das dinâmicas e mudanças que ocorrem actualmente nas famílias e nas relações de género.

O que de mais interessante merece ser destacado da análise aqui apresentada tem que ver com as pistas que aponta relativamente à complexidade cultural dos modelos e “papéis” parentais que os homens põem em prática quotidianamente. Segundo os textos elaborados pelos jovens, é notório que os pais de hoje se encontram na confluência de imagens múltiplas e, por vezes, contrastantes daquilo que significa ser “bom” e “mau” pai, ou daquilo que constitui ser um “novo” pai ou um pai “antiquado”, em parte por referência aos seus próprios pais, mas também por influência de discursos e representações emanadas noutros domínios sociais. Essa complexidade simbólica é composta simultaneamente por representações mais tradicionais e mais “modernas” dos comportamentos e atitudes adequadas de paternidade, cabendo a cada indivíduo gerir e pôr em prática no dia-a-dia e ao longo do seu curso de vida estilos de ser pai sempre híbridos e plurais. Hoje em dia, essa “gestão” individual e interpessoal é enquadrada por múltiplas e rápidas transformações económicas, sociais e culturais que influem decisivamente na elaboração das disposições e identidades dos homens-enquanto-pais, destacando-se as variadas equações entre vida profissional e vida familiar e os factores culturais em mudança de elaboração das masculinidades.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Michele e Scott Coltrane (2005), “Boys and men in families: the domestic production of gender, power and privilege”, in M. Kimmel, J. Hearn e R. W. Connell (orgs.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities*: 230-248. Thousand Oaks, Sage Publications.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*: 45-78. Oeiras, Celta Editora.
- BLOSS, Thierry (2001, 2002), “L'égalité parentale au coeur des contradictions de la vie privée et des politiques publiques”, in Thierry Bloss (dir.), *La Dialectique des rapports hommes-femmes*: 45-70. Paris, PUF.
- COLTRANE, Scott (2004), “Fathering: paradoxes, contradictions, and dilemmas”, in Marilyn Coleman e Lawrence Ganong (orgs.), *Handbook of Contemporary Families: Considering the Past, Contemplating the Future*: 224-243. Thousand Oaks, Sage Publications.
- COLTRANE, Scott e Michele Adams (1997), “Children and gender”, in Terry Arendell (ed.), *Contemporary Parenting: Challenges and Issues*: 219-253. Thousand Oaks, Sage Publications.
- CONNELL, R. W. (2002, 2006), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- CROMPTON, Rosemary (ed.) (1999), *Restructuring Gender Relations and Employment: The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press.
- GERSON, Kathleen (1997), “The social construction of fatherhood”, in Terry Arendell (ed.), *Contemporary Parenting: Challenges and Issues*: 119-153. Thousand Oaks, Sage Publications.
- GUERREIRO, Maria das Dores, Ana Caetano e Eduardo Alexandre Rodrigues (2006), *Famílias Contemporâneas e Relações de Género: Diversidade, Permanência e Mudança de Modelos Parentais*, TYR – The Youngsters’ Reply: Comparison of Different Parental Models, Relatório Nacional: Portugal, CIES-ISCTE.
- KIMMEL, Michael S. (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- LAROSSA, Ralph (1988, 1995), “Fatherhood and social change”, in Michael S. Kimmel e Michael Messner (eds.), *Men’s Lives*: 448-460. Needham Heights, Allyn and Bacon.
- LEANDRO, M. E. (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- LEWIS, J. (2001), “The decline of the male breadwinner model: the implications for work and care”, *Social Politics*, 8 (2): 152-170.
- LUPTON, Deborah e Lesley Barclay (1997), *Constructing Fatherhood: Discourses and Experiences*, Londres: Sage Publications.
- MARSIGLIO, William e Joseph Pleck (2005), “Fatherhood and masculinities”, in Michael S. Kimmel, Jeff Hearn e R. W. Connell (orgs.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities*: 249-269. Thousand Oaks, Sage Publications.
- MESSNER, Michael (1993), “‘Changing men’ and feminist politics in the United States”, *Theory and Society*, 22: 723-737.
- PARSONS, Talcott (1965), “The normal American family”, in S. Farber et al., *Man and Civilization*: 31-50. New York, McGraw-Hill.
- PARSONS, Talcott e R. Bales (1955), *Family Socialization and Interaction Process*, New York, Free Press.
- SAKKA, Despina e Vassiliki Deliyanni-Kouimtzi (2006), “Adolescent boys’ and girls’ views of fatherhood in the context of the changing women’s position”, *Gender and Education*, 18 (1): 51-74.
- SARMENTO, M. J. (2000), “Sociologia da Infância: Correntes, problemáticas e controvérsias”, *Cadernos do Noroeste*, v. 13, n.º 2: 145-164.
- SEGAL, Lynne (1990), *Slow Motion: Changing Masculinities, Changing Men*, New Brunswick, Rutgers University.
- SEGAL, Lynne (1993), “Changing men: masculinities in context”, *Theory and Society*, 22 (5): 625-641.
- TINKLIN, Teresa, Linda Croxford, Alan Ducklin e Barbara Frame (2005), “Gender and attitudes to work and family roles: the views of young people at the millennium”, *Gender and Education*, 17 (2): 129-142.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento: A família e a questão feminina*, Oeiras: Celta Editora.
- WALL, Karin e Maria das Dores Guerreiro (2005), “A divisão familiar do trabalho”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais*: 303-362. Lisboa, ICS.

Cuidadores familiares idosos: Uma nova realidade, um novo desafio para as políticas sociais

Fátima Barbosa*

Alice Delerue Matos**

Resumo

Neste trabalho, analisamos a gestão dos cuidados a idosos dependentes que se encontram em contexto domiciliário, a cargo de cuidadores familiares idosos. Visamos identificar e explicar as diferentes formas de gestão dos cuidados, pondo em evidência os riscos inerentes a cada uma delas. Esta análise remete-nos para a avaliação das políticas sociais para os idosos e leva-nos a propor medidas específicas de apoio aos cuidadores familiares idosos.

A pesquisa assenta no resultado da aplicação de entrevistas semi-estruturadas a dezassete cuidadores familiares idosos com idosos dependentes a cargo, que usufruem do Serviço de Apoio Domiciliário no concelho de Barcelos.

Palavras-chave: idosos, cuidados a idosos, cuidadores familiares, políticas sociais.

1. Introdução

O envelhecimento populacional¹ gerou diversos riscos (incapacidades, isolamento, solidão e exclusão social dos idosos) que a sociedade não estava preparada para enfrentar (Quaresma, Fernandes, Calado e Pereira 2004). Os idosos vivem cada vez mais tempo, mas fazem-no frequentemente acompanhados de patologias, algumas delas causadoras de dependência.

Uma das principais funções da família é a de solidariedade intergeracional. Contudo, a família vê-se muitas vezes impedida de a exercer, total ou parcialmente, devido a um conjunto de mudanças ocorridas, nas últimas décadas, na sua estrutura e

* Lar Santo André, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos – fatimacristinasenra@sapo.pt

** Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho – adelerue@ics.uminho.pt

¹ Segundo o último recenseamento da população, os idosos representam 16,4% da população total (INE 2002). 32,3% das famílias contam com pelo menos um idoso. Do conjunto de famílias com um único elemento, 50,8% são constituídas por um indivíduo de 65 anos ou mais e, do conjunto de famílias com dois elementos, 42% são famílias de idosos.

dinâmica. Entre outros factores, a entrada da mulher para o mercado de trabalho veio dificultar ou impossibilitar o exercício do papel que a família assumia enquanto cuidadora dos idosos dependentes. Assiste-se então à transferência desta responsabilidade ou à sua partilha com outrem. O apoio aos idosos deixa de ser exclusivo da família, passando a ser repartido com as instituições públicas e privadas de solidariedade social, prestadores de serviços remunerados ou em regime de voluntariado e vizinhos.

Na família, o acto ou a tarefa de zelar pelo bem-estar de alguém (Vieira 1996), ou seja, o cuidar de outrem, é assumido frequentemente pelos próprios cônjuges, que, inúmeras vezes, deveriam usufruir também eles de assistência.

O aumento do número de casos de idosos a gerirem os cuidados a idosos dependentes levou-nos a tentar determinar os riscos decorrentes desta situação e as soluções que melhor os permitem minimizar. Assim, este trabalho visa analisar a **gestão dos cuidados a idosos dependentes que se encontram em contexto domiciliário, a cargo de cuidadores familiares idosos**, e tem os seguintes objectivos principais:

- compreender como é que os cuidadores familiares idosos gerem a prestação de cuidados aos idosos dependentes;
- identificar as diferentes soluções de apoio (formais e informais) que os cuidadores familiares idosos utilizam, no seu dia-a-dia, para cuidar dos idosos dependentes;
- explicitar as necessidades dos cuidadores familiares idosos tendo em conta as diferentes soluções de apoio adoptadas.

2. Metodologia e caracterização da amostra

Entre Janeiro e Março de 2008, realizámos dezassete entrevistas semi-estruturadas a idosos gestores de cuidados a outros idosos que usufruem do Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, do Centro Social de Silveiros (pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Barcelos) e da Casa do Povo de Alvito S. Pedro. Estas entrevistas foram precedidas da avaliação sumária do grau de dependência do idoso a cargo com base na escala MDA – *Mini Dependence Assessment* (Benhamou, s.d.), que permite calcular a dependência do indivíduo nas actividades da vida diária e “estimar o impacto da deterioração cognitiva na actividade quotidiana da pessoa” (Sequeira 2007), com base em doze critérios que abrangem quatro tipos de actividades: corporais, locomotoras, sensoriais e mentais.

Dos dezassete entrevistados, dezasseis são cônjuges do idoso que recebe cuidados. A sua distribuição por sexos é equitativa: oito prestadores são do sexo feminino e nove do sexo masculino. Em geral, o cuidador familiar directo é um indivíduo do sexo feminino, mas, nas famílias com ausência de redes de suporte descendente, os homens assumem o papel de cuidadores (Lesemann e Martin 1993).

A média de idades dos cuidadores familiares é de 76 anos para o sexo feminino e de 75 anos para o sexo masculino.

Residem em meio urbano dez cuidadores e em meio rural sete outros. Todos têm um nível de instrução muito baixo que, apenas num caso, ultrapassa quatro anos de escolaridade.

Dos dezassete idosos dependentes, nove eram do sexo feminino e oito do sexo masculino com uma idade média de 75 anos. De acordo com a escala *MDA* referida anteriormente, o grau de dependência destes idosos era o seguinte:

- grau de dependência ligeiro: três idosos do sexo feminino;
- grau de dependência moderado: seis idosos, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino;
- grau de dependência severo: três idosos, sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino;
- grau de dependência muito severo: cinco idosos, sendo três do sexo masculino e dois do sexo feminino.

Na amostra, a idade e o sexo dos idosos que recebem cuidados não constituem factores explicativos da dependência, uma vez que existem diferentes idades em todos os graus de dependência e apenas a prevalência do sexo feminino nos idosos com um grau de dependência ligeiro.

3. O papel dos cuidadores familiares idosos na gestão dos cuidados aos idosos dependentes

Perante a indisponibilidade dos filhos adultos, ou melhor, das filhas e noras, para cuidarem dos idosos dependentes, os cônjuges assumem-se, frequentemente, como principais responsáveis pela gestão destas tarefas. Cuidados de higiene e conforto, alimentação, saúde e supervisão são entregues a idosos que possuem fragilidades e problemas de saúde, não tão incapacitantes quanto os dos idosos dependentes mas que podem desencadear situações prejudiciais para estes últimos e também para os cuidadores sujeitos à elevada sobrecarga física, psicológica e social que caracteriza os cuidados a outrem.

Quando os cuidadores familiares idosos possuem retaguarda familiar, a sobrecarga e os riscos tendem a ser divididos com a restante família. Contudo, existem cuidadores familiares idosos que não possuem esta retaguarda familiar e asseguram sós o apoio a um idoso dependente, estando mais expostos a todos os riscos inerentes à prestação de cuidados.

Sabendo que todos os cuidadores participantes nesta pesquisa beneficiavam do Serviço de Apoio Domiciliário, quisemos apurar a que outro tipo de apoios (formais e informais) recorriam de forma regular. Verificamos que fazem apelo a diferentes tipos de prestadores, sendo os filhos adultos, os vizinhos e as empregadas domésticas os mais frequentes.

Pretendendo comparar a situação dos cuidadores familiares idosos que possuem apoio da família e a situação dos que o não têm, considerámos dois tipos de soluções na prestação de cuidados aos idosos dependentes à responsabilidade de outros idosos:

• **Solução A**

Os cuidadores idosos apoiam-se nos filhos adultos e no Serviço de Apoio Domiciliário e, nalguns casos, nos serviços de uma empregada. Esta solução subdivide-se em:

- *Solução A1*, em que os filhos co-residem com os cuidadores;
 - *Solução A2*, em que os filhos que apoiam o cuidador principal não residem com ele.
- **Solução B**

Os cuidadores idosos apoiam-se no Serviço de Apoio Domiciliário, nos vizinhos e, nalguns casos, numa empregada.

Tendo em conta as características dos cuidadores e dos idosos dependentes que se inserem em cada um dos dois tipos de soluções de cuidados a outrem que acabámos de descrever, verificámos que o sexo dos cuidadores, o seu nível de escolaridade e o local de residência (urbano/rural) não condicionam o tipo de solução adoptada. Por outro lado, o grau de dependência dos idosos a cargo não determina o tipo de apoio accionado, pois existem diferentes graus de dependência em cada uma das soluções de cuidados referidas.

O que parece condicionar os apoios de que usufruem os cuidadores familiares é a sua capacidade económica, as relações familiares e ainda as relações de vizinhança. Com efeito, mais capacidade económica significa mais possibilidades de acesso a serviços de apoio, relações familiares positivas ao longo da vida originam apoios familiares mais intensos e boas relações de vizinhança criam redes de entreaajuda entre os vizinhos.

Constata-se também que, depois do apoio dos filhos e do Serviço de Apoio Domiciliário, os cuidadores idosos do sexo masculino recorrem mais à ajuda dos vizinhos, enquanto os cuidadores do sexo feminino se apoiam numa empregada. A justificação poderá residir no facto de os homens não terem o hábito de executar tarefas de tipo instrumental dirigindo-se aos vizinhos, na ausência de retaguarda familiar: “Esta minha vizinha da frente é que vinha aqui para eu a colocar na casa de banho e vinham aqui todas as noites ajudar a deitar porque eu sozinho não podia.” (Entrevista n.º 8).

As mulheres socorrem-se das empregadas que lhes executam as tarefas de casa (limpeza da habitação, tratamento de roupa e compras) e as auxiliam na prestação de cuidados directos ao idoso dependente (Entrevistas n.ºs 2, 3, 4, 5 e 7).

Há que referir ainda que os cuidadores de ambos os sexos não delegam nos vizinhos nem nas empregadas as tarefas relacionadas com a saúde, a higiene e o conforto dos idosos dependentes. Assim, a administração da medicação é geralmente uma tarefa da responsabilidade do cuidador, a articulação com médicos e enfermeiros uma tarefa partilhada com os filhos e a higiene e o conforto matinal são realizados exclusivamente pelos cuidadores idosos e pelo Serviço de Apoio Domiciliário e, ao fim-de-semana, apenas pelos cuidadores. Os vizinhos e as empregadas tendem a executar tarefas mais pontuais e de cariz instrumental.

4. A partilha das responsabilidades dos cuidadores familiares idosos com retaguarda familiar

Como referimos, na **solução A**, o cuidador familiar idoso, como principal prestador de cuidados, recebe apoio dos filhos, do Serviço de Apoio Domiciliário e, nalguns casos, de uma empregada. Nesta solução encontramos duas realidades distintas: filhos que co-residem com os cuidadores (**solução A1**) e cuidadores que residem unicamente com o idoso dependente mas que usufruem do apoio frequente dos filhos (**solução A2**).

Na **solução A1** encontramos três indivíduos do sexo masculino e dois do sexo feminino que tratam de idosos com os seguintes graus de dependência: três idosos de grau moderado, um idoso de grau severo e um idoso de grau muito severo.

Estes cuidadores possuem um baixo nível de escolaridade (três cuidadores com quatro anos de escolaridade, um cuidador com três anos de escolaridade e um cuidador com nove anos de escolaridade) e vivem em áreas geográficas com características distintas (dois cuidadores vivem em zonas urbanas, um cuidador vive numa zona semi-urbana e dois cuidadores vivem em zonas rurais).

Nesta solução de apoio, os filhos estão ausentes durante o período diurno por motivos profissionais, mas assumem um papel activo durante o período nocturno e ao fim-de-semana.

Quando existe poder económico, verifica-se a contratação de uma empregada que ajuda o cuidador nas tarefas mais instrumentais, atenuando a sobrecarga inerente aos cuidados prestados ao idoso dependente. Este apoio passa, essencialmente, pelo tratamento da roupa, limpeza da habitação, preparação da alimentação, execução das compras e pela ajuda ao cuidador familiar idoso nos serviços directos ao idoso dependente (mudar fraldas, mudar de posição, etc.). Mesmo nas situações em que existe uma empregada, o Serviço de Apoio Domiciliário assegura a higiene matinal e o banho do idoso dependente.

Quando não existe poder económico para contratar uma empregada, os serviços de limpeza da habitação, tratamento da roupa e compras são executados pelos filhos, enquanto o Serviço de Apoio Domiciliário garante os serviços de higiene matinal, banho e alimentação.

A coabitação com os filhos parece não influenciar a escolha da pessoa a quem cabe administrar a medicação. Os cuidadores idosos são responsáveis por esta tarefa, com a excepção de um único caso na nossa amostra, em que os medicamentos são ministrados por um filho. O mesmo acontece com a responsabilidade de articulação com os médicos e enfermeiros: apenas um cuidador delega essa tarefa nos filhos, os restantes cuidadores são os principais responsáveis pelo contacto com os profissionais de saúde, ainda que apoiados pelos descendentes.

Constata-se que, mesmo existindo empregadas domésticas, estas não executam as tarefas directamente relacionadas com a saúde do idoso dependente. Os filhos também não assumem a responsabilidade deste tipo de tarefas, sendo a maior parte dos cuidados de saúde um encargo dos cuidadores idosos.

Os cuidadores familiares idosos classificados na **solução A1** exprimem as seguintes necessidades materiais:

- **Acesso a cuidados de saúde:** “Não vem cá ninguém! Eu nem tenho médico de família, tenho que pedir pelas almas para o médico me passar a guia.” (Entrevista n.º 6);

- **Apoio económico:** “Dinheiro, que está a fazer muita falta, as economias estão-se a acabar... O dinheiro vai-se acabando, o meu filho ajuda, mas só em fraldas e em medicação vai muito dinheiro. Depois também tenho a empregada que gostaria de lhe pagar mais, mas não consigo... Cada noite que ela fica cá tenho que lhe pagar e isso tudo fica muito caro...” (Entrevista n.º 5).

Dois cuidadores referem que não necessitam de outros apoios: “Eu estou bem graças a Deus, estamos muito bem...” (Entrevista n.º 13); “Ela já tem o carrinho, já temos a assistência do apoio domiciliário, bem que mais havemos de querer? Temos as reformas, é assim, não precisamos de mais nada! (Entrevista n.º 14).

Na **solução A2**, o agregado familiar é composto pelo cuidador e idoso dependente, mas os filhos não coabitantes prestam-lhes apoio. Os cuidadores idosos têm a seu cargo idosos com os seguintes graus de dependência: um idoso de grau ligeiro, três idosos de grau moderado, um idoso de grau severo e três idosos de grau muito severo. Possuem baixo nível de escolaridade (dois cuidadores não sabem ler nem escrever, cinco cuidadores têm quatro anos de escolaridade e um cuidador possui três anos de escolaridade) e vivem em áreas geográficas com características distintas, ou seja, quatro cuidadores vivem na periferia do centro urbano de Barcelos e quatro vivem em zonas rurais.

Neste tipo de solução, ou seja na solução A2, há duas situações distintas. Na primeira, os filhos assumem a responsabilidade de prestar apoio aos pais porque residem próximos deles e, na segunda situação, os filhos vivem distantes, pelo que prestam apoio de acordo com uma escala que engloba a maior parte dos descendentes do idoso dependente. Em geral, este apoio é regular e tem lugar ao final do dia e ao fim-de-semana: “As minhas filhas (três filhas) dividem-se entre elas e todos os dias vem cá uma filha ao final do dia ajudar-me a tratar da minha esposa...” (Entrevista n.º 2); “Vem cá sempre um filho à noite...” (Entrevista n.º 10).

Na solução A2, os cuidadores familiares idosos são responsáveis pela administração da medicação, existindo apenas um caso em que a filha assume esta tarefa: “Agora quem nos tem dado a medicação é a nossa filha, porque agora tenho mais misturas.” (Entrevista n.º 1).

Em metade dos casos que se enquadram na solução A2, as refeições são confeccionadas pelos cuidadores idosos, independentemente do sexo destes. Nos outros casos, a alimentação é fornecida pelo Serviço de Apoio Domiciliário.

Relativamente ao serviço de higiene, a maior parte dos cuidadores familiares idosos recorre à ajuda do Serviço de Apoio Domiciliário, havendo apenas dois casos em que a higiene é da responsabilidade dos cuidadores e dos próprios idosos dependentes.

A articulação com os médicos e enfermeiros é feita pelos cuidadores e pelos filhos. Metade dos cuidadores executa esta tarefa de forma independente e outra metade reparte ou delega a mesma nos filhos: “Peço à minha filha e ela vai lá e também me marca as consultas, porque eu tenho um telefone, mas não sei trabalhar com ele.” (Entrevista n.º 1).

Os filhos fazem a supervisão dos cuidados (à hora do almoço, ao final do dia e ao fim-de-semana, em geral) e, na ausência de uma empregada doméstica, executam os serviços de limpeza da habitação, tratamento de roupas e compras: “A gente chama os filhos e eles ajudam, mas mais ao fim-de-semana...” (Entrevista n.º 16).

As principais necessidades dos cuidadores idosos pertencentes à solução A2 situam-se a:

– Nível material

- Apoio económico: “Gostava de ter mais dinheiro do Estado para assim ter mais coisas...” (Entrevista n.º 1).
- Apoio em serviços: “Gostava de ter uma pessoa ao meu lado que me fizesse as coisas, porque eu estou aqui sozinha e sempre era uma ajuda, não era?” (Entrevista n.º 4); “Gostava de ter um apoio mais alargado, pois libertava-me um pouco a mim e também às minhas filhas. Elas trabalham e não têm tempo. Uma filha vem do Porto para cá cuidar da mãe. Gosto de ter aqui a minha esposa, porque ela aqui tem mais carinho e apoio dos dela. Se houvesse um apoio até mais tarde e com mais profissionais, ela estaria melhor e nós também.” (Entrevista n.º 2); “Queria ter aqui alguém para eu poder dar umas voltas.” (Entrevista n.º 11).

– Nível emocional

- Suporte emocional: “... gostaria de ter mais carinho e apoio dos filhos... Pelo menos de um. Ela mora aqui ao lado e não me ajuda...” (Entrevista n.º 17); “... força e coragem para estar ao lado dela e a auxiliar o mais possível...” (Entrevista n.º 10).

A maior parte dos cuidadores classificados na **solução A** (tanto os que coabitam com os filhos – **solução A1**, como os que não coabitam com os descendentes – **solução A2**) expressa necessidades materiais: mais acesso a cuidados de saúde e maior capacidade económica.

Os cuidadores que coabitam com os filhos são pouco reivindicativos. Ao contrário, os cuidadores familiares idosos que não coabitam com os filhos expressam mais necessidade de apoio emocional e apoio em serviços, nomeadamente, apoio domiciliário permanente. Há que referir ainda que, na **solução A**, os cuidadores familiares idosos são os principais responsáveis pela administração da medicação, repartindo com os filhos a articulação com os médicos de família e enfermeiros. Verificam-se acentuadas diferenças entre os cuidadores que coabitam com os filhos e os cuidadores que não coabitam com os filhos. O primeiro grupo de cuidadores familiares idosos apresenta menos

necessidades e corre menos riscos, na medida em que tem o apoio dos filhos durante a noite e o fim-de-semana. Mesmo assim, estes cuidadores continuam a ser os principais responsáveis pela administração da medicação e pelos cuidados durante o período diurno. O segundo grupo de cuidadores apresenta mais necessidades e corre maiores riscos. Este grupo assume sozinho a tarefa de cuidar do idoso 24 horas, possuindo apenas apoio dos filhos ao final do dia e ao fim-de-semana. Estes cuidadores estão mais vulneráveis a riscos e a sobrecargas físicas, psicológicas e sociais.

“Tenho 65 anos, fui emigrante em França e na Alemanha e cá em Portugal trabalhei em várias zonas. Sempre gostei da vida! Reformei-me há sete anos e pensei que ia continuar a ter uma vida bonita, mas enganei-me...há sete anos que não tenho descanso... a minha esposa teve uma trombose e está acamada. Ela berra toda a noite, passo a minha vida lá fora, naquela mesa de pedra, a ver os outros a passar e sempre à espera que chegue o domingo, para ir dar uma volta. Vivo com a minha filha mais nova, os outros filhos estão casados e têm os seus empregos e as suas casas. Quando as empregadas do Apoio Domiciliário chegam, aproveito para ir a Barcelos. Nunca pensei acabar os meus dias assim (*choro*). Vou morrer em casa, à porta! Dantes um maço de cigarros dava para dois dias, agora... Nunca tomei remédios na minha vida e estou a tomar agora. Nunca sofri de nada e agora estou preso de pés e mãos...”

(Entrevista n.º 6: indivíduo do sexo masculino, 65 anos)

5. A sobrecarga física e psicológica dos cuidadores familiares idosos sem retaguarda familiar

Na **Solução B** os cuidadores familiares idosos não possuem retaguarda familiar, apoiando-se no Serviço de Apoio Domiciliário, nos vizinhos e, por vezes, na contratação de uma empregada.

Neste tipo de solução, os cuidadores familiares idosos cuidam de idosos com os seguintes graus de dependência: dois idosos de grau ligeiro, um de grau severo e um de grau muito severo. Estes cuidadores possuem um baixo nível de escolaridade (um cuidador não sabe ler nem escrever e os restantes possuem quatro anos de escolaridade) e vivem em áreas geográficas com características distintas: um cuidador vive em zona urbana, dois residem em zonas semi-urbanas e um cuidador vive em zona rural.

Os cuidadores familiares idosos que se enquadram nesta solução de apoio estão bastante sobrecarregados. Executam mais tarefas que os cuidadores pertencentes à solução A. Não possuindo apoio dos filhos, os cuidadores familiares idosos tentam executar as tarefas relacionadas com a gestão dos cuidados aos idosos dependentes, no limite das suas possibilidades físicas, económicas e relacionais. Como acontecia já na solução A, os cuidadores da **Solução B** com mais recursos económicos contratam uma empregada que lhes executa as tarefas de limpeza da habitação, tratamento de roupa, compras, etc. Os que não têm possibilidades económicas e não contam com o Serviço de Apoio Domiciliário nestas tarefas vêem-se confrontados com os problemas de falta de limpeza da habitação, ausência de tratamento de roupa e de supervisão. Estes problemas agu-

dizem-se ao fim-de-semana, em que os serviços prestados pelo Apoio Domiciliário não são assegurados.

Os cuidadores da **Solução B** recebem mais Apoio Domiciliário que os cuidadores com retaguarda familiar em termos de alimentação, higiene e conforto, tratamento de roupa, limpeza da habitação e administração da medicação, mas, frequentemente, este amparo não é suficiente. Não podendo contar com o auxílio da família, estes cuidadores confrontam-se com problemas graves cuja resolução passaria por:

- fornecimento dos serviços de alimentação, higiene e conforto também ao fim-de-semana (apenas o Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia tem lugar de segunda-feira a sábado, mas este serviço não tem capacidade para responder a todas as solicitações nem funciona ao domingo);
- apoio durante um período de tempo mais longo: “Eu queria que viessem à tarde e à noite! Eu não tenho ninguém, necessito de uma ajuda para a noite, estou sozinha!” (Entrevista n.º 12);
- apoio domiciliário com técnicos de saúde (enfermeiros, médicos, terapeutas, psicólogos...) capazes de melhorar a qualidade de vida do idoso dependente e do cuidador familiar idoso.

De referir que, apenas num caso, o cuidador familiar idoso não é o principal responsável pela administração da medicação, delegando esta tarefa nas funcionárias do Serviço de Apoio Domiciliário: “São as meninas que colocam (medicação) em cima da mesa neste prato. Nós andamos tratados por elas, são elas que nos tratam.” (Entrevista n.º 12).

Estes cuidadores familiares idosos são os únicos responsáveis pela articulação entre os idosos dependentes e os médicos e enfermeiros.

Os vizinhos surgem como mais um apoio para estes cuidadores, auxiliando-os nas tarefas instrumentais mais pesadas, na tarefa de supervisão e nas situações de crise: “Temos muitos amigos e vizinhos que vêm cá ajudar.”; “E esta vizinha da frente é que vinha aqui para eu colocar na casa de banho e vinham aqui todas as noites ajudar a deitar, porque eu sozinho não podia.” (Entrevista n.º 8); “Sim, são elas (vizinhas) que me valem à noite.” (Entrevista n.º 12).

Os vizinhos assumem um papel semelhante ao da família que não coabita com o cuidador, ou seja, prestam apoio aos cuidadores familiares idosos, de forma gratuita, auxiliando-os nas suas dificuldades e necessidades quotidianas.

Frequentemente, o apoio dos vizinhos ocorre no período em que o Serviço de Apoio Domiciliário não funciona (final da tarde e à noite). Os vizinhos asseguram as tarefas que os Serviços de Apoio Domiciliário tradicional não realizam, nomeadamente, a supervisão do idoso dependente com o objectivo de libertar o cuidador familiar idoso para a execução de actividades e compromissos pessoais e ligados à actividade de cuidar do idoso dependente (consultas médicas, compras, etc.).

As principais necessidades dos cuidadores familiares idosos da **Solução B** são as seguintes:

- Necessidades emocionais: “O que eu sinto falta é de sair, eu dantes às duas horas ia sempre com uma amiga tomar café e isso já era um lento para o resto do dia.” (Entrevista n.º 3); “Eu não tenho ninguém, necessito de uma ajuda para a noite, estou sozinha!” (Entrevista n.º 12).
- Necessidades materiais: “Ter o apoio à noite e uma companhia a meu lado...”; “... mas não pode ser (ter apoio à noite e companhia a meu lado) porque eu sou pobre.” (Entrevista n.º 12).

Os cuidadores idosos da **Solução B**, ou seja, os cuidadores sem retaguarda familiar sentem necessidades idênticas às dos cuidadores da solução A que não coabitam com os filhos (solução A2). Eles expressam necessidades materiais e emocionais muito semelhantes. Referem necessidades a nível económico, necessidades de mais apoios técnicos e de serviços, necessidades pessoais e sociais, necessidade de uma companhia permanente.

Estes dois grupos de cuidadores executam mais tarefas que os cuidadores que coabitam com os filhos, estando por isso mais expostos a sobrecargas físicas e psicológicas. Executam uma gestão dos cuidados isolada e frágil, colocando em risco a sua própria saúde e a saúde do idoso dependente.

De referir que os cuidadores com retaguarda familiar mas que não coabitam com os filhos e os cuidadores sem retaguarda familiar se distinguem pelo facto de os primeiros possuírem ajudas pontuais dos filhos e repartirem com eles o estabelecimento de contactos com os médicos e enfermeiros, enquanto os cuidadores do segundo tipo têm ajudas pontuais dos vizinhos e gerem de forma autónoma os contactos com o pessoal de saúde.

6. As respostas sociais e os novos desafios das situações de dependência na velhice

Enquanto entidade financiadora e reguladora, o Estado tem apostado no crescente investimento nos serviços sociais para idosos. O Serviço de Apoio Domiciliário que registou a maior taxa de crescimento de todas as valências (Carta Social 2002) “... quer a nível de capacidade, quer a nível do número de utentes, (...) privilegiando esta resposta, em alternativa às convencionais respostas de institucionalização” (Martin, Gonçalves, Silva, Paúl e Cabral 2007), é o serviço de prestação de cuidados que, actualmente, maior apoio presta aos cuidadores familiares idosos e aos idosos dependentes que não pretendem abandonar o seu lar. No entanto, revela-se insuficiente na resolução dos problemas destes utentes.

Na área geográfica do nosso estudo, o Apoio Domiciliário constitui a única resposta social implementada do conjunto das respostas sociais existentes (Serviço de Apoio Domiciliário, Apoio Domiciliário Integrado (ADI) e Unidade de Apoio Integrado), quando seria desejável **pôr em prática todas as respostas sociais previstas pela Segurança Social** com o objectivo de colmatar as necessidades dos idosos dependentes e dos seus cuidadores familiares idosos.

Os idosos dependentes não usufruem de cuidados permanentes e adequados às suas patologias e necessidades, uma vez que o Serviço de Apoio Domiciliário não possui uma equipa multidisciplinar nem um horário de funcionamento capaz de responder às carências dos seus utentes. O Serviço de Apoio Domiciliário não responde às necessidades físicas, psicológicas e sociais dos idosos dependentes e dos seus cuidadores familiares. Por outro lado, este serviço não deverá ser meramente assistencial sob pena de não ter uma função preventiva e reabilitadora. Na nossa opinião, seria desejável implementar um Serviço de Apoio Domiciliário flexível em termos de horário, com uma equipa multidisciplinar capaz de avaliar correctamente as necessidades dos idosos dependentes e dos cuidadores familiares e de lhes dar resposta.

Para os idosos mais dependentes são necessárias Unidades de Apoio Integrado e Unidades de Cuidados Continuados Domiciliares que possam apoiar as famílias que optam por cuidar dos seus idosos no domicílio. Estas respostas deverão ser partilhadas com o Centro de Saúde e as Instituições Particulares de Solidariedade Social e, na nossa perspectiva, baseadas em acordos diferenciados capazes de criar mais justiça social no acesso aos recursos.

A falta de apoio aos cuidadores é uma grave lacuna da política social do Estado. Para Kraan *et al.* (1993, citado por Osório e Pinto 2007), “... na prática, as políticas sociais destinam poucos recursos a aliviar a carga que suportam os cuidadores informais, quando de facto o problema da sobrecarga dos cuidadores informais é um problema político bastante significativo”. Nesta pesquisa, verificamos que os cuidadores familiares idosos se apoiam sobretudo nos filhos (no caso da Solução A), nos vizinhos (na Solução B) e ainda nas empregadas sempre que os recursos económicos o permitem. Os filhos assumem tarefas relacionadas com o cuidar (supervisão, higiene e conforto, alimentação, articulação com médicos e enfermeiros, etc.) enquanto as empregadas e os vizinhos apenas executam tarefas pontuais de carácter instrumental (fazer companhia ao idoso dependente na ausência do cuidador familiar idoso, ajudar o cuidador familiar idoso na muda das fraldas e nos posicionamentos). O Serviço de Apoio Domiciliário não está preparado para apoiar os cuidadores familiares idosos, não possuindo por isso serviços direccionados para estes utentes. Esta lacuna das respostas sociais é particularmente grave no caso dos cuidadores da solução B, que, não tendo retaguarda familiar, não têm com quem partilhar a sobrecarga física e psicológica inerente à gestão dos cuidados.

Não existindo um apoio direccionado para os cuidadores familiares, em geral, e os cuidadores familiares idosos, em particular, impõe-se **inserir os cuidadores nas respostas sociais**, criando novos serviços que não descurem as suas necessidades em termos físicos, psicológicos e sociais. Entre outros aspectos, as políticas sociais dirigidas aos cuidadores deveriam contemplar a sua formação e acompanhamento e potenciar o seu suporte social através, nomeadamente, do voluntariado de proximidade.

Arca (2007) refere que “... a prestação de cuidados aos nossos idosos deve constituir uma responsabilidade partilhada entre obrigação moral e ética da família e a obrigação social do Estado enquanto garante dos direitos fundamentais de todo e qual-

quer cidadão, independentemente da sua idade.” Neste sentido, o autor defende que o Estado deveria valorizar as “... mudanças actualmente em curso no seio da estrutura familiar” que afectaram claramente a “... capacidade da família para desempenhar o seu papel tradicional como única e imprescindível prestadora de cuidados”.

Apesar de dispormos de políticas sociais para os idosos, bastante abrangentes e inovadoras, verificamos que não atingem uma grande parte da população-alvo por falta de divulgação e de capacidade económica dos idosos portugueses.

Os cuidadores familiares idosos que entrevistamos usufruíam apenas do Serviço de Apoio Domiciliário (que não cobria a maior parte das suas necessidades) e conheciam uma das mais recentes medidas de apoio do Estado, o “Complemento Solidário para Idosos”, mas alguns indivíduos confundiam esta última medida com o “Complemento por Dependência”. Esta falta de informação gera passividade nos idosos e nas suas famílias que, desconhecendo os seus direitos, não os reivindicam. No entanto, a análise das medidas políticas existentes sugere que o Estado está atento às necessidades da população idosa. Urge pois **apostar na divulgação mais agressiva das respostas sociais existentes, capaz de chegar aos idosos e famílias mais carenciadas e com um nível de escolaridade baixo.**

Neste trabalho, verificamos ainda não haver articulação entre os Centros de Saúde e os Serviços de Apoio Domiciliário. Por outro lado, constatámos existirem dificuldades por parte dos Centros de Saúde em responder de forma adequada às necessidades dos cuidadores e idosos dependentes. Os Centros de Saúde limitam-se, quase sempre, a satisfazer as solicitações dos idosos que a eles se dirigem, o que não assegura a continuidade dos cuidados e a prevenção da doença. Seria desejável que os Centros de Saúde apoiassem mais os idosos dependentes e os seus cuidadores idosos em contexto domiciliário. Esta situação encontra-se prevista no Apoio Domiciliário Integrado. No entanto, este tipo de resposta ainda é privilégio de uma minoria.

Verificamos neste estudo que, sempre que existe retaguarda familiar, os filhos apoiam os cuidadores idosos, sempre que é necessário marcar consultas, ir ao médico ou recorrer a tratamentos de enfermagem. Quando não existe apoio por parte da família, esta tarefa cabe exclusivamente aos cuidadores familiares idosos que a assumem de forma inequívoca, apesar da sobrecarga psicológica que acarreta, por considerarem ser sua obrigação moral. Estes resultados sugerem que seja **repensada a falta de articulação existente entre os serviços de saúde e as respostas sociais para idosos.**

Os cuidadores familiares idosos são responsáveis pela administração da medicação, tanto na solução A como na solução B. Esta realidade comporta riscos bastante elevados, uma vez que, frequentemente, estes cuidadores possuem debilidades físicas, cognitivas e psicológicas que podem comprometer a correcta administração dos medicamentos. A polimedicação, a automedicação e a incorrecta administração dos medicamentos constituem um dos pontos mais críticos da gestão dos cuidados a cargo dos cuidadores idosos. Na ausência de apoio da família, a **administração da medicação deveria ser realizada por pessoal técnico do Serviço de Apoio Domiciliário.** Esta tarefa poderia ser assegurada se o horário de funcionamento deste serviço fosse alargado.

Finalmente, os níveis de pobreza da população idosa portuguesa limitam o seu acesso a serviços que poderiam aliviar a sobrecarga física e psicológica dos cuidadores. Com efeito, tendo em conta o limiar de pobreza estimado pelo EUROSTAT para Portugal, a pobreza monetária atingia 35,4% dos idosos residentes na região Norte do país, em 2001-2002 (Delerue Matos 2007: 256). Os idosos que vivem sós e os casais de idosos assim como os indivíduos com uma saúde precária constituem alguns dos grupos mais vulneráveis em termos de pobreza monetária e pobreza segundo as condições de vida (Delerue Matos 2008). Os cuidadores familiares idosos e os idosos dependentes que pertencem a estes grupos não estão em condições de adquirir novos serviços de Apoio Domiciliário nem de contratarem uma empregada doméstica. **O reforço de subsídios como o “Complemento Solidário para Idosos” ou a gratuidade de serviços considerados indispensáveis aos idosos dependentes e aos seus cuidadores, de acordo com uma avaliação criteriosa das necessidades e dos recursos económicos dos mesmos, permitiria melhorar a qualidade de vida destes idosos ao mesmo tempo que introduziria uma maior justiça social.**

Referências bibliográficas

- ARCA, B. R. (2007), “Apoio familiar e institucional à pessoa idosa” (cap. X), in A. R. Osório, F. C. Pinto (coord.) (2007), *As Pessoas Idosas. Contexto social e intervenção educativa*, Lisboa: Instituto Piaget.
- BENHAMOU, R. (s.d.), *Avaliar a Dependência dos Idosos. Proposta de uma escala de avaliação rápida e global*, Lisboa, Direcção-Geral de Saúde.
- DELERUE MATOS, A. (2008), “A velhice em contexto de pobreza: isolamento ou integração familiar e social?”, in M. E. Leandro (org.), *Laços Familiares e Sociais*, Braga, PsicoSoma (no prelo).
- DELERUE MATOS, A. (2007), *Cohabitation, “intimité à distance” ou isolement familial? Les rapports familiaux intergénérationnels aux âges élevés dans la société portugaise*, thèse présentée en vue de l’obtention du titre de Docteur en Sciences Sociales (Démographie), Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain-la-Neuve: 321 pp.
- INE (2002), *O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socioeconómica recente das pessoas idosas*, Lisboa: Departamento de Estatística Censitárias e da População.
- LESEMANN, F., MARTIN, C. (org.) (1993), *Les Personnes âgées. Dépendence, soins et solidarités familiales: comparaisons internationales*, Paris, La Documentation Française.
- MARTIN, I., GONÇALVES, D., SILVA, A., PAÚL, C., CABRAL, F. P. (2007), “Políticas sociais para a Terceira Idade” (cap. XI), in A. R. Osório, F. C. Pinto (coord.) (2007), *As Pessoas Idosas. Contexto social e intervenção educativa*, Lisboa: Instituto Piaget.
- MINUCHIN, S., FISHMAN, H. C. (1990), *Técnicas de Terapia Familiar*, Porto Alegre: Artes Médicas.
- OSÓRIO, A. Requejo, PINTO, F. Cabral (2007), *As Pessoas Idosas. Contexto social e intervenção educativa*, Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- PAÚL, M. Constança (1997), *Lá para o Fim da Vida. Idosos, família e meio ambiente*, Coimbra: Almedina.
- QUARESMA, Maria L., FERNANDES, Ana A., CALADO, D. Ferreira, PEREIRA, Micael (2004), *O Sentido das Idades da Vida – Interrogar a solidão e a dependência*, Lisboa: CESDET.
- SEQUEIRA, C. (2007), *Cuidar de Idosos Dependentes*, Coimbra: Quarteto.
- VIEIRA, E. B. (1996), *Manual de Gerontologia: Um guia prático para profissionais, cuidadores e familiares*, Rio de Janeiro: Revinter.

Recensão

Karin Wall e Lúgia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 2007

Ana Reis Jorge*

Esta obra assume como objectivo primeiro a análise das atitudes sociais ao nível da vida familiar e relativamente aos papéis de género em Portugal e noutros países europeus, mediante uma comparação sistemática entre os mesmos, tendo como fonte principal os resultados do inquérito “Family and Gender Roles”,¹ bem como o projecto “Families, Employment and Work-life integration”².

Na introdução Karin Wall desde logo alerta para a dificuldade de que se reveste uma comparação entre países, dada a eventual “falta de equivalência semântica das perguntas nos países onde o inquérito foi aplicado, até ao problema da interpretação do significado das diferenças encontradas” (p. 23). É neste sentido que se opta pela escolha de um número limitado de países³, mediante o critério da diversidade – considerando as especificidades históricas e sociais em termos de “regime de género”, tipos de Estado-Providência, características do mercado de trabalho e das estruturas familiares, políticas face ao emprego da mulher e à conciliação entre vida familiar e vida profissional –, de forma a explicar os diferentes padrões de desigualdade de género.

Desta forma, contrariando as perspectivas que, centradas na suposta perda de influência das determinantes sociais nos papéis de género, remetem as diferenças para o quadro das “escolhas” e “preferências” individuais (Hakim 2003⁴), avança-se aqui com a hipótese de que a diferentes sociedades europeias correspondem construções particulares de atitudes e comportamentos de género.

* Doutoranda em Sociologia pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais e bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia com o projecto: Desigualdades de género: processos de ruptura conjugal e subsequente tutela das crianças – referência SFRH/BD/41950/2007. (ana.j.mr@gmail.com)

¹ Esta publicação dá conta dos primeiros resultados do inquérito (integrado no International Social Survey Programme realizado 2002/2003 e aplicado em trinta países) para o caso português.

² Através deste projecto, coordenado por Rosemary Crompton, foram acrescentadas ao questionário supracitado algumas questões, respeitantes à conciliação família/trabalho.

³ Embora em alguns capítulos se apresentem resultados de um maior número de países, o foco dirige-se para sete – Portugal, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Suécia, República Checa e Espanha – respeitando a diversidade supracitada. No segundo capítulo privilegia-se a comparação entre Portugal e a Grã-Bretanha.

⁴ HAKIM, C. (2003), *Models of the family in Modern Societies*, Ashgate, Aldershot.

Tratando-se de uma publicação que integra um conjunto de investigadoras com reputados trabalhos nas temáticas em análise, encontra-se subdividida em cinco capítulos⁵ que, embora em estreita conexão, respondem a questões específicas, que exponho de seguida.

No primeiro capítulo – “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal” –, Sofia Aboim procura detectar eventuais diferenças nas atitudes de homens e mulheres em Portugal e nos restantes países europeus no que toca à família e aos papéis de género, incidindo também na questão das atitudes face à divisão conjugal do trabalho e na dimensão identitária que envolve as atitudes relativas à família.

Não negando a importância de outros vectores de diferenciação social (como a geração, a religião e o grupo socioprofissional), cujo importante impacto tem sido enunciado em diversos estudos, apela-se aqui a uma atenção especial ao género enquanto elemento estruturador das representações sociais sobre a família, não fossem as mudanças nas relações sociais de género centrais para a compreensão do próprio processo de modernização das sociedades ocidentais.

Neste sentido, acentua-se o desfasamento entre, por um lado, a retórica modernista da igualdade e prevalência de uma família de tipo relacionista e, por outro, a persistência de práticas e normas denunciadoras da diferenciação com base no género. Efectivamente, se é inequívoco que Portugal vem conhecendo desde há quatro décadas, importantes avanços em matéria de igualdade de género, nas palavras da autora, “a progressiva conquista feminina da esfera pública não se tem reflectido nem em igualdade de oportunidades e recompensas, nem numa idêntica entrada dos homens no domínio privado” (p. 37).

Em termos de resultados empíricos, desde logo surge a evidência da complexidade de que se revestem as ditas “modernidades europeias”, contrariando-se a polarização entre “muito moderno” e “muito tradicional” e correlativa aproximação mecânica à clássica distinção entre Norte e Sul. Se grandes aspectos podem de alguma forma sugerir a agregação de certos países, são diversas as articulações, marcadas nomeadamente pela combinação de aspectos mais modernistas com outros de tendência mais tradicionalista. Os aspectos demonstrativos de maior modernismo entre os europeus remetem para uma aceitação generalizada da informalização e desinstitucionalização da conjugalidade, verificando-se, porém, uma tendência familiarista e maternalista no que toca a questões de identidade pessoal e na centralidade conferida aos filhos.

Atendendo ao caso português, os dados são reveladores, por um lado, da adesão a valores modernistas relativamente à desinstitucionalização da conjugalidade e à divisão sexual do trabalho (reconhecendo-se a importância da presença das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de maior participação masculina nas tarefas

⁵ Uma análise detalhada dos procedimentos estatísticos e de recolha de dados neste estudo encontra-se no último capítulo, da autoria de Alice Ramos. Importa apenas referenciar que o universo do estudo é constituído por indivíduos maiores de idade residentes em Portugal continental. A amostra probabilística, tendo por base o censo de 1991, é composta de 1092 indivíduos, seleccionados em cem pontos de amostragem.

domésticas) e, por outro, a valores tradicionalistas no que toca à criança e ao seu bem-estar (relevando-se a centralidade da descendência em termos identitários, particularmente no caso das mulheres e o impacto negativo do trabalho profissional da mãe nas crianças pequenas). Detecta-se aqui o vínculo da estruturação da família enquanto regime de género em Portugal aos valores familialistas e maternalistas, ainda que o grupo das mulheres sugira menor homogeneidade neste contexto.

Para estas características, como pertinentemente lembra a autora, concorrem aspectos sociodemográficos da população portuguesa, mormente a baixa escolaridade e fracas qualificações socioprofissionais, bem como os salários baixos, que ainda que potenciadores do trabalho pago feminino, tendem a gerar pouca margem para a individualidade e consequentemente, o centramento na geração futura. Também a permanência de formas de organização doméstica propiciadoras de convivência prolongada entre pais e filhos, tendem a alimentar valores familialistas e a denunciar a fragilidade do processo de individualização na sociedade portuguesa que, além do mais, apresenta, quer ao nível dos ideais, quer das práticas, diferenças em termos de género. É assim notória a tendência para as mulheres demonstrarem menores níveis de individualização, não fossem as responsabilidades maternais e familiares que se lhes impõem e condicionam as suas próprias representações.

Alude-se aqui à impossibilidade de desvincular os valores que perpassam a família dos processos históricos que estão na sua origem, nomeadamente o acelerado processo de modernização do país após a revolução de Abril, que, embora tenha promovido direitos e disseminado valores assentes na igualdade de género, não conseguiu eliminar todas as configurações familialistas.

Segundo a autora, a interpretação do “liberalismo moderado” português, por comparação aos demais países europeus, não se presta a explicações excessivamente dicotómicas, inadequadas à efectiva compreensão dos valores da vida familiar na Europa. Efectivamente, se Portugal se aproxima de Espanha, não é menos verdade a aproximação à Finlândia, partilhando com ambos uma visão igualitária da divisão sexual do trabalho profissional e questionando a divisão entre papéis femininos e masculinos nas esferas pública e privada, mas denunciando algum familialismo no que toca à centralidade da criança. Porém, outros países que se podem considerar de “liberalismo e moderado” apresentam características um tanto diferentes. Vejam-se os casos do Reino Unido e Irlanda que, embora menos familialistas, são mais tradicionalistas quanto ao papel masculino, divisão do trabalho pago no casal e centralidade do casamento. Nas palavras da autora, “não se trata apenas de ser mais ou menos modernista, mas de regimes de género diferenciados” (p. 83).

Apesar das diferenças, os dados demonstram que as clivagens de género tendem a perpassar os diversos contextos nacionais, manifestando-se sempre alguma distância entre os ideais femininos e masculinos, inclusive nas várias categorias sociais. Em Portugal, as mulheres são sempre mais modernistas do que os homens, aumentando a distância com o aumento da escolaridade e a diminuição da idade. Elas apenas se revelam ligeiramente mais tradicionalistas no que toca à centralidade da criança.

Embora surjam com evidência as diferenças entre homens e mulheres no que concerne aos valores, tal não deixa de se relacionar com o próprio contexto social, verificando-se que as clivagens não se associam sempre aos mesmos aspectos da vida familiar e papéis de género. Se no caso português (e também em Espanha e na República Checa), as dimensões mais ilustrativas das diferenças de género são as da divisão sexual do trabalho, questionando-se os papéis sociais femininos e, particularmente, apelando-se à entrada do homem no universo doméstico, já em França (onde se verificam as maiores clivagens) é notória a tendência para os homens assumirem uma adesão à permanência das mulheres em casa.

Se os homens se revelam sempre mais tradicionalistas do que as mulheres – o que, e na esteira de Roussel⁶, dá conta do protagonismo das mulheres nas mudanças operadas na vida privada e nas relações sociais de género –, por outro lado, as respostas daqueles demonstram uma menor variação nos diversos países, enquanto as das mulheres sugerem a presença de maior diferenciação interna, o que, segundo a autora, não deixa de reflectir “os desafios colocados às mulheres na reformulação do seu lugar social e da sua identidade, entre responsabilidades privadas e públicas” (p. 85).

Também os padrões de resposta se configuram diferentes, sendo que, se os homens tendem a evidenciar o seu papel mais autónomo na esfera doméstica, as mulheres acentuam a interdependência entre os vários elementos da família, o que nos reporta para a sobejamente enunciada diferenciação entre os processos de codificação da *masculinidade* e da *feminilidade*.

Relativamente às determinantes sociais das atitudes dos indivíduos, mediante análises de regressão linear efectuadas a homens e mulheres dos vários países, foi possível verificar a presença de uma heterogeneidade em termos de impacto, sendo a única variável que afecta homens e mulheres de todos os países na estruturação de representações sociais sobre a família e os papéis de género a frequência da prática religiosa.

Contestando a pretensa linearidade do processo de modernização da vida familiar e dos papéis de género nas diversas sociedades europeias actuais, a autora conclui evidenciando a complexidade da relação entre os valores e as práticas de diferenciação de género, as quais, não sendo anuladas por certas determinantes sociais, também não lhes são alheias, assumindo contornos diferenciados nos diversos contextos nacionais, o que inviabiliza “a identificação de um factor-chave para explicar o pendor mais ou menos modernista dos valores e a existência de determinados padrões de género” (p. 86).

No segundo capítulo – “Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português” – Rosemary Crompton e Clare Lyonette, centrando o estudo em Portugal e na Grã-Bretanha, procuram analisar o impacto das variáveis *género* e *classe social* nas atitudes sociais face à família e aos papéis de género de homens e mulheres a exercer actividade profissional a tempo inteiro, atendendo às práticas de divisão das tarefas domésticas, horas dedicadas ao trabalho

⁶ ROUSSEL, L. (1987), “Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés”, in *Population*, 3, pp. 429-448.

profissional e doméstico, à articulação entre a vida profissional e familiar e ao correlativo sentimento de *stress*.

Assumindo as dificuldades de comparabilidade, dada a importância das condicionantes nacionais, as autoras começam por esboçar uma comparação dos percursos históricos recentes de ambos os países, nomeadamente no que toca às estruturas de emprego das mulheres. Assim, afirma-se que, se Portugal ainda carrega consigo o peso do colapso da ditadura salazarista, embebida de um conservadorismo tradicionalista (Lloyd-Jones 1994⁷) – pese embora as recentes mudanças em termos de comportamentos e atitudes face ao emprego e às mulheres –, a Grã-Bretanha conheceu um longo período de estabilidade política. Desta forma, as importantes diferenças entre ambos os países, em aspectos como a educação, a formação e os rendimentos da população, não são alheias a estes mesmos percursos diferenciais, o que, segundo “os critérios da economia capitalista” (p. 95), faz de Portugal um país menos “desenvolvido” do que a Grã-Bretanha.

Especificamente no que concerne ao emprego das mulheres, as diferenças entre ambos os países são claras. Enquanto actualmente em Portugal predomina o modelo familiar de duplo emprego a tempo inteiro, na Grã-Bretanha é muito mais frequente o “emprego e meio”, aspectos que não deixam de estar na base da oferta/ procura de serviços de cuidados infantis também eles diferenciados. Dá-se aqui relevo ao facto de que, por comparação com Portugal e outros países europeus, a Grã-Bretanha goza de protecção legal limitada ao nível da articulação vida profissional e familiar.

No que respeita aos resultados do inquérito, a análise demonstra que os dois países diferem não só ao nível das atitudes face aos papéis de género e à importância da vida familiar, como também das experiências de emprego e de divisão do trabalho doméstico. Relativamente à importância conferida à vida familiar e às crianças, bem como ao impacto negativo do trabalho feminino no cuidado das mesmas, facilmente se verifica o maior pendor tradicionalista dos portugueses, sendo que, em ambos os países, são mais os homens que encaixam neste perfil.

Embora em Portugal se verifiquem maiores diferenças atitudinais entre classes, nos dois países, mas particularmente naquele, é no grupo dos(as) trabalhadores(as) manuais que mais se verifica esta tendência tradicionalista. A este respeito, como alertam as autoras, importa não esquecer o peso diferenciado das várias classes sociais em Portugal e na Grã-Bretanha, sendo que a maior proporção das profissões manuais e pouco qualificadas no primeiro caso não pode deixar de ser considerada quando aqui se afirma o maior tradicionalismo.

A análise da articulação entre as esferas familiar e profissional evidencia a existência de claras diferenças ao nível dos contextos em que os indivíduos e as famílias tomam decisões sobre a profissão e a vida familiar. Se em ambos os países são visíveis longas horas de trabalho profissional, as discrepâncias em termos de relações laborais têm consequências ao nível das estratégias adoptadas na gestão da articulação entre

⁷ LLOYD-JONES, S. (1994), *Corporatism in Spain and Portugal: a Comparison*, Lisboa, Contemporary Portuguese Political History Research Centre.

a vida profissional e familiar. Ao nível das faltas ao trabalho por razões familiares, enquanto os trabalhadores britânicos evidenciam maior tendência para soluções de compensação pessoais (horas extra ou mais trabalho dentro do horário), os portugueses dão preferência a soluções com consequências remuneratórias (licença sem vencimento ou perda de remuneração).

No que remete para os níveis de *stress*, semelhantes nos dois países, mas com maior impacto nas mulheres portuguesas do que nas britânicas, importa salientar que na Grã-Bretanha são as mulheres com profissões qualificadas e altos quadros as que mais evidenciam níveis elevados, ao passo que em Portugal são as mulheres com profissões rotineiras e manuais. As autoras apresentam como explicações, por um lado, o facto de as britânicas trabalharem mais horas e apresentarem uma menor tendência para o recurso a pessoas pagas para a execução de tarefas domésticas e, por outro, o facto de serem as trabalhadoras manuais portuguesas as que mais horas despendem em trabalho profissional e tarefas domésticas, sendo também nestas que mais se aponta o sofrimento dos filhos em idade pré-escolar com o trabalho externo das mães. Como indicam Crompton e Lyonette, os níveis de *stress* neste caso não são surpreendentes, uma vez que são estas mulheres as que menos possibilidades têm de adquirir ajudas informais ou pagas e obter a colaboração masculina.

Relativamente à divisão do trabalho doméstico, as autoras sublinham a persistência das desigualdades entre homens e mulheres e a tendência para aqueles, em ambos os países, assumirem uma maior contribuição nas tarefas de cuidado a familiares e idas às compras. Quanto ao tempo dedicado a este tipo de trabalho, salienta-se o elevado número de horas despendido pelas portuguesas (vinte e duas horas em média por semana) por comparação com as britânicas (onze horas em média) e as semelhanças nas horas empregues pelos homens nos dois países (cerca de seis horas). Em termos de classe, se no caso dos homens não são notórias diferenças importantes na realização das diferentes tarefas, nas mulheres dos dois países, são as detentoras de profissões qualificadas que menos afirmam realizar tarefas como o tratamento da roupa e as limpezas.

As autoras terminam a análise questionando a possibilidade de uma aproximação entre os dois países no futuro. Em Portugal, embora os últimos anos tenham sido marcados pela tentativa mais ou menos bem sucedida de introdução de medidas e legislação laboral de cariz neoliberal, tal não se tem feito de forma pacífica. Relativamente ao trabalho a tempo parcial, e dadas as implicações remuneratórias, neste país esta modalidade não tem tido um aumento exponencial, aspecto que leva as autoras a apontarem como “solução realista” uma redução no tempo dedicado às tarefas do lar por parte das portuguesas. Por outro lado, alerta-se para o facto de que, na Grã-Bretanha, a falta de regulamentação ao nível dos horários e a expansão do tempo parcial entre as mulheres (geralmente menos bem remunerado e protegido) tende a perpetuar uma divisão do trabalho tradicional em termos de género. Segundo Crompton e Lyonette, “o tratamento casuístico das relações de emprego, aliado à falta de regulamentação dos horários, propicia a intensificação de pressões sobre o prestador de trabalho” (p. 126) e, assim, a dificuldades de articulação com a vida privada/familiar, o que apela a uma

atenção particular às consequências sociais e económicas da desregulamentação das relações laborais.

No terceiro capítulo – “O *stress* na relação trabalho-família: uma análise comparativa” – Maria das Dores Guerreiro e Helena Carvalho, reconhecendo as dificuldades de análise advindas das próprias características da amostra e dos dados, dadas as expectativas diferenciais dos inquiridos e seu impacto nas respostas, bem como a ausência de certas questões relativamente à organização familiar e contexto de trabalho, centram o estudo nas tensões e interferências recíprocas que atravessam as dimensões da vida familiar e profissional nos diversos países europeus. O enfoque aqui é no *stress* gerado na família, no trabalho e na interacção destas duas dimensões, em indivíduos que exercem actividade profissional, atendendo a variáveis sociodemográficas, sociofamiliares, sócio-educacionais e socioprofissionais.

As autoras começam por problematizar a relação entre família e trabalho profissional, cuja recente atenção no âmbito das ciências sociais tem acompanhado quer o aumento da participação profissional das mulheres, quer a tónica discursiva nas sociedades ocidentais ao nível da igualdade de género, do bem-estar e qualidade de vida, aspectos que se cruzam com as temáticas dos usos do tempo e novas formas de organização do trabalho.

Pese embora todas as alterações sociodemográficas, bem como nos quadros de valores ao nível da família registadas nas últimas décadas, materializadas numa adesão cada vez maior a ideais relacionais e pautados pela igualdade e informalização nas relações conjugais, como afirmam as autoras, permanecem as famílias de casais com filhos, com homens e mulheres a exercer actividades remuneradas. Por outro lado, as não menos profundas alterações que, no contexto de globalização, têm atravessado o mercado de trabalho, nomeadamente a tendência para a intensificação dos processos e tempos de trabalho e a progressiva desregulação das relações laborais tendem a despoletar novas preocupações, incertezas e ansiedades, com impactos importantes ao nível do *stress* dos trabalhadores e nos modos de articulação entre as responsabilidades profissionais e familiares.

Nas palavras das autoras, “o desempenho de uma profissão é fundamental para assegurar a autonomia pessoal, definir uma posição social e garantir meios materiais de sobrevivência. A parentalidade e a família assumem, por outro lado, um lugar decisivo na vida dos indivíduos e na construção das suas identidades” (p. 131). Porém, importa também atender ao facto de que persistem as diferenças entre homens e mulheres no que toca a articulação entre as esferas familiar e do trabalho, dada a prevalência de diferentes expectativas em termos de papéis de género, ainda que aqui se possam cruzar outras variáveis socioeconómicas, socioculturais e sociofamiliares.

No que respeita aos resultados relativos aos índices de *stress* familiar e profissional nos vários países, as autoras constataam que nos sete países em análise o *stress* ao nível profissional é mais elevado que na esfera privada, verificando-se valores superiores em ambos os casos, mas particularmente ao nível familiar, no caso do sexo feminino. O *stress* familiar feminino nos diversos países surge associado a quatro factores funda-

mentais: o número de crianças com menos de seis anos e a presença de filhos menores no agregado familiar, as horas de trabalho doméstico e profissional, a dimensão da família e a idade. Com efeito atenuador sobre o *stress* familiar das mulheres, apresentam-se factores como a satisfação com a vida familiar e a felicidade. Embora se saliente a presença de associações ténues entre os perfis dos diversos países e níveis de *stress*, a análise permite dividir os países em dois grupos: um com níveis elevados de *stress* feminino que agrega países como Portugal, a Grã-Bretanha e a República Checa e outro, com níveis mais baixos, que integra a Suécia, a Espanha, a Alemanha e a França. Guerreiro e Carvalho avançam como explicação para os altos níveis de *stress* naqueles países os longos regimes de tempo de trabalho doméstico e profissional feminino. Já no que toca ao *stress* profissional e familiar masculino, constata-se que estes agrupam os mesmos países com os valores mais elevados – Grã-Bretanha, República Checa, Portugal e Alemanha –, sendo que o mesmo não acontece quando se trata dos índices femininos mais elevados.

Relativamente às interferências recíprocas entre trabalho e família observa-se novamente um índice superior nas mulheres e uma superior interferência do *stress* profissional na vida familiar (com uma aproximação entre os sexos, o que não ocorre no inverso). Nos sete países verifica-se que este índice é um tanto permeável a variáveis como a duração semanal do tempo de trabalho, a existência de crianças na família e satisfação com os diferentes aspectos da vida.

Atendendo especificamente ao caso português, as autoras sublinham que o *stress* profissional na família é mais elevado nas mulheres, quando estas são detentoras de baixas escolaridades, exercem profissões manuais, residem em casa com crianças e jovens, trabalham mais horas no sector privado e por conta própria. Já no grupo dos homens o *stress* profissional na família é maior entre os que têm escolaridade mais elevada, que trabalham mais horas e por conta própria. Quanto ao *stress* familiar no trabalho, importa referenciar que, nas mulheres, se destacam as variáveis que medem a avaliação da justeza e equilíbrio na divisão familiar do trabalho doméstico, com valores superiores no caso das que destacam as injustiças.

Se os índices de *stress* trabalho-família, no caso das mulheres, são mais elevados em Portugal, logo seguido da Espanha, os mais baixos revelam-se segundo as autoras, quer nos países onde as mulheres assumem uma menor participação no mercado de trabalho a tempo inteiro – Alemanha e Grã-Bretanha –, quer onde a participação é maior e existem mais serviços de apoio às famílias – Suécia e França.

As autoras sublinham ainda o facto de que a comparação entre países assume características muito próprias consoante o sexo em que se centra a análise. Assim, se é em Portugal que o *stress* familiar assume os valores mais elevados, isto acontece em larga medida devido ao *stress* feminino. Ao nível do *stress* profissional, mais elevado na Alemanha, é o sexo masculino que mais contribui para este índice.

Dando conta da diversidade de factores tanto a nível familiar quanto profissional que confluem para os índices de *stress* nos vários países, (sendo apenas de carácter mais sistemático a associação com a existência de crianças e jovens na família e o tempo

semanal de trabalho), as autoras concluem constatando a ausência de padrões lineares produtores de *stress* e a prevalência de múltiplas combinatórias tributárias de diversos factores de ordem estrutural e contextual.

No quarto capítulo – “Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva” – da autoria de Lígia Amâncio, analisam-se os resultados do inquérito referentes à divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, bem como as percepções da justiça desta mesma divisão nos sete países já mencionados, procurando-se padrões e/ou diferenças entre os mesmos, atendendo a um conjunto de variáveis sociodemográficas e à (des)coincidência entre práticas e percepções.

Este capítulo inicia com um esboço do desenvolvimento das contribuições teóricas para o estudo da divisão sexual do trabalho que, sendo “a primeira estrutura de género reconhecida pelas ciências sociais”, é actualmente reconhecida atendendo às variações que encerra consoante os momentos históricos e contextos culturais (Connell 1987 e 2002⁸; Delphy 1998⁹; Marshall 1994¹⁰). Não perdendo de vista estas variações, desde logo a autora alerta para a complexidade que encerra este conceito que, não se reduzindo à mera dicotomia entre trabalho pago e não pago, exige uma atenção particular aos arranjos de género em ambas as dimensões.

Com base em dados empíricos de alguns estudos internacionais, a autora contesta e com pertinência a ideia de que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho levaria a mudanças importantes ao nível do trabalho doméstico. Tal como Lewis¹¹ (2001) refere, as mudanças a nível ideológico tendem pois a configurar-se mais lentas e a gerar contradições, espelhadas nas próprias políticas nacionais e mesmo supranacionais.

Relativamente às percepções da justiça da desigualdade no domínio do trabalho pago e não pago, nomeadamente a ideia revelada por vários estudos de que a desigualdade não suscita claros sentimentos de insatisfação, a autora afirma que a compreensão da temática apela a uma análise dos factores ideológicos e de localização social, das representações de homens e mulheres.

Atendendo ao contexto português e às importantes conquistas, designadamente em matéria de legislação com o 25 de Abril de 1974, Amâncio afirma que estas mudanças não foram acompanhadas de um efectivo debate público relativo à ideologia de género nem tão-pouco de uma continuidade de políticas activas no sentido da igualdade. Mais uma vez se aponta o desfasamento entre os valores e a adesão à norma da igualdade entre os sexos e a fusão dos conceitos de feminilidade com maternidade e família.

Em termos de resultados, a autora começa por constatar a existência de um padrão regular ao nível da divisão sexual das tarefas domésticas nos vários países, a

⁸ CONNELL, R. W. (1987), *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press. CONNELL, R. W. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.

⁹ DELPHY, C. (1998), *L'Ennemi principal. Économie politique du patriarcat*, Paris, Editions Syllepse.

¹⁰ MARSHALL, B. L. (1994), *Engendering Modernity. Feminism, Social Theory and Social Change*, Cambridge, Polity Press.

¹¹ LEWIS, J. (2001), “The decline of the male breadwinner model: implications for work and care”, in *Social Politics*, vol.8, n^o2, pp. 152-169.

sobrecarga destas no tempo das mulheres e a divisão entre tarefas ditas masculinas e femininas. A partilha entre os membros do casal tende a centrar-se essencialmente nas compras e no cuidado a doentes dependentes. Segundo a autora, estes aspectos caracterizam-se pela sua resistência face à entrada das mulheres no mercado de trabalho, sendo que, ao invés de resultar num aumento da contribuição masculina nas tarefas domésticas, tem sim levado a um aumento do recurso a outras pessoas pagas ou não, ou na “compressão” das tarefas domésticas (Singly 1990¹²).

É ao nível das negociações entre práticas e representações que mais são visíveis as especificidades nos diversos países. Nos países do Norte há uma maior atribuição de horas de trabalho dos homens às suas parceiras (superior ao indicado pelas próprias), o que, segundo a autora, nos remete para “a desejabilidade social associada ao modelo tradicional de feminilidade, ou a consciência da sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres” (p. 206). Este último aspecto sugere pois alguma confirmação se atendermos ao facto de que nos vários países, ao nível dos casais em modelo de duplo emprego, os homens reconhecem fazer menos do que é justo, ao contrário das mulheres, que reivindicam uma maior participação masculina, pela percepção do seu “injusto” desempenho superior. Apenas na Alemanha as mulheres reconhecem na generalidade o contributo masculino no trabalho doméstico.

Mediante estas constatações, indicadoras da existência de condições para a igualdade entre homens e mulheres na família, a autora indaga sobre o porquê da sua não materialização. Assume-se aqui que as relações íntimas e a própria família são o núcleo central das concepções de feminilidade e masculinidade, em que o efeito estruturante do género ao nível das práticas e representações é também permeável à influência de determinados factores, que como os resultados do estudo indicam, acabam por ser mais nítidos no caso das mulheres. Tal tende a constituir, como aponta a autora, a explicação para a relativa estabilidade ao nível da divisão do trabalho na família e nas próprias vivências a ela associadas em países como Portugal, onde a diversidade nas formas de ser mulher, contrariamente à relativa homogeneidade no ser homem, servem de bloqueio à negociação e colocam as mulheres como protagonistas no despoletar de um conflito, que elas tendem a não assumir.

Releva-se também aqui a dimensão dos constrangimentos políticos e sociais ao nível da organização e dinâmica familiares, nomeadamente as diferenças ao nível das políticas de igualdade de género, de desenvolvimento humano e mesmo nas formas de Estado-Providência, que marcam as diferenças e distâncias entre os vários países em análise. Desta forma, contestando-se o acento da mudança para o domínio do privado, aponta-se a necessidade de acções políticas efectivas no sentido de uma real igualdade de género.

No quinto capítulo – “Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa” – Karin Wall analisa a diversidade de padrões atitudinais no que toca à divisão familiar no trabalho, identificando os factores que concorrem para essa mesma

¹² SINGLY, F. (1990), *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, PUF.

diversidade, através de três índices: o primeiro relativo à divisão do trabalho pago, o segundo relativo à divisão do trabalho não pago e o terceiro relativo à relação entre emprego e maternidade.

A autora começa por abordar a actualidade da temática da divisão familiar do trabalho pago e não pago no quadro quer da política social quer da investigação sociológica. Num contexto marcado pelo crescimento do emprego feminino, do problema da conciliação entre vida profissional e familiar e da baixa fecundidade e envelhecimento nas sociedades europeias, questiona-se actualmente nos Estados-Providência europeus o que é mais favorável para o desenvolvimento demográfico, económico e da criança – se medidas no sentido da promoção da ideia de “emprego e meio” (privilegiando o trabalho a tempo inteiro pelos homens e a tempo parcial pelas mulheres, principais responsáveis pelas tarefas do lar e cuidado a dependentes) se direccionadas para o “duplo emprego” a tempo inteiro, mediante a promoção de serviços de apoio e partilha conjugal de tarefas.

No que toca aos desenvolvimentos na Sociologia relativamente a estas questões, a autora refere o interesse pelas novas atitudes e práticas face à divisão familiar e papéis de género na Europa – o recente modelo da família “relacional” e democrática, assente na liberdade e em atitudes igualitaristas face ao trabalho pago e não pago –, bem como a discrepância entre atitudes igualitárias e práticas assimétricas. Neste estudo a tónica é colocada nas atitudes, partindo-se da hipótese de que a existência de regimes de género, políticas públicas e factores socioeconómicos diferenciados podem originar a diversidade de papéis de género nos diferentes países, não redutíveis ao eixo tradicional-moderno.

Olhando para os resultados, rapidamente se verifica a existência de uma pluralidade de atitudes relativamente aos papéis de género na família. Portugal tende, neste contexto, a ocupar uma posição intermédia, nomeadamente pela recusa moderada do modelo *homem provedor/mulher que cuida da casa e dos filhos*. Relativamente às atitudes face à maior participação do homem na vida familiar, ocupa uma posição muito moderna, sendo, por oposição, bastante conservador nas atitudes relativamente ao impacto do emprego feminino nos cuidados das crianças pequenas e na vida familiar.

A autora avança como explicação para este facto a centralidade conferida aos filhos e à vida doméstica em termos de gratificação para grande parte das famílias portuguesas, verificando-se uma configuração atitudinal de *duplo emprego do casal/duplo cuidar/maternalista*, sendo que variáveis como a escolaridade, o grupo etário e o grupo profissional tendem a estar na base de dois padrões predominantes – o *tradicional modificado* (adesão ao modelo do homem enquanto provedor principal mas com alguma participação no universo doméstico) e o *moderno maternidade forte* (adesão ao duplo emprego e cuidar mas concordância com o impacto negativo do trabalho feminino quando os filhos são pequenos).

Segundo Wall, os resultados demonstram o quão redutora tem sido a visão da sociologia europeia relativamente aos papéis de género em Portugal, com a clássica divisão *homem provedor/mulher cuidadora e dona de casa*. Efectivamente, se por um lado há uma concordância generalizada com o modelo de duplo emprego, por outra exaltam-se os lados negativos desse modelo, numa lógica claramente familialista, tendên-

cia que de alguma forma se repete em Espanha, mas que assume contornos bem mais marcantes nos novos países da UE e na Suíça, onde inclusive se verifica uma importante adesão ao modelo do homem enquanto principal provedor da família. Por oposição a este último perfil, países como a Noruega e a Suécia são afirmativos no perfil de *duplo emprego/ duplo cuidar*, encontrando-se em posições intermédias países como a Alemanha Ocidental, a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Holanda, com o modelo de *emprego feminino oscilante/principal cuidador feminino/algum maternalismo*, não obstante as políticas de incentivo ao trabalho a tempo parcial e licenças parentais prolongadas. Salienta-se aqui a especificidade de países como a França e a Finlândia que apresentam um perfil de *duplo emprego/duplo cuidar mas com algum maternalismo*.

A procura de padrões atitudinais diferenciados dentro dos sete países delimitados na análise, bem como os factores determinantes para esses mesmos padrões, também evidenciou alguns aspectos que interessa relevar. Reveste-se de interesse a existência de uma pluralidade de padrões atitudinais relativamente à divisão familiar do trabalho, não se verificando uma tendência generalizada no sentido de um modelo moderno de *duplo emprego/duplo cuidar*. Padrões diversos são inclusive visíveis nos países que se aproximam mais dos dois extremos.

Se algumas determinantes sociais se configuram expressivas na explicação de alguns padrões atitudinais, elas afiguram-se ténues na explicação de outros, como nas atitudes face ao emprego na fase inicial da maternidade. Em termos de factores explicativos e preditivos, verifica-se que é no padrão “moderno forte” que eles mais se fazem notar, apelando a uma atenção particular ao trabalho a tempo inteiro feminino e ao nível de educação elevado.

A influência de uma perspectiva de género igualitarista marcada pela difusão de um padrão atitudinal de *duplo emprego/ duplo cuidar* na Europa ao longo das últimas décadas tende a revestir-se de alguma complexidade e entendimentos diversos (consoante o sexo, a idade, a presença/ausência de filhos e características dos Estados-Providência). Longe de assistirmos a uma homogeneidade a este nível entre os vários países, e ainda que se possam estabelecer algumas aproximações entre uns e outros, surgem com evidência as diferenças, tributárias de percursos sócio-históricos e constrangimentos contextuais. A este propósito a autora relativiza a perspectiva assumida por alguns autores de que o padrão de duplo emprego verificado em Portugal é o simples resultado da pobreza, exaltando a importância dos factores que estão na origem do fenómeno, nomeadamente, o trabalho feminino em contexto familiar, industrial e migratório ao longo da segunda metade do século XX, o ideal de igualdade e independência da mulher, bem como o desejo de mobilidade social dos filhos difundido após o 25 de Abril de 1974 e as políticas de família seguidas desde o final da década de 80, no sentido da promoção de serviços de apoio à criança e ensino pré-escolar ao invés da saída da mulher do mercado de trabalho.

Em suma, esta obra configura-se como referência fundamental para quem procura conhecer e compreender, mais do que as mudanças, as persistências e reconfigurações ao nível das atitudes face à família e aos papéis de género nas actuais sociedades

européias. Dadas as especificidades estruturais e contextuais dos vários países analisados, certamente não se esgotam aqui as temáticas. No entanto, desmistifica-se a clássica polarização entre a dita “modernidade” dos países do Norte, e o “tradicionalismo” dos países do Sul, aludindo-se tanto à diversidade entre países quanto à pluralidade de combinações possíveis dentro dos mesmos, o que apela a uma atenção particular aos contextos e estruturas. Fica traçado um diagnóstico que se revela útil inclusive para a promoção de políticas sociais em matéria de igualdade de género e bem-estar na família e no trabalho, reconhecendo-se que muito há ainda por fazer nesta matéria.

Abstracts / Résumés

Michel Loriaux

Ageing, intergenerational relations and recession. Can the financial crisis take over the revolution of the age-groups?

The author firstly approaches what he calls the «invention» of ageing as the structural demographic transformations in the origin of that phenomenon had not been perceived or had not been considered, since attention was focused on the reduction of birth rates and the decline of population. Demographic ageing was visible only in the statistics of age-groups and it was the French demographer, Alfred Sauvy, that first used the concept, in 1929.

Since then, countless transformations have occurred. The overthrow of the original cause of ageing _fertility decline_ by a secondary cause _mortality throw-back_ is the foremost example of these transformations.

Ageing must be understood as a phenomenon that is simultaneously individual (increasing number of elderly who live longer) and collective (increasing ageing rates).

Thus, what started as a demographic occurrence became a social experience with impacts on every sector of social life (education, employment, health, welfare, public finances, etc.).

Recently, just when the ageing societies were getting to the crucial point of their development, a major secular, financial and economical crisis burst. There were immediate consequences. For those that depended on savings, such as pensioners, purchasing power was lost. For many elderly people the misfortune was clear when the losses caused by fraudulent, non-conscientious or crazed bankers were reckoned. There are no guarantees that the international financial systems have learned their lessons from this crisis. Its noxious effects are far from over, as increasing unemployment, company closures, relocations and so on testify.

Elderly people are not the only victims of this financial crisis; it affects every age-group. This could drift into the harshening of intergenerational relations and a “war” of ages, so many times put forward. History would then confirm catastrophic prophecies like the one written by Alain Minc about the stigmatization of ageing in his 1987's book, “The equalitarian machine”.

The future will tell if these apocalyptic scenarios are the most likely or if public policies directed to the

Michel Loriaux

Viellissement, relations intergénérationnelles et récession La crise financière aura-t-elle raison de la révolution des âges

L'auteur revient d'abord sur ce qu'il appelle « l'invention » du vieillissement, dans la mesure où, à l'origine du phénomène, les mutations structurelles démographiques n'ont pas été très perçues, ou prises en compte, l'attention s'étant polarisée autour de la dénatalité et de la dépopulation qui menaçait. Et de fait, le vieillissement démographique n'était guère visible qu'à travers les statistiques des rapports des groupes d'âge, le mot lui-même étant dû au démographe français Alfred Sauvy qui l'utilisa pour la première fois en 1929.

Depuis lors, bien des changements ont eu lieu, le principal étant sans doute que la cause première, et longtemps unique, du vieillissement, à savoir la baisse de la fécondité a été détrônée par la cause seconde qui était le recul de la mortalité dont les progrès mesurés à travers l'espérance de vie bénéficient dorénavant essentiellement aux personnes âgées. Le vieillissement est donc à la fois individuel (des personnes âgées de plus en plus nombreuses qui vivent de plus en plus longtemps) et collectif (le groupe des aînés dont l'importance relative augmente sans cesse par rapport au groupe des jeunes).

De simplement démographique qu'il était à l'origine, le vieillissement est devenu sociétal, en déployant ses effets dans pratiquement tous les secteurs de la vie collective (formation, emploi, santé, protection sociale, finances publiques, etc.).

Or, c'est précisément au moment où les sociétés vieillissantes entrent dans une phase cruciale de leur évolution que survient une crise séculaire, financière et économique, d'une ampleur inégalée. Certaines de ses conséquences ont été immédiatement visibles, comme la perte du pouvoir d'achat d'une partie de la population dont les revenus dépendent principalement de l'épargne ; principalement les retraités. Pour beaucoup de personnes âgées la déconvenue a été forte en découvrant l'ampleur de leurs pertes dues au simple fait qu'elles ont fait confiance à des banquiers véreux, inconscients ou fous. Et, à l'heure présente, rien ne garantit que le système bancaire et financier international aura tiré les leçons de cette crise, bien au contraire. Une crise qui est d'ailleurs loin d'avoir épuisé tous ses effets néfastes comme en témoignent les pertes d'emploi, les fermetures d'entreprises, les délocalisations d'activité, etc.

aged will limit the impacts of the crisis and reinforce intergenerational cohesion.

Without being too optimistic, the author concludes with a paradoxical suggestion proposing that a negative population growth (at least a limited, rational and planned negative growth) can be the best way to reinforce the bonds that in the XXth century made social policies possible (fighting individualism, selfishness and loneliness) and, therefore, to face this crisis.

Les vieux ne sont d'ailleurs pas les seules victimes et tous les âges sont menacés, de sorte qu'on peut s'attendre à un durcissement des relations intergénérationnelles qui pourrait dériver vers la guerre des âges si souvent évoquée. L'histoire donnerait ainsi raison à des auteurs catastrophistes, comme l'essayiste Alain Minc qui stigmatisait déjà le vieillissement dès 1987 dans son ouvrage sur la « Machine égalitaire ».

L'avenir dira si ces scénarios apocalyptiques revisités sont les plus plausibles ou si les politiques des âges mises en œuvre permettront de limiter les dégâts occasionnés par la crise et de renforcer la cohésion intergénérationnelle. Sans être d'un optimisme à toute épreuve, l'auteur ne craint pas d'évoquer une piste paradoxale en avançant l'idée que la décroissance (du moins une décroissance limitée, réfléchie et programmée) pourrait être le meilleur moyen d'éviter que les digues de solidarité qui avaient été érigées durant le XX^{ème} siècle en créant la sécurité sociale pour lutter contre l'individualisme, l'égoïsme et la solitude soient suffisamment renforcées pour résister à la déferlante de la crise actuelle.

Maria Engrácia Leandro
Paulo Nuno Nossa
Maria José Boavida

At the cross-way of the family and gender mainstreaming in the context of migration

Small attention has been given by social scientists to the study of the connection between family dynamics and gender approaches within international migratory context. With this paper our aim is to go a step further surpassing this tendency. By presenting the results of a research based on a theoretical empiricist perspective we analyse the situation of a set of Portuguese families living in Germany and France focusing intergenerational aspects and the structuring task of transcultural experience, so as effects of symbolic interaction carved out through the transmission of family codes and conventions. Our framework is organized essentially around five parameters: The notion of family understood as a 'nómic' and dynamic instance, the process of personal and family autonomy, the construction of 'the feminine' and woman emancipation, the negotiation of gender relations, changings in progress inside those families, the role of this type of migrations to encourage the accomplishment of family aspirations and, finally, the effects of the articulation between family and gender cultures lived in different social contexts.

Maria Engrácia Leandro
Paulo Nuno Nossa
Maria José Boavida

À la croisée de la famille et du genre en contexte migratoire

La problématique de la famille et du genre, dans les contextes migratoires internationaux, a peu attiré l'attention des scientifiques sociaux, tant de la famille que des migrations. Contrariant cette tendance, en proposant un cadre d'analyse théorico-empirique, plus en rapport avec les familles portugaises en Allemagne et en France, dans ce travail, nous examinons surtout cinq paramètres majeurs de la réalité familiale migratoire internationale: la famille en tant qu'instance « nomique » et dynamique ; le processus d'autonomie personnel et familiale, la construction de l'émancipation féminine et les relations de genre en contexte international; les changements à l'œuvre au sein de ces familles; les atouts de ces migrations pour la réalisation des aspirations familiales ; les effets qui découlent de l'articulation entre cultures familiales et cultures sociales vécues en différents contextes sociaux, dans une perspective inter-générationnelle, ayant notamment présente les tâches structurante et de transmission de la familles

Manuel Carlos Silva**Gender inequalities: blank for a protheoretical map**

Despite the advance, in legal and political terms, of the defence of egalitarian principles within the relation between men and women, recent (inter)national studies confirm the persisting social borders and inequalities of gender in many contexts (work, daily interactions, values and symbolic regulations, institutional frames).

In this paper, after a revisitation, in a synthetic and critical way, of some theoretical paradigms that look to explain these inequalities (v.g. socio-biological, psychological conceptions, the structural-functional, the Marxist model, the neo-Weberian) we propose an articulation between the concepts of gender and class. This implies a convergence of the Marxist model with the feminist one and, indirectly, a fruitful crossing between (neo)Marxism and Weberianism, being this one also articulated with symbolic interactionism. This is followed by a brief historical retrospective and correlative deconstruction of the essentialist, reifying and legitimating forms of the *statu quo*.

Finally, with a brief illustration of some of the gender inequalities in Portugal, we outline a hypothesis that states that, beyond the interests to the mechanisms of macro-economic and institutional domination, the control of the feminine labour force and subsequent phenomena of labour segregation and wage discrimination are whether reproduced or countered at different levels: socio-structural, organizational/institutional and interactive. At the micro and meso-social levels, the power of the women differs in function of variable factors such as: available resources and rewards; participation in the productive process; presence of an hierarchical ranking of sexual roles in the division of labour; place occupied in the organization of the corporation or institution; place in the (re)productive sphere of the family unit; place in the interactions and negotiations of roles.

Manuel Carlos Silva**Inégalités de genre: esquisse pour un plan prothéorique**

En dépit de l'avance, en termes légaux et politiques, de la défense des principes d'équité de relations de genres, de récentes études nationales et internationales confirment les inégalités persistantes de ce type dans des contextes divers (travail, interactions quotidiennes, valeurs et régulations symboliques, encadrements institutionnels).

Dans cet article, après révision, d'une manière synthétique et critique, de quelques paradigmes théoriques qui cherchent à expliquer les inégalités de genres (conceptions sociobiologiques, psychologiques, plus spécialement psychanalytiques, structurofonctionnalistes, marxistes et neo-weberiennes), l'auteur propose une articulation entre les concepts de genre et de classe. Ceci implique une convergence du modèle marxiste avec le féministe et, indirectement, un croisement fructueux entre la position (néo)marxiste et weberienne, étant cette dernière articulable avec la perspective interactionniste symbolique. Ceci est suivi d'une courte rétrospective historique et déconstruction correlative des formes essentialistes, reificatrices et légitimatrices du *statu quo*. Finalement, avec une brève illustration de certaines des inégalités de genre au Portugal, l'auteur décrit une hypothèse qui affirme que, au delà des intérêts inhérents aux mécanismes macroéconomiques et institutionnels de domination, le contrôle de la force de travail féminine et les phénomènes ultérieurs de ségrégation socio-spatiale et de discrimination de travail se reproduisent à des niveaux divers : sociostructurel, organisationnel et interactionnel. Au niveau micro et meso, le pouvoir de la femme diffère en fonction de plusieurs facteurs : ressources et récompenses, participation au processus productif, présence d'un rang hiérarchique des rôles sexuels dans la division du travail, place occupée dans l'organisation/institution, place dans la reproduction de la sphère familiale et des interactions et négociations de rôles.

Manuel Jacinto Sarmiento
Rita de Cássia Marchi

Radicalization of children in the second modernity:
 Towards a Critical Sociology of Childhood

The development of sociology of childhood confronts the theoretical work with its social implications. Consider the children in situations of marginalization and invisibility in relation to public policy and scientific work, may allow the development of a sociological perspective based on the questioning of established norms on children, founded on the western modernity and ideology of the middle class. This article outlined the bases of this effort, while critical deconstructionism sets out the priorities for development of a Critical Sociology of Childhood. This can only be made for: the socio-historical analysis of the definition of modern childhood; the characterization of individualization and globalization which expresses the second modernity; and the empirical work around the children that defy standard western childhood, without deny the radicality of their condition of children.

Manuel Jacinto Sarmiento
Rita de Cássia Marchi

La radicalisation des enfants dans la seconde modernité: Vers une sociologie critique de l'enfance

Le développement de la sociologie de l'enfance met face à face la théorie avec ses implications sociales. Examiner les enfants dans les situations de marginalisation et de l'invisibilité, soit en matière de politique publique soit au travail scientifique, peut permettre le développement d'une perspective sociologique, basée sur le questionnement des normes établies, à partir des enfants occidentaux, de l'ère moderne et de l'idéologie de la classe moyenne. Cet article décrit les bases de cet effort, à une, alors que déconstruccioniste et critique, et fixe des priorités pour le développement d'une sociologie critique de l'enfance. Cela ne peut être fait sinon par l'analyse socio-historique de la définition moderne de l'enfance, par la caractérisation de l'individualisation et de la mondialisation qui expriment la seconde modernité et par les travaux empiriques sur les enfants qui défient la norme occidentale de l'enfance, contre les discours qui masque la radicalité de leur condition d'enfants.

Maria das Dores Guerreiro
Ana Caetano
Eduardo Alexandre Rodrigues

The family through the eyes of the children: enduring and changing models of fatherhood

The main objective of this study was to identify the images that the Portuguese adolescents have of their families and the fatherhood models that inform those families. It is based on a qualitative and integrated analysis, on a national scale, of 792 essays written by 11-14 year old schoolchildren, of both sexes. This methodology adopted a perspective rarely taken in studies of the family: to capture the reality of the family through the discourses of the youth. As active agents who contribute to the construction of social and family life, their opinions and perspectives regarding the processes of construction and change associated with parental roles are fundamental to an understanding of contemporary families and gender relations. In the material analysed, taken as a whole, particular prominence is given to the young people's representations of the cultural complexity of the parental models and "roles" that men put into practice on a daily basis, as they find themselves at the point where multiple and frequently contrasting images of what it means to be a father converge.

Maria das Dores Guerreiro
Ana Caetano
Eduardo Alexandre Rodrigues

La famille (d)écrite par les jeunes : pérennité et changement des modèles de paternité

La présente étude a pour principal objectif d'identifier les images que les jeunes portugais ont de leurs familles et des modèles de paternité auxquels elles obéissent. Elle se base sur une analyse qualitative et intégrée de 792 compositions écrites par des élèves de tout le pays, des deux sexes et âgés entre 11 et 14 ans. Cette méthodologie a permis d'adopter une approche rarement utilisée dans les études sur la famille : saisir la réalité familiale à travers les discours des jeunes. En tant qu'agents actifs qui contribuent à la construction de la vie familiale et sociale, leurs opinions et leurs perspectives sur les processus de construction et de changement des rôles parentaux sont fondamentales pour comprendre les familles contemporaines et les relations de genre. Sur l'ensemble du matériel analysé, l'accent est mis sur les représentations des jeunes relatives à la complexité culturelle des modèles et des « rôles » parentaux que les hommes mettent en pratique quotidiennement, à la confluence d'images multiples et parfois contrastantes de ce que signifie être père.

Fátima Barbosa
Alice Delerue Matos

Elderly family caregivers: a new reality, a new challenge for social policies

This article analyses care management practices provided by elderly family members to dependent relatives in their households.

The authors attempt at identifying and explaining the diverse ways of managing that care, pointing out their inherent risks. From here an evaluation of the social policies for the aged is put forward followed by a suggestion of specific guidelines to support elderly caregivers.

The research is based on 17 semi-structured interviews of elderly caregivers that assist dependent relatives and are users of the 'domestic care services' (SAD) in Barcelos.

Fátima Barbosa
Alice Delerue Matos

Aidants familiaux âgés : une nouvelle réalité, un nouveau défi pour les politiques sociales

Dans cette recherche, nous analysons la gestion des soins aux personnes âgées dépendantes assurés par des individus âgés de la parenté.

Nous nous proposons d'identifier et d'expliquer les différents types de gestion des soins et leurs risques. Ceci nous emmène à évaluer les politiques sociales dirigées aux personnes âgées et à proposer des mesures de support aux aidants âgés.

Cette recherche s'appuie sur le résultat d'entretiens semi-structurés à 17 aidants familiaux âgés avec des personnes âgées dépendantes à charge qui reçoivent, également, le soutien des Services d'Aide à Domicile de Barcelos.

Normas para a apresentação de artigos

Indicações gerais

1. *Configurações – Revista de Sociologia* publica trabalhos académicos inéditos em ciências sociais, sob a forma de artigos e resenhas de livros, que possam contribuir para enriquecer o conhecimento científico da realidade social, no plano nacional e internacional. Procura-se equilibrar a publicação de trabalhos de investigadores seniores com a disseminação de trabalhos de jovens investigadores, que apresentem qualidade e originalidade.
2. Trabalhos provenientes de áreas afins, considerados com interesse para as ciências sociais, mormente para a Sociologia, poderão ser considerados para publicação. Pode aceitar trabalhos já publicados em língua estrangeira, mas inéditos em português. Os trabalhos originais em língua estrangeira deverão ser traduzidos.
3. Seguindo critérios internacionais de excelência, os trabalhos propostos para publicação são submetidos a avaliação independente por especialistas, em regime de anonimato. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho de Redacção pode sugerir aos autores a revisão dos trabalhos.
4. O Conselho de Redacção reserva-se o direito de não publicar os trabalhos recebidos, sendo a decisão comunicada por escrito aos autores e apoiada em pareceres de especialistas.
5. Os artigos propostos devem vir acompanhados de um *curriculum vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua actividade, endereço, telefone, fax, e-mail.
6. Os trabalhos devem ser remetidos, em duplicado, para a seguinte morada: Revista Configurações – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dra. Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Os artigos devem obedecer às seguintes regras formais:

1. Dactilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma versão em suporte digital com o respectivo ficheiro em Word, com indicação da versão usada.
2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadro, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.

3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.
4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos.
5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do Word, quer sejam ficheiros de Excel, quer sejam ficheiros de outros programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIF ou EPS).
6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.
7. As notas de rodapé serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.
8. A norma de citação adoptada será a anglo-saxónica (autor-data).
- 8.1. A bibliografia, apresentada de forma alfabeticamente ordenada e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:
 - Apelido, Nome próprio (ano), *Título do livro*, Local de edição, Editor
 - Apelido, Nome próprio (ano), “Título do texto”, Nome da revista (em itálico), Volume, número, páginas
 - Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome próprio
 - Apelido (org.), Título da Colectânea, Local de edição, Editor
 Para trabalhos individuais:
 - Autor/editor (ano), Título [Tipo de suporte], Protocolo disponível: Site//Path [data de acesso]
 Artigos de revistas:
 - Autor (ano, mês, dia), Título, Título da revista [Tipo de suporte], volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: Site//Path [data de acesso]
- 8.2. Para os recursos electrónicos serão usadas as seguintes regras:
 Mensagens de Discussions lists:
 - Autor (ano, mês, dia), assunto da mensagem, Discussions List [Tipo de suporte], E-mail disponível: DISCUSSIONS-LIST@mail.endereço [data de acesso]

Os originais devem ser enviados em duplicado por correio em suporte de papel; são necessárias duas cópias e uma versão em suporte digital com o respectivo ficheiro em formato Word, dirigidos à seguinte morada: Revista *Configurações* – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dr.ª Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Próximo número da revista: *intertemático*

4



Universidade do Minho

Centro de Investigação em Ciências Sociais Instituto de Ciências Sociais

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR